



(RE)CONHECENDO A FAVELA

UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL URBANÍSTICA
DE TRÊS LAGOAS EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL







UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO

YASMIN RAMOS PEREGRINO

(RE)CONHECENDO A FAVELA

UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL URBANÍSTICA
DE TRÊS LAGOAS, EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL

JOÃO PESSOA - PB
NOVEMBRO | 2016

YASMIN RAMOS PEREGRINO

(RE)CONHECENDO A FAVELA

**UMA ANALISE SOCIOESPACIAL URBANÍSTICA
DE TRÊS LAGOAS EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração

Arquitetura e Cidade: Processo e Produto

Linha de Pesquisa

Produção e apropriação do edifício e da cidade

Orientador

Prof. Dr. José Augusto Ribeiro da Silveira

Co-orientadora

Prof^a. Dr^a Milena Dutra da Silva

JOÃO PESSOA - PB
NOVEMBRO | 2016

P435r Peregrino, Yasmin Ramos.
(Re)conhecendo a favela: uma análise socioespacial
urbanística de Três Lagoas em João Pessoa, Paraíba, Brasil /
Yasmin Ramos Peregrino.- João Pessoa, 2016.
205f. : il.
Orientador: José Augusto Ribeiro da Silveira
Coorientadora: Milena Dutra da Silva
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT
1. Arquitetura e urbanismo. 2. Favela. 3. Análise urbanística
socioespacial - Três Lagoas - João Pessoa-PB.

UFPB/BC

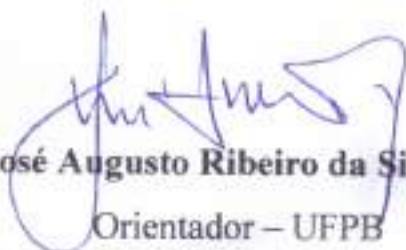
CDU: 72+711(043)

**(Re)conhecendo a favela: uma análise socioespacial urbanística de Três
Lagoas, em João Pessoa-PB**

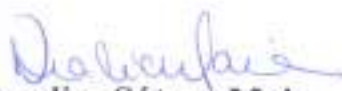
Por

Yasmin Ramos Peregrino

Dissertação aprovada em 25 de Novembro de 2016



José Augusto Ribeiro da Silveira
Orientador – UFPB



Doralice Sátyro Maia
Examinadora Interna – UFPB



Milena Dutra da Silva
Examinadora Externa – UFAL



Livia Izabel Bezerra de Miranda
Examinadora Externa – UFCG

À Yeshua, Jesus, meu amado Mestre,
porque dEle, por Ele e para Ele
são todas as coisas.

Aos meus pais, Paulo e Rejane Peregrino,
e ao meu esposo, Ednaldo Carneiro,
pelo amor sempre pronto
a me impulsionar.

AGRADECIMENTOS

A Adonai, **Deus**, agradeço por me confiar o propósito de fazer esse mestrado em prol da justiça social por Ele tão desejada. À Yeshua, **Jesus**, agradeço pelo exemplo vivo de amor ao próximo e às minorias. Ao **Espírito Santo** agradeço por me impulsionar, me fortalecer e me lembrar constantemente que valeria a pena não apenas por e para mim.

Aos meus pais **Paulo e Rejane Peregrino** não apenas agradeço, mas também dedico essa conquista, pois é tão deles quanto minha. Os dedico esse trabalho na tentativa de reconhecer todo esforço e sacrifício que fizeram e fazem por mim e minha família sempre. Me faltam palavras!

Ao meu irmão **Lucca Peregrino** pela torcida e incentivo! A minha irmã **Bárbara Peregrino** pelo carinho e por todo o suporte dado nas traduções e produção de mapas analíticos, nos momentos em que mais precisei.

Ao meu esposo **Ednaldo Carneiro** pelos sacrifícios, pela paciência e compreensão, e por sonhar comigo, me apoiar e fortalecer. Agradeço pelo seu amor cuidadoso e leal que sempre acreditou em mim e nessa pesquisa muito mais do que eu mesma. Sigo investindo minha vida em retribuir esse amor, sempre pronto a servir e cuidar, que marcou meus dias. Essa conquista é nossa, pois sem ele não seria possível!

Aos meus **cunhados e sogros Edja Eneas e Fernando Paiva**, pelo carinho, incentivo, torcida e pela compreensão nos meus momentos de ausência, enquanto me dedicava à produção dessa dissertação.

Aos amigos **Vandir e Karen Marques** pelo exemplo de constante luta pela justiça social através do amor de Cristo, da arte e do esporte. Agradeço, sobretudo, por contribuir para que tenhamos cidades mais humanas, através de uma Beira Molhada que transborda vida em seus espaços públicos e esperança em cada jovem que por eles é cuidado!

A **Jucilene e João Batista**, que de moradores entrevistados desta pesquisa passaram a ser padrinhos de casamento e amigos fieis. Agradeço pelos valiosos ensinamentos, pela parceria nos levantamentos, pela mesa sempre pronta para nos receber após dias longos de trabalho de campo, enfim, pela sua amizade.

Aos **moradores de Três Lagoas**, por me ensinar a batalhar por uma cidade mais justa e humana, por relativizar as teses dos meus teóricos preferidos, por me mostrar que circunstâncias adversas podem e devem ser superadas, por me apresentar na prática o

conceito de coletividade, por me ensinar sobre amar e cuidar do lugar em que vivemos, por me mostrar que a simplicidade transborda complexidade, por dividir comigo o pôr-do-sol mais bonito da cidade, etc...

Ao meu orientador **José Augusto** pelo esforço empenhado em gerar esse trabalho, pelas preciosas orientações, mas principalmente por me ensinar sobre o valor do pesquisador e da cooperação para a construção do conhecimento.

A minha coorientadora **Milena Dutra**, por me abrir os olhos para um mundo interdisciplinar, por me apresentar a cartografia como instrumento fascinante de pesquisa, pelo tempo investido em me ouvir, me aconselhar e me levar a re-acreditar na pesquisa, pelo exemplo cotidiano de conduta ética e humana dentro do mundo acadêmico.

Aos colegas de laboratório pelas trocas preciosas de conhecimento, mas principalmente as amigas **Isabela Kirshner e Ana Laura Rosas**, sempre prontas a contribuir para o crescimento da minha pesquisa e da minha pessoa.

Aos parceiros de mapeamento **Pedro Yago e Mariana Vidal**, pelas incontáveis horas dedicadas voluntariamente na produção dos mapas desta dissertação. Agradeço por me ensinarem sobre cooperação, empatia, amor ao próximo, e sigo tentando praticar o que com eles aprendi.

A **Themys Gadelha** pela prontidão de sempre e por todo apoio no dia a dia de convívio no laboratório, na reta final dessa pesquisa!

Aos amigos **Ana Clarissa Martins, Gabrielle Maia, Adna e Jerônimo Lopes**, pelo apoio, torcida e principalmente pela incansável intercessão.

Aos colegas de trabalho e principalmente a **Fernanda Paiva e Luiza Lima**, pela compreensão e suporte fundamentais para viabilizar a finalização desta pesquisa mesmo em meio às idas e vindas do Litoral ao Sertão paraibano.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – **CAPES**, pela bolsa que contribuiu para a concretização desta pesquisa. E mesmo em meio a circunstâncias políticas pouco favoráveis, prossigo na torcida por um Brasil verdadeiramente democrático que continue investindo na pesquisa científica como uma semente plantada em prol de soluções futuras, para que sejam formados cidadãos e cidades repletos de justiça social.

RESUMO

A participação da favela na (re)produção do espaço intraurbano tem corroborado para a construção da cidade enquanto teia urbana dotada de diversidade, demandando estudos acerca da complexidade da produção informal. Diante disso, tem-se como objetivo central desenvolver uma análise urbanística de aspectos socioespaciais da favela Três Lagoas, localizada na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil, e como objetivos específicos: (a) Relacionar a espacialização das práticas sociais locais à produção e apropriação do espaço público; (b) Apontar e correlacionar aspectos físicos consequentes da morfologia urbana, uso e ocupação do solo; (c) Avaliar a dimensão temporal do espaço e sua interferência na dinâmica socioespacial local; (d) Considerar a relação entre aspectos sociais e físicos, à partir de uma sistematização integrada dos dados. Considera-se que a análise urbanística da dinâmica socioespacial de uma favela deve considerar a relação entre os aspectos físicos, sociais e temporais do espaço para que possa apontar a realidade local. A metodologia adotada decompõe o objeto empírico em oito temas que, quando sintetizados através de imagens e textos, culminam em uma síntese dimensional resultante da análise comparativa de diferentes momentos temporais de Três Lagoas, entre os anos de 2013 e 2016. Esta investigação se justifica por acrescentar conteúdo acerca de um recorte geográfico pouco explorado cientificamente, e por contribuir para a análise socioespacial das favelas, em prol da melhoria na qualidade de vida dos residentes e integração da cidade. De modo geral, a presente pesquisa constatou que as práticas sociais e características físicas como uso do solo e acabamento das edificações sofrem constantes modificações e interferem diretamente na dinamicidade e vitalidade do espaço livre público local, ratificando a favela enquanto objeto complexo de estudo urbano.

Palavras-chave: Favela, análise urbanística socioespacial, Três Lagoas.

ABSTRACT

The participation of the slums in the (re)production of the intraurban space has corroborated for the construction of the city as an urban network endowed with diversity, demanding studies on the complexity of the informal production. Therefore, the main objective is to develop an urban analysis of socio-spatial aspects of the Três Lagoas slum, located in the city of João Pessoa, Paraíba, Brazil, and as specific objectives: (a) To relate spatialization of local social practices to production and Appropriation of the public space; (b) To show and correlating physical aspects of urban morphology, land use and occupation; (c) Evaluate the temporal dimension of space and the changes that it causes in local socio-spatial dynamics; (d) Consider the relationship between social and physical aspects, based on an integrated data systematization. It is considered the hypothesis that the urban analysis of the socio-spatial dynamics of a slum should consider the relationship between the physical, social and temporal aspects of space so that it can point to the local reality. The methodology adopted decomposes the empirical object into eight themes that, when synthesized through images and texts, culminate in a dimensional synthesis resulting from the comparative analysis of different time points of Três Lagoas between the years of 2013 and 2016. This investigation is justified by to add content about a geographic cut that has not been explored scientifically, and to contribute to the socio-spatial analysis of slums, in favor of improving the quality of life of residents and integration of the city. In general, the present research found that social practices and physical characteristics such as land use and finishing of buildings are constantly modified and interfere directly with the dynamicity and vitality of the local public space, ratifying the slums as a complex object of urban study.

Key-words: slum, socio-spatial urban analysis, Três Lagoas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Localização do objeto empírico de estudo	22
Figura 2: Diferentes traçados podem ser encontrados na morfologia das favelas segundo sua forma de implantação. a) Trecho de um agrupamento de favelas (Vila dos Teimosos, Jardim Coqueiral, Vem-vem, etc.) localizado no bairro Alto do Céu – João Pessoa/PB ; b) Favela da Barreira do Cabo Branco, localizada no bairro Cabo Branco – João Pessoa/PB.	60
Figura 3: Interferência do traçado do entorno formal na determinação do traçado da favela, à exemplo da favela Nossa Senhora de Nazaré, no bairro Funcionários em João Pessoa/PB.....	61
Figura 4 - Subdimensionamento do sistema viário. Exemplo do Beco da Comunidade Barreira do Vasco – RJ.....	69
Figura 5: Vila São Jorge, no bairro de Irajá: representação da Hierarquização feita pela CET-Rio no entorno de 2km da comunidade	73
Figura 6- Vila São Jorge, no bairro de Irajá: representação da Hierarquização feita pelo Morar Carioca.....	74
Figura 7 - Diagrama conceitual acerca dos sistemas de espaços livres.....	77
Figura 8- Esquema esfera pública e espaços públicos e privados	79
Figura 9: O <i>stoep</i> holandês na pintura "Prefeito de Delft" por Jan Steen (1655)	79
Figura 10 - Diagrama referente à metodologia sintético-temática original	89
Figura 11: Diagrama referente as etapas metodológicas adotadas.....	95
Figura 12: Diagrama referente à realização dos levantamentos de campo	96
Figura 13: Diagrama referente ao roteiro metodológico adaptado.....	97
Figura 14: Relação de Três Lagoas com os bairros da borda do município	100
Figura 15: Relação de Três Lagoas com a produção dos bairros adjacentes	103
Figura 16: Equipamentos e distâncias caminháveis.....	105
Figura 17: Confrontação de perímetros.....	107
Figura 18: Limite do objeto de estudo	109
Figura 19: Topografia do objeto de estudo.....	111
Figura 20: Aclive acentuado à norte do objeto de estudo.....	112
Figura 21: Trecho de mapa mental feito por morador de Três Lagoas, 12 anos de idade .	112
Figura 22: Alagamento de via e quadra poliesportiva em Beira Molhada	113
Figura 23: Macrozoneamento urbano	114

Figura 24: Zoneamento Urbano	115
Figura 25: Análise da área dos lotes.....	119
Figura 26 - Ponto de ônibus em Três Lagoas, na BR 230/101.....	120
Figura 27: (a-b) Passarela para pedestres sobre as rodovias; (c) um dos acessos à Tres Lagoas partindo da rodovia.....	121
Figura 28: (a) Rua interna de Beira molhada; Mapas mentais de moradores de 6 (b) e 9 anos (c).....	122
Figura 29 - Vista de um trecho da Rua da Mangueira.....	122
Figura 30: Conflito de modais no entorno da lagoa.....	123
Figura 31: Hierarquia viária no contexto da cidade	124
Figura 32: Hierarquia viária segundo classificação do Morar Carioca	125
Figura 33: Interferência das relações familiares na ocupação.....	127
Figura 34: Coberta em telha cerâmica com algumas telhas de vidro	128
Figura 35: Alvenarias não tocam a estrutura da cobertura.....	129
Figura 36: Forma predominante de implantação no lote	129
Figura 37: Gabarito das edificações (L01)	130
Figura 38: Localização dos galpões pré-moldados (L01, L02, L03 e L04).....	131
Figura 39: Acabamento de mureta (L01).....	133
Figura 40: Acabamento de Fachada (L01).....	134
Figura 41: Residências com fachada e mureta pintadas em cal	135
Figura 42: Residência com tijolo cerâmico exposto	135
Figura 43: Residência com mureta revestida	136
Figura 44: Edificações comerciais voltadas para a rodovia.....	136
Figura 45: Comércio interno à favela	137
Figura 46: Uso e ocupação do solo (L01)	139
Figura 47: Soluções improvisadas de esgoto.....	140
Figura 48: Exemplos de degradação e falta de manutenção dos mobiliários e infraestrutura	141
Figura 49: Abastecimento formal de água.....	141
Figura 50: Por do sol em Beira Molhada.	143

Figura 51: (a, b, c) Gradis degradados no entorno da lagoa.	143
Figura 52: Lotes com acesso à lagoa fechados	144
Figura 53: Reapropriação da lagoa (a) banho, (b) lazer e (c) prática de esportes.....	145
Figura 54: Trecho de um mapa mental feito por residente de Beira Molhada, de 14 anos (a) e 12 anos de idade (b).	145
Figura 55: Uso da quadra esportiva para apresentações culturais.....	146
Figura 56: (a) Mobiliário no ano da entrega; (b) Mobiliário original degradado; (c - d) Bancos improvisados pelos moradores através de bricolagem; (e) Traves improvisadas para jogos esportivos; (f) Paraciclo improvisado junto à vegetação.....	146
Figura 57: (a) Resíduos poluindo a lagoa; (b) Entulhos acumulados no ELP.....	147
Figura 58: Reunião para jogos (a) e manicure (b), na calçada e leito carroçável.	149
Figura 59: Vitalidade e diversidade do ELP de Beira Molhada.	149
Figura 60: Gabarito das edificações (L02)	151
Figura 61: Acabamento de mureta (L02).....	152
Figura 62: Acabamento de Fachada (L02).....	153
Figura 63: Uso do solo (L02).....	155
Figura 64: Ponto de parada de ônibus antes da reforma	157
Figura 65: Ponto de parada de ônibus reformado	157
Figura 66: Gabarito das edificações (L03)	158
Figura 67: Uso do solo (L03).....	159
Figura 68: Casa em processo de manutenção e reforma.....	161
Figura 69: Acabamento de mureta (L04).....	163
Figura 70: Acabamento de fachada (L04)	164
Figura 71: Uso do solo (L04).....	167
Figura 72: Diagrama da síntese dimensional	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grupos de ZEIS segundo relatório da Technum em parceria com a PMJP	36
Quadro 2: Tipologias de assentamentos precários	43
Quadro 3: Critérios para classificação de assentamentos precários	44
Quadro 4: Conceituação de favela segundo o Observatório das Favelas (2009)	52
Quadro 5: Parâmetros urbanísticos da ZR 2	58
Quadro 6: Parâmetros urbanísticos da ZEP II	59
Quadro 7: Condições de relacionamento entre vias	70
Quadro 8: Hierarquização feita pelo Morar Carioca	72
Quadro 9: Conceituação de espaço livre público.	76
Quadro 10: Categorias de problemas propostas por Lima & Somekh (2013)	92
Quadro 11: Análise comparativa do acabamento de mureta e fachada	165
Quadro 12: Análise comparativa do uso do solo	166
Quadro 13: Quadro de Análise Visual percurso 01	169
Quadro 14: Quadro de Análise Visual percurso 02	170
Quadro 15: Quadro de Análise Visual percurso 03	171
Quadro 16: Quadro de análise dos mapas mentais - Marcos	173
Quadro 17: Quadro de análise dos mapas mentais - Pontos nodais	174
Quadro 18: Quadro de análise dos mapas mentais - Limites	175
Quadro 19: Quadro de análise dos mapas mentais - Percursos	176
Quadro 20: Quadro de análise dos mapas mentais – Atuação social no espaço	177
Quadro 21: Análise comparativa dos impactos positivos e negativos	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Macrozoneamento Urbano	116
Gráfico 2: Zoneamento Urbano.....	117
Gráfico 3: Área média de lotes por uso do solo.....	117
Gráfico 4: Acabamento de mureta (L01)	132
Gráfico 5: Acabamento de fachada (L01).....	132
Gráfico 6: Quantificação dos lotes de Beira Molhada por uso do solo.....	137
Gráfico 7: Uso do solo (L01)	138
Gráfico 8: Ocupação dos Espaços Livres Públicos e edificados de Beira Molhada.....	142
Gráfico 9: Acabamento de mureta (L02)	150
Gráfico 10: Acabamento de fachada (L02).....	150
Gráfico 11: Quantificação dos lotes de Beira Molhada por uso do solo (L02)	154
Gráfico 12: Uso do solo (L02)	154
Gráfico 13: Quantificação dos lotes de Beira Molhada por uso do solo (L03)	160
Gráfico 14: Uso do solo (L03)	160
Gráfico 15: Acabamento de mureta (L04)	162
Gráfico 16: Acabamento de fachada (L04).....	162
Gráfico 17: Quantificação dos lotes de Beira Molhada por uso do solo (L04)	166
Gráfico 18: Uso do solo (L04)	166

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. CONTEXTUALIZANDO A FAVELA COMO PARTE INTEGRANTE DA CIDADE	26
2.1 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	27
2.2 A FAVELA E SUAS INTERFACES SOCIOESPACIAIS	38
2.3 ASPECTOS FÍSICOS DA PRODUÇÃO INFORMAL DO ESPAÇO	53
2.4 ASPECTOS SOCIAIS DA PRODUÇÃO INFORMAL DO ESPAÇO	75
3. UM CAMINHO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE SOCIOESPACIAL	88
4. MAPEAMENTO PRELIMINAR: UM OLHAR SOBRE O OBJETO EMPÍRICO.....	99
4.1 TRÊS LAGOAS E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA CIDADE	99
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE TRÊS LAGOAS QUANTO AO BAIRRO E ENTORNO IMEDIATO	104
4.3 DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO DE ESTUDO E DO ENTORNO IMEDIATO	106
5. (RE)CONHECENDO TRÊS LAGOAS ATRAVÉS DAS SÍNTESES TEMÁTICAS.....	110
5.1 LEVANTAMENTO 01 (L01 - MARÇO DE 2013).....	110
5.2 LEVANTAMENTO 02 (L02 - MARÇO DE 2014)	150
5.3 LEVANTAMENTO 03 (L03 - MAIO DE 2015).....	156
5.4 LEVANTAMENTO 04 (L04 - MAIO DE 2016).....	161
5.5 ANÁLISE VISUAL DOS LEVANTAMENTOS 01, 02 E 04.....	168
5.6 ANÁLISE DOS MAPAS MENTAIS DOS LEVANTAMENTOS 01 E 04	172
6. SISTEMATIZAÇÃO DOS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS	178
7. CONSOLIDAÇÃO DA SÍNTESE DIMENSIONAL COMPARATIVA	183
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
ANEXO 01.....	202
ANEXO 02.....	204

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais se reconhece a favela na (re)produção, apropriação e expansão do espaço intraurbano. Os assentamentos informais¹, de modo geral, devem ser levados em conta na análise da produção da cidade tendo em vista sua interferência socioespacial que é reconhecidamente ativa na estruturação da teia urbana, ainda que se diferencie do que ocorre na parcela formal urbana. É preciso pensar a cidade como elemento constituído por parcelas formais, mas também por informais que, a partir de suas diferenças, contribuem para a diversidade de formas de implantação, usos do solo, tipologias construtivas.

Nota-se, assim, a cidade como combinação diversificada entre o planejado e o espontâneo. Souza (2005, p. 26) afirma que “as cidades são assentamentos humanos extremamente diversificados”, entretanto, vale ressaltar que a diversidade não deve, necessariamente, implicar em um espaço urbano fragmentado, podendo inclusive resultar em pluralidade de funções, práticas sociais e paisagens, que promovem vitalidade urbana (JACOBS, 2001; GHELL, 2011; LYNCH, 2001). Como destaca Lefebvre (2004, p.111), “o urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne”. Isso porque, a diversidade é um dos aspectos fundamentais à complexidade da teia urbana, e “sem suficiente complexidade, a cidade é morta” (SALINGAROS, 1998, p. 03).

Nesse contexto de complexidade, é necessário ressaltar o cunho social da produção do espaço, historicamente presente em diversas pesquisas da área, tais como as de Castells e Gottdiener, que tratam da “produção social de formas espaciais” (CASTELLS, 1978, *apud* LIMONAD, 1999, p.76), e Lefebvre que, em sua obra, aborda a reprodução da vida social como fenômeno condicionado à produção do espaço. Assim, é fundamental compreender o espaço considerando seu processo de produção, uso e apreensão, segundo seus aspectos morfológicos e sociais.

Tendo em vista o caráter social do espaço, deve-se conceituar e analisar a favela como sendo uma tipologia de assentamento humano, integrante da teia urbana e dotada de produções sociais, culturais, econômicas e espaciais, que juntas constroem este objeto capaz de participar da diversidade da cidade. Assim, dentre as inúmeras possibilidades inerentes ao tema favela, nesta pesquisa enfatiza-se o âmbito “sociourbanístico” como uma interface do aspecto socioespacial. Ao optar por esta abordagem temática, é fundamental

¹ Acerca dos tipos de assentamentos informais, consultar o quadro “Quadro 2: Tipologias de assentamentos precários”, na página 41

que a compreensão da complexidade da produção da favela esteja presente desde sua conceituação até seu diagnóstico.

Buscando abordar de modo multidisciplinar a produção da favela e sua própria conceituação, o Observatório das Favelas realizou o seminário “O que é a favela, afinal?” (2009), onde reuniu pesquisadores de diferentes origens e construiu uma declaração própria, na qual considera aspectos sociopolíticos, socioeconômicos, socioculturais, e sociourbanísticos. No tocante a este último, destaca os graves problemas de infraestrutura, a autoconstrução, alta densidade habitacional, predominância do uso residencial e da localização em sítios urbanos marcados por alto grau de vulnerabilidade ambiental, além de afirmar que “a favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade” (SILVA et. al., 2009, p. 97).

O déficit habitacional e a busca por habitabilidade, juntamente com o direito à moradia, são algumas questões inerentes ao processo de produção da cidade e dos seus assentamentos informais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu item 1 do artigo XXV, declara que todo ser humano deve ter assegurado o direito à habitação e, no mesmo sentido, a Constituição Federal Brasileira (1988), através da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, aborda a moradia como direito social. Contudo, a urgente necessidade de habitar levou e continua levando cidadãos a efetivarem, através de invasões, ocupações² e autoconstrução, o direito à moradia adequada, fazendo com que muitos agentes excluídos deem origem a assentamentos informais diversos.

Dessa forma, a autoconstrução transformou as periferias em espaço de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas (HOLSTON, 2013, p.29)

Em 2012 cerca de 863 milhões de pessoas viviam em assentamentos informais ao redor do mundo (ONU, 2014), já havendo prognósticos indicando que esse número pode chegar a 2 bilhões até 2033 (ONU, 2003). No Brasil, por sua vez, são computados 36,6% da população urbana vivendo em favelas, ocupando o terceiro lugar no *ranking* das maiores populações ditas faveladas por país no mundo (DAVIS, 2006, p.34). Em João Pessoa, por

² Leia-se “ocupação” como tomada de terra, de posse pública ou privada, sem maiores confrontos entre as partes. Ao passo que “invasão” é também o processo de tomada de terras alheias, mas mediante conflitos e resistência de uma das partes envolvidas. Houlston (2013) chama os espaços invadidos de ‘espaços de cidadania insurgente’, no qual se busca acesso ao conforto urbano já desfrutado pelos residentes da produção formal do espaço. Acerca desse tema, consultar também Davis (2006, p. 47-48)

sua vez, são computadas 77 favelas segundo consta no relatório produzido por uma parceria da PMJP e TECHNUM CONSULTORIA, em 2007.

Assim, considerando seu crescimento, sua consolidação, ou apenas sua existência, vale ressaltar a importância de analisar como se dá a produção urbana das favelas, no que se refere ao seu caráter socioespacial. A produção do espaço na favela se diferencia dos planos urbanísticos formais tanto por seus aspectos físicos, quanto por seus processos e apropriações. Enquanto na cidade dita formal o espaço é comumente planejado e submetido à legislação urbanística vigente, na informalidade, a produção tem normas implícitas que, em sua maioria, não condizem com as leis oficiais. Outro ponto que caracteriza e diferencia a produção informal é a ausência de planejamento projetual prévio e a necessidade de adensamento e compactação física. “Nunca há projeto preliminar para a construção de um barraco” (JACQUES, 2011, p. 27). Desse modo, o “projeto urbanístico” e arquitetônico destes espaços é cotidiano e assinado pelos próprios moradores. Assim, as texturas e padrões espaciais são diversos e “as construções numa favela – e [...] a própria favela – jamais ficam de todo concluídas” (JACQUES, 2011, p. 28).

Desse modo, são formados espaços dinâmicos que dão margem a práticas sociais diversas, onde o espaço público e o privado apresentam limites tênues, sendo permeados por extensas zonas híbridas como as destacadas por Karssenberg et al. (2015, p.15). Há “uma verdadeira fluidez dos limites entre os espaços coletivos e privados, o que acaba por quase fundir os dois” (ANDRADE, 2012, p. 198). Essa fluidez entre o público e o privado contribui para a vitalidade do espaço público que é observada na apropriação das vias, becos e lajes das favelas, que se tornam palco de atividades cotidianas de trabalho, lazer, manifestações culturais e até mesmo da atuação das milícias e da polícia.

Essa vitalidade é recorrente mesmo diante da precariedade da infraestrutura urbana que, por sua vez, constitui uma das maiores problemáticas referentes à produção espacial da favela. A falta de acesso aos serviços básicos de energia, água, drenagem pluvial e saneamento básico de modo geral, somada ao alto adensamento habitacional muitas vezes contraria a habitabilidade e implica em riscos ao meio ambiente, dada a recorrente ocupação de áreas de vulnerabilidade ambiental. Costa (2004, p. 01) destaca que a fragilidade na relação social ratifica a favela como “uma expressão da exclusão social”, comumente relacionada a “questões emblemáticas como a violência urbana, degeneração do meio ambiente natural e construído, falta de saneamento entre outros”. Contudo, é superficial apontar tais problemas como de responsabilidade única da favela, ou ainda, considerar que suas consequências só atinjam os ditos “favelados”. A questão é complexa

e, perpassada pela segregação socioespacial, deve-se também ao modo de atuação e/ou omissão de inúmeros atores sociais dentre os quais vale ressaltar o Estado.

Villaça (1998) destaca que o conflito de classes tem relação direta com a dominação política e econômica, com o espaço intraurbano, e com a segregação espacial. No Brasil, por sua vez, o acesso é desigual e segregado e não havendo plena efetivação da função social da propriedade, fazendo com que a desigualdade urbanística se materialize através da segregação territorial. A segregação entre as parcelas urbanas formais e informais tem dificultado a análise integrada da cidade e sua configuração morfológica, uso e ocupação. Ao dar margem à efetivação da segregação socioespacial, o processo de produção e reprodução das cidades materializa e consolida, no espaço físico, objetos de estudo como as favelas.

É necessário construir análises críticas científicas sobre tais objetos que abordem sua real complexidade, observando sobre eles, inclusive, “ordem sob aparente desordem” (SOBREIRA, 2003, p. 51), e contribuindo para a consolidação de uma gestão e o planejamento urbanos integrados. Isso, considerando também a dimensão temporal do espaço, ou seja, a dinâmica socioespacial da favela, visto que “a favela cresce, de cima para baixo, de baixo para cima, elástica, como serpente viva, social, ondulante. Se uma palavra a define é movimento.” (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014, p. 104). Assim, a favela apresenta uma relação espaço-tempo dinâmica que comumente desafia as propostas metodológicas de análise utilizadas na parcela formal da cidade para constatar impactos socioespaciais positivos e negativos.

Nesse contexto, é nítida a necessidade de analisar o espaço urbano “informal” de modo a apontar as reais necessidades e expectativas dos seus habitantes e usuários, e as particularidades inerentes a cada recorte geográfico. Análises urbanísticas das favelas têm sido cada vez mais solicitadas, exigindo que os pesquisadores da área apreendam os espaços informais e produzam análises integradas e oportunas que possam dar suporte às políticas públicas que buscam diminuir o déficit habitacional, tais como Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Favelas (2007), Minha Casa Minha Vida – MCMV (2009), entre outros.

O Ministério das Cidades, se referindo aos assentamentos precários brasileiros, afirma ser necessário “[...] aprofundar o conhecimento das desigualdades urbanas e buscar critérios que permitam a priorização das ações de urbanização, em função de informações precisas” (BRASIL, 2010b, p. 3). Tal precisão tem sido enfatizada pela Secretaria Nacional

de Habitação, que pretende construir uma “base de dados confiáveis e comparáveis nacionalmente, [...] para a execução de forma equânime e eficaz das ações da Política Nacional de Habitação dirigidas à regularização [...] e à inclusão socioespacial” (Idem, ibidem).

Diante disso, o **objetivo central** da presente investigação é desenvolver uma análise urbanística de aspectos socioespaciais da favela Três Lagoas-JP-PB. Como **objetivos específicos** têm-se: (a) Relacionar a espacialização das práticas sociais locais à produção e apropriação do espaço público; (b) Apontar e correlacionar aspectos físicos consequentes da morfologia urbana, uso e ocupação do solo em Três Lagoas; (c) Avaliar a dimensão temporal do espaço e sua interferência na dinâmica socioespacial local; (d) Considerar a relação entre os aspectos sociais e os físicos, à partir de uma sistematização integrada dos dados coletados em Três Lagoas. Assim, esta dissertação sugere que a análise urbanística da dinâmica socioespacial de uma favela deve se apoiar na correlação sistematizada entre as questões físicas, sociais e temporais do espaço para que se alcance uma análise socioespacial integrada, capaz de apontar a realidade local.

Como **objeto empírico**, adotou-se a favela³ Beira Molhada, também intitulada Três Lagoas, localizada às margens do Açude das Três Lagoas, no Bairro Jardim Veneza, adjacente às rodovias BR-101 e BR-230, na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, no Brasil (Figura 1). Tal objeto apresenta algumas incompatibilidades quanto ao limite espacial oficial, mas, após análises *in loco*, foi definido o perímetro de estudo utilizado nesta pesquisa, com aproximadamente 18,7 ha, dentre os quais 13,2 ha são espaços livres públicos, e 5,5 ha são espaços privados edificados e vazios urbanos, que totalizam 245 lotes.

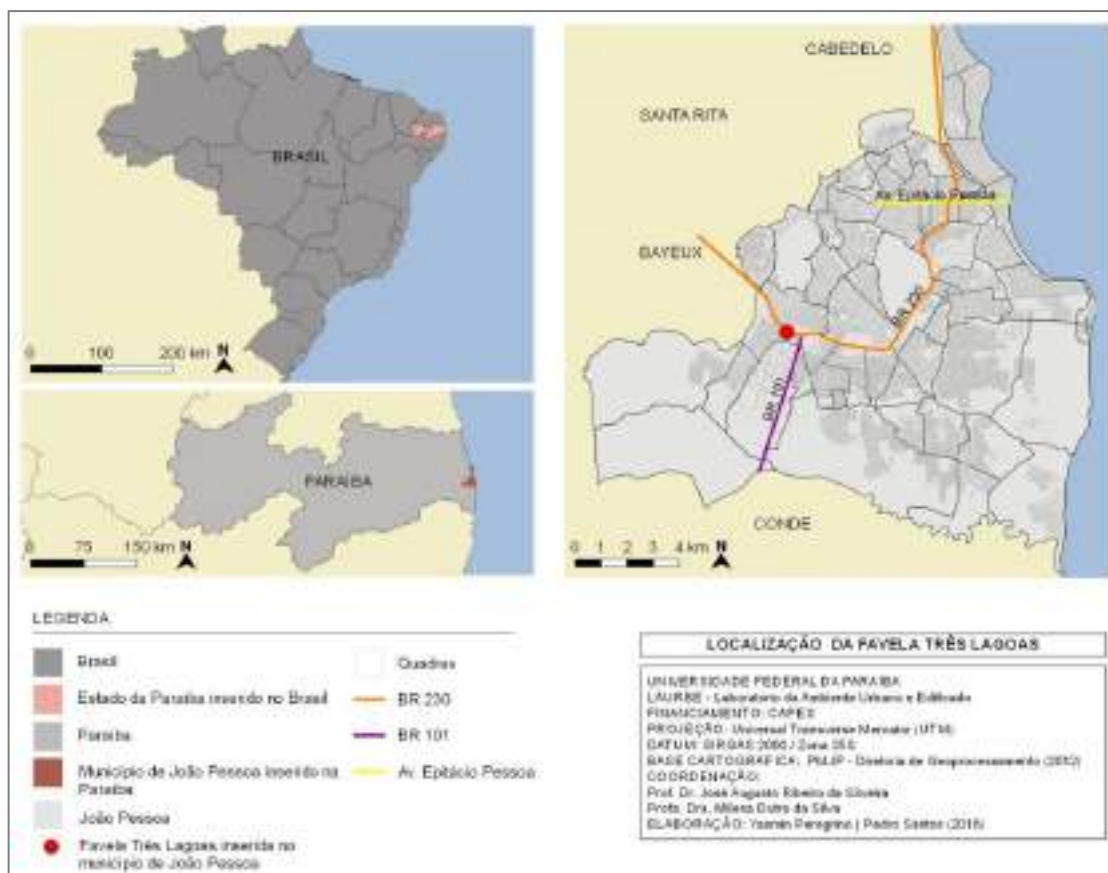
A escolha desse recorte geográfico se justifica, dentre outros fatores, por sua escala reduzida, seu atual estado predominante de pacificação, sua relação com as rodovias e com a área de preservação ambiental e sua caracterização como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁴, além da parceria com um projeto social local, o Projeto Segunda Chance⁵, o

³ Embora os atuais aspectos morfológicos de Beira Molhada se assemelhem com o encontrado nos loteamentos irregulares, segundo a PMJP, ainda é classificada como favela. Aqui, portanto, optou-se por adotar essa nomenclatura oficial e, posteriormente, no capítulo referente ao mapeamento preliminar, é feito um breve debate acerca disso, levantando a questão primordial de que independente da forma com que se nomeia, Três Lagoas é parte integrante da parcela informal da cidade de João Pessoa e apresenta inúmeros motivos socioespaciais que a tornam complexa o suficiente para demandar estudos científicos como este.

⁴ As ZEIS são aquelas destinadas especificamente a promoção da habitabilidade aos que ocupam assentamentos irregulares, e será abordada com maior profundidade no subcapítulo 2.1 desta dissertação. Acerca deste tema, indica-se consultar a Lei federal nº11.977 de 2009 e o Plano Diretor de João Pessoa (2009). Beira Molhada não consta como ZEIS regulamentada legalmente, mas em relatório da PMJP em parceria com a

que viabiliza a aplicação das técnicas *in loco*. Tais fatores permitiram observar, no contexto de um curso de mestrado, diversas problemáticas inerentes a produção do espaço informal, tais como a questão ambiental, morfológica e a relação com a acessibilidade e a mobilidade urbana e com o espaço livre público.

Figura 1 : Localização do objeto empírico de estudo



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Santos (2016)

TECHNUM Consultoria (2007) foi classificada como ZEIS do grupo 4-a, ou seja, assentamento que demanda regularização urbanística e fundiária, pois apresenta irregularidades de ordem urbanística, de infra-estrutura e de legalização da posse da terra sem, no entanto, oferecer riscos iminentes de deslizamento, erosão, inundação, nem estarem localizados em áreas de preservação ambiental. Contudo, esta é uma incoerência, visto que tal assentamento sofre alagamentos constantes e não encontra-se totalmente inserido em uma área de preservação, mas também em zona residencial, tanto é que Beira Molhada é imediatamente adjacente ao Condomínio da Paz, devidamente reconhecido como ZEIS. Com isso, a presente dissertação tratará da relação da favela estudada com a ZEIS tendo em vista seu potencial indicado no relatório citado, ainda que não seja regulamentada (Anexo 01 e 02).

⁵ Projeto social sem fins lucrativos, organizado por membros voluntários vinculados a diferentes áreas do conhecimento (arquitetura, psicopedagogia, educação física, etc.). Atua em Três Lagoas desde 2010, com o suporte de igrejas cristãs. As atividades desempenhadas têm como alvo principal as crianças, adolescentes e jovens, embora também alcance pontualmente adultos e idosos. Desde seu início, já foram oferecidas aulas de balé, futsal, reforço escolar, alfabetização de adultos, além de campeonatos esportivos, recitais de balé, e celebrações de datas comemorativas como dia das mães, dos pais e das crianças. Embora se embase em princípios religiosos, esse projeto não condiciona a participação nas atividades laicas ao envolvimento com as programações de cunho religioso. Foi através deste projeto social que a autora teve seu primeiro contato com Três Lagoas.

Visando atender os objetivos determinados, optou-se por adotar como suporte metodológico para esta investigação, o roteiro sintético temático⁶ de análise socioespacial urbanística proposto por Lima & Somekh (2013). Para a adaptação da metodologia proposta por tais autoras, buscou-se suporte em alguns pontos do “Guia para o mapeamento e Caracterização de assentamentos precários” (2010b) de autoria do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

Assim, a **estrutura metodológica** aqui adotada utilizou-se da decomposição do objeto empírico em temas que resultaram em sínteses temáticas iconográficas e textuais. Entre acréscimos e reformulações, foi considerada a seguinte estrutura temática adaptada: (Tema 1) Caracterização do sítio; (Tema 2) Parcelamento do solo; (Tema 3) Acessibilidade e Mobilidade; (Tema 4) Densidade habitacional; (Tema 5) Padrão tipológico das edificações; (Tema 6) Uso do solo; (Tema 7) Infraestrutura, serviços e equipamentos públicos; (Tema 8) Espaço livre público (ELP) e apropriação socioespacial.

Buscando captar o máximo possível do dinamismo socioespacial e do processo de produção do espaço, essas análises temáticas foram feitas através de dados levantados periodicamente em quatro levantamentos de campo (março de 2013; março de 2014; maio de 2015; e maio de 2016), sendo dois resultantes de pesquisas anteriores (PEREGRINO, 2014; CAMPOS & PEREGRINO, 2012) e os demais realizados durante o presente mestrado. Desse modo, para cada levantamento foi feita a decomposição do objeto conforme os oito temas citados anteriormente, e ao sobrepor as sínteses temáticas chegou-se a apontar os riscos e potencialidades inerentes ao objeto em cada um dos quatro momentos temporais dos levantamentos. A partir da análise comparativa destes apontamentos, chegou-se a uma síntese da dimensão urbanística do objeto, ou seja, uma síntese dimensional de Três Lagoas.

Assim, o **recorte temporal** de análise do objeto empírico totalizou, portanto, três anos e dois meses, onde observaram-se questões relativas à produção do espaço, tendo em vista o dinamismo socioespacial das favelas. Considerando a escassez de dados científicos antecedentes, foi adotado o recorte temporal que parte do ano de março de 2013 até maio de 2016, cujo ponto de partida se justifica pelo início da coleta de dados *in loco* através de pesquisas anteriores (CAMPOS & PEREGRINO, 2012; PEREGRINO, 2014). No contexto dessa investigação, foram feitos outros dois levantamentos durante o presente

⁶ Consiste na decomposição do objeto empírico em temas que embasam a análise socioespacial urbanística. Tal proposta metodológica será abordada com maior profundidade no quarto capítulo desta dissertação.

curso de mestrado, visando aprofundar as constatações comparativas referentes aos estudos temáticos e ao processo de produção do espaço urbano de Três Lagoas.

No que se refere aos instrumentos de pesquisa, é proposto o uso de multimodos que foram escolhidos diante da necessidade de cada estudo temático, tais como mapas mentais, análise da paisagem por imagens sequenciais, sintaxe espacial, métricas da paisagem, entre outros. Tendo em vista a sistematização e representação gráfica dos dados, é utilizado o *software* livre Quantum GIS, através de bases cartográficas e aerofotogrametrias georreferenciadas, sobre as quais se pretende tratar com dados *raster* e vetoriais para a produção de cartografias e um banco de dados comparativo entre os quatro levantamentos de campo. Desse modo, o roteiro metodológico adaptado propõe análises georreferenciadas, quali-quantitativas e integradas através da comparação das sínteses produzidas ao final de cada um dos quatro levantamentos de campo, pretendendo a síntese dimensional.

Assim, considerando a recorrente necessidade de avanços quanto à integração e sistematização dos dados referentes às parcelas informais da cidade, esta investigação se justifica, por constituir uma contribuição para a análise socioespacial sistematizada das favelas, tendo em vista que é fundamental a compreensão desse universo informal para que sejam alcançadas intervenções eficientes e que promovam a melhoria na qualidade de vida dos residentes e a integração da cidade. Assim, por meio da abordagem empírica, através de Três Lagoas, se pretende apresentar uma contribuição científica à compreensão dos espaços internos à favela, condizendo com a proposta da ação governamental que afirma que “conhecer o universo dos assentamentos precários, para planejar e executar essa política [Política Nacional de Habitação], tornou-se uma necessidade inadiável” (BRASIL, 2010b, p. 15).

Para isso, a pesquisa que se delineia nesta dissertação resulta em uma estrutura de sete capítulos, iniciados pelo presente que configura a introdução, trazendo o panorama científico da pesquisa como um todo. O segundo capítulo, “Contextualizando a favela como parte integrante da cidade”, trata do aporte teórico-conceitual a partir da reprodução do espaço intraurbano e sua relação com a segregação espacial, além de considerar os aspectos sociais e físicos do espaço, visando associar a morfologia e as práticas sociais para dar suporte às análises temáticas posteriores. O terceiro capítulo, por sua vez, cujo título é “Um caminho metodológico para a análise socioespacial”, trata da construção do roteiro metodológico utilizado nesta investigação.

O quarto capítulo, “Mapeamento preliminar: um primeiro olhar sobre o objeto empírico”, configura a primeira etapa da metodologia adotada, e explora dados e constatações iniciais acerca do objeto empírico, atuando como um suporte para as análises temáticas desenvolvidas no quinto capítulo, intitulado “(Re)conhecendo a interface socioespacial de três lagoas”. Já o sexto capítulo, “Sistematização dos impactos positivos e negativos” trata de uma análise comparativa dos impactos observados ao longo das sínteses temáticas, visando a consolidação da síntese dimensional, tema do sétimo capítulo. No oitavo e último capítulo, “Considerações finais”, são brevemente retomadas as questões levantadas em toda a estrutura desta investigação, tendo em vista a construção das considerações finais e de apontamentos relativos ao debate acerca da necessidade de novas investigações no âmbito da avaliação socioespacial de assentamentos informais como as favelas.

2. CONTEXTUALIZANDO A FAVELA COMO PARTE INTEGRANTE DA CIDADE

Visando trazer um suporte teórico-conceitual à análise empírica do objeto de estudo, o presente capítulo busca considerar aspectos relativos a dimensão física e social do espaço, tendo em vista as diferentes escalas da cidade. Para isso, serão abordadas questões diversas, relacionadas ao uso e ocupação do solo, espaço livre público, morfologia, entre outros temas que dão suporte à análise temática. Vale ressaltar, contudo, que aqui se optou por correlacionar os oito temas considerados na metodologia, de modo que permeiam todo este capítulo por intermédio da percepção de diversos autores.

Tendo em vista que o presente trabalho trata-se, portanto, de uma análise em prol do diagnóstico urbanístico, o primeiro termo aqui destacado é o de “diagnóstico”. Com isso, não se pretende resgatar uma terminologia médica que remeta ao urbanismo higienista e excludente do século XIX, mas sim analisar a essência do termo retendo o que possa interessar à compreensão da análise temática proposta nesta pesquisa. Isso porque diagnósticos urbanísticos são essenciais para consolidação de intervenções precisas que atendam às reais necessidades socioespaciais de cada recorte geográfico, não no sentido de higienizar e excluir, mas sim de conferir habitabilidade e qualidade de vida levando em consideração o direito à moradia digna e as particularidades sociais e culturais de cada localidade.

A proposta é fazer uso do termo “diagnosticar” no sentido de constatar as reais necessidades e expectativas, em busca de soluções eficazes. Nesse sentido, Ferrari (1979, p. 99) define diagnose como uma “fase do processo de planejamento que consiste em avaliar os problemas cujas causas são identificadas pela análise, julgando-os, racionalmente, a fim de saber *como* atuar, *quando* atuar e *onde* atuar”. Ou ainda, como destaca Denaldi (2009, p. 151), o diagnóstico é “um instrumento de gestão da política habitacional que orienta as tomadas de decisões”.

Em se tratando de favelas, diagnósticos espaciais que não levam em conta a dinâmica temporal e as questões sociais e comportamentais acabam por se mostrar frágeis tornando-se rapidamente defasados, dada sua intensa dinâmica. Além disso, a produção informal do espaço, por diferenciar-se da produção formal desde seu processo até sua execução, torna-se um objeto ainda mais complexo, visto que comumente lida com a

irregularidade fundiária, conflitos de posse, falta ou incompatibilidade de dados⁷, etc. Acerca disso Jacques (2011, p. 17) ressalta ainda que “as características culturais de estéticas próprias às favelas tornam o espaço muito difícil de ser apreendido formalmente”. Assim, essa complexidade da favela, enquanto objeto de estudo, demanda ainda mais a consolidação de um aporte teórico-conceitual rico para minimizar incompatibilidades e subsidiar análises cada vez mais integradas.

2.1 A (re)produção do espaço intraurbano e a segregação socioespacial

O diagnóstico urbanístico de assentamentos informais deve levar em conta sua inserção na cidade, visto que a produção e reprodução⁸ urbana está diretamente relacionada a atuação de ambos tecidos, formal e informal. Seria superficial afirmar que entre tais tecidos haja apenas uma relação de causa e efeito, mas sim uma relação bilateral, onde a informalidade e a formalidade constroem paralelamente o espaço intraurbano e suas relações socioespaciais. Nesse sentido, julgou-se necessária uma breve abordagem acerca da (re)produção do espaço intraurbano e sua relação com a segregação, visando dar suporte a análise urbanística do objeto empírico e deste com seu entorno.

Nesse contexto é fundamental alertar pra a interferência dos sistemas econômicos e processos produtivos na consolidação de distintas formas de produção e apropriação do espaço urbano público e privado.

A sociedade produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência. [...] os homens, ao produzirem seus bens materiais, e se reproduzindo como espécie, produzem o espaço geográfico. [...] dependendo do momento histórico o fazem de modo específico, diferenciado, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade (LEFEBVRE, 1974, *apud* LUSTOZA, 2012, p.08).

A exemplo disso, Sposito (2014, p. 124) afirma que “no início do processo de urbanização, a divisão social do trabalho era relativamente simples e se estabelecia, no plano territorial, sobretudo entre a cidade e o campo”. Com o advento do capitalismo enquanto sistema econômico, o mundo observou a consolidação da produção não apenas do espaço, mas também da propriedade privada. Com isso, a luta de classes sociais, e

⁷ Como destaca Maricato (2016, p. 01) “A cidade ilegal que começa a superar em números a cidade legal, em várias capitais, é muito desconhecida. Melhor seria dizer que ela é oculta. Ficará bastante decepcionado quem buscar mapas e tabelas com informações fidedignas e rigorosas sobre o uso do solo e habitação nos cadastros municipais, nos bancos de dados, nas bibliotecas, nos cartórios de registro de imóveis, com raras exceções.”

⁸ “[...] a produção se refere aos processos históricos que constituem o que entendemos como estruturas – tanto sociais quanto espaciais; a reprodução aos eventos como se apresentam no presente em decorrência dessas estruturas, recursivamente replicando-as e eventualmente marcando possibilidades de mudança e nova direção” (NETTO, 2014, p. 45)

consequente segregação, se efetiva desde a produção ao uso do espaço. “É a ocasião em que a propriedade privada invade a vida de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, encerrando numa prática socioespacial limitada pela norma como forma legítima de garantir os acessos diferenciados aos bens produzidos” (CARLOS, 2011, p. 65).

No Brasil, o processo de urbanização tem consolidado a propriedade privada ao passo que restringe o acesso igualitário aos serviços urbanos essenciais e, portanto, à terra urbanizada. “Assim, o acesso às nossas cidades é sobremaneira desigual e a efetivação da função social da propriedade não é alcançada” (BRASIL, 2009a, p.07), fazendo com que a desigualdade urbanística seja evidenciada pela segregação territorial (MARICATO, 2002, p. 01), e isso se estende também ao não cumprimento do direito à saúde pública, ao ensino, ao ir e vir, entre outros setores da vida urbana. Villaça (1998, p. 27), por sua vez, destaca que o conflito de classes tem relação direta com a dominação política e econômica, através do espaço intraurbano, e se manifesta na estrutura espacial através da segregação. Isso pode ser percebido quando se observa que 95,9% do déficit habitacional urbano do país é constituído por famílias com renda de 0 a 5 salários mínimos (BRASIL, 2009b, p. 07).

Assim, é necessário ressaltar que, embora resulte em formas espaciais físicas, a produção do espaço tem também cunho social. No Brasil, “as funções sociais da cidade estão regulamentadas no art. 2º, inciso I, do Estatuto da Cidade que garante o direito à cidades sustentáveis tanto do ponto de vista ambiental como social” (LIMA, 2012, p. 41). O próprio Estado reconhece isso quando, elenca a função social da propriedade urbana como sendo um dos princípios da Política Nacional de Habitação (BRASIL, 2009b, p. 37), ainda que muitas vezes esse reconhecimento não seja efetivado em suas ações.

Essa afirmação da produção social do espaço é historicamente presente em diversas pesquisas da área, tais como as de Castells e Gottdiener, que tratam da “produção social de formas espaciais” (CASTELLS, 1978), questionando a tradição positivista e trazendo a luta de classes à discussão do espaço urbano. Também Lefebvre, em sua obra, aborda a reprodução da vida social como fenômeno relacionado à produção do espaço. É reconhecida, portanto, a importância de compreender o espaço considerando seu processo de produção social e apropriação privada da terra urbana.

Desse modo, a noção de produção traz questões importantes: seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas como é apropriada. Essa produção distingue-se das outras em seu significado e apresenta novas implicações. Se ela tem por conteúdo as relações sociais, tem também uma localização no espaço. Dessa forma, há produção do espaço e produção das atividades no espaço,

portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia (CARLOS, 2014, p. 62).

Essa produção social do/no espaço se dá por meio das decisões do Estado e do mercado, mas também através da ação da vida urbana cotidiana dos cidadãos. O mesmo se aplica na sua reprodução, visto que esta se dá por meio das necessidades e interesses cotidianos, pois como afirma Carlos (2014, p. 53), “a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida”.

“a produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da ‘mão invisível do mercado’, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.” (CORRÊA, 2013, p. 43)

Em meio a tais conflitos observa-se a diferenciação socioespacial, que “é a marca das cidades, desde os primórdios da urbanização. Não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe sempre uma divisão territorial do trabalho.” (SPOSITO, 2014, p. 123). Ao dar margem à essa diferenciação, a produção do espaço torna propícia a efetivação da segregação socioespacial que, com suas raízes socioculturais, materializa-se no espaço físico, a exemplo das favelas, cortiços e loteamentos irregulares, e a “desigualdade urbanística é evidenciada pela segregação territorial” (MARICATO, 2002, p. 1). Nota-se, assim que os assentamentos irregulares devem ser analisados à luz da produção social do espaço, tendo em vista o déficit habitacional e a segregação que permeia todo o processo de implantação, consolidação e reprodução destes espaços.

Diante dessas diferentes formas de produção espacial, seja formal ou informal, cada vez mais se admite a ideia de que a cidade se assemelha a um mosaico repleto de diferenciações, tanto no que se refere a seus aspectos sociais, quanto políticos, culturais, econômicos e urbanísticos. Tais diferenças, contudo, não necessariamente devem implicar em segregação, visto que a diversidade pode ser fundamental a vitalidade do espaço urbano. Sabe-se, porém, que é recorrente a segregação socioespacial advinda da não aceitação das diferenciações. Nesse sentido, tendo em vista que a análise do objeto empírico objetiva também observar a sua relação com o entorno imediato e no contexto da cidade, notou-se a importância de suporte teórico quanto a segregação espacial para embasar as análises empíricas referentes a morfologia, uso do solo e demais estudos temáticos acerca de Três Lagoas.

Acerca da diferenciação, Corrêa (2013) aborda a relação entre a segregação residencial e o espaço urbano, considerando a interferência da diferenciação de classes sociais. Para isso, destaca a fragmentação da cidade e a decorrente necessidade de articulação. Trata, também, a segregação residencial como processo espacial que interfere na fragmentação urbana, gerando áreas sociais distintas, e ratificando a cidade enquanto mosaico. Lima (2012, p. 67), baseando-se na produção de Castells (1978), comenta ainda sobre a segregação socioespacial como um processo provido de intencionalidade, visto que,

“[...] a segregação sócio-espacial típica das cidades capitalistas, sobretudo aquelas situadas em países periféricos, caracteriza-se pelo processo de homogeneização do conteúdo social de uma determinada porção espacial, bem como sua nítida diferenciação em relação às demais áreas, gerando uma paisagem urbana segmentada e hierarquizada com o tipo e o nível de equipamentos urbanos de acordo com o nível de renda dos sujeitos moradores e/ou usuários desses respectivos espaços. [...] O processo de produção do espaço urbano deriva, em última análise, de um trama de relações de poder que exercem influência sobre as leis econômicas e sobre os marcos jurídicos que regulamentam a produção da cidade, causando profundas repercussões sobre a distribuição dos sujeitos sociais no território.”

Vale ressaltar, também, a polêmica discussão existente sobre o termo “segregação” e sua aplicação nas cidades brasileiras, visto que muitas vezes é apontada como uma importação indevida de um conceito da Escola de Chicago e “mal aplicado” na realidade do Brasil, na qual se encontra desigualdade, mas não exatamente segregação como no caso do *apartheid* na África do Sul. Contudo, Souza (2013) afirma que é necessário contextualizar e adaptar os conceitos importados, não necessariamente os desprezando. Além disso,

“é preciso convir que, nas ciências da sociedade, os sentimentos e a percepção dos agentes fazem parte da realidade. Quando se constata que, no cotidiano, pessoas se veem como segregadas [no Brasil], isso, por si só, exige investigação e comprova que não se está diante simplesmente de termos técnicos importados e empregados por acadêmicos supostamente mal informados, mas, sim, de uma representação espacial digna de nota.” (SOUZA, 2013, p. 129)

Desse modo, tem-se que

“[...] a segregação sobre a qual repousam nossas análises é derivada de relações eminentemente econômicas. São substancialmente diferentes, portanto, do que ocorreu em muitas sociedades europeias com os judeus, confinados forçadamente em guettos, ou do que ocorre ainda hoje em determinadas cidades estadunidenses, nas quais se percebe a segregação de cunho étnico-cultural, sendo os negros e imigrantes latinos as maiores vítimas desse processo” (LIMA, 2012, p. 67).

Contudo, acerca desse debate da importação do termo “segregação”, autores como Vasconcelos (2004) afirmam que trata-se de uma aplicação indevida à realidade brasileira⁹,

⁹ “[...] a distribuição espacial da população pobre não parece confirmar a existência de um processo de “segregação” residencial nas cidades brasileiras” (VASCONCELOS, 2004, p. 13)

pois ocorre alguma socialização entre as partes ditas segregadas, ainda que seja no formato empregador – empregado. Em contraposição a isto, Lima (2012, p. 69) ressalta que

“trata-se de uma socialização precária e subalterna, uma vez que é caracterizada por uma relação extremamente heterônoma, na qual o indivíduo pertencente às classes pobres se coloca subalternamente em relação ao indivíduo de mais alto poder aquisitivo. Dessa forma, continua a persistir o sentimento de diferenciação entre o “nós” e os “outros”, na mesma proporção em que persiste, também, o abismo sociopolítico-espacial que separa esses “dois mundos”. E se a questão for lançada para além dos muros residenciais não consta que seja comum que os filhos dos ricos disputem “peladas” de futebol na favela ao lado, mesmo quando estes recebem convites dos filhos das empregadas que labutam em suas residências”.

Netto (2014, p. 39), por sua vez, traz que a “segregação é uma forma de restrição da interação – uma restrição que opera através de diferenças”, assim é possível ver “a segregação espacial como uma forma de distância social”. Desse modo, para constatar segregação espacial não é necessária a inexistência de relacionamento entre as partes no espaço, bastando apenas a relação desigual, excludente e heterônoma, como observado recorrentemente entre o tecido formal e o informal urbano. Nesse sentido, ao considerar a realidade brasileira, observa-se a existência de pessoas percebidas como segregadas no processo de produção da cidade, com bases em estruturas socioeconômicas propostas desde a colonização do país, pois as cidades brasileiras refletem “espacialmente e territorialmente, os graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade que, como muitos autores já ressaltaram, estão diretamente vinculados às formas peculiares da formação nacional dependente e do subdesenvolvimento” (FERREIRA, 2010, p. 12).

“A desigualdade social das cidades brasileiras tem, portanto, suas causas nas formas com que se organizou nossa sociedade, na maneira com que se construiu um Estado patrimonialista – em que se confundem o interesse público e o privado –, nas dinâmicas de exploração do trabalho impostas pelas elites dominantes desde a colônia e, principalmente, no controle absoluto dessas elites sobre o processo de acesso à terra, tanto rural quanto urbana [...]” (idem, ibidem)

A exemplo das consequências desse processo segregador de produção do espaço, Bonduki (1998) destaca as habitações precárias, em São Paulo, que embora já fossem recorrentes há bastante tempo, só passaram a ser observadas com maior atenção, por parte do poder público, na década de 1880 por questões de salubridade. “Se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas, pois as únicas informações sobre as mesmas nos chegaram através dos técnicos preocupados com a saúde pública” (BONDUKI, 1998, p. 21).

Esse desconhecimento acerca da produção informal do espaço perpetua-se até os dias atuais como demonstrado pelo Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Habitação do Brasil que, já em 2010, reiteram a necessidade de conhecer o “universo dos

assentamentos precários” (BRASIL, 2010b, p. 15). Assim, o próprio Estado assume que, mesmo na atualidade, ainda não conhece tais assentamentos, indicando que sejam, de alguma forma, segregados das atuações das políticas públicas, visto que sem conhecer as reais necessidades de uma localidade é improvável que qualquer intervenção consiga ser eficaz em suas ações, pois “a tomada de decisão deve partir do conhecimento da dimensão do problema na cidade, do conjunto de necessidades e das alternativas de intervenção” (DENALDI, 2010, p. 95). Nisso são incluídas, favelas, cortiços, loteamentos irregulares, e diversos outros assentamentos precários, que independente desse “desconhecimento” se consolidam dia a dia nas cidades brasileiras, e ratificam que este processo de segregação socioespacial “acaba por ampliar os problemas na cidade, piorando as condições de vida dos mais pobres, pois são eles os mais afetados” (LIMA, 2012, p. 68).

Assim, a aplicação de Corrêa (2013) do termo “segregação residencial” procede, visto que, embora aborde a realidade de cidades diversas no mundo, pode ser adaptada às particularidades do Brasil referindo-se, principalmente, a segregação decorrente das diferenciações de renda. Em concordância com isso, Villaça (1998, p. 143) afirma que “o que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região”. Assim, no contexto brasileiro, vale ressaltar que o processo de espacialização da divisão de classes, de alguma forma participa da “manutenção” da segregação, visto que o espaço também pode atuar como um “mecanismo de exclusão” (idem, *ibidem*).

Nota-se, assim, que o processo de produção da cidade não pode ser desvinculado da produção da habitação, pois embora pareçam escalas distintas, o urbano e a residência são inter-relacionados cotidianamente, tanto na produção quanto na reprodução e apropriação da cidade, e consequente segregação. Acerca disso, Corrêa (2013) destaca ainda a existência de dois tipos de segregação socioespacial: a autosegregação e a segregação imposta,

[...] a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas. A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais (CORRÊA, 2005, p. 64)¹⁰.

Villaça (1998, p. 148), ao debater sobre a segregação socioespacial reforça que “a segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo

¹⁰ Acerca desse tema, sugere-se também a leitura de Corrêa (2013).

tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”. Assim, até mesmo a autosegregação, que teoricamente seria uma escolha consciente, implicaria em uma segregação de outros grupos sociais que não necessariamente optaram por isso. É o caso de empreendimentos de alto padrão que, ao serem implantados, expulsam uma população de baixa renda de seus arredores. Ainda que o local de implantação do empreendimento seja uma opção consciente do empreendedor, a população de baixa renda “expulsa” não tem escolha.

Quando se fala de segregação espacial, fala-se também de condutas sociais e, por isso, a utilização do termo socioespacial, e, assim como o espaço tem potencial integrador, também pode contribuir para a segregação através de barreiras físicas que corroboram para barreiras atitudinais, e vice e versa. Netto (2014, p. 40-41) ressalta que as “sociedades são, entre outras coisas, sistemas de encontro envolvendo alta mobilidade e complexidade” e, por isso, é necessária a reformulação da espacialidade da segregação, e destaca a necessidade de avaliar o processo de segregação espacializando-o não apenas de modo fixo, mas segundo sistemas de encontro e desencontro que podem ou não excluir ou diminuir o acesso de determinados indivíduos e grupos sociais. Desse modo, mesmo em um tecido urbano repleto de grupos sociais distintos, é possível constatar segregação, visto que seria um reducionismo vincular a segregação socioespacial apenas à presença majoritária de uma classe em determinado setor, pois a mobilidade urbana e as diversas possibilidades de encontro da cidade atual vão além desse reducionismo.

A segregação é, como bem ressalta Netto (2014, p. 45), um fenômeno dinâmico que ocorre na temporalidade dos atos de produção e reprodução do espaço, e que “se considerarmos apenas a diferenciação espacial entre as classes e não o fenômeno ocorrendo no tempo, do agora, corremos o risco de não vermos como a segregação molda as relações sociais entre grupos, impondo a distância social e invisibilização do diferente”. Assim, é importante romper com a espacialização reducionista da segregação e, por isso, a metodologia adotada nesta dissertação para análise do objeto empírico e sua relação socioespacial levou em conta diferentes momentos temporais, na tentativa de apontar alguns aspectos da segregação socioespacial de modo dinâmico. Assim, ainda que se admita o conceito de segregação como fruto de restrições ao contato social, como apontado por Netto (2014, p. 47), é importante abordar a sua espacialização, mas sempre ciente de que, sendo um processo dinâmico, a segregação socioespacial não deve ser “congelada” em um modelo espacial ou um momento temporal.

Quanto à espacialização da segregação, Corrêa (2013) afirma que as áreas segregadas “estão dispostas de acordo com uma lógica espacial variável, que as inscrevem no espaço urbano, gerando padrões espaciais de segregação residencial ou modelo” (idem, p. 44). Destaca ainda que os modelos são construções teóricas esquemáticas sobre a realidade, segundo quatro eixos que se sobrepõem: forma, função, modo de construção e tempo. Como exemplo, trata de três modelos (Kohl-Sjöberg; Burgess; Hoyt) e algumas configurações espaciais complexas que os relacionam, ao longo do tempo, na mesma cidade. Vale destacar que estes modelos não são, necessariamente, representações da realidade de cidades em todo o mundo, mas sim um padrão espacial que diz respeito a possibilidades de segregação residencial em um dado momento da produção de algumas cidades. Assim, não devem ser tomados como regra que rotule a expansão urbana, mas sim como estratégia didática de análise, não devendo ser generalizado ou estático.

Ainda sobre essa relação entre a manutenção das classes sociais e a segregação residencial, surge o conceito primário de áreas naturais, sistematizado por Zorbaugh com base nas proposições de Robert Ezra Park, no contexto da Escola de Chicago. Com o suporte da Ecologia Humana, afirmava que a segregação residencial “manifestava-se por meio das áreas naturais, áreas geográficas concretas, análogas às comunidades de plantas e dotadas de poder preditivo” (CORRÊA, 2013, p.52-53). As críticas a esta proposição foram e são inúmeras, visto que supervaloriza os aspectos físicos do sítio como indutores prioritários da segregação.

Na Escola de Chicago, em contraposição à Ecologia Humana, consolidou-se a abordagem da segregação residencial por meio das áreas sociais, tratando a diferenciação social do espaço através de três fatores: posição social, urbanização e segregação. Por meio de análise fatorial, estes índices delimitam áreas socialmente homogêneas internamente e heterogêneas entre si. Após aplicação em diferentes cidades, tais como as indianas e islâmicas, as áreas sociais sofreram críticas que contribuíram para o avanço em busca de sanar possíveis inconsistências, como a excessiva uniformização dos setores censitários. A partir desse entendimento de áreas sociais, pautado na Ecologia Fatorial, surgiram diversos outros estudos (Rees – 1971; Timms - 1971), mostrando a utilidade da aplicação deste termo em experimentos e metodologias voltadas para a segregação espacial.

É fato que, independente das diferentes formas de conceituar e aferir a segregação espacial, é necessário compreender sua interferência nas escalas das cidades, inclusive brasileiras. Como destaca Souza (2013, p. 130), é fundamental confrontar a negação da

existência da segregação residencial no Brasil, e a prejudicial tentativa de “suavizar ou escamotear os afastamentos e as separações” ao invés de tratá-los. No que se refere especificamente à produção do intraurbano, segundo Silveira et. al. (2007, p. 04), este espaço “possui uma dinâmica particular, relacionada à acessibilidade, à mobilidade e à segregação”. Nota-se, portanto, a necessidade de uma visão holística da produção e reprodução espacial e sua dinâmica social, correlacionando-a com os fatores apontados por Silveira (2007), e também somando-se a eles a interferência da morfologia, uso do solo, espaços livres públicos, questões ambientais, e a própria influência da produção capitalista do espaço. Por isso, a necessidade de analisar o objeto empírico segundo estudos temáticos diversos em prol de uma visão integrada das potencialidades e problemáticas socioespaciais na busca por uma síntese dimensional.

Nesse contexto, ao considerar o processo de segregação socioespacial e sua relação com Três Lagoas, foi notada a necessidade de avaliar sua inserção em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Isso, porque o zoneamento urbano é um instrumento legal que influencia diretamente o “ordenamento” do espaço da cidade e sua distribuição em setores segundo usos, adensamento, gabarito, recuos e afastamentos, podendo implicar em integração ou segregação socioespacial. As ZEIS, por sua vez, podem ser tidas como uma ferramenta do zoneamento urbano que visa contribuir para a integração socioespacial das parcelas sociais de menor renda, podendo corroborar para a amenização ou interrupção do processo de segregação, em contraponto ao mercado imobiliário que, como aponta Maricato (2002, p. 02) vem se desenvolvendo de modo excludente.

A Lei federal 11.977/09, que dispõe sobre o “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), trata também da regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e define a ZEIS como uma “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (2009c, Art. 47, inciso V). Trata-se, portanto, de uma ferramenta de regulação urbanística que objetiva a “inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infra-estrutura” (BRASIL, 2009b, p. 17). Assim, percebe-se que a ZEIS é um instrumento legal da política urbana que contribui para a viabilização da habitabilidade e direito à moradia aos que ocupam assentamentos irregulares¹¹, inserindo a interface social no planejamento do espaço urbano e consequente zoneamento.

¹¹ Assentamentos irregulares são “ocupações inseridas em parcelamentos informais ou irregulares, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas, utilizadas predominantemente para fins de moradia” (Art. 47, inciso VI, da Lei 11.977/09)

Na escala municipal, o plano diretor de João Pessoa define a ZEIS como “aquelas destinadas primordialmente à produção, manutenção e à recuperação de habitações de interesse social” (JOÃO PESSOA, 2009, p. 12), podendo compreender:

I - terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou por assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em se promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra; II - glebas ou lotes urbanos, isolados ou contíguos, não edificadas, subutilizados ou não utilizados com área igual ou superior a 1.000 m²; III - edificações de valor para o Patrimônio Histórico que abriga ocupação plurifamiliar subnormal (idem, p. 13)

Em 2007, a Thecnium Consultoria juntamente com a PMJP produziu um relatório referente à situação atual das favelas da cidade, gerando uma escala de prioridades para embasar intervenções e discutir a definição das ZEIS no plano diretor atualizado (Quadro 1). Beira Molhada foi classificada como pertencente ao grupo 4-a, ou seja, uma comunidade de baixo risco, não configurando uma prioridade para a gestão pública, mas indicando seu potencial de se tornar uma ZEIS regulamentada futuramente. Assim, considerou-se pertinente abordar as zonas especiais de interesse social na presente dissertação (Consultar anexo 01 e 02).

Quadro 1: Grupos de ZEIS segundo relatório da Technum em parceria com a PMJP

Grupo	Características
1	Alto risco para a população. Pelo menos 30% da área do assentamento em situação de risco à saúde humana.
2	Médio risco para a população. Até 30% da área do assentamento em situação de risco à saúde humana.
3	Áreas de preservação ou conservação ambiental. Áreas de preservação permanente (APP) ou de fragilidade ambiental.
4	A Baixo risco para a população. Regularização fundiária no sentido amplo.
	B Baixo risco para a população. Regularização da situação fundiária (titularidade da posse dos terrenos)

Fonte: Lima (2012, p. 119)

Para viabilizar esse zoneamento de cunho social é fundamental que sejam inibidos os interesses dos demais segmentos do mercado imobiliário sobre as áreas destinadas a população de baixa renda. Uma das estratégias adotadas para isso é a determinação de padrões específicos de parcelamento do solo¹², com dimensões limitadas de lotes e

¹² Acerca disso, consultar o artigo 34 do Plano Diretor de João Pessoa (2009).

restrição ao remembramento dos mesmos¹³, garantindo a curto, médio e longo prazo a destinação social destas zonas.

Tal cunho social das ZEIS enquanto zona especial está diretamente relacionado ao interesse em um segmento social específico, o da população de baixa renda, visto que esta é quem “ocupa os assentamentos com precárias condições de habitabilidade e que tem dificuldades de ter garantido seu direito à moradia”(MORAES & MIRANDA, 2007). Nesse sentido, Lima (2012, p. 41) destaca que “um dos méritos da legislação referente às ZEIS reside no fato de se partir do pressuposto de que as populações nelas residentes foram excluídas do direito à cidade e que, portanto, merecem um regime jurídico especial”.

No contexto das favelas, isso traz à tona não apenas o direito à cidade, mas também à habitabilidade e moradia digna, como citado na Constituição Federal Brasileira à partir do ano 2000. Assim, as ZEIS configuram um instrumento jurídico de cunho socioespacial que tenta garantir a algumas tipologias de assentamentos irregulares o direito de acesso a condições dignas de posse e uso da terra e, diante disso, é possível afirmar que têm contribuído para promoção da integração da favela, mas que os ganhos decorrentes disso recaem sobre a cidade como um todo.

A perspectiva de integração da favela à cidade reforça o reconhecimento do direito mais amplo à cidade (“direito à cidade”) e induz à elaboração de projetos e modelos de gestão que focalizem tanto a favela como a cidade, em busca de soluções que respondam, simultaneamente, aos problemas ambientais e de estrutura urbana. A integração da favela à cidade, em sua dimensão urbanística, envolve muitos elementos de um programa de urbanização, como melhoria das condições de acessibilidade, habitação, saneamento, provisão de equipamentos públicos e manutenção urbana. Também refere-se a aspectos relacionados a dimensões econômicas, culturais e sociais. Recomenda-se, também, agregar componentes de geração de renda e políticas sociais, numa estratégia em prol da integração socioeconômica de seus moradores (DENALDI, 2010, P. 117).

Assim, o fato de Três Lagoas estar inserida em uma Zona Especial de Interesse Social vem reforçar a importância da análise urbanística dessa favela, visto que a promoção da integração socioespacial exige, inicialmente, o conhecimento das demandas sociais, econômicas, políticas, culturais e espaciais da sua população residente e da relação desta com o meio ambiente, com o entorno imediato e com a cidade. Por isso, é indispensável a compreensão da relação entre o espaço da favela, a (re)produção do espaço urbano, a segregação socioespacial e o zoneamento urbano, como foi brevemente apontado neste item.

¹³ “Depois de aprovado o plano de urbanização da Zona Especial de Interesse Social não será permitido o remembramento de lotes, exceto para a implantação de equipamentos comunitários públicos.” (JOÃO PESSOA, 2009, p. 14)

2.2 A favela e suas interfaces socioespaciais

Compreender a dinâmica de interesses socioeconômicos que conduz a produção do espaço é fundamental para a condução metodológica desta pesquisa, visto que interfere diretamente em questões socioespaciais relacionadas à legislação urbanística vigente, parcelamento do solo, autoconstrução e padrões de tipologias habitacionais, etc. Além disso, vale ressaltar a necessidade de debater acerca das interfaces socioespaciais da favela, abordando brevemente sua conceituação e seu contexto histórico visando a compreensão de sua participação na produção habitacional e urbanística intraurbana, trazendo uma percepção mais holística do objeto empírico de estudo, segundo sua escala local e global¹⁴.

Diante disso, ressalta-se que a produção e reprodução do espaço urbano se dá conforme a diversidade de necessidades e expectativas por parte dos agentes produtores do espaço, ou parte deles. Dentre os agentes sociais é possível encontrar aqueles envolvidos no mercado imobiliário, o Estado, e os grupos sociais ditos excluídos; todos marcando a (re)produção da cidade, de modo diferenciado, conforme seus balizadores culturais, autoridade, acesso ao capital e às tecnologias construtivas. Assim, as distintas percepções e formas de apropriação do espaço dão margem a conflitos e diversificam as soluções socioespaciais, formais e informais, observadas em todo o mundo.

Principalmente no contexto da produção capitalista do espaço, as diferenças entre tais agentes sociais não se referem apenas aos seus perfis socioeconômicos e interesses quanto ao espaço, mas também se estendem a possibilidade de acesso ou não à moradia digna. Assim, a restrição e/ou impossibilidade de posse da terra corroboram para o déficit habitacional, ao passo que confrontam a busca por habitabilidade e direito à moradia digna. Em meio a tais conflitos de interesses, cada agente determina meios para aquisição desse direito para si ou para “vender” a terceiros, como ocorre com os envolvidos no mercado imobiliário. No outro lado está o Estado que, por meio de estratégias fiscais e de políticas públicas, tenta mediar os conflitos sociais, movimentar o mercado da construção civil, mas também prover os direitos fundamentais básicos, na busca por intervenções compensatórias das desigualdades socioespaciais¹⁵.

¹⁴ “A ênfase nos aspectos locais acaba negligenciando aspectos globais, que levam em consideração o sistema de relações entre os espaços” (SABOYA, 2013, p. 01). “Apesar de constituírem espaços dependentes de uma estrutura territorial global realizada, o espaço intraurbano, ao contrário de espaços regionais e nacionais, possui, em outra escala, uma dinâmica particular, relacionada à acessibilidade, à localização e à segregação” (SILVEIRA, et. al. , 2015, p. 26)

¹⁵ “O Nordeste é a região que abriga as capitais mais desiguais do Brasil, aponta um estudo feito pela Prefeitura do Recife e pelo PNUD com apoio do Ministério da Integração Nacional e da Fundação João Pinheiro” (BITOUN, et. al. – Orgs., 2008, p. 01).

Em meio a esses interesses políticos e econômicos, vale ressaltar a preocupação que urge: efetivar o direito à moradia que legalmente já foi dado, inclusive, aos agentes sociais excluídos que compõem os números do déficit habitacional. Tal direito encontra bases legais na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu item 1 do artigo XXV, quando declara que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação [...]”. Nesse mesmo sentido, a Constituição Federal Brasileira (1988), através da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, em seu artigo 6º, afirma que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia [...]”. A emenda, datada do ano 2000, aponta o quanto é recente o reconhecimento constitucional do direito à moradia, diante da recorrente e antiga demanda habitacional, demonstrando certo atraso da legislação em atender as necessidades socioespaciais dos agentes de menor renda.

Contudo, a urgente necessidade de habitar levou e continua levando cidadãos a efetivarem, com suas próprias mãos, o direito à moradia adequada que, embora legislado, ainda permanece negligenciado. Assim, visando alcançar a habitabilidade, ao longo do tempo e atualmente, muitos agentes excluídos adentraram no universo da autoconstrução, originando assentamentos informais e ratificando a ocupação irregular como produto da segregação socioespacial.

“[os assentamentos precários têm sua] origem histórica relacionada a diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo, soluções para suas necessidades habitacionais, diante da insuficiência e inadequação das iniciativas estatais dirigidas à questão, bem como da incompatibilidade entre o nível da renda da maioria dos trabalhadores e o preço das unidades residenciais produzidas pelo mercado imobiliário formal” (BRASIL, 2010, p. 09)

No que se refere às favelas e tais assentamentos, Davis (2006) afirma que não se tratam de um fenômeno transitório e sim de uma estrutura já consolidada nas cidades, principalmente nos países em desenvolvimento. “Em resumo, existem restrições de ordem macroestrutural que tornam a favela a solução possível para a carência de moradias” (CARDOSO, 2007, P. 05), visto que “os assentamentos espontâneos de favela têm sido, assim, uma ‘solução’ construída por esses setores sociais para garantir sua sobrevivência” (BUENO, 2000, p. 304). “A favela será o expediente de que lançarão mão aqueles que não podem sequer comprar um lote a prestação na periferia. Trata-se de uma das manifestações mais brutais da exploração a que está sujeito o trabalhador brasileiro” (VILLAÇA, 1986, pág. 28).

A Organização das Nações Unidas (ONU), na publicação *“World Urbanization Prospects: the 2014 revision”*, afirma que em 2012 cerca de 863 milhões de pessoas viviam em favelas e demais assentamentos informais em todo o mundo, o que representa em torno de 30% da população global vivendo em habitações construídas com materiais não duráveis, com acomodações superlotadas, sem acesso à água, saneamento ou segurança contra expulsões, e ajudam a configurar um ciclo de vida imerso na ‘vulnerabilidade’¹⁶, cercado de riscos, que ameaçam o desenvolvimento humano. O relatório *“The challenge of slums”* (ONU, 2003) aponta ainda que há predominância de tais assentamentos nos países em desenvolvimento, e que cerca de 50% dos moradores de favelas concentravam-se na porção oriental e centro-sul da Ásia, 14% na América Latina e 17% na África sub-saariana. Além disso, ambas as publicações destacam o crescimento vertiginoso do número de moradores em favelas e assentamentos informais, que pode chegar a 2 bilhões até 2033 segundo o relatório de 2003, citado anteriormente.

No Brasil, segundo o Censo de 2010 do IBGE, cerca de 6% da população do país vive em aglomerados subnormais¹⁷, fenômeno que predomina na região sudeste e nordeste. Cardoso et. al. (2010, p. 81) destaca que “os registros do IBGE relativos aos setores subnormais, apesar de subdimensionarem o fenômeno das favelas, são de grande importância para a sua caracterização qualitativa”. Em contrapartida, Davis (2006, p. 34), baseando-se no relatório *“The challenge of slums”* (ONU, 2003) e em fontes diversas, afirma que 36,6% da população urbana brasileira vive em favelas. Denaldi (2010, p. 96), por sua vez, relata que nos principais centros metropolitanos — cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza — entre 20% e 50% da população total reside em assentamentos precários. Todos esses dados demonstram que os assentamentos irregulares são representativos na produção socioespacial da cidade não apenas pela sua atuação sociocultural, mas também pelo seu quantitativo.

¹⁶ O termo ‘vulnerabilidade’ empregado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) significa a exposição e a fragilidade social adquiridas desde o nascimento quando as pessoas são expostas a situações de pobreza. Oposto à vulnerabilidade tem-se, no mesmo relatório, o termo ‘resiliência’ que traz o entendimento sobre como superar os riscos sociais, sejam esses provenientes de fatores econômicos ou de base cultural, em busca de um desenvolvimento humano mais consistente.

¹⁷ Aglomerado subnormal é um conjunto que possua, no mínimo, 51 unidades habitacionais contíguas e carentes de infraestrutura, alta densidade, precariedade habitacional ou que represente ocupação irregular de solo público ou privado (IBGE, 2010). “Desde 1950, e com maior ênfase nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010, o IBGE contabilizou os dados referentes às favelas. Porém, esse instituto não trabalha com a definição vigente do termo favela, mas adota a definição de aglomerado subnormal. Para efeito de realização de pesquisas censitárias, o IBGE classifica um setor como aglomerado subnormal considerando critérios relativos aos aspectos físicos das ocupações, agregando a variável do tamanho do aglomerado, além do estatuto jurídico da propriedade” (NASCIMENTO, 2012, p. 41). Assim, embora não refira-se apenas às favelas, mas sim a unidades estatísticas de coleta diferenciadas, tais dados estatísticos do IBGE, de alguma maneira, conferem uma noção da proporção dos assentamentos irregulares no Brasil.

Nota-se que desde a escala local a global, os assentamentos precários ou irregulares encontram-se disseminados nas cidades, participando da produção e reprodução destas. Cabe ressaltar que esses assentamentos podem assumir diferentes morfologias e dinâmicas socioespaciais, exigindo dos pesquisadores e das políticas públicas o entendimento de seu caráter heterogêneo. Ainda que apresentem semelhanças formais, sociais e culturais, os assentamentos informais não devem ser homogeneizados, visto que isso anularia suas peculiaridades gerando impactos socioculturais a curto, médio e longo prazo.

A figura metafórica dos Assentamentos Precários requer dos pesquisadores um esforço de entendimento interdisciplinar para se evitar cair em simplificações embaraçosas. Na descrição do fenômeno, percebe-se que o termo “Assentamentos Precários” induz a várias representações que precisam ser compreendidas. Na maioria dos casos, quando se trabalha com a tipificação dos assentamentos, a primeira imagem que é produzida recai no tipo da habitação descrita em minúcia pela qualidade do material construído, pela forma de posse do terreno e pela ocupação da habitação, a partir das quais se caracterizam as diversas situações de assentamentos como favela, mocambo, loteamentos clandestinos e/ou irregulares, marcadas também por intensa heterogeneidade interna (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2009, p. 17)

Nesse sentido, a ONU (2003) alerta que não há uma homogeneidade dos assentamentos informais no mundo e destaca a existência de variadas tipologias com precárias condições de moradia, tais como *slum* (favela), *shanty* (cabana), *squatter* (posseiros), *settlement* (assentamento), entre outros termos que refletem essa diversidade de expressões da pobreza e da segregação urbana. Seria uma inverdade afirmar que não hajam semelhanças socioespaciais em meio a tal diversidade, visto que existem¹⁸. O que se pretende é alertar que embora possa haver uma lógica socioespacial que se perpetue em tais assentamentos, é necessário atentar para os prejuízos da excessiva homogeneização acerca da produção informal do espaço.

O Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) afirmam ser necessário dimensionar as “necessidades [habitacionais] e a demanda de recursos para atendê-las, em escala nacional, sem perder o foco nas peculiaridades regionais e locais constitui uma condição básica para o planejamento das intervenções [das políticas públicas habitacionais]” (BRASIL, 2010, p. 08). Diante disso, na nova Política Nacional de Habitação (PNH) foi adotada a expressão “assentamentos precários” enquanto categoria de abrangência nacional que engloba porções da cidade com dimensões e tipologias variadas que têm em comum: o fato de serem predominantemente residenciais e habitados por

¹⁸ Acerca das semelhanças formais interfavelas consultar a tese de doutoramento intitulada “A lógica da diversidade: complexidade e dinâmica em assentamentos espontâneos” (SOBREIRA, 2003)

cidadãos de baixa renda, a precariedade das condições de moradia, e a autoconstrução como estratégia de acesso à habitação.

É nesse sentido que se resolveu adotar a denominação de “assentamentos precários” para fazer referência, principalmente, às situações das áreas ocupadas irregularmente, seja do ponto de vista jurídico, seja do ponto de vista urbanístico, e que apresentem deficiências de infraestrutura e de acessibilidade (CARDOSO, et. al., 2010, p. 78).

Classificar e conceituar assentamentos precários é sempre um desafio, visto que trata-se de um objeto dinâmico e diversificado que comumente apresenta-se através de sobreposições de distintas tipologias em um mesmo território, o que implica em estudos mais aprofundados para evitar contagens duplicadas ou indevidas em pesquisas quantitativas, a exemplo do Censo produzido pelo IBGE (BRASIL, 2010, p. 19). Além disso, tais tipologias possuem diferentes nomenclaturas e caracterizações de acordo com as peculiaridades regionais do Brasil¹⁹. Diante disso, a nova PNH buscou definir a categoria abrangente dos assentamentos precários definindo-a como o

“conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados” (BRASIL, 2010, p. 09)

Considerando essa categoria dos “assentamentos precários”, o desafio seguinte foi definir e diferenciar as tipologias nela incluídas, não para “engessar” sua análise, mas sim na pretensão de contribuir para a melhor compreensão destes espaços informais mesmo diante de suas semelhanças e sobreposições. Para isso, foram adotadas variáveis socioespaciais, à saber: condição de acesso à moradia, situação de posse e morfologia do terreno, localização no tecido da cidade, traçado urbano e infraestrutura, e condição da unidade habitacional (Quadro 2).

¹⁹ “O que se observa no país é uma enorme variedade de termos e expressões, regionais e locais – tais como: favelas, barracos, mocambos, palafitas, baixadas, alagados [...] – sendo utilizados para designar fenômenos semelhantes” (BRASIL, 2010, p. 19). “O termo favela, por outro lado, é referido à situação do Rio de Janeiro, já que em outras cidades os mesmos assentamentos podem ser denominados como “vilas” (Porto Alegre e Belo Horizonte), “invasões” (Salvador) ou “baixadas” (Belém), entre outros” (CARDOSO, et. al., 2010, p. 78). Na presente dissertação é adotado o termo favela, dada sua maior disseminação no vocabulário brasileiro e por se tratar do termo adotado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Quadro 2: Tipologias de assentamentos precários

Variáveis	Tipologias de Assentamentos Precários			
	Cortiços	Favelas	Loteamentos irregulares	Conjuntos habitacionais
Acesso à moradia	Aluguel sem contrato ou ocupação ilegal de imóvel abandonado (público ou privado).	Ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, seguida de compra e venda informal (sem registro).	Compra e venda entre agentes privados. Sem escritura no registro imobiliário.	Compra e venda ou concessão de uso pelo poder público (sem registro). Ocupação ilegal.
Terreno	Lote regular.	Dimensões irregulares. Resultante de subdivisão informal de lote ou gleba ou área de proteção ambiental.	Lote de dimensão regular em gleba parcelada irregularmente.	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público, sem aprovação formal.
Localização	Áreas centrais.	Áreas centrais, intermediárias ou periféricas, adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.
Traçado Urbano e Infra-estrutura	Inserido em áreas consolidadas com traçado urbano regular e dotadas de infraestrutura.	Inserido em área com ou sem infraestrutura. Nas áreas internas do assentamento: traçado desordenado; predominância de vielas de pedestres e escadarias; ausência ou precariedade das demais infra-estruturas.	Traçado urbano regular. Viário com problemas de drenagem e trafegabilidade; precariedade das demais infra-estruturas. Áreas públicas ocupadas por favelas.	Traçado urbano regular. Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção. Áreas públicas ocupadas por favelas.
Condição da unidade habitacional	Cômodo resultante da subdivisão de imóvel degradado. Uso coletivo de instalações sanitárias. Hidráulica e elétrica precárias. Insalubridade.	Autoconstrução, problemas estruturais; materiais inadequados; hidráulica e elétrica precárias e irregulares. Insalubridade e risco.	Autoconstrução ou mutirão; falta de acabamento; materiais de baixa qualidade; hidráulica e elétrica regulares ou não.	Construção por empreiteira ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entorno degradado.

Fonte: BRASIL, 2010, p. 20.

Por sua vez, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) promovida pelo IBGE em 2008, considerou outros critérios e categorias para a classificação de assentamentos precários no Brasil (Quadro 3). Contudo, mesmo em meio as distintas metodologias observadas, nota-se que mais importante do que buscar definições e limites precisos entre uma tipologia e outra, é compreender a dinâmica socioespacial existente no espaço informal e como isso se dá de forma maleável em meio a sobreposições de

categorias e morfologias. Além disso, percebe-se também que independente da classificação adotada, todos os espaços da cidade, sejam eles formais ou informais, devem ser reconhecidos, analisados e atendidos pelas políticas públicas conforme suas reais necessidades e respeitando suas particularidades locais.

Quadro 3: Critérios para classificação de assentamentos precários

Quadro 4: Critérios para classificação de assentamentos precários pela Pesquisa MUNIC 2008 – IBGE	
Favelas, Mocambos, palafitas e assemelhados	Ocupação de terreno de propriedade alheia
	A maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade
	Vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular
	Lotes de tamanho e forma desiguais
	Ocupação densa de unidades habitacionais
	Precariedade de serviços públicos essenciais
Cortiços, casas de cômodo ou cabeça de porco	Unidade de moradia de várias famílias
	Uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias
	Nas unidades habitacionais o mesmo cômodo tem várias funções
	Construção em lotes urbanos
	Subdivisão de habitações em uma mesma edificação
Loteamentos irregulares	Unidades habitacionais geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas sem contrato formal
	Sem aprovação prévia do poder público municipal
	Descumprimento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais
	Falta de titulação correta da terra
	Falta de correspondência entre o projeto apresentado e o executado

Fonte: BRASIL, 2010, p. 33.

Apenas quanto à favela já se percebe heterogeneidade²⁰, visto que diversos fatores ambientais, sociais, culturais, de topografia, etc., acabam por interferir na forma como se dá a produção do espaço informal. “A favela é diversa e heterogênea” (SILVA et. al., 2009, p. 92), e “além das diferenciações internas, existem grandes variações entre uma favela e outra” (MACHADO DA SILVA, 1967, p. 37, apud, LEITÃO, 2012, p. 237). “No entanto, a visão homogeneizante, que considera ‘iguais’ todas as favelas, ainda está presente no senso comum – e também nas práticas de alguns agentes do setor público” (LEITÃO, 2012, p. 236).

Tendo em vista essa heterogeneidade e diversidade socioespacial, e considerando o crescimento das favelas, sua consolidação, ou apenas sua existência, vale ressaltar a

²⁰ Além das incompatibilidades entre os conceitos, há também casos como o de Beira Molhada, que apresenta simultaneamente características de favela e de loteamento irregular. Nessa dissertação optou-se por adotar o termo favela, em concordância com a PMJP, tendo em vista que não foi encontrado nenhum projeto prévio de loteamento. Contudo, vale ressaltar que independente da classificação adotada, o fator primordial é a precariedade do assentamento e a necessidade de analisar sua dinâmica socioespacial em prol da integração da cidade.

importância de compreender sua conceituação e nomenclatura, visando embasar análises socioespaciais como a sugerida nesta pesquisa. Nesse sentido, tem-se debatido e buscado compreender o que é a favela, considerando seus impactos positivos e negativos, e sistematizar informações sobre como é a favela. Isso, ratificando a necessidade de conhecer esta tipologia de assentamento precário e sua intensa dinâmica socioespacial, visto que conceituar com fidelidade a realidade implica em conhecer o objeto a ser conceituado. Esse é um dos desafios, pois a maioria das favelas, principalmente brasileiras, não é amplamente diagnosticada em termos socioespaciais, nem mesmo pelas autoridades responsáveis.

A face mais cruel da construção desse espaço excludente, talvez esteja em sua dissimulação ou ocultamento como já foi destacado. Não há na sociedade brasileira consciência sobre o gigantismo dos territórios de exclusão, que podemos chamar aqui de não cidade ou amontoado de pessoas, sem lei ou regras de convivência e de ocupação do espaço. Não há dados fidedignos (nem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) sobre o número de brasileiros morando em favelas. (MARICATO, 2002, p. 03)

Assim, na tentativa de definir ou caracterizar a favela, é fundamental ter consciência de como se deu sua “origem”, visando facilitar a compreensão de seu processo de apropriação e consolidação na atualidade. É possível “identificar a gênese do processo de construção social da favela nas descrições e imagens que nos foram legadas por alguns homens de letras, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX” (VALLADARES, 2000, p. 04). Desse modo, a maioria dos relatos não trata da percepção da população de baixa renda, mas sim da observação de outros agentes sociais acerca da favela. Tal fato contribuiu para que se multiplicasse uma abordagem, muitas vezes, baseada na segregação socioespacial e tratando a favela e demais assentamentos precários como um objeto dotado apenas de problemáticas e gerador riscos ao desenvolvimento e “higiene” da porção formal de diversas cidades brasileiras.

Em parte significativa dos documentos técnicos, políticos ou reportagens, formulados ao longo da história, os assentamentos precários ocupados (produzidos) pela população de baixa renda, no Recife, foram colocados como “anomalias” na cidade. (MORAES & MIRANDA, 2007, p.74)

Além disso, quando se trata da “origem” da favela, comumente é descrito o contexto do Rio de Janeiro, no qual é possível encontrar estudos que fundamentam o cortiço como “germe”, já apresentando tipologias construtivas e práticas sociais que apontavam o que se seguiria na formação das favelas (VALLADARES, 2005 e 2000).

“Segundo pesquisa realizada por Vaz (1994: 591), o célebre cortiço Cabeça de Porco, destruído pelo Prefeito Barata Ribeiro em 1893, possuía barracos e habitações precárias do mesmo tipo identificado em seguida no Morro da

Providência. Outros autores também estabeleceram uma ligação direta entre as demolições dos cortiços do Centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX (Rocha, 1986; Carvalho, 1986; Benchimol, 1990)" (VALLADARES, 2005, p. 24)

No final do século XIX, com as ações higienistas, parte considerável dos cortiços foi demolida visando "sanear" a cidade, e os desdobramentos dessa batalha anti-cortiços contribuiu para que emergisse o interesse público pela favela enquanto foco de pobreza a ser analisado e solucionado. Contudo as favelas não eram devidamente conhecidas nas estatísticas oficiais, visto que eram tidas como habitações urbanas temporárias, o que não implica em dizer que não existissem, ou não fossem alvo de atenção. Em 1940, contudo, o governo municipal carioca impulsionou levantamentos²¹ sistemáticos específicos acerca das favelas, visando quantificar seus habitantes para então removê-los das áreas de alta valorização que ocupavam (ABREU, 1994, p. 34). Assim, nota-se que "o fenômeno da existência das favelas é claramente anterior ao aparecimento da categoria favela", visto que a favela enquanto fenômeno já se fazia presente na produção do espaço urbano brasileiro, ainda que não fosse alvo de políticas públicas, ou possuísse uma caracterização detalhada nas estatísticas oficiais (VALLADARES, 2005, p. 26).

Além disso, ainda que inúmeros outros morros do Rio de Janeiro tenham sido ocupados por favelas anteriormente, foi a ocupação do Morro da Providência que marcou historicamente a origem da favela carioca. O discurso histórico padrão, amplamente questionado, afirma que o surgimento da favela se deu com soldados regressos da campanha militar na Guerra de Canudos, que ao chegar no Rio de Janeiro, tiveram suas promessas de moradia e pagamento de soldos descumpridas, desencadeando a ocupação do Morro da Providência. A partir de então se desencadeia uma história de resistência e reivindicação por direito de renda e moradia que deixou marcas espaciais na cidade, renomeando o Morro da Providencia como Morro da Favela. Esse novo nome remetia à resistência dos entrincheirados da guerra de canudos, e a planta encontrada no Morro Santo, cenário desta guerra (VALLADARES, 2005, p. 29).

Contudo, é fundamental compreender que a heterogeneidade da produção informal do espaço também interfere na origem das favelas no Brasil, visto que, de acordo com a

²¹ Em 1941, durante o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, foi solicitado um estudo acerca dos aspectos gerais e particulares das Favelas. Os autores desse estudo (médico Mariano Filho, engenheiro Alberto Amarante e o Arquiteto Américo Campelo) listaram informações necessárias à uma ação eficaz de levantamento, a saber: número exato de habitações que compõem cada núcleo; caráter da formação e sua densidade; número de habitantes; caráter específico das habitações; caracterização urbanística das terras ocupadas; número de habitantes, ocupação dos homens e das mulheres; número de crianças em idade escolar; condições sanitárias gerais; extensão da área ocupada; dossiê fotográfico; possibilidades de urbanização de cada núcleo; nome dos proprietários das terras ocupadas. (VALLADARES, 2005, p. 55)

região do país, são observadas diferentes formas de “surgimento” e consolidação destes assentamentos.

“No entanto, em outras cidades, nem todas as favelas eram invasões: no Nordeste, era comum o denominado “aluguel do chão”, ou seja, a permissão da ocupação pelo proprietário, sem parcelamento, através da contrapartida do pagamento de um arrendamento, na grande maioria dos casos sem contratos formais. Essa situação favorecia o proprietário com a valorização do terreno, através da consolidação da ocupação, ocorrendo posteriormente o despejo dos moradores, sem direito à indenização, na medida em que não estavam protegidos por contratos formais. Em outras cidades, principalmente no Sudeste, a invasão era a forma predominante de ocupação, preferencialmente de terrenos públicos, o que aumentava a possibilidade de permanência. Em muitos casos, a ocupação era – e ainda é – apoiada por políticos ou por agentes públicos, em troca de apoio eleitoral, seguindo o esquema clientelista clássico. Uma boa parte das favelas se localizava também, generalizadamente no país, através da ocupação de terras inadequadas, principalmente mangues, margens de cursos d’água ou encostas de alta declividade. [...]Ao longo do século XX, as favelas foram se consolidando como a principal alternativa de moradia para as populações de baixos rendimentos” (CARDOSO, 2007, p.02)

Assim, conforme se diferenciava o contexto social, econômico e espacial de cada cidade, a história da gênese da favela também sofria alterações, mas ao longo do tempo, alguns fatores vêm sendo levantados como responsáveis por corroborar para essa gênese no Brasil, tais como o processo de rápida urbanização com altas taxas de migração rural-urbana e os baixos investimentos em prol da regulação pública sobre as áreas urbanas, etc. Contudo, na década de 1970, constatou-se que parte significativa da população que residia em favelas não era constituída de migrantes em processo de ascensão socioeconômica, mas sim de camadas empobrecidas por um processo descendente de mobilidade social. A partir disso, passaram a ser apontados outros fatores, a saber: o modelo de desenvolvimento do país dotado de alto nível de desigualdade social; a falta de planejamento e investimento em infraestrutura urbana; a incapacidade do poder público em regular o mercado fundiário e imobiliário, gerando preços da terra incompatíveis com a renda de parte considerável da população; e a negligência das políticas públicas habitacionais em atender a população de baixa renda (CARDOSO, 2007).

Tais fatores citados influenciaram e continuam influenciando, em maior ou menor grau, a formação das favelas em cada região do país, mas é fato que a história desses assentamentos e da produção do espaço informal vem avançando em busca de uma percepção mais participativa, onde os agentes produtores do espaço informal possam ter espaço para contar sua própria história. Esse avanço na participação dos agentes informais traz ainda mais consistência ao debate acerca de seu contexto histórico, e também às discussões sobre a conceituação e terminologia utilizada para as favelas. Trata-se de um reconhecimento do residente da favela como agente produtor de história e do espaço.

Definir a favela é motivo de debates com divididas opiniões, visto que, por muito tempo, a narrativa acerca da favela apontou estes espaços como sendo apenas focos de doenças e criminalidade²², mas vêm se consolidando propostas de definições mais holísticas²³ que se desafiam a abranger todas as interfaces (social, cultural, espacial, etc.) da favela, apontando os aspectos positivos e negativos que a caracterizam. Além disso, se reconhece também o tempo como a quarta dimensão do espaço²⁴, pois “a favela, assim como a cidade, é um organismo vivo e mutável com o tempo e o espaço, portanto, conceitos que se referem a questões inertes não condizem com o fenômeno” (NASCIMENTO, 2012, p. 41). Além disso, vale ressaltar que definir qualquer objeto de estudo, demanda que se conheça esse objeto na atualidade, seu percurso histórico e sua dinâmica. Tendo em vista as lacunas ainda presentes na história das favelas, e seu intenso dinamismo socioespacial, é natural que defini-la demande esforços, contudo já se reconhece que conhecer esse universo da produção informal do espaço, qualitativa e quantitativamente, é fundamental para defini-lo com eficiência.

Embora sugeridas por diversos autores e órgãos governamentais, parte considerável das definições publicadas ainda tem como único parâmetro os elementos convencionalmente presentes nos bairros e inexistentes nas favelas. Dessa forma, “o eixo paradigmático de representação das favelas é a ausência” (SILVA et. al., 2009, p. 16), ou seja, apenas se descreve o que esses espaços não têm quando comparados à cidade dita formal (infraestrutura e serviços básicos, saneamento, segurança pública, etc). Contudo, isso não é satisfatório e pode corroborar para a segregação socioespacial, fazendo parecer equivocadamente que a favela gere apenas impactos negativos, não tendo nada que possa representar ganho ou ensinamento aos agentes da produção formal do espaço. Percepções como esta tornam notório o desconhecimento dos espaços informais e suas potencialidades. “Enquanto a favela continuar a ser explicada sempre a partir do

²² “A imprensa e o próprio governo colaboraram para a difusão da imagem preconceituosa e estigmatizada das favelas e dos favelados, referindo-se a esses como limites da sociedade, da humanidade e da comunidade política. O estereótipo das pessoas que residiam nesses assentamentos era intrinsecamente ligado aos aspectos negativos de uma civilização, tomando a alusão de que eram zonas de ‘contágio’ para a população da cidade formal. Mais do que um nome, no caso da favela, elaborou-se uma imagem associada a muitos mitos que condenavam um determinado espaço da cidade” (NASCIMENTO, 2012, p. 38). Nesse sentido, Meirelles & Athayde (2014, p. 104) destacam que “existe uma favela real, de madeira, ferro, cimento, carne e osso, mas há outra, ficcional, da prosa de invenção, constituída sob encomenda para legendar os rótulos de desaprovação colados sobre os excluídos. A favela de verdade apresenta-se na diversidade, plena de defeitos e virtudes. Aquela imaginada pelo asfalto, porém, é apenas reduto do vício e da perversão, imagem que o *establishment* difundiu massivamente durante décadas, conforme o receituário de estigmatização do conjunto dos pés: pretos, pobres, e proletários privados da propriedade”.

²³ Costa (2012, p. 134) destaca que “o sujeito denomina e é denominado em um espaço material político-simbólico, um espaço que também é físico, concreto, territorial, geográfico, urbano, estereotipado, ou seja, composto por suas dimensões reais e imaginárias”.

²⁴ Acerca disso, consultar Sobreira (2003)

pressuposto da carência teremos uma maior dificuldade de agir, sobretudo no sentido de permitir um maior reconhecimento da favela na cidade” (SILVA, 2009, p. 81)

Definir socioespacialmente a favela apenas segundo a precariedade física de suas habitações ou ausência de posse da terra, pode dar margem a dúvidas, visto que loteamentos irregulares e outras tipologias de assentamentos precários também tem essas mesmas características (FREIRE, 2006). No posfácio do livro “Planeta Favela” (DAVIS, 2006, p. 222), Maricato afirma que “temos definido favelas pela relação jurídica que o assentamento mantém com a terra invadida. Há casas em favelas que são melhores do que as casas em bairros legais, mas essa constatação não basta.” Basear-se apenas na precariedade das habitações configura um reducionismo que, inclusive, ressalta aspectos arquitetônicos ao passo que anula ou diminui a importância dos aspectos sociais e urbanísticos destes assentamentos informais.

Existem diversos autores que apontam como características definidoras da favela a precariedade das construções, a ausência de infraestrutura e a irregularidade fundiária. No entanto, existem outras formas de ocupação, como os cortiços, que também apresentam essas características e não são considerados favelas. Algumas das características apontadas também não são encontradas em todas as favelas. Um dos exemplos concretos é a questão da precariedade das construções, que têm se alterado com a substituição de construções de taipa pelas de alvenaria. Segundo Pasternak (2001), no município de São Paulo, em 1993, 75% dos domicílios em favela já eram de alvenaria²⁵. Contudo, a qualidade dessas habitações, no que diz respeito ao nível de conforto térmico ambiental, pode ser questionada, como também o caráter precário dessas, ainda que construídas em alvenaria (NASCIMENTO, 2012, p. 39-40)

Observa-se que essa dificuldade de conceituar e nomear a favela é consequência da complexidade e diversidade dessa tipologia de assentamento, e que um dos pontos cruciais é considerar seus impactos positivos e negativos sem distinção, visto que ambos tem igual importância. A exemplo disso, nota-se que embora apresente diversos impactos negativos sobre si e na cidade, a favela também contribui com impactos positivos, tais como a recorrente urbanidade de seus espaços livres públicos e a relação social de convivência entre vizinhos.

No que se refere a Três Lagoas, segundo a PMJP, é nomeada como favela, mas seus residentes a denominam comunidade, levantando a necessidade de compreender esse segundo termo para decidir utilizá-lo nesta dissertação ou não. Percebeu-se então que se identificar com “favelados”, por exemplo, poderia soar como pejorativo, pois comumente se relaciona favela apenas aos impactos urbanísticos negativos, tais como a insalubridade e a

²⁵ Essa informação é fundamental, visto que a precariedade não se encontra apenas no tipo do material utilizado na edificação, mas deve também considerar o processo construtivo como um todo, os fluxos resultantes, o conforto térmico, lumínico e ambiental, etc. Em Três Lagoas, por exemplo, observa-se precariedade nas edificações mesmo diante da predominância da alvenaria como método construtivo das edificações.

violência urbana. Costa (2012, p. 139) afirma que “o próprio sujeito-morador identifica o favelado de forma estereotipada. Notamos que para ‘escapar’ desses sentidos, dessa identificação, esse sujeito não denomina, ou seja, não identifica seu espaço como favela”.

[...] “favela” é um desses termos que parecem já ter adquirido feições de vocábulo “naturalizado”, mas que costumam carregar um conteúdo pejorativo que não escapa à percepção daqueles que sofrem com valorações negativas por trazerem a marca de um estigma socioespacial (no caso, “os favelados”). Não é à toa que, algumas vezes, o termo “favela” é, de algum modo, tácita ou explicitamente contestado. [...] No caso da “palavra comunidade”, salta aos olhos a estratégia tácita, por parte dos pobres, de construir, com a ajuda do discurso sobre si mesmos, uma imagem que favoreça a autoestima coletiva, em vez de reforçar a estigmatização socioespacial ou a mera vitimização (SOUZA, 2001, p. 151)

Desse modo, os residentes desses assentamentos fazem uso de eufemismos tais como o emprego da palavra “comunidade”, que “surge significando a possibilidade de o sujeito-morador da favela tornar-se sujeito-político-autônomo” (COSTA, 2012, p. 141). A favela é parte integrante da comunidade do país, mas qualquer tipo e ajuntamento de indivíduos pode representar uma comunidade desde que tenham interesses comuns. A terminologia “comunidade”, portanto, não define a favela quanto as suas peculiaridades socioespaciais, apenas a caracteriza e, por isso, não foi utilizada nessa dissertação, na qual foi adotado o termo favela, em concordância com a prefeitura municipal local (PMJP), mas sem qualquer conotação pejorativa que enfatize o caráter negativo em detrimento do positivo. É importante frisar essa questão visto que a segregação socioespacial se concretiza na produção do espaço, mas também se estende à construção dos conceitos e das políticas públicas. Por isso, aqui se optou por não fazer uso de eufemismos acerca da favela, visto que entende-se que este é um assentamento digno de respeito como qualquer outro, seja formal ou informal.

Retoma-se, então, ao termo favela, sobre o qual vale ressaltar que sua definição deve ter o objetivo de embasar a produção de “informações para subsidiar políticas públicas capazes de melhorar significativamente a vida das populações” (GONDIM, 2009, p. 54). Desde sua conceituação deve haver, portanto, compromisso em traduzir a realidade, visto que “a ausência de uma discussão conceitual rigorosa pode comprometer a quantificação do fenômeno” (GONDIM, 2009, p. 54), ou ainda sua qualificação e possíveis soluções a seu respeito. Nesse sentido, pesquisadores tem se levantado na busca por conceituar a favela segundo seus impactos positivos e negativos.

A ONU (2003, p. 01) ressalta que “as favelas são um conceito multidimensional, que envolve aspectos de habitação precária, alta densidade, falta de serviços e de posse de terra [...]”, mas também define as favelas como uma “manifestação física e espacial de

pobreza urbana e desigualdade intraurbana”, embora frise que nem todos os moradores de favelas sempre são pobres (ONU, 2003, p. XXVI). Por fim, na mesma publicação, a ONU conclui que favelas como aglomerados “construídos com materiais inadequados distribuídos irregularmente em lotes onde quase sempre falta infraestrutura urbana, serviços sociais e equipamentos, formando um complexo social, econômico, sanitário, educativo e urbano.” (ONU, 2003, p. 226). Nota-se que há nessa definição uma tentativa positiva de abordar a favela de modo multidisciplinar considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os sociais, contudo ainda é notada certa priorização dos impactos físicos negativos em detrimento dos positivos.

Maricato (2003, p. 79), por sua vez, baseia-se na posse da terra, afirmando que o que define a favela é “a completa ilegalidade da relação do morador com a terra. Trata-se de áreas invadidas”, e aponta que a diferença quanto aos loteamentos irregulares é “o contrato de compra e venda que garante algum direito ao morador do loteamento, também chamado popularmente de loteamento clandestino”. Nesse mesmo sentido, Bueno (2009, p. 46) afirma que “a definição de favela tem fundação na prática social do uso de terra sem a detenção de direitos reconhecidos a partir de registros sobre ela”. Ambas as definições parecem limitadas, visto que tratam apenas da questão da posse fundiária, anulando outras dimensões socioespaciais que a definem e caracterizam, principalmente as relativas a produção social do espaço.

Ainda que se pretenda formular uma definição do ponto de vista urbanístico e, portanto, espacial é fundamental considerar a interface social do espaço, pois “a favela não é somente um lugar para morar, mas para formular, produzir, aprender e viver” (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014, p. 17), ou seja, um espaço diretamente influenciado pela produção social. Nesse sentido, Silva (2009, p. 83) ressalta que,

“a favela é um espaço marcado por iniciativas e estratégias de sujeitos concretos na cidade que buscam exercer sua cidadania. [...] E como cidadãos que somos, temos direitos a uma série de elementos fundamentais para nossas vidas. A educação não prepara para cidadania, mas é por ser cidadão que eu tenho direito à educação, como também tenho direito ao trabalho, direito a moradia, direito à vida. (SILVA, 2009, p. 83).

Buscando reunir essas diversas percepções sobre o que é favela, sob uma ótica multidisciplinar, o Observatório das Favelas realizou o seminário “O que é a favela, afinal?”, em agosto de 2009. O seminário, patrocinado pelo BNDES, reuniu pesquisadores de diferentes origens e resultou em uma declaração própria, visando reunir e relacionar as constatações tidas ao longo dos debates e publicações realizadas, considerando aspectos sociopolíticos, socioeconômicos, sociourbanísticos, e socioculturais (Quadro 4).

Quadro 4: Conceituação de favela segundo o Observatório das Favelas (2009)

CONCEITO	
PERFIL SOCIO-POLÍTICO	“[...] a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes [...]. Portanto, as favelas são, de modo geral, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando na baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores.” (SILVA et. al., 2009, p. 96)
PERFIL SOCIO-ECONÔMICO	“[...] a favela é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, [...]. Predominam as relações informais de geração de trabalho e renda, com elevadas taxas de subemprego e desemprego [...]. Os baixos indicadores econômicos das favelas são acompanhados pelos indicadores de educação, de saúde e de acesso às tecnologias [...]. Há, portanto, distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualificação do tempo/espço particular às favelas e o das condições presentes na cidade como um todo.” (SILVA et. al., 2009, p. 96)
PERFIL SOCIO-URBANÍSTICO	“[...] a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. A apropriação social do território é configurada especialmente para fins de moradia, destacando-se a alta densidade de habitações das suas áreas ocupadas e de sua localização em sítios urbanos marcados por alto grau de vulnerabilidade ambiental. A favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade.” (SILVA et. al., 2009, p. 97)
PERFIL SOCIO-CULTURAL	“[...] a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) ²⁶ e descendentes de indígenas, de acordo com região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica. As diferentes manifestações culturais, artísticas e de lazer na favela possuem um forte caráter de convivência social, com acentuado uso de espaços comuns, definindo uma experiência de sociabilidade diversa do conjunto da cidade. Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas.” (SILVA et. al., 2009, p. 97)

ELABORAÇÃO: Yasmin Peregrino (2016)

Essas definições do Observatório das Favelas apontam para um retrato muito próximo da realidade dessa tipologia de assentamento precário, sendo adotada como suporte conceitual para o presente trabalho, visto que relata os impactos negativos e positivos, além de adotar uma visão multifacetada, considerando a favela segundo sua interface sociopolítica, socioeconômica, sóciourbanística e sociocultural. Embora a presente dissertação trate de uma abordagem urbanística, considera-se necessário abranger a conceituação das demais interfaces, tendo em vista o objetivo de uma análise socioespacial integrada que, desde a escolha do conceito a ser tomado como base, deve reconhecer a favela e seus agentes sociais como sendo parte integrante da cidade, “e isso não é trivial, já que para muitas pessoas a favela é aquilo que não é cidade, é um espaço que está fora da cidade” (SILVA, 2009, p. 82). É, portanto, indispensável analisar estes espaços para que sejam conhecidos, nomeados, definidos, analisados e integrados social e espacialmente.

²⁶ Acerca disso, consultar Lira (1999).

2.3 Aspectos físicos da produção informal do espaço

Abordar aspectos físicos do espaço remete à morfologia urbana²⁷ que, segundo Lamas (1993) “é a disciplina que estuda o objeto – a forma urbana – nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo” (LAMAS, 1993). Desse modo, seria indevido considerar as formas como elemento estático, visto que devem se organizar “nos diferentes níveis no tempo e no espaço” (LYNCH, 2011, p. 101). Também remetendo a temporalidade do espaço, Del Rio (1990, p. 71) afirma que a morfologia estuda o “tecido urbano e seus elementos construídos formadores através de sua evolução, transformações, inter-relações e dos processos sociais que o geram”. Nota-se, assim, que a análise dos aspectos físicos é fundamental para a compreensão dos processos e aspectos sociais do espaço, e vice e versa.

Do mesmo modo, vale ressaltar que a diversidade de formas, texturas, usos e apropriações reflete a sociedade enquanto elemento igualmente diversificado, pois “uma cidade é uma organização mutável e polivalente, um espaço com muitas funções, erguido por muitas mãos” (LYNCH, 2011, p.101). Assim, considera-se que “a cidade é múltipla, e resulta da combinação simultânea de movimentos aparentemente opostos e excludentes, mas que são na verdade complementares: o planejado e o espontâneo” (SOBREIRA, 2003, p. 35). Considerando essa concepção de cidade enquanto teia urbana²⁸ complexa e construída pela diversidade, para compreender os movimentos que produzem a morfologia urbana, deve-se levar em consideração a ação dos agentes sociais tanto no processo planejado como espontâneo de produção do espaço. Da mesma maneira, ao analisar as práticas sociais é necessário considerar a interferência da forma urbana e sua infraestrutura, visto que, como destaca Andrade (2012, p. 193) aspectos físicos podem contribuir para o exercício da cidadania e, conseqüentemente, para a dinâmica social do espaço.

Para analisar o espaço urbano deve-se considerar a ação planejada e legalizada das classes de maior poder aquisitivo, mas também a produção espontânea do espaço informal da cidade, feita por “não-arquitetos” (JACQUES, 2011, p. 15) em favelas, cortiços e loteamentos irregulares. Estes agentes sociais excluídos, à sua maneira vernacular e improvisada, constroem traçados de vias, quadras e lotes, sob uma dinâmica espaço-temporal que por diversas vezes supera o ritmo da cidade formal.

²⁷ Sobre Morfologia Urbana, consultar também Rossi (1966)

²⁸ Sobre “teia urbana” consultar Salingeros (1998).

A produção do espaço na favela se diferencia dos planos urbanísticos formais tanto por seus aspectos físicos, quanto por seus processos. Na cidade dita formal o espaço é comumente planejado e submetido ao consentimento dos órgãos locais, visando a documentação que legaliza os imóveis resultantes. Na informalidade, a produção tem normas implícitas que, em sua maioria, não condizem com as leis oficiais, embora também se envolva em questões como a especulação imobiliária e estoque de demanda urbana. É constituída uma normativa própria regida pela urgência de abrigar-se sem ser notado. Enquanto as edificações de alto padrão comumente buscam destacar-se ao máximo, os barracos das favelas se alicerçam, dentro do possível, na “invisibilidade”. Quanto mais demorar a ser notado, mais “seguro” se está quanto às leis de despejo.

Desde a “escolha” do sítio geográfico a ser implantada a favela, observa-se a interferência da segregação socioespacial. Com a crescente valorização da terra como mercadoria, o acesso a áreas passíveis de invasão e ocupação diminuem. Ainda que o estoque de vazios urbanos seja considerável, nem sempre é possível vencer o embate contra os proprietários que visam a especulação imobiliária e valorização de suas terras. Com isso, aos agentes sociais excluídos restam áreas que não representam tanto interesse ao mercado imobiliário, tais como os leitos de rios, áreas de preservação ambiental e encostas. Rolnik e Nakano (2001, p. 30, apud LIMA & SOMEKH, 2013, p. 115) afirmam que “as terras onde se desenvolvem os mercados de moradias para os pobres são [...] justamente aquelas que pelas características ambientais são mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização”.

“a favela [...] em geral é construída com sangue e suor de seus moradores, normalmente em espaços de complicado acesso, desprezados pela indústria imobiliária. Está no morro difícil de escalar. Está no mangue, onde os pés afundam na podridão. Está na beira esfarelante do rio, desafiando as leis da física para se manter de pé.” (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014, p. 153).

Ao ocupar essas áreas, inúmeras questões são levantadas, tais como: prejuízos à mobilidade e acessibilidade, danos ambientais, riscos de saúde, restrição ao acesso a serviços básicos, etc. No tocante a realidade de João Pessoa, Nascimento (2012, p. 167) alerta que 34 favelas estão situadas em zona de preservação ambiental, dentre as quais encontra-se Beira Molhada.

A impossibilidade de habitar em espaços apropriados para a construção de residências levou a parcela pobre da população de João Pessoa a procurar localidades que eram indesejáveis para o setor imobiliário e onde não se pagava imposto. Consequentemente, grande parte das favelas está localizada em encostas, margens de córregos, mananciais, grandes verdes, ou seja, em zonas de preservação ambiental, estando sujeita a riscos de acidentes e destruição de áreas ambientalmente sensíveis. (NASCIMENTO, 2012, p. 166)

Assim, a produção do espaço informal recorrentemente se relaciona ao risco ambiental que, diversas vezes, acaba levando a remoção dos assentamentos. Contudo, vale ressaltar que a “escolha” do sítio a ser invadido não é fruto da intenção de degradar o meio ambiente, embora inevitavelmente o faça. Corrêa (2013) ressalta o controle da propriedade como fundamental ao processo de segregação residencial. Nesse sentido, é possível acrescentar às constatações do autor o exemplo dos sítios ocupados, no Brasil, que se tornam favelas. Não se trata de uma escolha dentre diversas opções, mas sim da falta de alternativa. A exemplo disso, Andrade (2012, p. 199) afirma que a implantação de favelas em tais áreas de risco e de pouco ou difícil acesso mostra “a face mais explícita da injustiça social”. Contudo, faz-se necessário conferir acesso ao solo urbano e intervenções urbanísticas que de fato priorizem a questão ambiental, para que os danos sejam minimizados e/ ou revertidos e o direito à moradia digna seja garantido a todos. A Política Nacional de Habitação tem entre seus princípios a “articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais. (BRASIL, 2009b, p. 37).

“De qualquer forma, se é certo que encontramos nas favelas ocupações de terreno perigosas, insalubridade, casario precário, é inegável também que há uma riqueza na implantação não ortogonal das casas, uma sabedoria na apropriação do terreno” (BUENO, 2000, p. 284). A criatividade dos produtores do espaço informal é posta à prova pelas recorrentes problemáticas dos terrenos em que constroem, e à partir disso soluções interessantes também são encontradas, dentre as quais é possível citar o aproveitamento da forma natural do terreno quanto à topografia e localização dos corpos hídricos. Com essa afirmação não se pretende aqui incentivar a ocupação de áreas indevidas, mas apenas compreender como se dá a produção do espaço nesses casos e identificar soluções positivas alcançadas pelos cidadãos ali residentes. Contudo,

Apesar da criatividade dos moradores e da acomodação dos assentamentos à morfologia natural dos terrenos, com poucas intervenções de grande escala (como terraplenagem e drenagem, comuns nas obras projetadas), as favelas apresentam três problemas ambientais muito graves, que têm comprometido a vida de seus habitantes, seja por suas consequências para a saúde, e até para a manutenção da própria vida, seja pelo custo econômico acarretado - gastos com remédios, perda de produtividade no trabalho, perda de bens quando da ocorrência de desastres. São eles: problemas sanitários e desconfortos relacionados à inexistência ou precariedade dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos e de lixo e às dificuldades dos acessos; o problema do conforto térmico e da salubridade das edificações, relacionado à precariedade das construções - inexistência de aberturas para entrada de luz e aeração das casas e falta de insolação devido à grande densidade habitacional; existência de áreas de risco de acidentes - inundações, desbarrancamentos, deslizamento de encostas. (BUENO, 2000, p. 302)

Outros pontos que caracterizam a produção informal é a predominante ausência de planejamento projetual prévio e a necessidade de adensamento e compactação física. “Nunca há projeto preliminar para a construção de um barraco” (JACQUES, 2011, p. 27). Desse modo, o “projeto urbanístico” e arquitetônico destes espaços é cotidiano e assinado pelos próprios moradores. Assim, as texturas e padrões espaciais são diversos e “as construções numa favela – e [...] a própria favela – jamais ficam de todo concluídas” (JACQUES, 2011, p. 28).

Da mesma forma, os dados quantitativos referentes à densidade habitacional estão sempre em constante alteração, devendo ser também levado em conta nas análises urbanísticas de favelas e demais espaços informais da cidade. É, portanto, importante debater sobre densidade que, segundo Silva et. al. (2016, p. 95), trata de um indicador estatístico em uma superfície.

Merlin & Choay (2000) afirmam que a densidade é mais elevada em cidades latinas (Europa do Sul, América Latina) e orientais que as cidades anglo-saxônicas. Essas afirmações podem ser comprovadas nos estudos de Bertaut (2001; 2011) e Bertaut & Malpezzi (2003), por meio de estudos de densidade bruta e radial em dezenas de cidades.

Contudo, vale ressaltar que “a densidade no campo do urbanismo não deve ser tomada como um elemento meramente estatístico e tecnocrático, mas necessita incorporar aspectos qualitativos na análise do espaço urbano” (SILVA et. al., 2016, p. 95). Por isso, embora a densidade seja um dos temas da análise urbanística de Três Lagoas, é na síntese dimensional que será avaliada quali-quantitativamente e relacionada aos demais temas, em busca de uma visão mais holística do objeto empírico em questão.

Ressalta-se, também, que a densidade também sofre influência da cultura local. Merlin & Choay (2000, p. 15, apud SILVA et. al., 2016, p. 97-98), afirmam que

Mesmo dentro de um mesmo país, grupos sociais diferentes irão perceber a questão da densidade diferentemente. O que as pessoas sentem ou vêem depende muito de suas próprias origens sociais, econômicas ou étnicas, e, até certo ponto, da configuração, forma e uso da construção do espaço urbano.

A densidade habitacional também está diretamente ligada ao custo demandado pela infraestrutura urbana, por isso é preciso encontrar um equilíbrio entre custo, privacidade e qualidade de vida (SILVA et. al., 2016, p. 106). Segundo Zmitrowicz & De Angelis Neto (1997, apud SILVA et. al., 2016, p. 106), “as cidades devem priorizar projetos habitacionais com densidades brutas entre 200 e 300 hab./há, pois [...] densidades brutas acima de 350 hab./ha perde-se o sentido de intimidade nos espaços verdes”.

Quantitativamente, ao se referir a densidade habitacional, Silva et. al. (2016, p. 100-101), afirmam se dividir em duas: a) Bruta: “expressa o número total de residentes em uma determinada área urbana dividida pela área total em hectares, incluindo-se equipamentos urbanos e institucionais, vazios, logradouros, comércios, indústrias, vias e outros serviços urbanos”; b) Líquida: “expressa o número total de residentes em uma determinada área urbana, considerando-se apenas a área estritamente residencial e excluindo-se vias, equipamentos, espaços públicos, vazios urbanos, etc”. A densidade é, portanto, um tema fundamental na análise urbanística aqui proposta, pois interfere diretamente em diversos fatores, tais como: uso do solo, gabarito, apropriação do espaço livre público, parcelamento do solo etc.

Quanto ao traçado e parcelamento do solo, também é determinado diariamente conforme se dá o aumento populacional, fazendo com que em um domicílio²⁹ vivam diferentes núcleos de uma mesma família, contribuindo para intensificar o adensamento. O solo é parcelado conforme a demanda, que se intensifica à medida que chegam novos agentes sociais excluídos e as famílias já residentes crescem. Dixon (2014) destaca que o intenso adensamento das favelas é fruto da necessidade inicial de abrigo e, portanto, a habitação é a condutora da ocupação.

“a construção é ampliada à medida que os filhos e netos surgem. A síndrome do ninho vazio ao reverso. Filhos se casam, novos núcleos familiares se formam e ao invés de buscar nova residência, constroem uma ampliação na já utilizada pelos pais, levando a configuração espacial da favela a ter uma forte relação com a configuração familiar dos seus moradores. Essa forma de lidar com as mudanças ao longo do tempo, por sua vez, remete ao espaço-temporal.” (PEREGRINO, 2014, p. 30-31)

O parcelamento do solo na favela, e em demais assentamentos informais, comumente ocorre à parte dos parâmetros urbanísticos legais, ratificando sua informalidade. Nesse âmbito, vale destacar a Lei 6.766/79, que versa sobre o Parcelamento do Solo Urbano e define parâmetros legais diversos que regulamentam o parcelamento do solo

²⁹ Nas favelas, é comum que ausência de planejamento prévio referente ao parcelamento do solo gere um traçado onde a “parcela mínima” se torna o domicílio e não o lote. Isso, porque recorrentemente não há definição legal acerca do lote, mas sim a ocupação para construção do domicílio. Contudo, isso varia conforme cada caso. Em João Pessoa, por exemplo, inúmeras favelas são mapeadas pela prefeitura municipal à partir de seus lotes, dentre as quais Três Lagoas. Entretanto, segundo a lei 6.766/79, revisada pela Lei nº 9.785, de 1999, “considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe”. Assim, do ponto de vista legal seria indevido chamar os terrenos de Três Lagoas de lote, tendo em vista que não atendem aos índices urbanísticos referentes a sua zona. Contudo, para fins didáticos, visando facilitar a compatibilização dos dados aqui gerados com o da PMJP, será feito uso do termo “lote”.

urbano brasileiro. Tal lei passou por revisões³⁰ que, segundo Saule Jr. (2008, p. 10), trazem grande benefício aos assentamentos irregulares por

“reconhecer a competência dos Municípios para regularizar os parcelamentos feitos ilegalmente dentro de seus territórios (arts. 40 e 41). E trouxe ainda a possibilidade de parcelamentos especiais para a população de baixa renda (art. 4º, II, in fine). A admissão de tamanhos de lotes diferenciados para loteamentos de interesse social aprovados, mesmo não tendo alterado o regime jurídico para a produção de moradias de interesse social, representou um avanço, na medida em que possibilitou a regularização, pelo Município, de casas populares construídas em parcelamentos informais”.

No que se refere aos parâmetros legais municipais, consta no Art. 90º do Código de Urbanismo de João Pessoa que “a testada e área mínima exigida para os lotes deverão obedecer as especificidades da zona onde se situa o terreno a lotear” (JOÃO PESSOA, 2001, p. 24). Sendo assim, a porção do território de Três Lagoas que está inserida na Zona Residencial 2 (ZR 2), variando conforme o uso, deveria ter lotes com testada mínima de 10m e área mínima de 200m², enquanto a porção inserida na Zona especial de preservação II (ZEP II), testada mínima de 50m e área mínima de 10.000m. Nota-se assim, que a irregularidade é presente em Três Lagoas quanto ao seu parcelamento do solo, como será aprofundado no quinto capítulo desta pesquisa (Quadro 5 e Quadro 6).

Quadro 5: Parâmetros urbanísticos da ZR 2

ZONA RESIDENCIAL 2 (ZR2)							
USOS PERMITIDOS	LOTE (*)		EDIFICAÇÃO (A)				
	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAC. MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA (B)	AFASTAMENTOS		
					FRENTE	LATERAL	FUNDOS
R1	200,00	10,00	70	-	4,00	1,50	2,00
R2 (1)	200,00	10,00	60	2 PV	4,00	1,50	2,00
R3	200,00	10,00	50	2 PV	4,00	1,50	2,00
R4			CONDOMÍNIO HORIZONTAL VER ANEXO 09				
R5 (2)	400,00	15,00	40	PL+ 4PV+CB	5,00	3,00	3,00
R5	400,00	15,00	30	4 PV	5,00	3,00	3,00
R6 (2)	600,00	20,00	30	-	5,00	3+(h/10)	3+(h/10)
R8	360,00	12,00	55	PL+ 2PV ou 3 PV	5,00	1,50	3,00
CL=SL	200,00	10,00	70	3 PV	5,00	1,50	2,00
CB=SB	300,00	15,00	60	3 PV	5,00	1,50	2,00
IB	450,00	15,00	50	2 PV	5,00	2,00	3,00
IPP (3)	200,00	10,00	50	2 PV	5,00	1,50	2,00

Fonte: PMJP, Decreto 5.900, 2007, p. 9

³⁰ A Lei 6.766/79 foi revisada segundo consta nas leis: Lei nº 9.785/99, Lei nº 11.445/07, Lei nº 10.932/04, Lei nº 12.608/12, Lei nº 12.424/11.

Quadro 6: Parâmetros urbanísticos da ZEP II

ZONA: ZEP2 (ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DOS GRANDES VERDES 2)							
USOS PERMITIDOS	LOTE		OCUPAÇÃO MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA	AFASTAMENTOS		
	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA			FRENTE	LATERAL	FUNDOS
IR(1)	10.000	50.00	10	2PV	20.00	20.00	20.00
R1(2)	10.000	50.00	10	2PV	20.00	20.00	20.00
IPP(3)	10.000	50.00	10	2PV	20.00	20.00	20.00
R7(4)	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PMJP, Decreto 5.900, 2007, p. 29

Entretanto, no Art.53 do Código de Obras municipal (JOÃO PESSOA, 2001), consta que “no setor suburbano somente serão permitidos lotes cujas as dimensões mínimas de 8,00m de testada e 200,00m² de área”. No § 1º trata dos lotes populares destinados a casas geminadas, afirmando que serão permitidos no setor “sub-urbano” desde que apresentem dimensões mínimas de 14m de testada e 350m² de área. No § 4º trata dos lotes populares destinados a construções de uso comercial, que devem ter testada mínima de 6m e 120m² de área. A redação de tais artigos, contudo, não deixa claro se tratam dos novos parcelamentos ou dos já existentes passíveis de regularização. Além disso, nota-se certa incoerência entre as disposições legais presentes nos códigos de obras e de urbanismo municipais, visto que ao passo que este primeiro determina dimensões mínimas fixas para os lotes, o segundo aponta que devem variar conforme a zona em que o imóvel estiver inserido.

Em meio a esses diversos dimensionamentos, o que se sabe é que além da questão legal da posse e do parcelamento do solo, esse traçado cotidiano ocorre sem precisões técnicas ou prognósticos. Como resultado disso tem-se os lotes esconsos que se adaptam ao máximo à topografia, aos recursos hídricos e à própria cidade formal adjacente. Muitas vezes tal parcelamento gera traçados igualmente irregulares e, por vezes, labirínticos. Nesse sentido, vale ressaltar que é recorrente a imagem de favelas enquanto labirintos urbanos em morros repletos de barracos, contudo, essa é apenas uma dentre as diversas configurações encontradas. Reconhecer a diferenciação física e social entre as favelas é

fundamental para que se admita a complexidade socioespacial desse universo informal constituído por uma diversa gama de parcelamentos, traçados e práticas sociais.

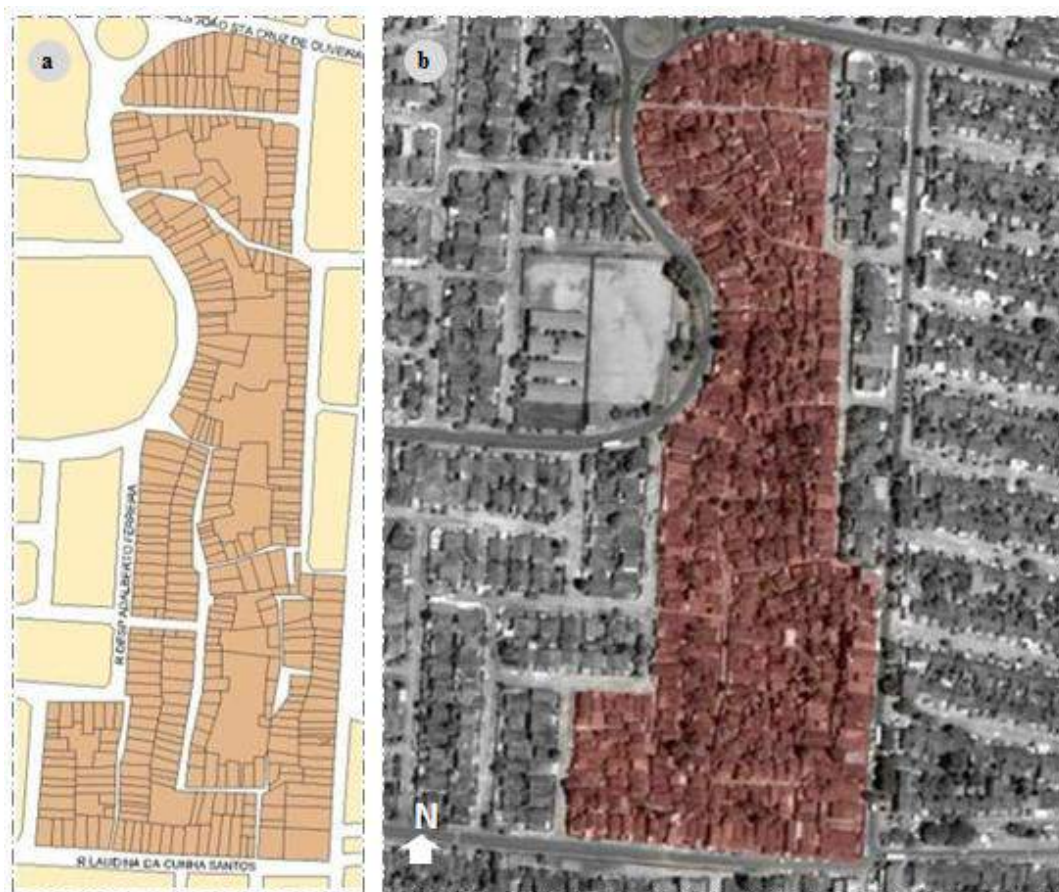
Sobreira (2003, p. 93), contudo, destaca que “as favelas, independentemente de particularidades culturais e político-geográficas, são exemplos típicos de estruturas fragmentadas, resultantes de um processo de auto-organização [...]”. Essa fragmentação associada à auto-organização implica em diversidade de formas e se reflete no parcelamento do solo, mas também na morfologia da favela em si, visto que, assim como a cidade formal, pode apresentar uma forma linear, distendida, tendendo ao radial, etc. (Figura 2). Vale destacar que a morfologia desses espaços costuma chamar atenção através da topografia, da presença ou não de corpos hídricos, e do traçado da parcela formal adjacente (Figura 3), sendo, portanto, fundamental avaliar os aspectos relativos ao ambiente natural do sítio do assentamento para compreender seu traçado .

Figura 2: Diferentes traçados podem ser encontrados na morfologia das favelas segundo sua forma de implantação. a) Trecho de um agrupamento de favelas (Vila dos Teimosos, Jardim Coqueiral, Vem-vem, etc.) localizado no bairro Alto do Céu – João Pessoa/PB ; b) Favela da Barreira do Cabo Branco, localizada no bairro Cabo Branco – João Pessoa/PB



FONTE: Adaptado de Nascimento (2012)

Figura 3: Interferência do traçado do entorno formal na determinação do traçado da favela, à exemplo da favela Nossa Senhora de Nazaré, no bairro Funcionários em João Pessoa/PB



FONTE: Adaptado de Nascimento (2012)

Nascimento (2012, p. 160) faz uma avaliação acerca das favelas da cidade de João Pessoa, e considera o traçado como categoria de análise, afirmando ser possível classificar as favelas da cidade em três tipos: “as de traçado regular (arruamentos e lotes organizados), as de traçado irregular (arruamentos e lotes desorganizados) e as lineares (arruamentos e lotes estreitos e definidos ao longo de um eixo)”. Tal classificação ratifica a ideia de que a diversidade da morfologia da favela transcende o estereótipo de um traçado labiríntico³¹. Contudo, tais categorias podem também se sobrepor, como no caso de Três Lagoas que, segundo Nascimento (2012) possui traçado irregular, mas que, segundo observa-se aqui, também é distendida, se desenvolvendo segundo um eixo longitudinal³².

³¹ Sobre traçado labiríntico em favelas, consultar Jacques (2011)

³² Consultar quarto e quinto capítulos, onde consta uma análise mais efetiva acerca do objeto empírico e seu parcelamento e morfologia, através de elementos textuais e imagéticos.

Para além da categorização está o debate acerca da irregularidade da forma da produção informal do espaço da favela remeter às cidades medievais, visto que também costumam estar sujeitas às dificuldades de acesso dos sítios em que estão implantadas, tais como colinas, morros, à beira de corpos hídricos, etc. Essa (des)ordem, da favela e da cidade medieval “é caracterizada, segundo Sano, pela existência de padrões amplamente utilizados em um mesmo assentamento [...] e pela composição criada pela articulação destes padrões e elementos”, que as tonam ambientes vernaculares onde a surpresa marca a forma urbana (BUENO, 2000, p.284-286).

Entretanto, é necessário avaliar a ordem existente sob a aparente desordem do traçado das favelas (SOBREIRA, 2003), pois, como destaca Salingaros (1998, p. 06), “a regularidade geométrica no projeto, embora seja útil como princípio organizador, não é necessariamente experienciado no solo (Batty e Longley, 1994)”, por isso a favela, assim como qualquer objeto empírico de estudo, deve ser analisada segundo suas diferentes escalas, para constatar sua morfologia não apenas a partir do “vão de pássaro”, mas também segundo a percepção à partir da escala humana, na qual é necessário integrar uso, traçado e parcelamento do solo³³.

No que se refere aos usos do solo³⁴, na produção formal do espaço, a legislação urbanística indica benefícios e desvantagens em empreender em determinados setores espaciais. Assim, por meio do zoneamento e do macrozoneamento urbano é possível condicionar o uso e ocupação da cidade. Normalmente, na favela, essas normativas não são praticadas, nem sequer conhecidas, pelos residentes autoconstrutores, pois, a produção espontânea informal costuma se desenvolver sem qualquer controle legal (IMPARATO, 1995 apud SOBREIRA, 2003, p. 21). Entretanto, essa ilegalidade no uso do solo que é ratificada pela falta de acesso legalizado a terra urbana não condiz com a Política Nacional de Habitação, que tem como um de seus princípios a função social da propriedade urbana visando a implementação de instrumentos de reforma urbana que “possibilitem melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso à terra urbanizada” (BRASIL, 2009b, p. 37). Da mesma forma, o controle do uso do solo tem sua importância igualmente destacada ao fazer parte dos objetivos do estabelecimento de ZEIS, visto que esta

³³ Desde o processo de determinação das ZEIS, o parcelamento, uso e ocupação são tidos como fatores co-relacionados, visto que as ZEIS são também, “áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (2009b, p.18).

³⁴ “O uso do solo é uma combinação de um tipo de uso (atividade) e de um tipo de assentamento (edificação). [...] O uso do solo assim admite uma variedade tão grande quanto as atividades da própria sociedade. Se categorias de uso do solo são criadas, é principalmente com a finalidade de classificação das atividades e tipos de assentamento para efeito de sua regulação e controle através de leis de zoneamento, ou leis de uso do solo” (DEAK, s.d., p. 01)

[...] traz para os processos de regularização fundiária a possibilidade de não apenas de consolidar a permanência de populações moradoras de áreas ocupadas em desconformidade com a lei, mas também de integrar estes processos ao planejamento e controle do uso do solo (ações preventivas), à regularização urbanística (ações corretivas) e de articulação a outros programas de promoção da inclusão social (MORAES & MIRANDA, 2007).

Considerando que o uso e a ocupação na favela, na maioria das vezes, são direcionados pela necessidade de abrigo e renda, prevalece o uso residencial, tendo em vista que a maioria desses cidadãos é parte integrante do déficit habitacional. Contudo, tem forte presença o uso misto (residencial com comércio e/ou serviço), pois assim empreendem, em seu próprio lote, pequenos negócios visando uma renda complementar. Desse modo, são restritos os lotes apenas para comércio e/ou serviço, pois a urgência em abrigar-se predomina. Considerando que a legislação não é o fator que determina a localização dos usos comerciais e de serviço na favela, é necessário buscar o que rege a localização desses empreendimentos. Observa-se que a relação com a cidade formal é determinante nesse processo. Jacques (2011, p. 109) destaca que,

“a periferia dos terrenos ocupados é geralmente mais valorizada que o centro. As favelas são acêntricas ou, antes, excêntricas. A periferia, a linha que separa a favela do restante da cidade torna-se o centro simbólico. E o centro não é mais um ponto fixo, mas uma linha que se desloca.”

Nas bordas da favela encontram-se oportunidades de troca entre o meio formal e o informal, induzindo a predominância de estabelecimentos voltados para usos de comércio, serviços, ou mistos. As relações de trocas socioeconômicas entre os cidadãos que residem na favela e os que não residem, ameniza o limite territorial da favela, fazendo com que se torne cada vez menos perceptível. “Ora, as favelas ultrapassam os limites dos terrenos que ocupam. [...] As favelas continuam a ir além de seus limites por meio das relações que estabelecem com a cidade” (JACQUES, 2011, p. 109-110), pois os limites institucionais não determinam as relações sociais e processos espaciais da favela. Contudo, Costa (2004, p. 01) destaca que a fragilidade na relação social ratifica a favela como “uma expressão da exclusão social”, comumente relacionada a “questões emblemáticas como a violência urbana, degeneração do meio ambiente natural e construído, falta de saneamento entre outros”.

Nesse sentido, “a ordem implícita dos códigos sociais, das necessidades econômicas, e das restrições espaciais, fazem resultar a diversidade da estrutura morfológica das favelas” (SOBREIRA, 2003, p. 51). Considerando a “ausência” de legislação normativa, a espontaneidade e a irregularidade da produção destes espaços, é necessário considerar que são sistemas morfológicos complexos. “Charles Jencks (1997) [...] alerta

para o fato de que os arquitetos e urbanistas devem travar uma luta entre as ciências pós-modernas da complexidade e as ciências modernas da simplicidade” (SOBREIRA, 2003, p. 51). A intenção é de alertar para a necessidade de construir análises críticas científicas sobre objetos complexos, como a favela, sendo possível observar a respeito deles “ordem sob aparente desordem” (SOBREIRA, 2003, p. 51). Isso, considerando também a dimensão temporal do espaço, ou seja, a dinâmica socioespacial da favela, visto que “a favela cresce, de cima para baixo, de baixo para cima, elástica, como serpente viva, social, ondulante. Se uma palavra a define é movimento” (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014, p. 104).

A autoconstrução é um dos pontos que contribui para a manutenção desse movimento dinâmico observado na arquitetura e urbanismo das favelas e demais ocupações irregulares, que recorrem a produção vernacular do espaço. Em relação aos bairros populares, Nogueira (2013, p. 62) destaca que a produção vernácula é “uma demanda quase que esquecida [desconhecida] pela produção formal de moradias”. No sentido inverso deste ciclo, os autoprodutores desconhecem qualquer possibilidade de acesso a assistência técnica, muitas vezes não diferenciando sequer a função de arquitetos, engenheiros e outros envolvidos no suporte à produção de moradias.

Considerando o papel de responsabilidade, também social dos arquitetos e demais envolvidos na oferta de moradias, vale destacar o avanço alcançado com a Lei Nº 11.888 (BRASIL, 2008), que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Incentivar a assistência em seu sentido efetivo é afirmar que o auto construtor não deve ser anulado enquanto agente social produtor do espaço, mas sim assistido para que seu conhecimento vernacular seja potencializado e compatibilizado com a legislação vigente. Embora demande novas conquistas, é fato que legislar em favor destes agentes sociais excluídos há tantas décadas é um avanço em prol da valorização da cultura popular e suas conquistas diante do descaso com o “direito de moradia”.

Essa forma espontânea de entender e produzir urbanismo e a arquitetura, não traz em si traçados regulares, ângulos retos, tecnologias de altos custos, mas baseiam-se na necessidade como princípio da criatividade. Nesse contexto, vale ressaltar que as solicitações formais de privacidade (quartos individuais e com banheiros próprios, portas, etc) são distantes de uma realidade onde a praticidade e compacidade regem a organização espacial. Um exemplo disso é a bricolagem, que consiste numa “reciclagem arquitetural, sobretudo aleatória, que nasce da fragmentação de antigas arquiteturas” (JACQUES, 2011, p. 29). Os abrigos surgem em meio a urgências, mas desprovidos de um projeto executivo

que determine a pretensão final para a obra. As oportunidades de obter materiais e restos de obras formais conduzem o executor da própria casa, gerando uma diversidade de texturas e configurações ditas “bricoladas”. A inventividade urgente exigida de um bricoleur - aquele que faz a bricolagem - expressa, portanto, a própria personalidade da família que irá residir na obra “bricolada”.

“A dinâmica temporal da cidade informal é notada, portanto, não apenas na sua apropriação do meio urbano, mas também na forma como o tempo interfere nas edificações por ela construídas. Essa interferência, por sua vez, é nitidamente ligada à manutenção das casas, que se relaciona com a condição financeira de seus proprietários para mantê-las e reformá-las. Enquanto algumas apresentam reformas completas em pouquíssimos meses, outras se degradam em igual rapidez” (PEREGRINO, 2014, p. 67).

As transformações das edificações são, portanto, fundamentais para a dinâmica socioespacial da produção espontânea do espaço urbano interno à favela, externo a ela e inter-relacionando esses dois universos, contribuindo para um entendimento espacial da cidade como um todo. Ao passo que as edificações se alteram, são desencadeadas diversas modificações espaciais e até mesmo o espaço livre público sofre alterações positivas e/ou negativas. Por este motivo, é fundamental que análises socioespaciais urbanísticas considerem a relação edifício - cidade como geradora de relações sociais que alteram e produzem aspectos físicos do meio urbano ao longo do tempo.

Outro ponto fundamental na compreensão dos aspectos físicos da produção informal do espaço é a infraestrutura, visto que da suporte para a eficiência do funcionamento de todas as demais partes do sistema urbano³⁵. Além disso, Lima (2012, p. 160) destaca a ausência ou precariedade habitacional e da infraestrutura como componentes da dimensão material da segregação socioespacial. Nesse sentido, a Política Nacional de Habitação trata da infraestrutura como uma das condições à moradia digna (BRASIL, 2009b). Em consonância, o Estatuto da Cidade define o direito a cidades sustentáveis como:

“o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, e a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Esta definição jurídica do Direito à Cidade contém uma característica semelhante à do direito ao meio ambiente, por estabelecer que os seus componentes, como a moradia, devem ser assegurados para as presentes e futuras gerações. Esta definição retrata que o Direito à Cidade é um direito coletivo ou difuso dos habitantes da cidade. (SAULE JR, 2008, p. 15)

³⁵ “Nas favelas, portanto, os serviços públicos ainda são mal avaliados. Quando presentes, nem sempre garantem a satisfação dos moradores. Atribuindo classificação de zero a dez, eles condenam, por exemplo, o transporte público, para o qual dão nota 5,4. O hospital público ganha 5,05. Perguntados sobre as condições de ruas e calçadas, produzem a média 4,92. No pé do ranking, encontra-se a segurança pública, com nota 4,28. Todos esses números foram apurados pelo DataFavela.” (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014, p. 161).

Segundo o § 5º do Art.2º³⁶ da lei Lei 6.766/79,

A infraestrutura básica dos parcelamentos [de solo] é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação (BRASIL, 1979, p. 01)

A mesma lei, no § 6º³⁷ do Art. 2, afirma que a infraestrutura básica dos parcelamentos situados em zonas habitacionais de interesse social deve consistir em, no mínimo: “I - vias de circulação; II - escoamento das águas pluviais; III - rede para o abastecimento de água potável; e IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar” (BRASIL, 1979, p. 01). Esses são, portanto, pontos analisados quanto a Três Lagoas no quinto capítulo, dessa dissertação, intitulado “(Re)conhecendo a interface socioespacial de Três Lagoas”.

O sistema viário, por sua, vez, encontra-se diretamente relacionado à infraestrutura urbana, visto que funcionam em conjunto e em prol da acessibilidade e da mobilidade, por isso “a produção do espaço urbano não será satisfatoriamente compreendida se não for explicada a acessibilidade, considerando as formas e localizações” (SILVEIRA e RIBEIRO, 2006, p. 173). Tanto a acessibilidade quanto a mobilidade tem relação com aspectos físicos e sociais do espaço, mas frisa-se neste subcapítulo a questão física, ao passo que o subcapítulo seguinte abordará a interface social. Além disso, embora pareçam similares, vale ressaltar que acessibilidade e mobilidade apresentam conceitos distintos.

A acessibilidade em seu sentido amplo, refere-se a possibilidade de acesso, contudo, sua aplicação no contexto urbano pode assumir definições mais aprofundadas e em diferentes escalas. Segundo o Ministério das Cidades (2007, p. 42) acessibilidade é

“a condição do indivíduo se movimentar, locomover e atingir um destino desejado, ‘dentro de suas capacidades individuais’, isto é, realizar qualquer movimentação ou deslocamento por seus próprios meios, com total autonomia e em condições seguras, mesmo que para isso precise se utilizar de objetos e aparelhos específicos”.

Terry et. al (2013, p. 36) definem a acessibilidade como “grau de dificuldade ou facilidade que a pessoa encontra para sair e chegar a determinada atividade ou destino final, efetuando deslocamentos através do sistema de transportes ou a pé”. Entretanto, como afirma Castro et. al. (2016, p. 343), “é necessária uma visão mais abrangente, que fuja das noções parciais e que entenda a acessibilidade para além das limitações individuais das

³⁶ Redação dada pela Lei nº 11.445, de 2007.

³⁷ Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999.

peessoas com mobilidade reduzida”. Visando essa percepção mais ampla, é indispensável considerar a relação da acessibilidade e da mobilidade com os espaços livres públicos, tendo em vista sua função de ligação e manutenção de um sistema, que, quando restringidas, influenciam diretamente nas questões de segregação socioespacial, sejam por renda ou limitações físicas. Assim, deve-se considerar a acessibilidade como aquela condição com a qual o espaço público deve ser provido para proporcionar o livre e amplo deslocamento a qualquer indivíduo. As barreiras devem ser tidas como impeditivas do amplo uso 'público', tornando-se também barreiras socioeconômicas e culturais, sejam essas físicas ou imateriais (PIZZOL, 2005). Desse modo, “pode-se falar de acessibilidade como uma medida de inclusão social” (CASTRO et. al., 2016, p. 343).

Nesse sentido, Silveira (2007) destaca que o sistema viário, como parte dos ELPs de circulação, compõem a infraestrutura com diferentes classificações quanto à hierarquia e a localização, tal como a sua posição na malha urbana e morfologia. Silveira e Castro (2014, p. 02) reconhecem que a acessibilidade pode assumir três escalas territoriais que devem ser devidamente interligadas, a saber:

- “(i) Macroacessibilidade: possibilidade de atravessamento da cidade como um todo;
- (ii) Mesoacessibilidade: escala funcional intermediária de ligação entre setores urbanos ou intrasetorial, ou ainda entre áreas - bairros e vias principais e/ou coletoras;
- (iii) Microacessibilidade: de ligação direta a pontos locais da cidade”.

A mobilidade que, por sua vez, significa a possibilidade de deslocamentos de pessoas e bens a todas as atividades cotidianas, é diretamente relacionada à acessibilidade, e deve ser entendida como um fenômeno multifacetado, de ação nos níveis social, econômico, e político, que estabelece relações com as desigualdades sociais e a segregação (VASCONCELOS, 2005; SILVEIRA, 2007). Segundo o Ministério das cidades (2007, p. 15) “a mobilidade urbana é um atributo das cidades, relativo ao deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano, utilizando para isto veículos, vias e toda a infra-estrutura urbana”. Silveira e Castro (2014, p. 02), por sua vez, afirmam que a “mobilidade engloba os deslocamentos (circulação) que ocorrem na cidade, tendo como referências um ponto de origem e um ponto de destino”. Em suma, é possível afirmar que a acessibilidade refere-se ao caráter físico, enquanto a mobilidade remete ao fluxo realizado sobre o fixo.

Nas favelas, a mobilidade e a acessibilidade são fundamentais para determinar, sobretudo, o acesso à cidade e o rompimento do ciclo de segregação socioespacial. Para a

população de baixa renda não é suficiente que haja apenas eficiência no sistema de transportes, mas também que tenha o custo acessível³⁸. Isso, porque

“em um contexto em que se destacam a concentração de pessoas, a insuficiência de moradias e um planejamento inadequado, o que se pode supor é que a falta de recursos financeiros limite o deslocamento por todo o espaço urbano, com reflexos prejudiciais à população de baixa renda.” (GONÇALVES et. al., 2014, p.39).

Assim, tem-se que:

uma cidade apresenta mobilidade adequada e sustentável³⁹ quando o cidadão tem oportunidade de se deslocar pela cidade de maneira rápida e segura, podendo arcar com o custo desse deslocamento, e que os meios de transporte disponíveis causem o menor dano possível ao meio ambiente (TERRY, 2003, p. 33).

Quanto à acessibilidade interna às favelas, é comum haver a suposição de que a irregularidade do traçado destes espaços reduza ou prejudique a mobilidade. Entretanto, essa relação traçado irregular e “desordem” das formas não necessariamente implica em inacessibilidade, visto que “uma parte da teia urbana pode parecer organizada, mas ser desconectada. Por outro lado, outra parte pode parecer desorganizada no projeto, e mesmo assim ser altamente conectada e funcional” (SALINGAROS, 1998, p. 05).

Os fatores que implicam em barreiras ao acesso, ultrapassam a irregularidade do traçado ou as limitações da topografia na favela, e podem ser diversos, tais como a recorrente falta de infraestrutura que dificulta a mobilidade em diversas escalas, a falta de sinalização e pavimentação das vias, subdimensionamento do sistema viário⁴⁰, problemas de drenagem, e até o desrespeito ao desenho universal (Figura 4). Terry et. al (2013, p. 29) destaca que “fatores como a inclinação da rua, a posição geográfica da rua dentro da favela e a possibilidade de acesso ao transporte público da cidade determinam maior ou menor utilização das vias”. Além disso, as regras relativas ao trânsito nem sempre são levadas em

³⁸ A sustentabilidade e o baixo custo tem levado as intervenções urbanísticas a incentivar a caminhabilidade e a mobilidade através de transportes não motorizados, à exemplo da bicicleta. Para isso, se faz necessário preparar a infraestrutura local para conferir condições seguras e confortáveis aos que fazem uso desses modais. Sobre isso consultar o “Manual de projetos e programas para incentivar o uso de bicicletas em comunidades” (2014), publicado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em parceria com a Rede Embarque Brasil.

³⁹ “A articulação de diferentes modalidades de transporte (barcas, ônibus, trens, metrô, vans e bicicletas) em sistemas intermodais é uma necessidade da cidade que se preocupa com a eficiência do sistema de transportes e com a sustentabilidade. Tanto para o transporte de cargas quanto para o transporte público, o sistema intermodal permite maior abrangência de atendimento, maior velocidade, reduz a poluição, os custos econômicos e o consumo de energia. Na etapa dos levantamentos diagnósticos, além de fazer o levantamento dos sistemas de transporte disponíveis que já atendem a população na região do entorno é necessário fazer uma investigação sobre projetos e obras que estão planejadas naquela região, considerando-se obras viárias e de transporte que podem vir a mudar totalmente a lógica de deslocamento das pessoas dentro e fora da favela. [...]A lógica dos sistemas intermodais deve se estender às favelas.” (TERRY et. al., 2013, p. 34)

⁴⁰ Terry et. al. (2013, p. 48) destacam uma realidade que predomina na favela, o subdimensionamento do sistema viário, e afirmam que “as poucas ruas carroçáveis que encontramos em favelas são estreitas e suas caixas de ruas ocupam quase todo o espaço”.

conta e fiscalizadas nestes espaços, fazendo com que haja constante cruzamento de fluxos de diferentes modais.

É comum que, nas ruas com calçadas estreitas e com obstáculos como degraus irregulares, puxados ou exposição de mercadorias, os pedestres andem pela caixa de rua junto aos carros. Quando há poucos veículos, esta situação não causa muito transtorno; mas, quando a circulação de carros é intensa, este costume acaba por ser um perigo para todos (TERRY et. al., 2003, p.48).

Figura 4 - Subdimensionamento do sistema viário. Exemplo do Beco da Comunidade Barreira do Vasco – RJ.



FONTE: Adaptado de HDAA Arquitetos Associados (TERRY et. al., 2013).

Através da compreensão da hierarquia viária é possível atuar acerca desses cruzamento de fluxos e diversos outros conflitos relativos à acessibilidade e mobilidade. Segundo consta no Art. 42 do Código de Urbanismo (2001) de João Pessoa, “as vias de circulação pública devem ter as dimensões dos passeios e da faixa de rolamento ajustadas às funções que lhes são inerentes” e, tais funções são consequentes das classificação viária citada no Art. 41 do mesmo documento, na qual constam as seguintes categorias: I - Via Expressa (VE); II - Via Arterial (VA); III - Via Coletora (VC); IV - Via Central (VCT); V - Via Local (VL); VI - Via de Pedestre (VP).

Quanto a tais dimensões o § 1º do Art. 42 afirma que deve corresponder a múltiplos de filas de veículos ou pedestres, conforme os gabaritos mínimos que seguem: a) 2,50m para cada fila de veículos estacionados em paralelo ao meio fio; b) 5,50 m para cada fila de veículos estacionados a 45º em relação ao meio fio; c) 3,00 m para cada fila de veículos em movimento e em plena velocidade; d) 3,50m para cada fila de veículos em movimento e em grande velocidade; e) 0,75m para cada fila de pedestres. Além disso, o Código de Urbanismo local define as condições de relacionamento entre vias segundo: raio de concordância entre alinhamentos, cruzamento com disciplinamento físico, cruzamento em

desnível sem acesso, cruzamento com disciplinamento normativo, cruzamento livre, entroncamento com disciplinamento físico, e entroncamento com disciplinamento normativo (Quadro 7).

Quadro 7: Condições de relacionamento entre vias

SISTEMA VIÁRIO													
CONDIÇÕES DE RELACIONAMENTO ENTRE VIAS													
TIPO DE VIA	DESIGNAÇÃO	VE		VA		VC		VL		V.C.T.		VP	
		CE	RC	CE	RC	CE	RC	CE	RC	CE	RC	CE	RC
VIA PRIMÁRIA	VP	C1 / E1	(1)										
VIA SECUNDÁRIA	VS	C2 / E1	15	C1 / E2	12,00								
VIA COLETORA	VC	B	-	C1 / E2	10,00	C3 / E2	10,00						
VIA LOCAL	VL	B	-	E2	8,00	E2	8,00	C4 / E3	5,00				
VIA CENTRAL	VCT	-	-	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)		
CAMINHO PEDESTRE	CP	-	-	-	-	E4	-	E4	-	E4	-	-	-

CE - Condições de encontro
C1 - Cruzamento com disciplinamento físico
C3 - Cruzamento com disciplinamento normativo
E1 - Entrocamento com disciplinamento físico
E3 - Entrocamento livre
E4 - Entrocamento de passeio

RC - Raio de Concordância entre alinhamentos
C2 - Cruzamento em desnível sem acesso
C4 - Cruzamento Livre
E2 - Entroncamento com disciplinamento normativo
(1) - A critério do órgão municipal competente
B - Bloqueado

FONTE: Código de Urbanismo (2001, p. 90)

O Código de urbanismo local, traz também em sua redação, a Lei Nº 4.214/83, que dispõe sobre o parcelamento e uso do solo urbano em áreas de sub-habitação e de urbanização específica. No Art. 1 tal lei explicita o que por ela é regulado, a saber:

I - Os loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social; II - O parcelamento e o uso do solo em áreas de urbanização específica, para fins de implantação de lotes urbanizados ou recuperação de áreas de sub-habitações; III - Os padrões urbanísticos e construtivos mínimos e as condições sanitárias dos loteamentos, habitações e outras construções, em áreas de interesse social; IV - Os procedimentos administrativos necessários recuperação e regularização das áreas de sub-habitações

No Art. 7, a mesma lei determina condições específicas de arruamento para as chamadas “áreas de sub-habitações existentes”, estipulando dimensões mínimas segundo a hierarquia viária: a) via coletora - composta de faixa de rolamento com 6,40m) e faixas de passeio de 1,50m de cada lado, totalizando uma faixa de domínio mínima de 9,40m; b) via local - composta de faixa de rolamento com 3,20m e faixas de passeio de 1,20m de cada lado, totalizando uma faixa de domínio mínima de 5,60m; c) via de pedestre - com faixa de domínio mínima de 3,60m, comprimento máximo de 300m, articulada por uma de suas

extremidades com uma via local ou coletora; d) passagem de acesso a lotes encravados - com largura mínima de 1,20m e comprimento máximo de 30m.

Considerando que a produção informal do espaço não determina suas vias à partir desses parâmetros legais, apresentando dimensionamento, relação entre vias e sinalização que seguem outros parâmetros e intenções que diferem da formalidade que consta na legislação urbanística. É, portanto, necessário repensar a hierarquização viária, caso contrário pode ser gerado um resultado superficial, que não demonstra a realidade das funções do seu sistema viário. Da mesma forma,

É muito difícil, num primeiro momento, distinguir as diferenças entre vias de uma favela. [...] Alguma classificação de hierarquia que levasse em consideração apenas a largura da via permitiria apenas identificar dentro do sistema da favela as vias que são carroçáveis e aquelas que não o são, o que seria muito limitador [...]. Para que as sutilezas possam ser percebidas e mapeadas é preciso incorporar outros instrumentos de investigação que não apenas o levantamento físico das ruas, mas também entrevista com os moradores, observação do uso das vias em diferentes horas do dia, observação sobre a existência de comércio (o comércio só se sustenta onde há grande circulação de pessoas) e levantamento do número de conexões que a via faz com outras vias internas, o que chamaremos de grau de conectividade viária. [...] Um beco que apresente elevado grau de conectividade viária desempenha papel importante no sistema como um todo, mesmo que seja tão estreito como os demais becos. Classificado como beco coletor ou principal, ele vai merecer no Plano de Intervenção uma análise diferenciada que poderá considerar o seu alargamento e sua transformação em uma via de serviço, por exemplo. (TERRY et al, 2003, p. 30)

Um exemplo disso é o caso da classificação das vias da favela carioca Vila São Jorge, localizada no bairro de Irajá, que foi feita segundo a hierarquização formal proposta na “Hierarquização de Ligações para a Cidade do Rio de Janeiro” (SMTR/CET-Rio/SMU), onde todas as vias internas à favela foram consideradas como locais (Figura 5). O programa Morar Carioca (TERRY et. al., 2003), contudo, refez a categorização viária de modo que novas categorias fossem adotadas para “retratar a complexidade das condições de acessibilidade e mobilidade no interior da favela e sua relação com a ‘cidade formal’, considerando veículos e pedestres”⁴¹ (TERRY, 2003, p. 25), segundo informa o Quadro 8 (Figura 6).

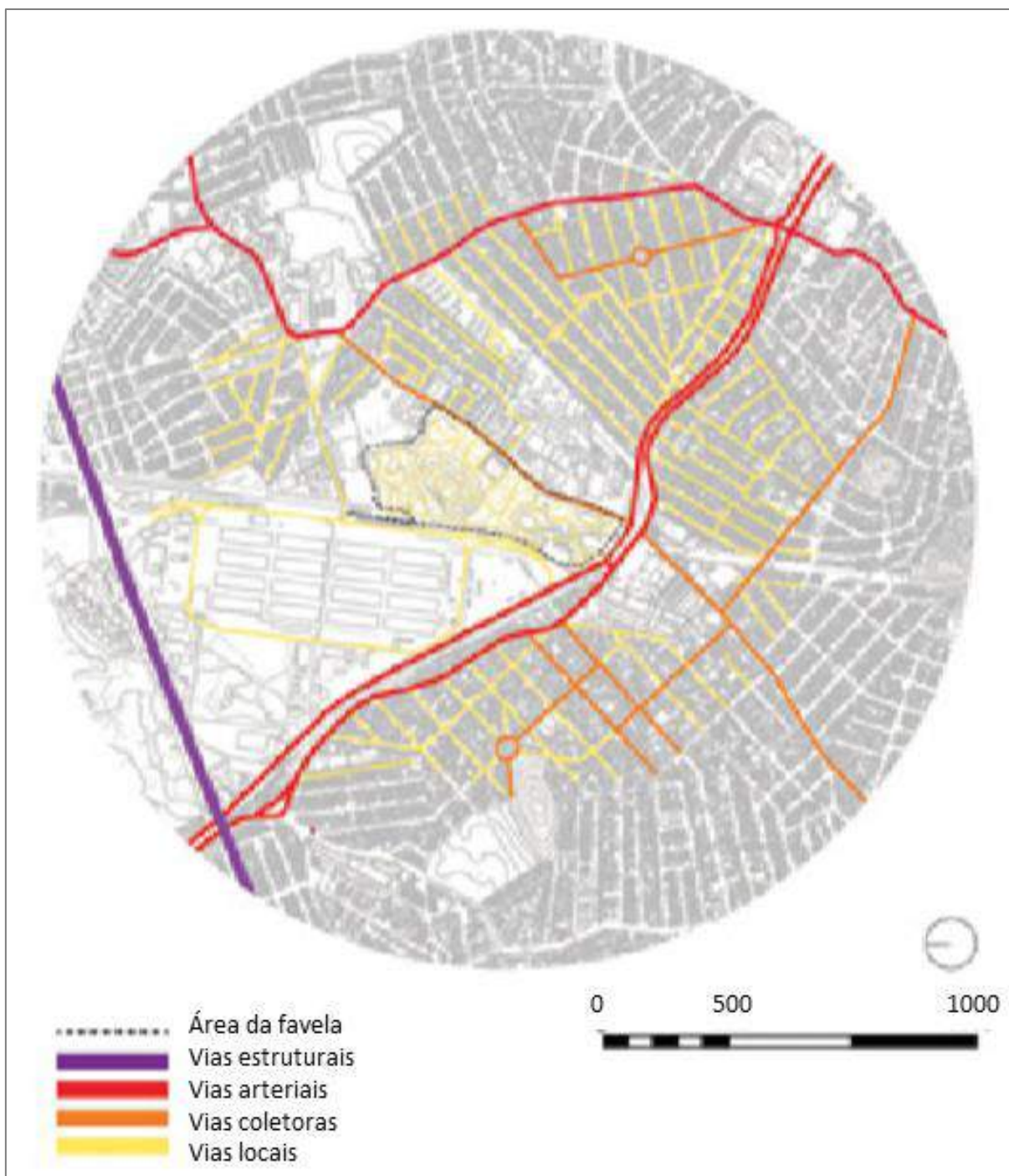
⁴¹ “A variação cromática proposta na legenda também varia da cor mais fraca (amarelo) para a cor mais forte (vermelho), em ordem crescente de hierarquia” (TERRY, 2003, p. 31). Ver Figura 6.

Quadro 8: Hierarquização feita pelo Morar Carioca

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
SISTEMA VIÁRIO DO BAIRRO	Todas as vias do bairro fora dos limites da favela.
VIAS DE ACESSO	Vias da favela que claramente têm uma importância maior que a das demais vias carroçáveis da favela, por motivos históricos ou por servirem de principal acesso, estando conectadas ao bairro. Normalmente concentram as principais linhas de transporte, comércio ou equipamentos comunitários mais importantes que atendem a comunidade. Também podem ser vias do bairro que têm grande relação com a favela.
VIAS CARROÇÁVEIS	Todas as vias que permitem a passagem de veículos, mesmo que de pequeno porte (vias com mais de 2,5m de largura). De acordo com as conexões viárias que promovem, podem ser representadas em subcategorias: principais ou coletoras, e secundárias ou locais.
Tipo 01: Principais ou coletoras	Vias que possuem saída ou conexão com outras vias de acesso ou do bairro. Podem também ser vias sem saída que, pela sua extensão ou quantidade de conexões com outras vias internas, desempenham papel importante na irrigação de serviços de determinado setor interno. Comparadas à classificação da CET-Rio, poderíamos dizer que as vias carroçáveis principais atuam como vias coletoras dentro da favela.
Tipo 02: Secundárias ou locais	Vias de ligação entre vias carroçáveis de hierarquia superior, as carroçáveis principais ou coletoras.
BECOS OU ESCADARIAS	São todas as vias com menos de 2,5m de largura. Dependendo do grau de complexidade de cada área de estudo, podem ser representadas em subcategorias, de acordo com as conexões viárias que promovem, podendo ser: principais ou coletores, e locais.
Tipo 01: Principais ou coletores	Becos ou escadarias de grande extensão que permitem uma grande quantidade de conexões viárias, responsáveis por escoar boa parte dos deslocamentos humanos. Em geral concentram comércio e equipamentos comunitários no seu trajeto.
Tipo 02: Locais	Becos ou escadarias de importância local, responsáveis pelo acesso às casas de determinado setor, sem maior importância para a integração entre diferentes setores internos.

Fonte: Adaptado de Terry et. al. (2013, p. 31 – 33).

Figura 5: Vila São Jorge, no bairro de Irajá: representação da Hierarquização feita pela CET-Rio no entorno de 2km da comunidade



Fonte: Terry et. al., 2013, p. 29.

Figura 6- Vila São Jorge, no bairro de Irajá: representação da Hierarquização feita pelo Morar Carioca



Fonte: Terry et. al., 2013, p. 33.

Nota-se, assim, que a produção espacial da favela envolve fatores físicos que são correlacionados no cotidiano dinâmico desses espaços, em suas diferentes escalas, levantando questões vinculadas à mobilidade, acessibilidade, infraestrutura, morfologia urbana, escolha do sítio geográfico para implantação, topografia, presença e proximidade de corpos hídricos, inserção em áreas de risco, ausência de planejamento projetual prévio, densidade habitacional, parcelamento do solo, usos do solo, autoconstrução, entre outros. Todas essas questões encontram suporte tanto na interface física quanto na social do espaço, sempre remetendo à segregação socioespacial que assola a produção informal da favela⁴².

⁴² “A segregação sócio-espacial é dotada de uma dimensão material, refletida na precariedade espacial e na morfologia urbana das áreas segregadas e de uma dimensão imaterial constatada, sobretudo a partir dos estigmas, preconceitos e falsas impressões que compõem as significações imaginárias sociais da parcela da população residente na cidade formal” (LIMA, 2012, p. 111).

2.4 Aspectos sociais da produção informal do espaço

Os espaços intraurbanos, dotados de áreas edificadas e espaços livres públicos e privados, apresentam-se através de seus indissociáveis aspectos físicos e sociais⁴³. O presente subcapítulo se propõe a trazer um suporte teórico-conceitual acerca das questões sociais do espaço, considerando as práticas e apropriações nele ocorridas, na produção formal e informal urbana. Com isso, pretende-se embasar a síntese dimensional e, mais especificamente, os estudos temáticos “Acessibilidade e Mobilidade” e “Espaço livre público (ELP) e apropriação socioespacial”.

Tendo em vista que o espaço livre público é o suporte físico onde predominantemente se dão acessibilidade, mobilidade e as práticas e apropriações⁴⁴ sociais, o subcapítulo em questão discorre sobre a interface social à partir do ELP. Tal decisão decorre do fato de que o espaço livre público é, ou deveria ser, o espaço comum à todos os cidadãos, pois como destaca Jacobs (2011, p. 59) “a cidade não seria necessária se os habitantes se limitassem à convivência na vida privada”. Nesse contexto, é fundamental entender o ELP como “*locus* de uma cultura urbana compartilhada, fundada em valores coletivos; uma cultura que envolve o convívio com os opostos, envolve diversidade, troca e, mais que tudo, o desfrute de uma cidade que tenha o espaço urbano como fundo ativo” (AGUIAR, 2012, p. 61), ou seja, como locus da urbanidade⁴⁵ na produção formal e informal do espaço.

Assim, vale ressaltar que os espaços livres públicos englobam muito mais que áreas verdes, mas todo o espaço livre existente entre o construído, tais como vias, esplanadas, orlas, etc., configurando-se em elementos importantes da estrutura e da paisagem urbana

⁴³ “Os elementos moveis de uma cidade, em especial as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com os outros participantes” (LYNCH, 2011, p.01-02).

⁴⁴ Lefebvre (2006, p. 143), aponta que ‘apropriação’ é uma ação que se distingue do ‘direito à propriedade’, pois significa muito mais o “direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais”. Netto (2014, p. 72-73) destaca que apropriação social “refere-se tanto ao momento da produção quanto ao momento do uso e experiência dos espaços urbanos. [...] Minha utilização do termo não envolverá nesse momento seu sentido experiencial ou sua dimensão psicológica. Considerarei o aspecto corporal da apropriação manifestado na ação social sobre os espaços urbanos. [...] Na atração gerada pela atividade, os movimentos na cidade serão realizados em função da posição das atividades na trama urbana. [...] Essas propriedades do que podemos chamar ‘morfologias da apropriação’ se relacionam ainda a outro item muito importante: os modos de transporte utilizados para vencer as distâncias intraurbanas. [...] Finalmente, os espaços de atividade são passíveis de apropriação segregada de acordo com a predefinição de públicos a utilizá-los”.

⁴⁵ A compreensão destas questões vinculadas à urbanidade espacial é imprescindível na presente pesquisa, visto que um dos estudos temáticos desenvolvidos se refere ao espaço livre público, sua morfologia e sua apropriação. Vale ressaltar que, embora apresente definições multidisciplinares, a urbanidade aqui referida trata-se de uma “qualidade típica e única do ambiente construído [...], uma qualificação vinculada à dinâmica das experiências existenciais, conferidas às pessoas pelo uso que fazem do ambiente urbano público” (AGUIAR, 2012, p. 72).

(QUEIROGA, 2011). Além disso, associam-se a ideia de acessibilidade, lazer e conservação de recursos naturais, e são o lócus da manifestação cotidiana, das convivências e co-presenças dos habitantes e do enfrentamento dos conflitos (LEITE, 2011; MAGNOLI, 2006). É, portanto, necessário considerar o espaço livre público para que se analise o meio urbano. Autores de diversas áreas do conhecimento têm se empenhado pesquisas em prol da conceituação desses espaços fundamentando-se na urbanidade, na ausência de edificação, ou na posse fundiária, considerando parâmetros sociais, urbanísticos, políticos, econômicos, e até culturais. Contudo, é fato que apenas pertencer ao poder público, não torna um espaço livre público, pois é necessário que haja acesso, uso e apropriação popular⁴⁶.

Quadro 9: Conceituação de espaço livre público.

AUTOR	ABORDAGEM	CONCEITO
Magnoli (1982)	Ausência de edificação	Todos os espaços “livres de edificação”, descobertos, urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, públicos ou privados” (MAGNOLI, 1982 apud QUEIROGA, 2011, p. 27)
Charbonneau (2006)	Urbanidade	“Dispositivo cuja qualidade urbana é essencial à constituição dos ‘lugares de vida urbana’ ou loci da urbanidade” (CHARBONNEAU, 2006, apud TRIGUEIRO, 2012, p. 85)
Queiroga (2011)	-	“Os espaços livres não se limitam às áreas verdes, espaços vegetados e espaços públicos” (QUEIROGA, 2011)
Custódio Et. Al. (2013)	Mobilidade e conforto ambiental	Elementos estruturadores fundamentais, fornecendo condições essenciais para a circulação de pedestres e veículos, fornecendo iluminação e areação dos espaços edificados (CUSTÓDIO et al, 2013).

ELABORAÇÃO: Yasmin Peregrino (2015)

Peponis (1992, *apud* SABOYA, 2013), por sua vez, destaca a importância do entendimento do elo entre os espaços da cidade quando afirma que “a ênfase nos aspectos locais acaba negligenciando aspectos globais, que levam em consideração o sistema de relações entre os espaços”. No que se refere aos espaços livres, estes podem conformar sistemas com relações integradas ou apenas conjuntos (Figura 7). Nessa primeira situação, é necessário que haja relação entre os espaços livres públicos, e destes com os espaços privados da cidade. Assim, a integração do espaço urbano depende também da relação sistemática dos espaços livres, devendo conter espaços públicos e privados que sejam

⁴⁶ A segregação socioespacial crescente tem dado margem a outros espaços livres que, não sendo públicos, tem comprometido a vitalidade urbana, a exemplo dos espaços coletivos inseridos nos condomínios fechados e edifícios residenciais. Nesse contexto, outra questão tem sido alvo de debates conceituais: a efetivação do caráter público dos espaços livres.

“articulados e qualificados para o atendimento das demandas de circulação e acesso de pedestres; circulação, acesso e parada de veículos; áreas de estar, convívio e recreação; áreas de trabalho e áreas de preservação e conservação” (GALENDER, 2010, p. 07). Contudo, grande parte dos espaços livres não são planejados como um sistema, sendo pouco acessíveis e desconexos (MACEDO e CUSTÓDIO, 2009). Nesse caso, quando não há relação de uso, mobilidade e acessibilidade, se constitui um conjunto e não mais um sistema.

Figura 7 - Diagrama conceitual acerca dos sistemas de espaços livres



ELABORAÇÃO: Yasmin Peregrino & Isabela Kirschner (2014)

No tocante as funções dos espaços livres, Fontes & Shimbo (2003) apontam: Função Social-Lazer (polo gerador de satisfação física, psicológica ou social); Função Ecológica (conservação de recursos naturais); e Função Estética (ordenamento da forma urbana). Além disso, esses espaços são fundamentais para o uso e apropriação da cidade como um todo, contribuindo também para: organizar os fluxos sendo o *locus* da mobilidade e da acessibilidade; conformar a morfologia urbana; gerar o convívio social; caracterizar a imagem da cidade; promover o equilíbrio ambiental; espaço da manifestação político-cultural. Essas funções são especializadas em diferentes tipologias, dentre as várias existentes aqui, Mendonça (2007) destaca as vias, as praças e os parques. As diferentes

tipologias de ELP possibilitam as mais variadas práticas de apropriação, e deve-se buscar sempre que possível a multiplicidade no uso desses espaços (QUEIROGA, 2011).

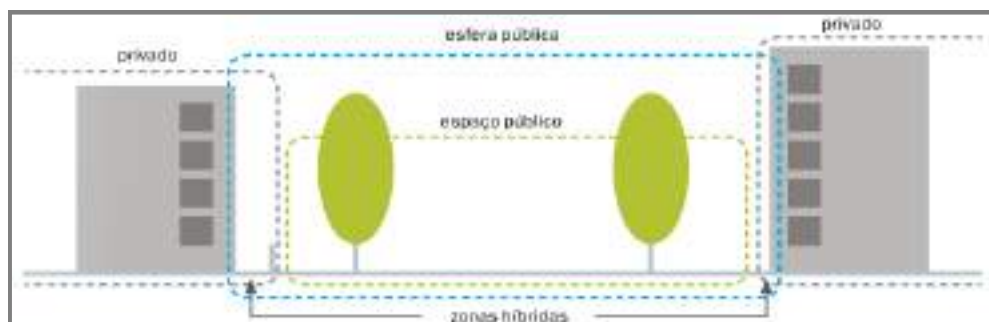
Além disso, os espaços livre públicos também podem ser “não-tratados ou acidentais”, espaços sem ações formais de urbanização (pavimentação, infraestrutura, etc.), mas que cumprem com a função de publicização do espaço. Podem ser lotes vazios ou certos alargamentos da estrutura urbana que passam a ser apropriados podendo dar espaço para expressões socioculturais de uma determinada comunidade. Assim, as ações sobre o espaço e as conseqüentes transformações da forma urbana podem ser divididas em formais e informais e a quantidade de espaços livres informais e residuais existentes no tecido urbano pode ser um indicador da falta de políticas públicas (CUSTÓDIO et al., 2013).

Os espaços livres nas favelas são predominantemente “acidentais”, resultantes da invasão ou ocupação de terras públicas e/ou privadas. Dixon (2014) comenta que, no denso ambiente construído das favelas, a prioridade espacial é dada à habitação. Assim, o espaço livre público é resultante do espaço construído, e sempre está em risco iminente de ser invadido. É recorrente observar as calçadas serem suprimidas em prol da ampliação das residências. Quanto à morfologia, as praças e espaços de convívio da parcela informal da cidade costumam distanciar-se dos ângulos retos e apresentar formato esconso sempre em modificação, visto que surgem como espaço vazio resultante do edificado. Sua apropriação é nítida pela vitalidade urbana observada, e cada morador contribui com o que pode para “construir” quadras, praças e mobiliários.

Nesse sentido, a investigação dos ELPs de uma cidade traz importantes informações para as estratégias de planejamento e gestão, isso porque o caráter mais significativo do espaço não está na função que se determina para ele em projeto, mas sim na capacidade em ser vital, materializada nas possibilidades de apropriação que o mesmo oferece aos indivíduos. Além disso, o ELP possui uma amplitude maior que aquela geralmente considerada, pois assim se incluem as fachadas dos edifícios e tudo que pode ser visto ao nível dos olhos (KARSSEMBERG, 2015, p. 15). Assim, tem-se o espaço público, o privado e as chamadas zonas híbridas, consideradas também como semiprivadas ou semipúblicas⁴⁷ (Figura 8).

⁴⁷ “Espaço semipúblico é geralmente localizado no andar térreo e disponível para o público a critério do proprietário; o espaço é dele e gerenciado por ele. [...] Espaço semipúblico permeável e transparente mistura as margens e cria bordas ao invés de fronteiras. [...] Não há uma distinção clara entre a cidade pública e privada – o que é bom! A cidade mistura definições de dentro ou do fora e atividades ultrapassam limites de propriedade” (WORTHINGTON, 2015, p. 150-152)

Figura 8- Esquema esfera pública e espaços públicos e privados



FONTE: Karssenbergt al. 2015. p.15.

Ham e Ulden (2015, p. 144 - 145), na publicação “Zonas híbridas tornam as ruas pessoais”, abordam a definição e a função destes espaços, destacando que embora sejam determinantes, são também subavaliados. Afirmam ainda que a “zona híbrida tem um papel importante no estabelecimento de contato e interação entre os moradores da cidade na criação de um ambiente de rua simpático, acolhedor e atraente”. Além disso, afirmam que tal zona tem sua origem no conceito holandês do século 15, o *stoep*, ou seja, calçada que surgiu como uma alternativa dos residentes frente ao crescimento dos negócios e trânsito locais (Figura 9). “Nas áreas residenciais, o *stoep* holandês era uma calçada ornamentada privada, para criar distância do trânsito que passava, mas proporcionando um espaço privado para contato social e também para observar a vida pública”.

Figura 9: O *stoep* holandês na pintura "Prefeito de Delft" por Jan Steen (1655)



FONTE: Karssenbergt al. 2015. p.144.

Tais zonas apresentam um caráter social diretamente relacionado com a apropriação do espaço público, visto que sua apropriação por parte dos moradores, além de poder potencializar os contatos sociais entre residentes e passantes, gera personalizações que implicam em sensação de pertencimento e responsabilidade de manutenção do espaço e seu entorno (HAM e ULDEN, 2015). Desse modo, é possível pensar o ELP como gerador de encontros e apropriações que conformam o aspecto social do espaço, pois que o “princípio prioritário do planejamento deve ser: primeiramente vida, depois espaço, depois prédios” (GEHL et. al., 2015, p. 35).

“A zona híbrida, quando apropriada, permite que as pessoas se avaliem, se relacionem e se identifiquem umas com as outras. Passantes e vizinhos podem especular sobre esse espaço apropriado. [...] A zona híbrida construída para a familiaridade pública. O projeto físico da rua determina o número e a facilidade dos contatos sociais. [...] A apropriação da zona híbrida também cria privacidade, especialmente quando a calçada está adjacente à fachada de um prédio. Moradores geralmente reclamam que as pessoas passam demasiadamente próximo das suas casas e tentam olhar pelas suas janelas. [...] Através da apropriação da zona híbrida eles podem criar um amortecedor entre público e privado. Além do mais, oferece às pessoas que passam algo agradável para olhar” (HAM e ULDEN, 2015, p. 146-147).

Ao compreender o ELP nesse contexto, é possível observar sua relação com a arquitetura da cidade e até com a vida privada, pois que o tratamento projetual das zonas híbridas constitui uma ponte que pode corroborar ou não para a transição entre o público e o privado. Jacobs (2011) alerta sobre a importância das possibilidades de acessos entre as zonas públicas e privadas, que permitem graduar os níveis de intimidade desejados entre ambas as áreas. A autora alerta ainda que quando acesso visual entre as fachadas e o exterior é fomentado, passa-se a ter “os olhos das ruas”, quando os residentes, através de monitoração e vigilância, fortalecem os laços com o espaço público. Acerca disso, Gehl (2013) e Karssenberg (2015) apresentam a necessidade de abordar o caso do fortalecimento das áreas públicas mediante as atuações nos ambientes privados e híbridos.

Tais atuações devem dar suporte ao estabelecimento de encontros imediatos e trocas sociais. Segundo Gehl et. al. (2015, p. 29), tais encontros decorrem também da possibilidade de poder caminhar pelas ruas e se relacionar tendo os pavimentos térreos dos prédios como “paredes do espaço público”. Acerca disso, os autores destacam a existência de dois tipos fundamentais de encontros imediatos com prédios, a saber: andar ao longo dos prédios; de pé, sentado ou ocupado com atividades do lado dos prédios. E, nesse contexto, vale destacar que a permeabilidade das fachadas interfere diretamente no quanto estas se tornam ativas e se abrem para relações interpessoais no ambiente público-privado.

No contexto das favelas, as “zonas híbridas” ou “de transição” são frequentes e dinâmicas, pois o tecido urbano complexo e denso fortalece o senso de vizinhança⁴⁸, através do qual a esfera privada frequentemente se estende até a pública, devido a proximidade das moradias e o subdimensionamento das vias, criando espaços de sociabilidade. Assim, a favela costuma ser um exemplo prático dessa intercessão entre o público e o privado, havendo “uma verdadeira fluidez dos limites entre os espaços coletivos e privados, o que acabava por quase fundir os dois” (ANDRADE, 2012, p. 198). Tais espaços são intrinsecamente ligados por escalas intermediárias de publicização, não no formato do *stoep* holandês, mas sim através de ruelas que são vistas como continuação das casas e tornam-se espaços semi-privados, ao passo que a maioria dos terraços das casas pode constituir espaços semi-públicos. É essa influência mútua “meio – indivíduo” que nos permite destacar e abordar os espaços livres da favela em suas partes físicas, como sendo da casa à rua (DAMATTA, 1997, p.25-6).

“a proximidade entre construções na Rocinha contribuía para um tipo de interação social que causava perplexidade nos moradores das áreas formais da cidade. Nesse sentido, ainda que muitas relações fossem calcadas no parentesco, pelo porte da favela a maior parte das interações sociais ocorriam numa perspectiva impessoal, o que indicava uma semente de vida pública” (ANDRADE, 2012, p. 201)

Em concordância com Andrade (2012), Nycolaas e Troina (2015, p. 120-121) relatam que “a Rocinha, como milhares de outras favelas em todo o mundo, revela por um lado condições miseráveis e desumanas. Por outro lado, é a expressão da vitalidade urbana através do convívio nas ruas”. Além disso, destaca que a precariedade da infraestrutura urbana implica em certa insalubridade no ELP, mas não impede a apropriação e vitalidade. “As pessoas tem seu espaço privado reduzido e compartilham intensamente o pouco espaço público disponível”. Os autores encerram ressaltando o valor encontrado na produção do espaço público informal e afirmam que,

“Algumas lições podem ser apreendidas desta cidade informal e auto-organizada. Sob o ponto de vista do desenho urbano, a Rocinha confirma como a escala humana, variedade tipológica, alta densidade, flexibilidade dos usos e pouca utilização do carro são fatores que contribuem para um espaço agradável. Considerando sua organização, ela também demonstra que as pessoas, em circunstâncias de dificuldade, são capazes de se organizar. A pouca regulamentação favorece a liberdade para estabelecer reuniões e práticas sociais, para empreender com base na demanda e para formar movimentos culturais de excelência, a exemplo do samba. Temas como identidade e solidariedade também emergem em um lugar onde os vizinhos se apoiam reciprocamente.”

⁴⁸ Nas favelas, é recorrente que o senso de vizinhança seja reforçado pela malha urbana informal que espacializa uma intrincada trama familiar de seus residentes, pois esses, ampliam as habitações e o número de domicílios à medida que a família cresce, gerando certa proximidade física e social entre os residentes e relativizando as demandas de privacidade diante do adensamento e criando “olhos das ruas”.

Nota-se, assim, que além do caráter físico do ELP da favela, é importante mencionar que as relações sociais (fluxos) são fundamentais para o estabelecimento da morfologia urbana (fixos) característica desses assentamentos, embora o oposto também ocorra como cita DaMatta (1997). Assim, a configuração física desses espaços viabiliza muitos dos comportamentos sociais, possibilitando uma dinâmica socioespacial intensa na construção do espaço físico e, muitas vezes, supera a temporalidade da produção do espaço urbano formal. Assim, essas ambiguidades e responsabilidades em relação aos espaços de transição são ainda mais complexas no contexto dos ELPs informais, pois apresentam escalas de publicização e apropriações específicas que podem implicar positiva e/ou negativamente na qualidade de vida de seus habitantes. Santos (1985) indica que o espaço intraurbano é diretamente influenciado por forças dinâmicas que transformam o meio urbano constantemente, contribuindo ou prejudicando a vitalidade dos ELPs, criando novos fixos e fluxos.

Correlacionando os fluxos à mobilidade e acessibilidade, vale ressaltar o sistema viário enquanto parte integrante e fundamental do espaço livre público. Mascaró (2008, p. 87) afirma que tal sistema “distingue-se duas partes: uma para circular e outra para estar”, ratificando a importância das vias como espaço livre público onde se dá a acessibilidade enquanto suporte fixo ao fluxo advindo da mobilidade. Os parques e praças, por sua vez, quando devidamente planejados, tem a função de possibilitar a integração entre partes distintas do sistema viário, contribuindo para a prática do circular e do estar. Nota-se, assim, a importância do sistema de espaços livres públicos para a efetivação das trocas sociais e do direito de ir e vir⁴⁹.

Por sua vez, as calçadas, no contexto da favela, recorrentemente, são subdimensionadas ou inexistentes, conseqüentemente conferindo ao leito carroçável uma sobreposição de fluxos e funções que interfere diretamente na caminhabilidade, na orientabilidade e na forma como se dão as práticas sociais locais. Acerca disso Jacques (2011, p. 69) afirma que “como não há sinalização, placas, nomes ou números, qualquer pessoa de fora ali se perde facilmente. [...] Para não se perder, é preciso ter um guia (um morador da favela), ou um mapa”. Isso porque a legibilidade do espaço livre público é comprometida pela configuração irregular do traçado e pela insuficiência de sinalização. Em

49 Lefebvre (2006) comenta que os indivíduos deveriam ter as mesmas oportunidades de se beneficiarem dos diversos aspectos da vida urbana, todavia, este conceito ideal é infringido em diversos âmbitos internos à favela. No tocante aos espaços públicos, o direito de ir e vir, por vezes, é tolhido do cotidiano das favelas, pois embora as favelas pertençam inerentemente aos moradores, os traficantes e forças policiais têm um efeito abrangente sobre a liberdade do público de desfrutar do espaço (DIXON, 2014. p. 05).

contrapartida, é rara na favela a monotonia dos percursos projetados em quadrícula na cidade formal, pois cada caminhada traz novas informações e possibilidades sensoriais ao visitante e ao residente⁵⁰. Uma das especificidades do espaço urbano da favela reside na diversidade de usos, texturas e padrões espaciais. Nesse, sentido, a diversidade de usos é outro fator presente nas favelas que corrobora para a vitalidade do ELP, visto que funcionam como atratores de pessoas.

Assim, vielas, becos, escadarias, largos e calçadas subdimensionadas se tornam o espaço livre público da favela, onde se observa prática de esportes, convívio social, e oportunidades de lazer para públicos de diferentes faixas etárias. Mesmo diante de tantas restrições quanto à dimensão física, legibilidade, infraestrutura e segurança pública, ao adentrar nas favelas, diversos pesquisadores têm constatado vitalidade e urbanidade socioespacial. Sobre isso, Andrade (2012, p. 193) descreve sua experiência ao entrar no complexo da Maré afirmando que “ao lá chegar, fui surpreendida por um espaço com uma impressionante intensidade de vida social”.

Jacobs (2011, p.29) ratifica as ruas e suas calçadas como principais locais públicos de uma cidade, “são seus órgãos mais vitais”. Na favela, o dinamismo do espaço público e a sua sobreposição de funções (lazer, convívio, acessibilidade, etc), lhe confere ainda mais o caráter de vitalidade. Meirelles & Athayde (2014, p. 104) destacam a movimentação como uma característica inerente à favela, e por isso, as relações humanas de convívio e lazer se estendem ao espaço público e suas distintas escalas de publicização. Além disso, afirma ainda que “movimento consiste, assim, em valor. Indica que algo de ‘bom’ ocorre no lugar, gerando alegria e diversão para as pessoas [...]. Nesse caso a diversão não é estática. Pelo contrário, ela é vivida numa espécie de passeio interativo, no qual os personagens trocam de lugar no cenário dos encontros” (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014, p. 104). Surgem assim, espaços públicos de interação social internos à favela, reforçados pela distância socioespacial e dificuldade de acesso ao consumo de outras formas de lazer.

Contudo, embora as favelas apresentem urbanidade em seus espaços públicos, Dixon (2014) ressalta que milícias e forças policiais têm um efeito abrangente sobre a liberdade do público de desfrutar de espaço. Constata-se, assim, que a favela, assim como qualquer outro espaço da cidade, necessita da implementação de serviços e equipamentos

50 Sobre a multiplicidade de informação sensorial, Lynch (2011, p. 05) destaca que “é preciso afirmar que existe algum valor na mistificação, no labirinto ou na surpresa provocados no ambiente. [...] A surpresa deve ocorrer dentro de uma estrutura geral, a confusão deve dar-se em pequenas regiões dentro de um todo visível. Além disso o labirinto ou o mistério dele conter, em si, alguma forma que possa ser explorada e apreendida no devido tempo. Caos total, sem qualquer indicio de conexão, nunca é agradável”.

básicos que subsidiem e potencializem o uso do espaço livre público. Entretanto, a falta destes serviços não impede a apropriação do espaço livre público e a efetivação da urbanidade espacial. Como destaca Andrade (2012, p. 206), “considero ser necessária uma atitude mais generosa na análise da urbanidade espacial reinventada por brasileiros e brasileiras comuns, superando a crença de que suas práticas e dinâmicas socioespaciais são decorrentes de falta de civilidade, ou de forma mais ampla, de ausência de urbanidade”.

É, também, crucial que as políticas públicas considerem a produção do ELP informal como inerente ao estudo do fenômeno urbano como um todo, evitando a segregação e a fragmentação urbana. Entretanto, mesmo diante de tantos avanços alcançados em matéria de infraestrutura básica e serviços públicos essenciais, percebe-se que tais políticas públicas ainda mostram-se insuficientes quanto a integração formal-informal. Assim, a falta de atenção, por parte da gestão pública, quanto a manutenção e uso já consolidados destes espaços, gera entraves na solução dos problemas de infraestrutura, na mobilidade interna à favela e na acessibilidade que contribuiria para a integração do espaço urbano como um todo.

Nesse sentido, vale ressaltar a ação de agências sociais⁵¹ que, passam a conhecer a identidade socioespacial da localidade e, através de ações pontuais, têm alcançado êxito em torno da superação das problemáticas sociais e seus impactos às gerações subsequentes, podendo dar suporte substancial à políticas públicas de planejamento. Burdett (2012) destaca algumas dessas ações, geradoras de impactos positivos, tais como reformas com materiais de baixo custo e temporários em áreas vazias ou prédios abandonados, estabelecendo sedes comunitárias que abrigam creches, cozinhas coletivas, suporte à maternidade, atividades esportivas e educacionais, etc. Tais ações sociais revelam que as estratégias de atuação podem ocorrer em níveis de planejamento global, mas também local, a exemplo das acupunturas urbanas⁵².

Além disso, a atuação das políticas públicas deve considerar a percepção dos usuários visando a priorização do pedestre e a construção de uma cidade ao nível dos olhos, como destaca Karssenbergt al. (2015). Desse modo, é fundamental analisar a imagem da cidade ao nível dos olhos do pedestre, ao longo do tempo e considerando seu contexto socioespacial, como propõe Lynch (2011, p.01):

⁵¹ Tais como líderes e associações comunitárias, igrejas, ONGs, grupos de pesquisa e suporte técnico mantidos por universidades.

⁵² Acupunturas urbanas são intervenções de menor escala, de baixo custo e que podem ser replicadas pela comunidade ou em outras comunidades. Acerca disso, consultar Lerner (2010) e Sola-Morales (2004).

Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação ao seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. [...] Cada cidadão tem vastas as associações com alguma parte de sua cidade, é a imagem de cada um esta empregada de lembranças e significados.

Acerca dessas imagens ambientais, o mesmo autor, destaca que resultam da relação entre o observador e seu ambiente e, por isso, pode variar de pessoa para pessoa. Contudo parece existir um consenso representado por uma imagem comum entre membros de um mesmo grupo, que configuram as “imagens públicas”. Tais imagens são dotadas de três componentes, a saber: identidade, estrutura e significado⁵³. Quanto à identidade e à estrutura, vale destacar o atributo da imaginabilidade⁵⁴ ou legibilidade⁵⁵, ou seja, a facilidade com que as partes da cidade podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente (LYNCH, 2011).

Vale ressaltar que a legibilidade é fundamental para conferir orientabilidade e, conseqüentemente, segurança e qualidade, implicando em espaços potenciais para interação humana e práticas sociais. Acerca disso Tooren e Meier (2015, p. 60) afirmam que “a facilidade de se achar é provavelmente a forma mais efetiva de melhorar a experiência do usuário no ambiente urbano”. Contudo, o conceito de imaginabilidade não necessariamente conota qualidade estética, obviedade, ou algo fixo ou regularmente ordenado, embora as vezes possa possuir tais qualidade, pois que “o cérebro humano é maravilhosamente adaptável, que, com alguma experiência, é possível aprendermos a encontrar os nossos caminhos até mesmo num entorno dos mais desorganizados e descaracterizado” (LYNCH, 2011, p.05).

A orientação é importante para a nossa sensação de equilíbrio e bem –estar. [...] No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação. [...] Sem dúvida, uma imagem clara nos permite uma locomoção mais fácil e rápida [...]. (LYNCH, 2011, p.04)

Nesse contexto, Lynch (2011, p.117-121) lista algumas categorias de interesse que podem ser trabalhadas na qualidade da forma urbana, são elas: singularidade, simplicidade,

⁵³ “Uma imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado. [...] identidade não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com um significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a imagem deve incluir a relação espacial ou paradigmática, do objeto com o observador e os outros objetos. Por último, esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional” (LYNCH, 2011, p.09).

⁵⁴ Imaginabilidade é, segundo Lynch (2011, p. 11), “a característica, no objeto físico que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado” (LYNCH, 2011, p. 11). Além disso, destaca que existem fatores diversos que influenciam na imaginabilidade, tais como o significado social de uma área, sua função, sua história, ou mesmo seu nome.

⁵⁵ “A legibilidade é crucial para o cenário urbano” (LYNCH, 2011, p. 03).

continuidade, predomínio, clareza de junção, diferenciação direcional, alcance visual, consciência do movimento, séries temporais, nomes e significados. Além disso afirma que o conteúdo das imagens da cidades, no que se refere às formas físicas, pode ser classificado segundo cinco tipos de elementos: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Tais elementos são fundamentais para a análise dos mapas mentais aplicados em Beira Molhada visto que categorizam as imagens e permitem agrupá-las em prol de uma “imagem pública” do local.

- Vias: “canais de circulações ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial [...] A concentração de um habito ou atividade especial numa rua pode torná-la importante aos olhos dos observadores” (LYNCH, 2011, p.52-55). Além disso, qualidades espaciais das vias e das fachadas do seu entorno, assim como seu alinhamento e sua localização no contexto da cidade também podem chamar a atenção dos observadores;
- Limites: “são as fronteiras entre duas fases, quebras de continuidades lineares. [...] podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região de outra, mas também podem ser costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram [...] parecem mais fortes os limites que não só predominam visualmente, mas têm uma forma continua e não podem ser atravessados” (LYNCH, 2011, p.52 e 69);
- Bairros: “áreas relativamente grandes da cidade, nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas características em comum”. (LYNCH, 2011, p.74). O autor destaca ainda componentes que podem caracterizar fisicamente os bairros, a saber: textura, espaço, forma, detalhe, símbolos, tipo de construção, usos, atividades, habitantes, estados de conservação, topografia;
- Pontos nodais: “são os focos estratégicos nos quais o observador pode entrar; são, tipicamente, conexões de vias ou concentrações de alguma característica. [...] Pontos nodais são os pontos de referência conceituais de nossas cidades” (LYNCH, 2011, p.80, 81 e 113);

- Marcos: “são outro tipo de referência, mas, nesse caso, o observador não entra , neles: são externos. Em geral, são o objeto físico definido de maneira muito simples: edifício, sinal, loja ou montanha” (LYNCH, 2011, p. 53).

Todas essas abordagens quanto à imagem da cidade ao nível dos olhos reflete o pedestre enquanto atuante e participante ativo na produção do espaço urbano e, principalmente, do ELP formal e informal dotado de caminhabilidade. Além disso, ao relacionar o espaço público, as práticas sociais e a apropriação, é nítido que o este é potencialmente o locus da urbanidade, também na favela. Esta ultima, por sua vez, mostra-se predominantemente repleta de uma urbanidade pautada na vitalidade do espaço mesmo diante das deficiências da infraestrutura, provando que “um nível de atividades não necessariamente indica uma melhor qualidade urbana” (GEHL et. al., 2015, p. 33). Assim, espera-se que este capítulo de referencial teórico-conceitual configure um suporte coerente para as análises referentes a Três lagoas enquanto objeto empírico de estudo, contribuindo para que se alcance uma síntese dimensional concisa e integrada.

3. UM CAMINHO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE SOCIOESPACIAL

Na busca para alcançar os objetivos determinados, adotou-se como suporte metodológico o roteiro proposto por Lima & Somekh (2013) para análise socioespacial de favelas através de estudos temáticos que serão abordados com maior profundidade na sequência deste capítulo. O roteiro em questão passou por um processo de adaptação, sofrendo influência de algumas etapas do “Guia para o mapeamento e Caracterização de assentamentos precários” (BRASIL, 2010b) de autoria do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

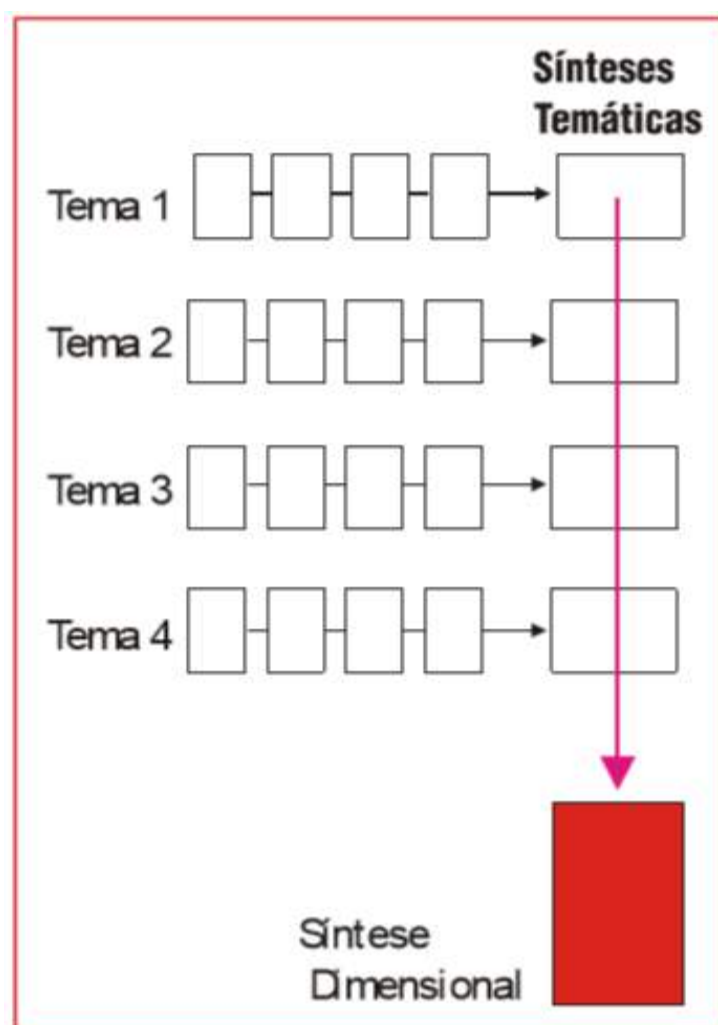
A metodologia proposta por Lima & Somekh (2013), se baseia predominantemente nos dados adquiridos através da observação e análise dos aspectos físicos e sociais do espaço, muito mais do que nos indicadores estatísticos a respeito do objeto, embora não os exclua como dados analíticos complementares. Além disso, embora analise questões amplamente observadas no espaço urbano (acesso, densidade, uso do solo, saneamento, etc.), apresenta uma proposta diferenciada quanto a sistematização de dados e sua análise co-relacionada. Isso, porque analisa a erosão dos padrões espaciais os decompondo em categorias de análise através de estudos temáticos, “cujos temas funcionam como ‘medidores’ do gradiente de deterioração dos padrões urbanístico-ambientais no interior dos assentamentos precários” (LIMA & SOMEKH, 2013, p. 114).

Embora essa estrutura temática seja uma estratégia interessante à análise integrada dos dados, no presente trabalho não será utilizada para medir o gradiente de deterioração dos padrões urbanístico-ambientais no interior das favelas, mas sim para medir e analisar os padrões urbanísticos em si. Tal decisão decorre da compreensão de que a favela deve ser um objeto analisado, do ponto de vista socioespacial, não apenas pelo seu gradiente de deterioração, mas sim pelos seus impactos positivos e negativos. Desse modo, no roteiro metodológico adaptado proposto, são adotados os estudos temáticos, mas tem-se que os temas funcionam como medidores de análise dos padrões urbanísticos no interior da favela Três Lagoas. A intensão é que, com a decomposição em temas seja possível constatar, de modo sistematizado e integrado, a complexidade da favela estudada.

Dessa forma, “o meio utilizado para lidar com as complexidades desse problema é decompô-lo em partes [*temas*] para que estas possam ser abordadas separadamente” (LIMA & SOMEKH, 2013, p. 114). Cada tema tem como produto uma síntese iconográfica e textual, ou seja, serão geradas imagens (cartografias, fotografias, desenhos, etc.) associadas a textos analíticos. Ao sobrepor essas sínteses temáticas, na metodologia

original, chega-se a uma síntese da dimensão urbanístico-ambiental, ou seja, uma síntese dimensional. No roteiro metodológico adaptado espera-se que a síntese dimensional seja uma síntese da dimensão urbanística, visto que a análise dos aspectos ambientais permeia os temas analisados, mas não configura o objetivo principal da pesquisa (Figura 10).

Figura 10 - Diagrama referente à metodologia sintético-temática original



FONTE: Lima & Somekh (2013), p. 115.

Os componentes temáticos propostos por Lima & Somekh totalizam sete, a saber: (1) Morfologia do sítio; (2) Categorias de acesso; (3) Densidade por quarteirão; (4) Padrão de qualidade das habitações; (5) Uso dos espaços; (6) Estudos de saneamento; (7) Situações de risco. Embora se saiba que tais temas envolvem de modo difuso diversas questões inerentes à favela, entre acréscimos e reformulações, é considerada a seguinte estrutura temática adaptada: 1) Caracterização do sítio (morfologia e legislação); 2) Parcelamento do

solo; 3) Acessibilidade e Mobilidade; 4) Densidade habitacional; 5) Padrão tipológico das edificações; 6) Uso do solo; 7) Infraestrutura e serviços; 8) Espaço livre público (ELP) e apropriação socioespacial.

Em relação à caracterização do sítio (Tema 01), são analisadas questões inerentes à legislação vigente e à morfologia e área de estudo, tratando assim de: topografia, corpos hídricos, áreas alagadiças, zonas de preservação especial ou áreas de preservação permanente. Isso, através de levantamentos in loco e junto à PMJP. Quanto ao parcelamento do solo (Tema 02), observa-se os aspectos formais do parcelamento do assentamento e sua relação com o suporte geográfico, através das métricas da paisagem⁵⁶ e seus indicadores de “análise de bordas” (Total edge, Edge density, Mean patch edge), “análise de forma” (Mean Shape Index, Mean perimeter área ratio, Mean fractal), “análise de área” (number of patches, área, class area). No que se refere à acessibilidade e mobilidade (Tema 03), analisa-se a caracterização e hierarquização das vias conforme: configuração e dimensionamento, extensão linear, integração com demais vias, compartilhamento intermodal, mobilidade por transporte público, existência de barreiras físicas e/ou comportamentais. Isso, por meio da vetorização via geoprocessamento de dados, sintaxe espacial e observação in loco.

Quanto a densidade habitacional (Tema 04), observa-se por meio de imagens de satélite e levantamentos in loco, a quantidade de unidades habitacionais por quadra e amostragens da trama genealógica consolidada na malha urbana, ou seja, faz-se um apanhado por amostragem acerca da relação familiar entre os residentes na favela. Com isso não se pretende alcançar apenas um dado quantitativo, mas também a espacialização de como se dá a densidade habitacional e seu vínculo com a relação familiar. No que se refere ao padrão tipológico das edificações (Tema 05), são analisados aspectos construtivos e de organização espacial, tais como o gabarito, sistema construtivo (alvenaria, bricolagem de materiais, etc), acabamentos da fachada frontal e mureta, e estratégias de iluminação e ventilação. Isso, através de levantamentos in loco e de amostragens em residências específicas nas quais foi permitido o acesso.

Já para analisar o uso do solo (Tema 06) são consideradas as seguintes categorias de uso da terra: residencial, comercial/serviço, misto, institucional, espaço livre público,

⁵⁶ Embora inicialmente o uso de tais métricas tivesse como objeto a ecologia da paisagem, vem sendo destacada sua validade enquanto método de análise do meio urbano, por possibilitar uma análise quantitativa acerca de temáticas predominantemente observadas de modo qualitativo, representando assim considerável contribuição. Como destaca Moura (2010, p. 26) “é possível aplicar métricas de paisagem para análises das morfologias das ocupações urbanas e seus rebatimentos sobre a ocupação regional”. Acerca desse tema, consultar também Couto (2004) e Barros et. al. (2012).

vazio urbano. Isso, através de levantamentos in loco e análises quantitativas. No que se refere a infraestrutura, serviços e equipamentos públicos (Tema 07), observa-se, por meio de levantamentos in loco e junto à PMJP, se há regularidade na drenagem de água pluvial, esgotamento sanitário, abastecimento de água encanada, fornecimento de energia elétrica (domiciliar e nos espaços livres públicos), além dos equipamentos e mobiliários públicos. O ultimo tema abordado trata do espaço livre público e apropriação sócio-espacial (Tema 08), sobre o qual são identificados nós, marcos, referências de expansão, práticas sociais, área de influência, estado de conservação, urbanidade espacial, etc. Isso, por meio de análise visual⁵⁷ e mapas mentais⁵⁸.

Com base nos dados obtidos com a síntese de cada um destes temas, visando a síntese dimensional, o roteiro metodológico original setoriza o objeto de estudo em três categorias de risco capazes de hierarquizar as situações-problema encontradas: Risco e Insalubridade, Degradação e Isolamento, Transtorno e Conflito (Quadro 10). Segundo Lima & Somekh (2013), “o recurso das categorias é decisivo [...] já que cada uma das três funciona como um filtro através do qual se absorvem graficamente [...] os problemas expressos nas sínteses temáticas”. Contudo, com a presente investigação se pretende trazer uma análise mais holística que leve em conta conflitos e impactos negativos outros, ainda que não configurem riscos ambientais propriamente ditos ou estejam enquadrados na categorização proposta pelo roteiro original. Assim, no roteiro adaptado essa etapa de categorização de problemas passou a ser denominada síntese dos impactos negativos, na intenção de tornar mais ampla e integrada a análise das problemáticas encontradas em Três Lagoas. Isso porque o objetivo principal dessa etapa não necessariamente é a categorização dos problemas, mas sim fazer uso das sínteses temáticas para buscar possíveis causas relacionando aspectos sociais e físicos do espaço urbano.

⁵⁷ A “Análise Visual” é uma categoria de análise amplamente abordada por Cullen, Dell Rio e Lynch, e se propõe a, através da visão serial aliada a capacidade de observação e interpretação do pesquisador, melhor compreender o espaço físico e suas especificidades. Isso, através da percepção das sensações geradas pela experiência visual da combinação entre a paisagem viária e as massas edificadas. Segundo Cullen (2010, apud Cruz 2012) “visão serial relaciona-se a uma sucessão de pontos de vista de um percurso de um extremo ao outro da planta a passo uniforme, que, através de contrastes súbitos, tem grande impacto visual e dão vida ao percurso”.

⁵⁸ “Também é muito válido pedir que os moradores desenhem a sua comunidade, pois, ao fazerem isso, representarão construções e ruas que para eles são mais importantes, representando mapas mentais” (TERRY et. al., 2013, p. 24). Compreende-se como “mapa mental” o mapeamento do espaço físico a partir de memórias individuais e coletivas, fazendo uso de representação do conhecimento ou percepção espacial de forma imagética associada ou não a elementos textuais (COSTA et. al, 2012). Vale ressaltar que a aplicabilidade de tal mapeamento é consideravelmente maior em crianças e jovens (CAMPOS, 1989), devido ao fato de ainda prezarem por uma noção não tão concreta da realidade, além da existência de menor autocobrança quanto à qualidade gráfica dos desenhos produzidos.

Quadro 10: Categorias de problemas propostas por Lima & Somekh (2013)

Categoria	Definições
Risco e Insalubridade	<i>Risco</i> Ameaça permanente ou circunstancial à integridade física de pessoas e bens materiais ou a recursos do meio ambiente.
	<i>Insalubridade</i> O que origina, propaga ou cronifica enfermidades ou agravo à saúde dos indivíduos e da coletividade.
Degradação e Isolamento	<i>Degradação</i> Privação de graus, deterioração e desgaste em relação a grupos, indivíduos, recursos urbanos, ambientais e fiscais.
	<i>Isolamento</i> Separação, segregação, confinamento, falta de integração de locais, indivíduos e/ou grupos.
Transtorno e Conflito	<i>Transtorno e Conflito</i> O que altera ou perturba a ordem das funções ou manifesta oposição ou luta entre diferentes forças.

FONTE: Lima & Somekh (2013), p. 122.

Além disso, Lima & Somekh (2013) indicam, em seu roteiro metodológico, potencialidades socioespaciais, que “podem ser definidas como forças ou poderes locais subjacentes à configuração espacial dos assentamentos ou na forma como esta última é apropriada pelos usuários” (idem, p.125). Como destacam as mesmas autoras, considerar essas potencialidades é determinante para a apropriação das possíveis futuras modificações projetuais propostas para o objeto à partir dos riscos apontados. Nesse sentido, no roteiro adaptado a indicação de impactos positivos foi tida como uma etapa, considerando inclusive um mapeamento síntese visto que seu entendimento iconográfico é fundamental para a retroalimentação do processo projetual de possíveis futuras intervenções que levem em conta a cultura local e as consequentes práticas sociais positivas já estabelecidas no espaço urbano de Três Lagoas.

O roteiro metodológico original propõe ainda a análise dos mapas-síntese e consequentes matizes de degradação e potencialidades encontradas, gerando um Mapa de Diretrizes. Contudo, o que se pretende com esta pesquisa é a diagnose e análise da situação urbanística do objeto. Desse modo, entende-se que a proposição de diretrizes não é a tônica desta investigação e, portanto, não será abordada mesmo diante de sua importância. A síntese dimensional adaptada considera, portanto, a análise dos impactos positivos (potencialidades) e negativos (riscos e conflitos), deixando a definição de diretrizes como sugestão para pesquisas e aprofundamentos futuros.

Essas foram, portanto as etapas propostas tendo em vista a adaptação do roteiro metodológico proposto por Lima & Somekh (2013), contudo, percebeu-se a necessidade de que todo o procedimento metodológico fosse antecedido por um processo de reconhecimento da área e do seu contexto, visando embasar devidamente a análise temática e buscar possíveis dados já existentes acerca do objeto de estudo. Isso, objetivando a consolidação de dados cartográficos georreferenciados e devidamente compatibilizados, pois quando se trata da favela enquanto objeto de estudo dinâmico, é fundamental a validação criteriosa da base cartográfica antes da aplicação dos estudos temáticos, pois são recorrentes as incompatibilidades de perímetros e limites, que podem implicar em inconsistências nos dados qualitativos e quantitativos diversos. Para isso, foi usado como suporte o “Guia para o mapeamento e Caracterização de assentamentos precários” (BRASIL, 2010b), que propõe um reconhecimento preliminar do objeto de estudo para então dar início a análise do assentamento.

[...] o mapeamento e caracterização dos assentamentos precários são atividades inter-relacionadas, destinadas a identificar e qualificar, em cada município, as áreas urbanas que exigem medidas de urbanização, recuperação e regularização, visando à melhoria das condições de vida e inclusão socioespacial dos moradores. (BRASIL, 2010b, p. 35)

Para tal mapeamento preliminar, o guia sugere uma sequência de etapas, a saber:

1. Coleta de dados e informações cartográficas disponíveis:

“Coleta das informações cartográficas que os municípios já possuem sobre seus assentamentos precários, bem como de outras informações disponíveis que possam balizar sua elaboração” (BRASIL, 2010b, p. 36). Embora pareça uma etapa óbvia e de fácil execução, demanda esforços quando se trata de favelas e demais assentamentos irregulares, visto que são objetos ainda pouco analisados pelas cartografias oficiais. Essa etapa foi, portanto, adotada sem ressalvas na presente pesquisa, sem ressalvas;

2. Escolha da base cartográfica:

Também adotada nesta investigação, essa etapa propõe a escolha da base cartográfica que será adotada como referência para análise do objeto empírico. O guia sugere ainda que, em casos necessários como o de Três Lagoas, é possível atualizar ou completar algum mapeamento já existente através da vetorização georreferenciada;

3. Procedimentos do mapeamento preliminar:

Etapa que sobrepõe as informações encontradas em busca de definir os limites e fronteiras do assentamento estudado, assim como identificar informações gerais acerca da morfologia urbana, sendo também de suma importância para a presente pesquisa;

4. Caracterização preliminar dos assentamentos:

“[...] diz respeito ao preparo do segundo conjunto de informações que deve preceder as vistorias de campo e a consolidação do mapeamento e caracterização dos assentamentos” (BRASIL, 2010b, p. 42). Para isso são propostas algumas variáveis tais como: Renda domiciliar, situação fundiária, material de construção, entre outras. Não se julgou interessante adotar integralmente esta etapa para a presente pesquisa, visto que sua sistematização entraria em conflito com a metodologia principal de produção da síntese dimensional. Contudo, as variáveis que se mostraram interessantes foram, de alguma maneira, inseridas entre os oito temas propostos para as sínteses temáticas;

5. Vistorias em campo:

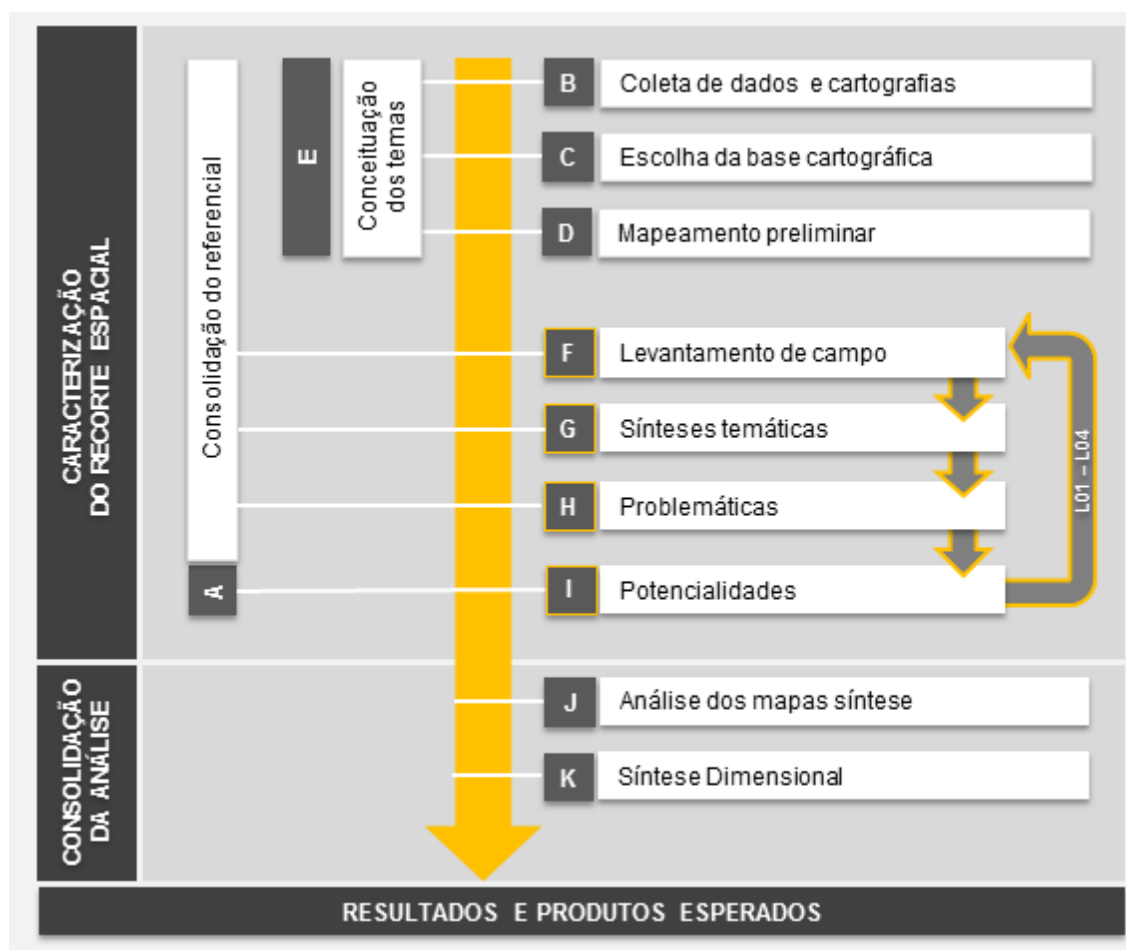
“[...] terão como foco a consolidação dos limites dos perímetros e da própria inclusão destes na categoria de assentamentos precários, bem como a complementação da caracterização” (BRASIL, 2010b, p. 54). Essa também foi uma etapa adotada para esta pesquisa, contudo, dada a falta de dados anteriores acerca de Três Lagoas e informações oficiais atualizadas, foi necessário associar as vistorias de campo a todas as demais etapas desta pesquisa, sempre no intuito de coletar e validar os dados;

6. Consolidação do mapeamento e da caracterização dos assentamentos precários:

“Os municípios deverão definir o formato de arquivamento desse material, de acordo com os recursos de informática disponíveis e lembrando que se trata de ‘arquivos vivos’, que exigirão aperfeiçoamento e atualização periódicos” (BRASIL, 2010b, p. 54). Essa etapa se assemelha com a síntese dimensional, ao propor a sobreposição das informações obtidas e mapeamento das mesmas. Por isso, nesta pesquisa, será priorizada a sistematização do diagnóstico nos moldes da síntese dimensional proposta por Lima & Somekh (2013), mas com influência das diretrizes propostas pelo guia citado, tais como: definição dos limites do assentamento, valorização das bases de dados georreferenciadas em programas SIG, automatização de dados, etc.

Diante disso, esta investigação, totaliza as seguintes etapas metodológicas: (a) Pesquisa de documentação para consolidação do referencial teórico-metodológico; (b) Coleta de dados e informações cartográficas disponíveis; (c) Escolha da base cartográfica; (d) Mapeamento preliminar; (e) Conceituação dos componentes temáticos adotados; (f) Levantamento de campo; (g) Análise e produção iconográfica e textual das Sínteses Temáticas; (h) Análise e produção iconográfica e textual das sínteses dos impactos negativos; (i) Análise e produção iconográfica e textual da síntese dos impactos positivos; (j) Análise comparativa dos mapas-síntese considerando o intervalo entre T01 e T04; (k) Análise e produção iconográfica e textual da Síntese Dimensional (Figura 11).

Figura 11: Diagrama referente as etapas metodológicas adotadas



Fonte: Elaboração própria (2015)

Vale ressaltar que, visando uma análise comparativa das alterações morfológicas ao longo do tempo, e suas implicações nas práticas sociais locais, as etapas “F”, “G”, “H”, “I”, foram feitas periodicamente, na tentativa de captar o máximo possível o dinamismo socioespacial (Figura 11). Os levantamentos de campo contaram com intervalos diferentes

entre si devido a diversas questões, dentre as quais destaca-se: pesquisas anteriores (PEREGRINO, 2014; CAMPOS & PEREGRINO, 2012) ressystematizadas para o presente mestrado; e motivos internos à favela estudada, a exemplo das oscilações da segurança pública.

Assim, mesmo diante das resistências encontradas no contato com alguns grupos residentes em Três Lagoas, são utilizados como referência quatro levantamentos de campo, sendo dois resultantes das pesquisas anteriores já citadas, e os demais realizados durante o presente mestrado (Figura 12). Desse modo, a síntese dimensional adaptada resultará de uma análise comparativa das sínteses temáticas realizadas nos intervalos temporais entre os levantamentos L01(março / 2013) e L04 (maio / 2015), com fins de constatar, não apenas um retrato estático do objeto de estudo, mas também com apontamentos de suas transformações ao longo do tempo conforme impactos positivos e negativos.

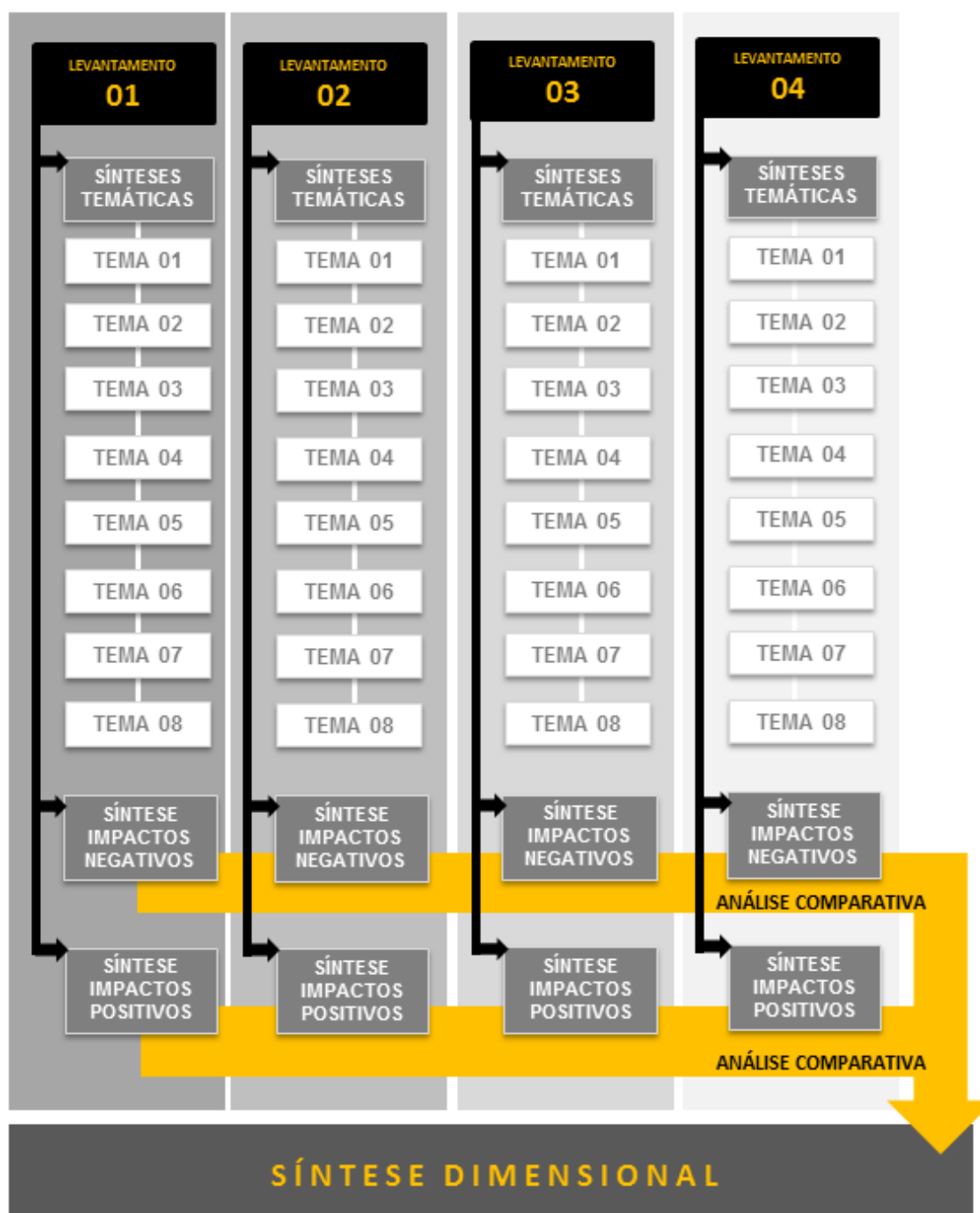
Figura 12: Diagrama referente à realização dos levantamentos de campo



Fonte: Elaboração própria (2015)

Tendo em vista a sistematização e representação gráfica dos dados é utilizado o *software* livre Quantum GIS, apropriando-se de bases cartográficas e aerofotogrametrias georreferenciadas, sobre as quais se pretende tratar com dados *raster* e vetoriais para a produção de cartografias e um banco de dados comparativo. Desse modo, o roteiro metodológico adaptado propõe análises quali-quantitativas integradas através da comparação das sínteses temáticas produzidas ao final de cada um dos quatro levantamentos de campo, pretendendo a síntese dimensional (Figura 13).

Figura 13: Diagrama referente ao roteiro metodológico adaptado



Fonte: Elaboração própria (2015)

Vale ressaltar que a construção desse caminho metodológico partiu do guia citado (BRASIL, 2010b) e dos estudos de Lima & Somekh (2013), buscando alcançar um roteiro a ser seguido para a análise socioespacial de Beira Molhada, não sendo pensado para gerar reaplicações em outros assentamentos, pois isto demandaria adaptações para a realidade local e dimensão do novo assentamento, entre outros fatores. Além disso, todo esse

processo proposto tem em vista a análise do mesmo objeto em diferentes momentos temporais visando compreender seu caráter mutável e dinâmico, muito embora se saiba que a dinamicidade do tecido urbano informal ainda é um universo a ser desvendado e passível de inúmeras e continuas pesquisas. Sabe-se também que qualquer metodologia sempre apresentará lacunas que devem ser revistas e reavaliadas, não invalidando o processo de pesquisa, mas sim construindo novos processos e dando continuidade ao conhecimento científico igualmente dinâmico e sempre em renovação.

4. MAPEAMENTO PRELIMINAR: UM OLHAR SOBRE O OBJETO EMPÍRICO

O presente capítulo visa trazer um panorama geral da inserção da favela Três Lagoas na cidade, no bairro e quanto a sua relação com seu entorno imediato. Com isso, se pretende embasar as constatações feitas na análise do objeto, para que esta seja integrada e leve em consideração a inserção da favela nas diferentes escalas da teia urbana. Para isso, foi seguida a proposta do Ministério das Cidades (2010), no “Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários”, onde são indicados quatro procedimentos, a saber: lançamento das informações coletadas, na base cartográfica digital georreferenciada; pré-delimitação do assentamento numa nova camada; sobreposição da pré-delimitação à aerofotogrametrias ou imagens de satélite disponíveis, avaliando as texturas e padrões urbanos; atribuição de uma identidade a cada perímetro pré-delimitado.

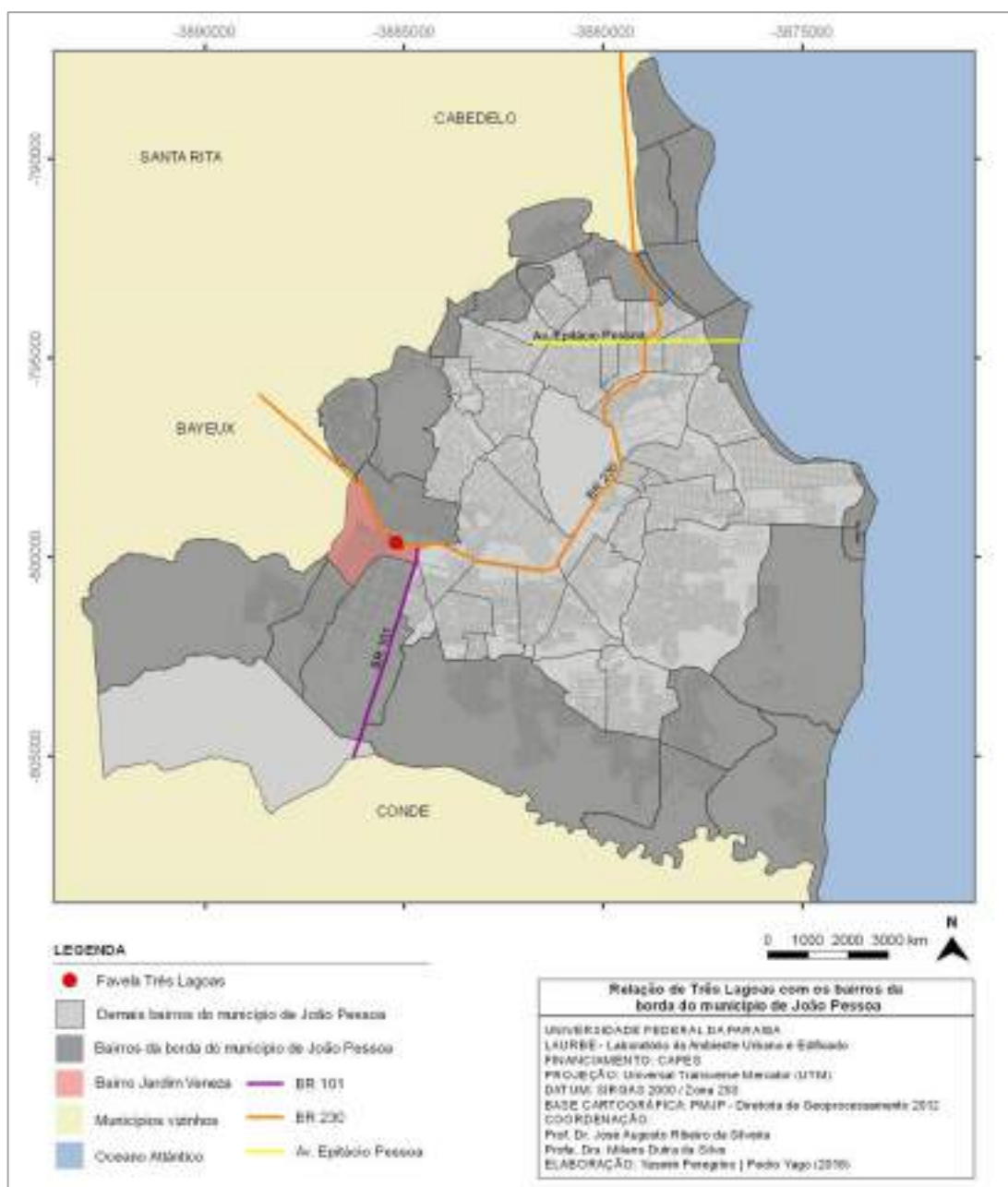
Todas essas etapas foram realizadas e resultaram na delimitação final do objeto empírico de estudo. Além disso, foram avaliadas informações complementares acerca do contexto histórico e entorno, por exemplo, no intuito de dar suporte às sínteses temáticas. Desse modo, foi ratificada a importância de levantar os dados *in loco* para alimentar a base de dados cartográfica adotada e disponibilizada pela diretoria de geoprocessamento da PMJP, em formato shapefile, que demandou algumas atualizações via vetorização no software livre Quantum GIS (QGIS), a partir de imagens de satélite disponibilizadas no GoogleEarth.

4.1 Três Lagoas e sua inserção no contexto da expansão da cidade

Quanto à escala da cidade, no que se refere ao intraurbano, Beira Molhada encontra-se nas imediações da borda sudoeste⁵⁹, no cruzamento das rodovias BR230 e BR101, que representa um dos principais acessos de João Pessoa, tanto para o interior da Paraíba, quanto para o estado de Pernambuco (Figura 14). O fluxo de veículos motorizados nessas rodovias é intenso e contínuo, implicando em diversos conflitos socioespaciais entre modais no âmbito da acessibilidade e mobilidade.

⁵⁹“Entendendo-se a borda como a área perimetral da cidade, adjacente às fronteiras político-administrativas, ela torna-se uma faixa territorial que circunda toda a cidade, englobando bairros com características completamente distintas, desde à morfologia ao níveis de macroacessibilidade, em relação à região consolidada da cidade; incluindo os processo de produção de espaço às características socioeconômicas da população residente” (SILVA, et al, 2015, p. 03).

Figura 14: Relação de Três Lagoas com os bairros da borda do município



Fonte: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2016)

Embora o objetivo principal da presente pesquisa seja a análise socioespacial dos fatos ocorridos em Beira Molhada, entre os anos de 2013 à 2016, para melhor compreender o processo de ocupação da favela e sua atual circunstância, é importante observar como se deu sua implantação no contexto da expansão urbana da cidade. A escassez de dados oficiais acerca do surgimento de Três Lagoas, implica em algumas lacunas de informação sobre sua história, mas há aqui um esforço em unir os dados encontrados com depoimentos

de moradores mais antigos da favela, para assim construir uma breve compreensão sobre sua fundação, tendo em vista a avaliação integrada e contextualizada de sua situação atual.

Nesse sentido, é importante compreender que o processo de expansão urbana de João Pessoa se deu, predominantemente, no sentido oeste-leste, partindo da sua fundação no atual bairro Varadouro, localizado também na borda oeste da cidade. Ao longo de todo esse processo de expansão urbana, é possível observar no espaço, a interferência da segregação e suas consequentes dinâmicas sociais que espacializam diferentes formas de ocupação, segundo diferentes faixas de renda.

A cidade iniciou sua expansão em direção aos eixos leste, com a ocupação da orla marítima, e ao sul. Nessas dinâmicas intraurbanas assistem-se deslocamentos fragmentados, dispersos, com ocupações precárias em áreas sem disponibilidade de infraestrutura urbana, espaços gerados em resultados da segregação social e espacial, desconectados do núcleo consolidado da cidade (SILVA, et al, 2015, p. 02)

No que se refere a favela Três Lagoas, embora esteja inserida no bairro Jardim Veneza, é importante compreender o processo de expansão urbana em direção aos bairros de Cruz das Armas e Oitizeiro, adjacentes e antecessores ao Jardim Veneza, e ao Bairro das Industrias e Distrito Industrial, que juntos impulsionaram a consolidação dessa favela; além das rodovias BR 101 e BR 230 que atuaram como atratoras de atividades e assentamentos na ocupação da porção sul e oeste da cidade.

Em 1914, já haviam agrupamentos de casebres junto às estradas que davam acesso à Pernambuco e ao interior do estado, atualmente representadas pelas rodovias BR 101 e BR 230. Contudo, apenas em 1923 tal aglomerado de casas de palha foi oficialmente definido como bairro Cruz das Armas, passando a constar nas cartografias a partir de 1930, quando a expansão urbana em direção ao sul levou à efetiva incorporação do bairro à cidade. Posteriormente, na década de 1940, a expulsão dos mocambos das áreas centrais impulsionou ainda mais a expansão da cidade e formação de bairros pobres nas periferias, a exemplo do bairro Oitizeiro. Na década de 1950, foram feitas melhorias na infraestrutura de alguns bairros de baixa renda, impulsionando o adensamento, como ocorrido em Cruz das Armas (NASCIMENTO, 2012).

Já na década de 1960, foram estabelecidos dois eixos viários que influenciaram diretamente a expansão da cidade e futura consolidação de Beira Molhada, a saber: a Avenida Epitácio Pessoa e a Avenida Cruz das Armas. Enquanto a primeira impulsionava a cidade em direção a orla marítima a leste, a última, por sua vez, ligava o centro à saída da cidade em direção à recife, apresentando usos de cunho comercial e de serviços que davam

suporte ao sistema rodoviário, atraindo a população de baixa renda (LAVIERI & LAVIERI, 1992).

[...] associado ao desenvolvimento dos meios de transporte (transição de trens e bondes aos automóveis e ônibus), houve um impulso na superação das distâncias físicas na cidade, iniciando um processo de expansão urbana, primeiro em direção ao leste, através da Avenida Epitácio Pessoa e, em seguida, ao sul, por meio da Avenida Cruz das Armas (SILVA, et al, 2015, p. 07).

Nesse contexto, em João Pessoa, foi observado um rápido crescimento populacional por volta da década de 1970 e 1980, que contribuiu para o aceleração da expansão urbana em direção ao sul da cidade. A organização espacial da cidade se dava através de

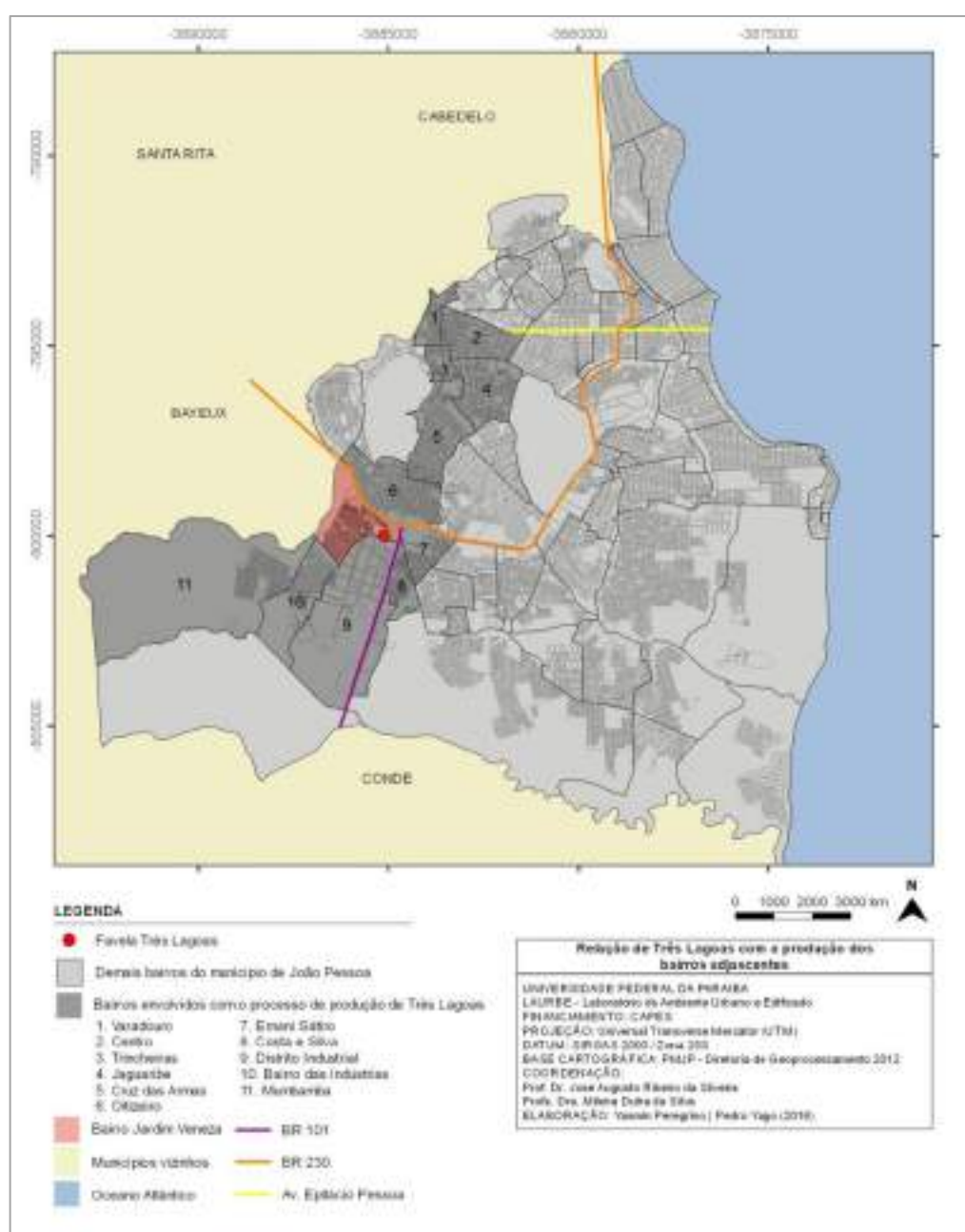
[...] fatias socioespaciais, baseada no acúmulo de capital, bens e serviços, torna a dinâmica espacial urbana desordenada sob o ponto de vista de uma cidade mais equitativa. Tal concentração das atividades econômicas mais rentáveis (no centro e/ou em bairros mais nobres) induz ao distanciamento das parcelas mais pobres da população, restringindo oportunidades e aumentando as desigualdades sociais, a segregação, a fragmentação espacial e o espraiamento urbano (SANTOS JÚNIOR, et al, 2013, p. 03).

Também na década de 1970, o bairro Distrito Industrial é reconhecido oficialmente e sua ocupação estimula a implantação de bairros circunvizinhos tais como Jardim Veneza. Tais bairros sofreram grande influência da Av. Cruz das Armas, das rodovias, e da atividade industrial. A ocupação do Jardim Veneza, por sua vez, ganhou mais densidade em meados da década de 1980, quando foi estruturado o Bairro das Indústrias, igualmente relacionado à atividade industrial. No que se refere à Beira Molhada, embora esteja inserida no perímetro do Jardim Veneza, oficialmente reconhecido na década de 1970, já se observa a presença de um aglomerado de casebres em Beira Molhada nas imagens aéreas da década de 1960. Moradores mais antigos da favela apontam que, ainda no final da década de 1950, já havia sido iniciada a ocupação, que se tornou mais densa e “infraestruturada” a partir da década de 1980, coincidindo com a consolidação do Bairro das Indústrias e posteriormente de Costa e Silva, Ernani Sátiro, entre outros.

Ao avaliar esse breve histórico da expansão da cidade que se relaciona com a ocupação de Três Lagoas e sua inserção na borda do limite intraurbano, é possível perceber que a urbanização desestruturada contribui para a consolidação de espaços segregados, como se observa em João Pessoa, a grande quantidade de favelas no território intraurbano. O padrão de urbanização historicamente caracterizado pelo binômio modernidade pobreza produziu aglomerações urbanas que experimentam uma expansão extensiva, fragmentada, descontínua e desestruturada, pautada principalmente pelos interesses do mercado e pontuada pelo transbordamento dos assentamentos precários e pela distribuição desigual

dos bens e serviços públicos (SANTOS JÚNIOR, et al, 2013, p. 05). Assim, iniciada no final da década de 1950, Três Lagoas “se estabeleceu em lotes de particulares e terras de posse do poder público” (NASCIMENTO, 2012, p. 190), no atual bairro Jardim Veneza, mas na fronteira com os bairros Oitizeiro e Distrito Industrial. Isso, relacionando-se com a consolidação das atividades industriais e rodoviárias, em um contexto de expansão urbana segregatória e fragmentada, que contribuiu para a formação das favelas da cidade (Figura 15).

Figura 15: Relação de Três Lagoas com a produção dos bairros adjacentes



Fonte: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2016)

4.2 Contextualização de Três Lagoas quanto ao bairro e entorno imediato

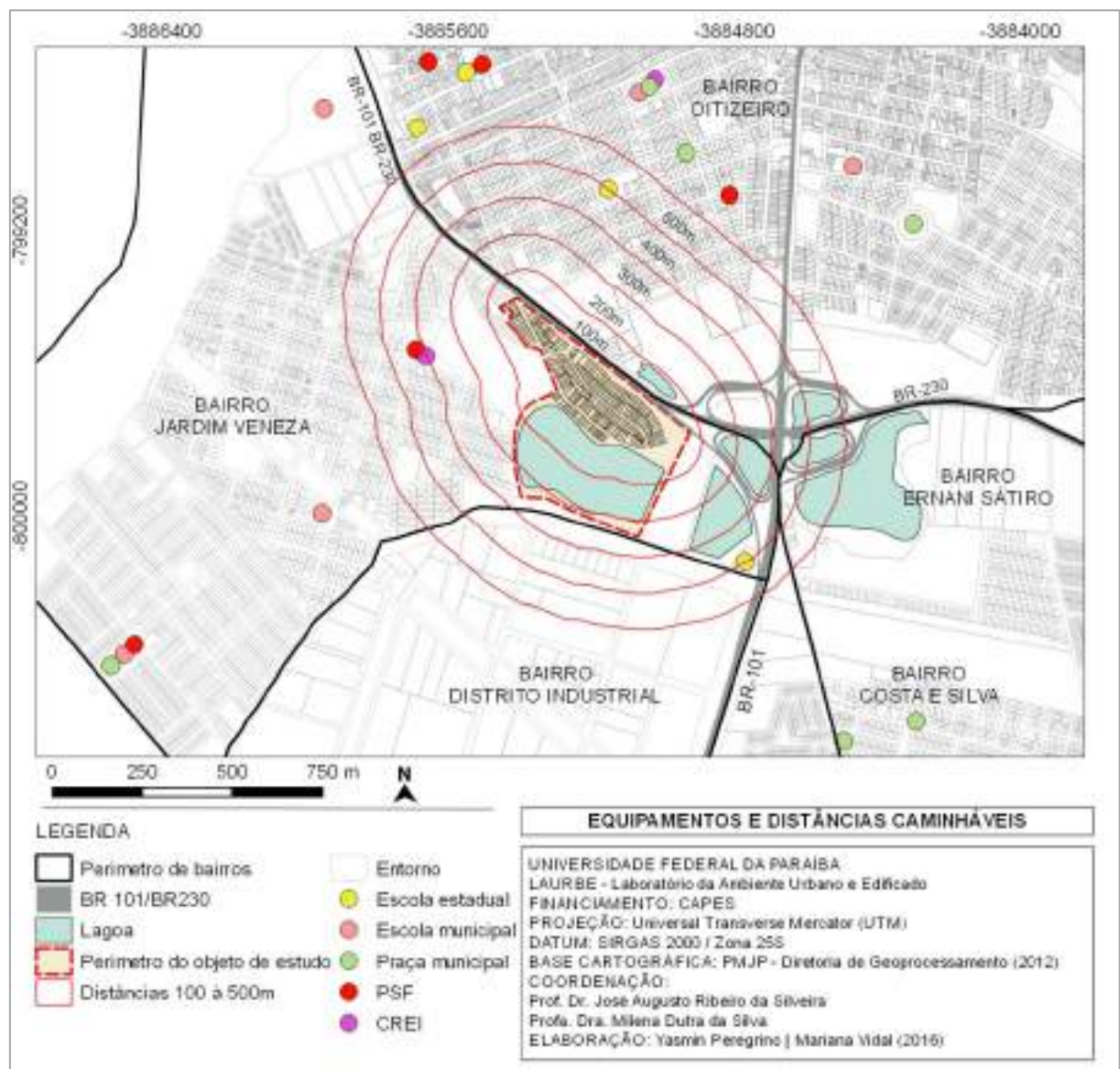
Ao compreender a relação de Beira Molhada no intraurbano, nota-se que na escala do bairro não é devido analisar apenas o Jardim Veneza, tendo em vista que a favela se localiza na fronteira de três bairros (Oitizeiro, Distrito Industrial e Costa e Silva). Por isso, optou-se por compreender sua relação com o entorno local a partir de um raio de influência e não apenas do limite oficial do bairro no qual Três Lagoas se encontra inserida.

Para definição dessa área de influência optou-se por considerar um raio de 500m, visto que se trata de uma distância caminhável ⁶⁰ a partir da qual é possível acessar à pé alguns serviços institucionais públicos, como: Posto de saúde da Família (PSF), creche municipal e estadual, escola estadual (Figura 16). Tal decisão se deu, pela compreensão de avaliar a cidade segundo a percepção do pedestre, mas principalmente por observar que a maioria dos deslocamentos dos residentes de Três Lagoas é feita a pé, de bicicleta ou por transporte público.

Vale ressaltar que a rodovia representa uma barreira para os pedestres, dado seu fluxo de alta velocidade. Contudo, a decisão de utilizar a passarela implica em subida de rampas e no aumento da distância a ser caminhada, fazendo com que seja vista como dificultadora do acesso, por alguns pedestres, que optam por se arriscar na travessia da BR 230/101. Além disso, quando o destino é um equipamento e/ou serviço público localizado no bairro oitizeiro, os pedestres e ciclistas enfrentam ainda os aclives da topografia do local, também dificultando o acesso, mas não chegando a impedi-lo.

⁶⁰ Aqui, foi utilizada a recomendação de Ferraz & Torres (2013, p. 110), que sugerem 300m a 500m como distância facilmente caminhável.

Figura 16: Equipamentos e distâncias caminháveis



Fonte: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

4.3 Delimitação do perímetro de estudo e do entorno imediato

O mapeamento preliminar, aqui proposto, visa embasar a análise socioespacial urbanística e, para isso, se constitui como um panorama geral do objeto empírico segundo três escalas espaciais, a saber: objeto – cidade, objeto – bairro, e objeto - entorno imediato. Somou-se a este panorama, uma breve observação acerca da configuração urbanística e arquitetônica, visando analisar a delimitação oficial de Beira Molhada e apontar a necessidade de ajustes para então definir o real perímetro de estudo.

Quanto à configuração arquitetônica e urbanística da favela em questão, nota-se que se assemelha a produção formal da cidade em muitos aspectos, tais como: uso de alvenaria, pavimentação, abastecimento formalizado de água e energia, malha viária linear, entre outros aspectos. Assim, sua caracterização difere do padrão criado sobre a morfologia das favelas e se assemelha aos loteamentos irregulares, embora seja oficialmente registrada como favela junto à prefeitura municipal (Quadro 2 e Quadro 3).

“Em João Pessoa, as favelas diferem bastante das encontradas nas metrópoles brasileiras, e até mesmo em outras cidades do seu porte, porque, entre outros aspectos, elas possuem menores dimensões, não ocupam morros e se assemelham aos bairros formais. A favela mais populosa [...] totaliza cerca de 13 mil habitantes. Portanto, sua população não chega a um quinto do número de moradores da favela da Rocinha. Infere-se que é preciso um olhar diferenciado sobre as favelas da capital paraibana, por suas singularidades que as distinguem das favelas de grandes metrópoles brasileiras” (NASCIMENTO, 2012, p. 174)

Nesse sentido, é importante compreender que, no contexto pessoense, assentamentos como Três Lagoas são, de fato, favelas, ainda que se diferenciem da produção do espaço informal nacional. Embora seja fundamental apreender a existência dessa diferenciação, vale ressaltar que isso não anula a complexidade destes espaços e, também por isso, essa pesquisa trata Beira Molhada como favela.

Diante disso, adotou-se como referência inicial para o mapeamento preliminar o perímetro oficial da prefeitura municipal local. Contudo, ao realizar o reconhecimento da área, nota-se no objeto a existência de três parcelas espaciais distintas quanto aos usos e configurações físicas urbanísticas e arquitetônicas, levando a uma diferenciação espacial de “padrão ou textura da área” (BRASIL, 2010b, p. 39) e interferindo também na relação social de seus residentes e usuários⁶¹.

⁶¹ Embora sejam desenvolvidos estudos acerca de favelas a partir de seus setores internos, esta não será a tônica da presente pesquisa.

Figura 17: Confrontação de perímetros



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2015)

A primeira parcela (Parcela 01), localiza-se à noroeste do perímetro oficial, tem frente voltada para a rodovia, e nela prevalecem edificações de uso comercial de maior escala, como fábricas, galpões e grandes oficinas para automóveis como caminhões e ônibus. Nota-se que tais usos estão relacionados principalmente à fabricação e venda de paletes⁶², tendo em vista a proximidade do distrito industrial, e atividades de cunho mecânico devido a proximidade das rodovias. Na cartografia oficial, a morfologia dessa área demonstra um parcelamento em lotes que não chegam a 10m de frente, mas na realidade o que predomina é o remembramento desses pequenos lotes dando lugar a galpões feitos com pré-moldados de concreto, com pé-direito duplo e sem maiores acabamentos nas fachadas.

Na segunda parcela (Parcela 02), também à noroeste do perímetro oficial, mas sem frente para as rodovias, nota-se um traçado retilíneo e integrado à malha urbana formal,

⁶² O paleta é um instrumento utilizado na logística de estocagem e transporte de bens em empresas de diversos segmentos. Trata-se de uma plataforma portátil, geralmente de madeira, sobre a qual podem ser empilhadas cargas de diversas naturezas. Ultimamente vem sendo popularizado pela sua reutilização e reciclagem para fins decorativos.

com a predominância de lotes com uso residencial. Nessa parcela não foi possível realizar levantamentos mais aprofundados para aplicação dos métodos e técnicas desta pesquisa, principalmente pelo alto índice de violência desta área e a falta de acesso aos líderes locais. Contudo, mesmo diante do pouco contato para levantamento *in loco*, já é notado que os residentes desses lotes apresentam pouca relação de trocas sociais com os demais lotes de Beira Molhada.

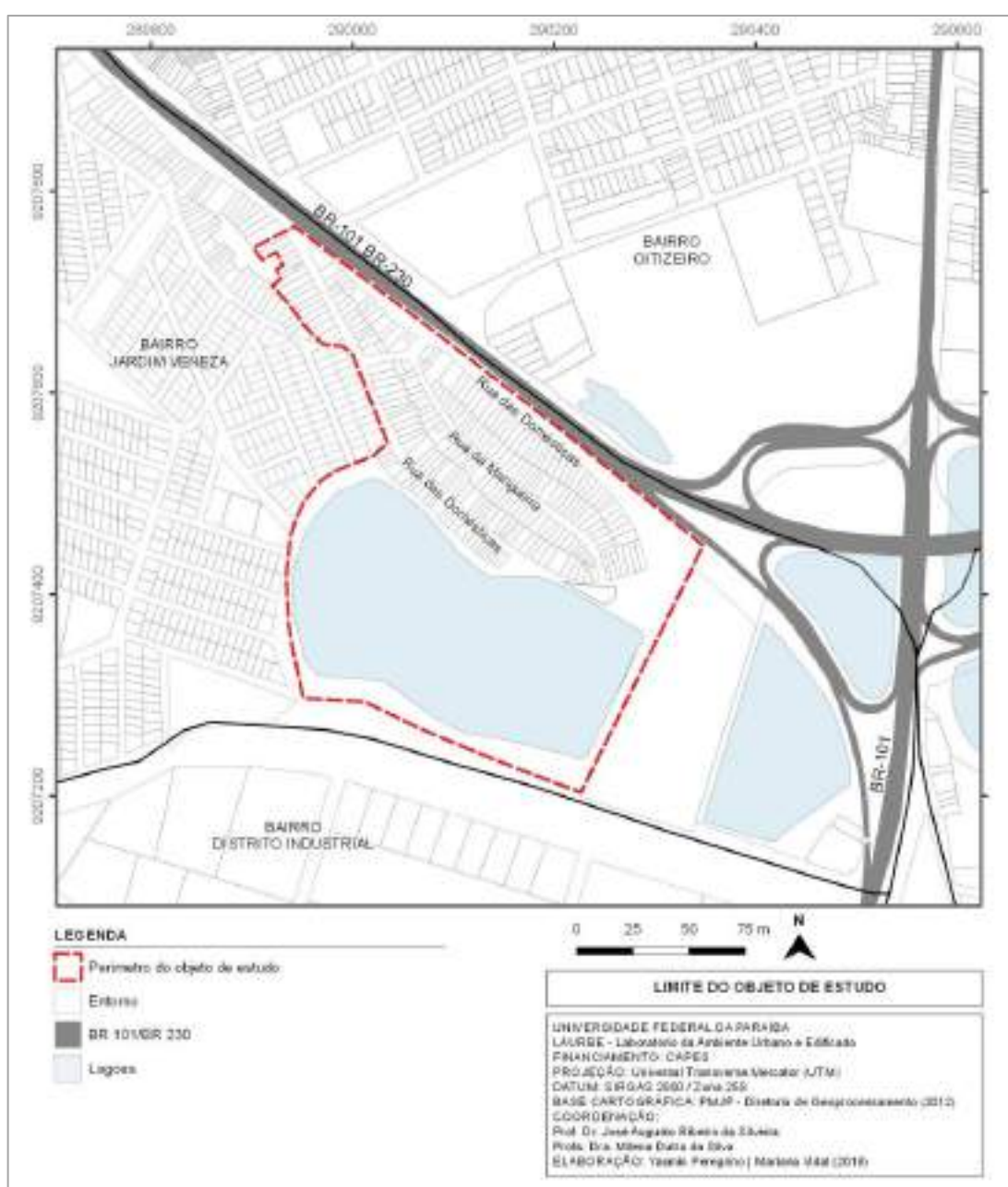
A terceira parcela (Parcela 03) encontra-se à sudoeste, onde predomina o uso misto e residencial, em edificações térreas e de pequeno porte, além de apresentar maior relação com o espaço livre público da lagoa. O contato *in loco* foi possível e facilitado pelos líderes do Projeto Segunda Chance, que se mostrou fundamental para viabilizar os levantamentos de campo e coleta de dados. A maioria dos residentes dessa parcela desconhece a delimitação oficial da PMJP e quando interrogados, em entrevistas e abordagens informais, acerca dos limites de Três Lagoas, declararam não reconhecer as parcelas 01 e 02 como sendo integrantes da favela.

Acredita-se que isso se deva a pouca relação socioespacial entre a parcela 3 e as demais. Isso é percebido quando se observa que a maioria dos seus residentes não realiza trocas sociais ou mesmo econômicas com as demais parcelas, pois não atua como força de trabalho nessas empresas da parcela 2, não consomem seus produtos ou contratam seus serviços, nem apropria-se devidamente destes espaços externos à parcela 3. Desse modo, os residentes das parcelas 1 e 2 normalmente não têm suas vias de acesso apropriadas como local de passagem ou de permanência por parte dos residentes da parcela 3. Considerando essas diferenciações morfológicas, de uso do solo e a escassa troca social, optou-se por tomar a parcela 3 como referência para a delimitação do objeto empírico da presente pesquisa, não abrangendo as parcelas 1 e 2, também por conta da falta de abertura e alto índice de violência. Assim, a tônica desta dissertação gira em torno da análise socioespacial da parcela que, de fato, se reconhece territorialmente como Três Lagoas, ou seja, a parcela 3.

Vale ressaltar que tal opção por não analisar com profundidade as parcelas 1 e 2, não pretende corroborar para a segregação interna à favela segundo os diferentes interesses das parcelas espaciais observadas, pois na cidade é comum que as pessoas interajam com base em interesses que podem ser distintos, resultando na formação de grupos sociais que delimitam identidades territoriais (SOUZA, 2005). Contudo, como afirma Holanda (2002), o espaço urbano pode ser um dos meios de reintegração de grupos sociais distintos e, por isso, o que se pretende com a redução do perímetro oficial é promover a

análise individual aprofundada de uma das parcelas de Três Lagoas para que posteriormente, em pesquisas futuras, possam ser observadas suas relações com o restante da favela e cogitada a possível reintegração de seus grupos sociais distintos. O perímetro aqui investigado está, portanto, localizado entre as rodovias e a lagoa, abrangendo a Rua das Domésticas e a Rua da Mangueira, perfazendo aproximadamente 18,7 ha, dentre os quais, 13.2 ha são espaços livres públicos, e 5.5 ha são espaços privados edificados e vazios urbanos, que totalizam 245 lotes (Figura 18).

Figura 18: Limite do objeto de estudo



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

5. (RE)CONHECENDO TRÊS LAGOAS ATRAVÉS DAS SÍNTESES TEMÁTICAS

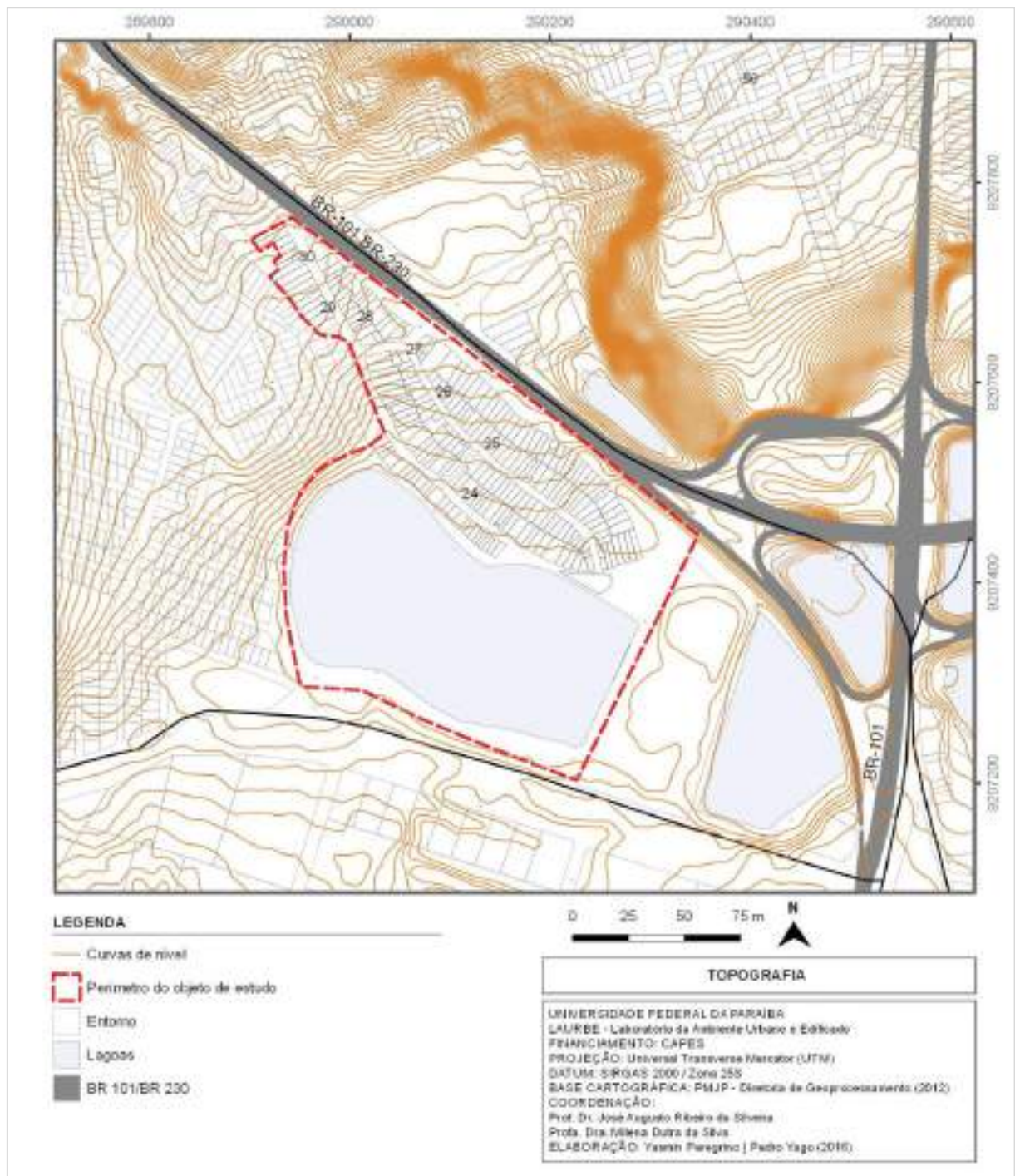
Diante da necessidade de analisar a favela como parte integrante da cidade, é fundamental observar aspectos ligados à produção e reprodução do espaço intraurbano e sua relação com a segregação espacial, considerando a espacialização destas questões quanto aos aspectos morfológicos do espaço interno às favelas. Nesse sentido, o roteiro metodológico adaptado proposto nessa pesquisa, objetiva a análise comparativa e integrada de fatos relativos ao meio urbano de Três Lagoas-JP-PB. Assim, na sequência do presente capítulo são desenvolvidas as análises temáticas dos levantamentos (L01, L02, L03 e L04) realizados no objeto empírico de estudo já delimitado conforme o mapeamento preliminar (Figura 13).

5.1 Levantamento 01 (L01 - Março de 2013)

O primeiro levantamento de campo considerado nesta pesquisa se deu em março de 2013, e possibilitou o acesso a diversas informações que dão suporte à análise em questão. Para tal, os dados foram sistematizados por meio de sínteses conforme a estrutura temática adaptada, objetivando avaliar o objeto empírico de estudo segundo cada um dos oito temas, em prol da síntese da dimensão urbanística.

Partindo da caracterização do sítio (Tema 01), observa-se que a sua topografia é consideravelmente influenciada pela presença da lagoa, e o nível topográfico decai em direção a mesma (Figura 19), contudo, isso se dá de forma suave, sendo quase imperceptível ao nível dos olhos do observador. A norte, no entorno da favela, percebe-se um aclave acentuado, que chega a totalizar uma diferença de nível de aproximadamente 20m em relação à Três Lagoas. Tal aclave é notável também in loco, chegando a ser representado em diversos mapas mentais como um possível ponto de referência no deslocamento, ou como um fator do ambiente natural com grande interferência na paisagem (Figura 20 e Figura 21). É possível supor que essa participação marcante nos mapas mentais, se deva ao impacto visual, mas também porque sua inclinação acentuada é percebida com clareza quando os pedestres caminham pelas vias de seu entorno, pois são ladeiras com altos percentuais de inclinação que interferem diretamente na velocidade dos deslocamentos e dificulta o acesso pedonal ao bairro de oitizeiro e os equipamentos lá presentes, tais como: escolas, postos de saúde, praças, mercado público, etc.

Figura 19: Topografia do objeto de estudo



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2016)

Figura 20: Aclive acentuado à norte do objeto de estudo



Fonte: Yasmin Peregrino (2014)

Figura 21: Trecho de mapa mental feito por morador de Três Lagoas, 12 anos de idade



Fonte: Acervo pessoal (2013)

Além disso, é possível dizer que a maior interferência da topografia nesta favela, segundo levantamentos *in loco* e relatos dos moradores, é a recorrência de alagamentos resultantes de épocas de cheia da lagoa. Embora seja suave e imperceptível, a inclinação do terreno natural existe e contribui para que as casas e trechos de vias mais próximas à lagoa estejam em níveis mais baixos, correndo risco de alagamento. Isso porque, embora existam, os mecanismos de drenagem da água excedente são insuficientes no Açude das Três Lagoas. Contudo, mesmo com a repetição dos alagamentos, as casas costumam ser feitas praticamente no nível do solo natural, o que implica na entrada de água em épocas de cheia. Assim, as edificações mais atingidas são as que tem lotes com frente para a lagoa, e também as vias e demais áreas livres públicas adjacentes, que ficam imersas prejudicando consideravelmente a mobilidade e o lazer dos residentes, além de representar riscos ambientais e de salubridade⁶³ (Figura 22).

⁶³ Não foi possível precisar quais lotes, de fato, sofrem com os alagamentos e também não foram encontrados dados oficiais acerca disso. Acredita-se que tal fato demonstra o desconhecimento do poder público quanto aos riscos iminentes internos à favela, pois para atuar o primeiro passo seria levantar os dados.

Figura 22: Alagamento quadra poliesportiva e de via, em Beira Molhada



Fonte: Cedida por moradores de Três Lagoas (2013)

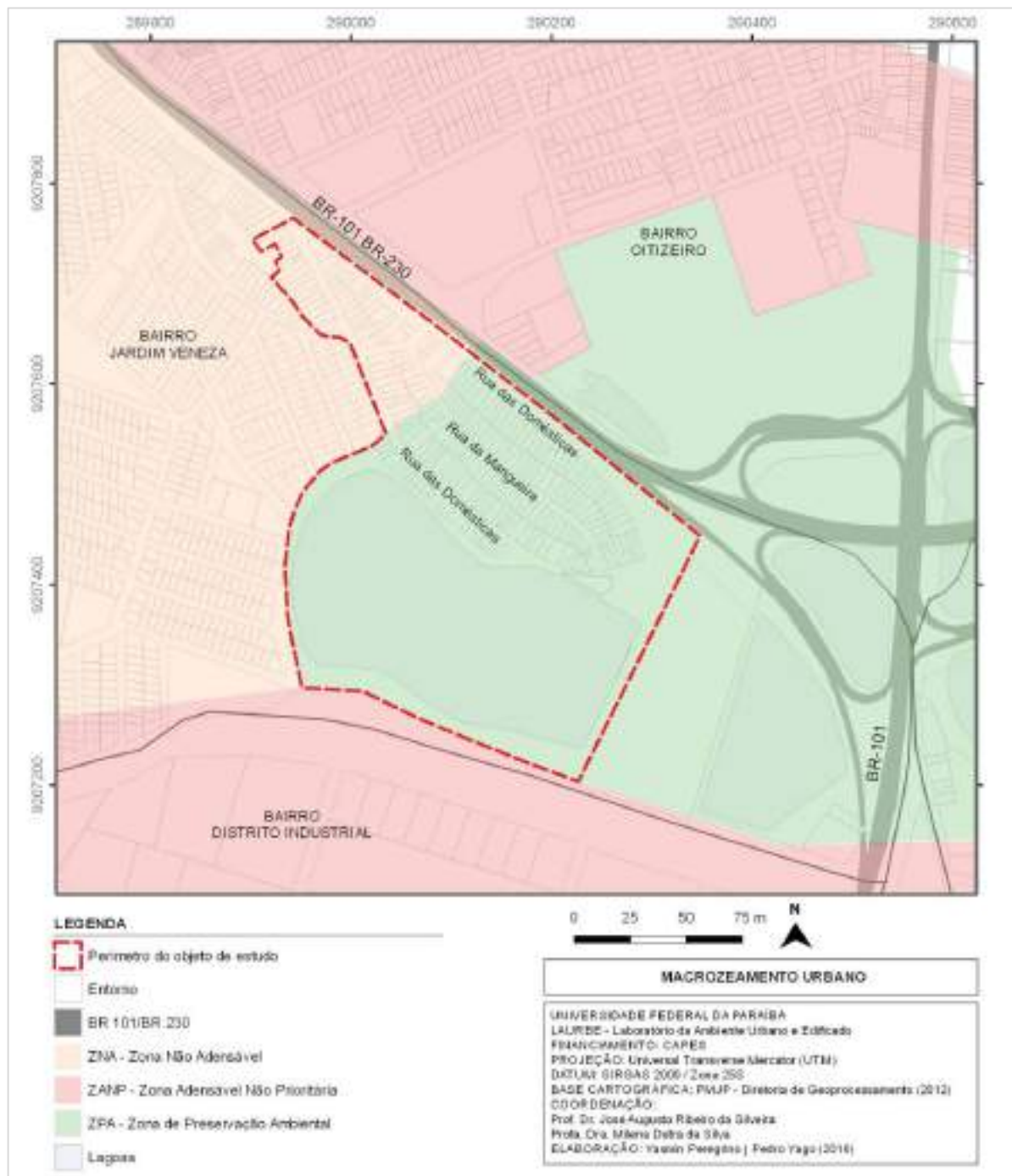
É, assim, ratificado o fato de que a segregação espacial corrobora para a ocupação de áreas urbanas indevidas, tais como encostas com risco de desmoronamento, margens de rios, lagoas e rodovias, gerando impactos sociais e ambientais que interferem na dinâmica do espaço intraurbano. A exemplo disso, em Beira Molhada, a falta de infraestrutura e o conseqüente descarte de poluentes nas vias e na lagoa potencializa os riscos provenientes dos alagamentos, visto que as águas que invadem parte das casas e espaços públicos são poluídas. Nota-se, portanto que a ocupação indevida na margem da lagoa traz prejuízos ao meio ambiente e aos cidadãos, alimentando um ciclo de descumprimento dos parâmetros legislados, degradação ambiental e insalubridade.

No que se refere aos parâmetros legislados, embora se saiba que não costumam ser tidos como referencia pelos que produzem as ocupações informais, considera-se importante avaliá-los, pois ainda que a lógica de intervenção das favelas seja diferenciada, é importante compreendê-la também à luz da legislação formal condutora da ocupação urbana da cidade. Os alagamentos em Três Lagoas, por exemplo, podem ser melhor compreendidos quando se nota que os lotes atingidos estão em área de restrição ambiental descumprindo a legislação urbanística vigente e suas determinações quanto às áreas alagadiças. Os lotes que sofrem alagamentos estão inseridos na Zona de Preservação Permanente II (ZEP II) e na Zona de Preservação Ambiental (ZPA), respectivamente legisladas pelo Código de Urbanismo (2001) e pelo Plano Diretor (2009) (Figura 23 e Figura 24).

Vale ressaltar que a legislação urbanística é inserida entre os pontos analisados no Tema 01 dessa pesquisa, visto que relaciona-se com os alagamentos e suas conseqüências socioambientais, mas também encontra-se diretamente vinculada ao parcelamento do solo analisado no Tema 02. Isso porque, é fundamental compreender os parâmetros urbanísticos legais para a ocupação no perímetro do objeto de estudo e a sua relação com realidade

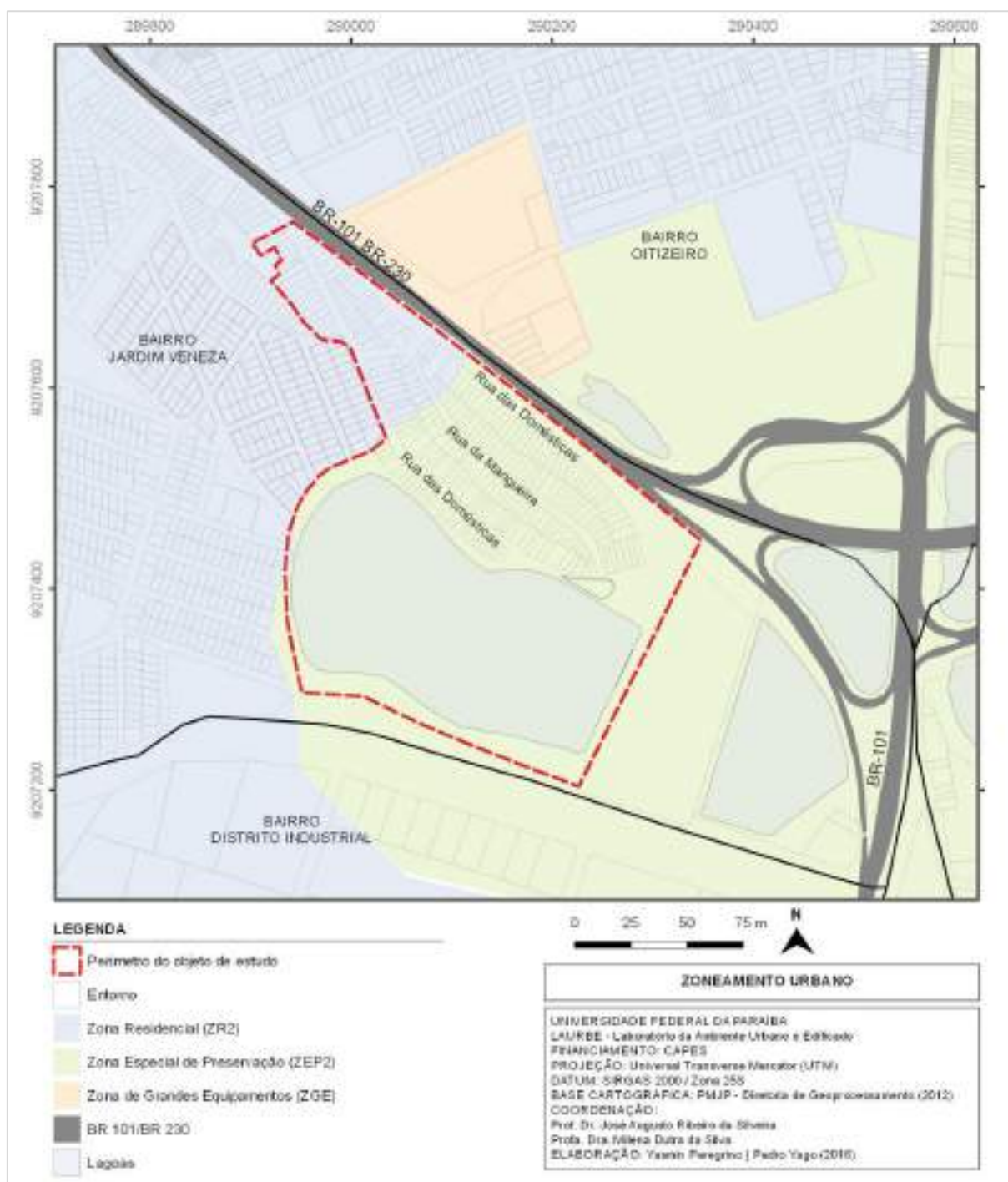
local. Para isso, foram avaliados o Código de Urbanismo, Código de Obras e o Plano Diretor da cidade de João Pessoa, com o intuito de buscar parâmetros oficiais que suportem a análise referente a forma de ocupação e parcelamento dos lotes.

Figura 23: Macrozoneamento urbano



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2016)

Figura 24: Zoneamento Urbano



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2016)

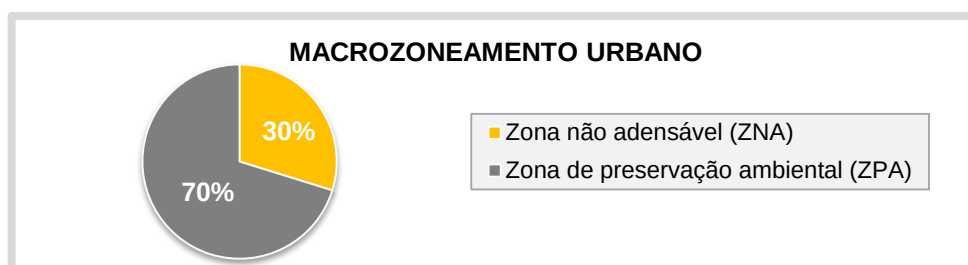
O macrozoneamento proposto no Plano Diretor de João Pessoa (2009), explicita o potencial construtivo referente a cada área da cidade, podendo variar de 1 a 4. Os lotes inseridos no perímetro estudado encontram-se em duas macrozonas, a saber: Zona não adensável e Zona de preservação ambiental (Figura 23). A Zona não Adensável é “aquela

onde a carência da infraestrutura básica, da rede viária e o meio ambiente restringem a intensificação do uso e ocupação do solo” (PMJP, 2001, p. 7). Nessa zona, prevalece o índice de aproveitamento até 1,00, contudo, tal valor pode ser flexibilizado mediante dois pontos:

“§ 1º - Nas Zonas Não Adensáveis a indicação das áreas para efeito da elevação do índice de aproveitamento básico até 2,0 (dois), consultado o Conselho de Desenvolvimento Urbano - CDU, será feita mediante ato do Poder Executivo. § 2º - Nas áreas que tenham infraestrutura subutilizada e densidade urbana bruta abaixo de 100 hab./ha, o índice de aproveitamento básico será igual a 1,5 (um vírgula cinco)” (PMJP, 2001, p. 7).

Embora não seja possível fazer levantamento in loco da situação de cada lote inserido nessa zona, observa-se que predominam formas de ocupação que não ultrapassam o índice de aproveitamento exigido, visto que prevalecem residências térreas que não se valem de todo o terreno para atender seu programa de necessidades, mesmo quando apresentam mais de uma unidade habitacional por lote. Contudo, os lotes inseridos nesta zona representam apenas 30% de Três Lagoas (Gráfico 1), ao passo que os demais invadem uma zona de preservação, implicando em riscos socioambientais.

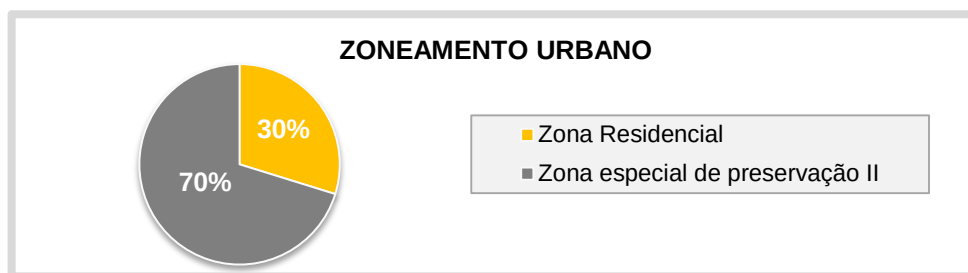
Gráfico 1: Macrozoneamento Urbano de Três Lagoas



Fonte: Elaboração própria (2015)

Quanto ao zoneamento urbano, nota-se que 30% dos lotes pertencem a uma Zona Residencial 2 (Gráfico 2), o que torna possível o uso residencial, mas são notadas irregularidades quanto à área mínima e frente dos lotes de Três Lagoas. Em relação à área, parte considerável dos lotes encontra-se abaixo dos 200 m², impossibilitando o uso residencial legalizado (Figura 25). Com isso, percebe-se que o parcelamento “espontâneo” interno à favela acaba por gerar lotes incompatíveis a legislação, prejudicando o conforto térmico e lumínico e, conseqüentemente, a qualidade de vida habitacional e urbana, visto que são dificultadas a ventilação e iluminação.

Gráfico 2: Zoneamento Urbano de Três Lagoas



Fonte: Elaboração própria (2015)

Em contrapartida, 70% dos lotes encontram-se inseridos em uma Zona especial de preservação II (Gráfico 2), que embora permita usos residenciais, comerciais e mistos, apresenta restrições quanto à área, frente e recuos, que não são considerados em Três Lagoas. Tal fato encontra-se diretamente ligado à questão dos alagamentos e do consequente risco socioambiental, pois,

“Art. 39. Zonas Especiais de Preservação são porções do território, localizadas tanto na Área Urbana como na Área Rural, nas quais o interesse social de preservação, manutenção e recuperação de características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais, impõe normas específicas e diferenciadas para o uso e ocupação do solo” (PMJP, 2009, p. 14)

Segundo os parâmetros exigidos pela PMJP para a ZEP II, a área mínima do lote deve ser de 10.000 m², contudo, nenhum dos lotes totaliza esse valor (Figura 25). Assim, é possível constatar que todos os lotes inseridos nessa zona estão em inconformidade com a legislação vigente. Nota-se, assim, a relação indispensável entre a legislação urbanística, o parcelamento do solo e a forma e área dos lotes. Nesse sentido, é possível notar que os lotes internos ao perímetro de estudo apresentam, predominantemente, até 360 m², mas podem chegar até 732,20 m². Nesse sentido, é possível relacionar a área do lote com o uso do solo nele empregado, pois que os usos mistos, comerciais e de serviços apresentam maior área média por lote (Gráfico 3).

Gráfico 3: Área média de lotes por uso do solo de Três Lagoas



Fonte: Elaboração própria (2015)

Fazendo um comparativo entre a área média dos lotes de Beira Molhada e dos lotes da cidade formal do bairro no qual está inserida, nota-se a diferença no dimensionamento do parcelamento. Enquanto na favela os lotes alcançam uma média de 206,02 m², no entorno formal chega a 373,59 m², o que representa uma diferença de 167,56 m². Ou seja, os lotes formais deste bairro são aproximadamente 32% maiores que os informais. Tal subdimensionamento do parcelamento informal é recorrente, e remete à urgência de adensar para solucionar o déficit habitacional. Contudo, isso dificulta a aplicação dos parâmetros da normativa urbanística e pode implicar em riscos de insalubridade aos residentes. Tal constatação é de suma importância visto que indica a necessidade de repensar a integração entre a morfologia da favela e de seus lotes de entorno, além de apontar a densidade como prioridade no traçado informal do espaço.

A irregularidade da forma, por sua vez, pode ser observada através da correlação entre aspectos como área, perímetro, ou mesmo pela diversidade de dimensionamento dos lotes. Visando aprofundar tais constatações optou-se pela utilização de dados georreferenciados analisados através de métricas da paisagem tais como “análise de bordas” (Total edge, Edge density, Mean patch edge), “análise de forma” (Mean Shape Index, Mean perimeter área ratio, Mean fractal), “análise de área” (number of patches, área, class area).

Assim, considerando o comprimento médio das bordas (Mean patch edge - MPE) dos lotes de Três Lagoas, percebe-se que este não cresce na mesma proporção que a área média dos lotes. Embora a área média dos lotes informais seja 32% menor que os formais, seu MPE é apenas 8,87% menor. Isso demonstra que os lotes de Três Lagoas apresentam áreas consideravelmente menores que os lotes de seu entorno formal, mas o comprimento de suas bordas é semelhante. Assim percebe-se que, em Beira Molhada, os lotes tem pequenas áreas e grandes comprimentos de borda, indicando formas irregulares e perímetros extensos, ou seja, menor compacidade na forma, o que ratifica o caráter espontâneo de sua ocupação. A análise de forma também retrata esta constatação. O índice médio de forma (Mean Shape Index-MSI) dos lotes da favela foi superior ao MSI dos lotes formais do bairro, comprovando a irregularidade do traçado da ocupação espontânea de Beira Molhada.

Contudo, vale ressaltar que predominam, em Três Lagoas, lotes com área de 200 à 360m², o que atende às dimensões do lote mínimo estabelecido no Código de Obras, mas infringe os parâmetros de zoneamento (Figura 25). Entretanto, para analisar essa relação “forma – área”, não se pode considerar apenas os lotes, devendo-se também observar a

morfologia resultante das quadras, visto que também interferem na irregularidade das formas espaciais da favela. O comprimento médio das bordas (MPE) das quadras de beira Molhada, por exemplo, chegam a ser 17,3% maiores que o das quadras formais do mesmo bairro. Nota-se, portanto, que as formas resultantes do parcelamento formal superam os índices de compacidade da ocupação espontânea da favela Beira Molhada.

Figura 25: Análise da área dos lotes



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2016)

Em relação à acessibilidade e a mobilidade⁶⁴ (Tema 03) por transporte público, Beira Molhada conta com apenas um ponto de parada de ônibus, na BR 230/101, o que reforça a relação da favela com a rodovia. O abrigo da parada de ônibus, embora coberto, não apresenta nenhuma segurança dada sua proximidade com a rodovia e seu consequente fluxo de automóveis em alta velocidade (Figura 26). Além disso, ainda que as linhas 104 – Bairro das indústrias, 1001 - Bairro das Indústrias/Mandacaru e 110 - Jardim Planalto, passem por tal parada, os moradores relataram que eventualmente os motoristas de ônibus não param neste ponto alegando riscos de segurança pública.

Figura 26 - Ponto de ônibus em Três Lagoas, na BR 230/101



FONTE: Acervo pessoal (2013)

Além da insegurança relacionada ao transporte público, é notória também a falta de integração da malha viária de Três Lagoas com seu entorno, no qual se observa a presença de vias de grande importância para a cidade, tais como a Av. Cruz das Armas e as rodovias BR 101/BR230. No âmbito dos veículos motorizados, os dois únicos acessos “formais” para à favela não contam com sinalização, pavimentação, faixa de desaceleração, iluminação, ou ordenação de fluxos. No âmbito do pedestre, é dificultado o acesso ao entorno da favela, devido a estrutura viária disponível, tendo em vista o fluxo intenso, muretas de divisão de faixas de rolamento, inexistência de passeio público e priorização dos transportes motorizados em detrimento do pedestre. Assim, como possibilidade concreta de deslocamento pedonal restam o acesso ao próprio bairro Jardim Veneza e a passarela que permite transpor a sobreposição das rodovias BR101/BR230, como rota em direção ao bairro Oitizeiro e aos demais bairros adjacentes (Figura 27).

⁶⁴ Embora se admita que o sistema viário é parte integrante do espaço livre público, aqui optou-se por inseri-lo no tema 03, que trata de acessibilidade e mobilidade, e não no tema 8 referente ao ELP em si. Contudo, tal decisão decorre de uma questão didática e metodológica, não dissociando conceitualmente as vias dos espaços públicos.

Figura 27: (a-b) Passarela para pedestres sobre as rodovias; (c) um dos acessos à Tres Lagoas partindo da rodovia



Fonte: Yasmin Peregrino, 2016.

Quanto a travessia pedonal das rodovias através da passarela, muitas vezes os pedestres se negam a utilizá-la afirmando que a segurança pública no local é insuficiente e, de acordo com o horário, correm riscos de assaltos. Nota-se também que muitos pedestres não dão a devida importância a passarela e, mesmo em horários “seguros”, insistem em atravessar a rodovia correndo riscos e aumentando os já existentes números de atropelamento no local. Além disso, questiona-se aqui o projeto da passarela e seus consequentes espaços residuais, que implicam em áreas escuras e inseguras, que servem como ponto para utilização de drogas, como apontado nos mapas mentais que serão melhor explicados posteriormente, no Tema 08.

No que se refere às vias, ainda que haja linearidade no traçado distendido, é possível observar sinuosidade. Seu traçado, embora não seja planejado e executado por profissionais habilitados, não é labiríntico, apenas apresenta inflexões e desvios, se aproximando muito mais das ocupações de loteamentos irregulares, do que da própria favela. Apenas através de cartografia, é possível constatar a presença de tais desvios e inflexões, isso, porque executar vias retilíneas e quadras em ângulos retos requer métodos construtivos e capacitação técnica que não condizem com o traçado improvisado pela autoconstrução e necessidade de adaptação ao sítio geográfico.

Embora a percepção dessa sinuosidade seja possível ao analisar cartografias, na escala do observador é imperceptível, predominando a linearidade. Isso pode ser constatado nos mapas mentais aplicados com 57 pessoas, incluindo moradores e visitantes de 6 a 39 anos. O ELP representado pelas vias foi predominantemente desenhado pelos participantes como linear e distendido, partindo da lagoa como marco espacial (Figura 28).

Figura 28: (a) Rua interna de Beira molhada; Mapas mentais de moradores de 6 (b) e 9 anos (c).



Fonte: Acervo pessoal (2013 / 2014)

Quanto ao dimensionamento e pavimentação, as vias atendem parcialmente as exigências formais da legislação vigente. No que diz respeito ao leito carroçável, encontra-se pavimentado em paralelepípedo⁶⁵ e apresenta em torno de 5m, enquanto o código de urbanismo do município exige no mínimo 6m. As calçadas, por sua vez, variam conforme a via e o lote em que se encontram, mas em sua maioria são insuficientes quanto a dimensão, sinalização e pavimentação (Figura 29).

Figura 29 - Vista de um trecho da Rua da Mangueira



FONTE: Acervo pessoal (2013)

Observa-se também que a falta de sinalização e fiscalização no ELP implica em conflitos entre modais. No anel pavimentado da lagoa, por exemplo, não há sinalização indicando o uso exclusivo para pedestres, e supõe-se que assim deva ser, dado seu dimensionamento, pavimentação e locação de mobiliários. Contudo, é recorrente a presença

⁶⁵ Apenas um curto trecho da Rua das Domésticas que se volta para a rodovia não possui pavimentação.

de carros, motos, ciclistas e até cavalos (Figura 30). Tal conflito intermodal implica em riscos aos usuários do ELP além de degradar pavimentos e demais materiais que foram inicialmente previstos para fluxo leve apenas de pedestres. Nota-se, portanto que assim como as barreiras físicas, as barreiras atitudinais influenciam diretamente na acessibilidade e mobilidade em Beira Molhada.

Figura 30: Conflito de modais no entorno da lagoa

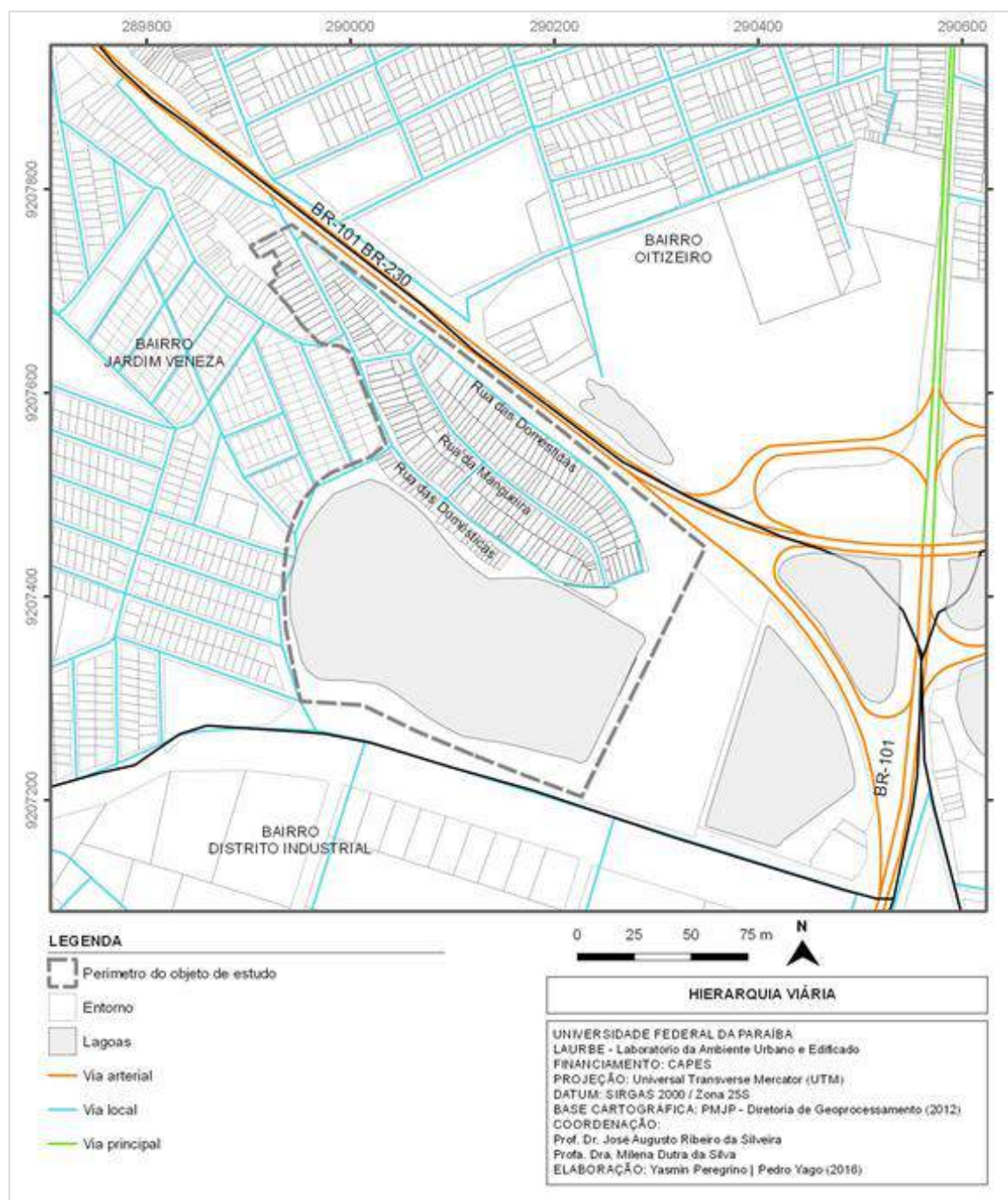


Fonte: Acervo pessoa (2012).

Nesse contexto, vale destacar também a importância da hierarquia viária para compreensão da acessibilidade e mobilidade. Embora se trate de um tema complexo quanto à categorização, é necessário considerar sua interferência em diferentes escalas para se chegar a uma análise de maior profundidade. Quanto a Três Lagoas, na escala da cidade, nota-se a importância das rodovias como vias arteriais, e também da Av. Cruz das Armas como principal, ao passo que todas as vias da favela podem ser consideradas locais (Figura 31). Contudo, tal classificação não reflete a realidade interna à favela, que é rica em diferenciações, como é possível perceber através da categorização proposta pelo Morar Carioca (Figura 32).

Assim, avaliando as vias internas à Três Lagoas nota-se certa similaridade entre elas quanto ao dimensionamento e infraestrutura, mas algumas diferenciações de uso e gabarito, como será melhor explicado nos temas seguintes. Diante disso, constatou-se que o trecho da Rua das Domésticas que se volta para a rodovia, é utilizado como via de acesso, dada sua localização. Esse trecho é mais utilizado como acesso do que o que se volta para a lagoa. Supõe-se que isso ocorra por se tratar de um acesso menos “invasivo”, onde a cidade formal e a informal se permeiam gradualmente. Ao entrar através do trecho voltado para a lagoa, o contato é direto e sem maiores gradações, visto que o em poucos metros já se está “dentro” da favela.

Figura 31: Hierarquia viária no contexto da cidade



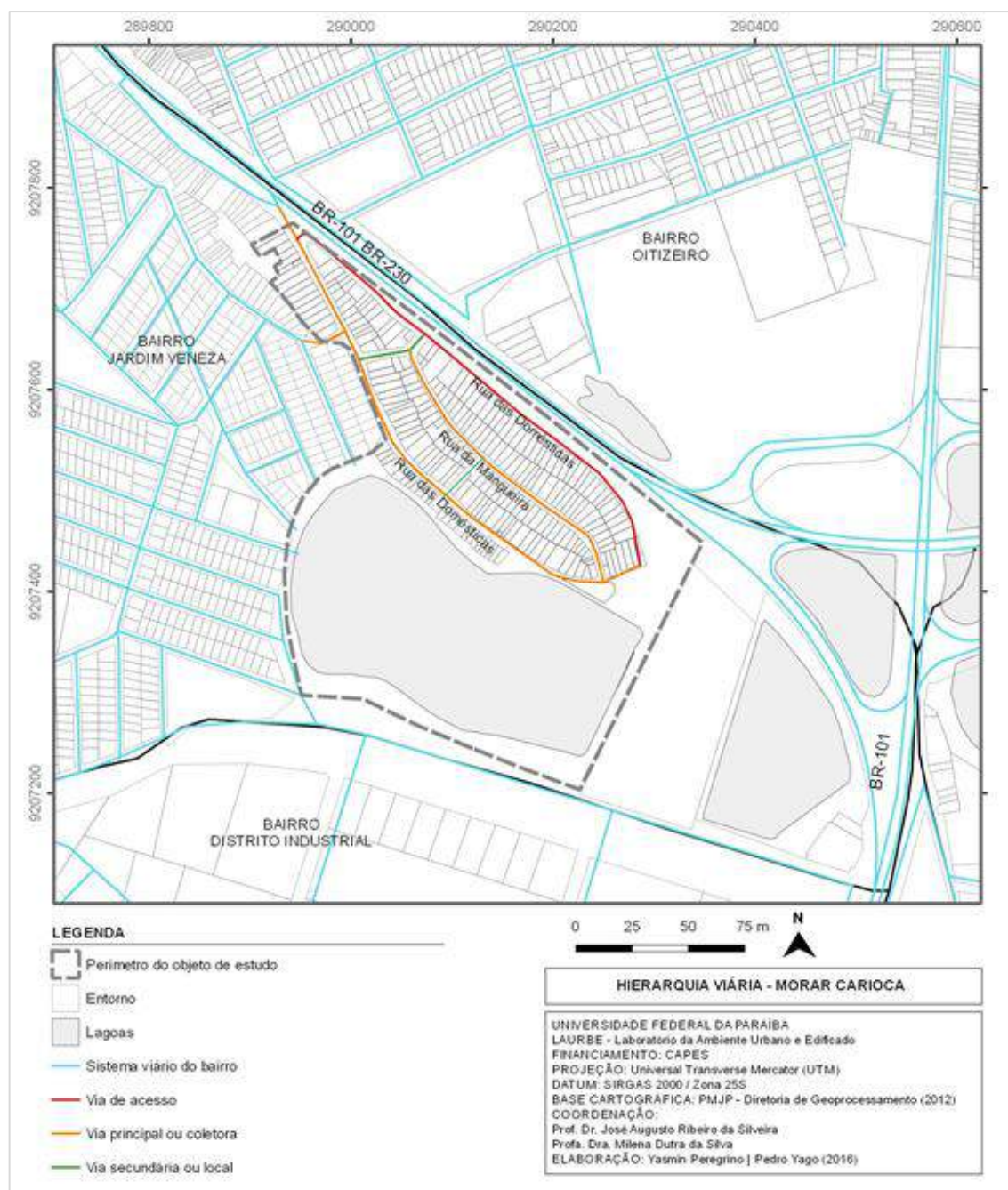
FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2016)

As demais vias dividem-se entre principais e secundárias conforme seus usos. Vale ressaltar que o caráter longitudinal do traçado de Beira molhada influencia, de alguma maneira, sua hierarquia viária, visto que as vias transversais⁶⁶ são tratadas apenas como

⁶⁶ Tais vias não apresentam nome segundo a PMJP.

locais de breve passagem, não contando com tantos polos atratores de pessoas, como pontos comerciais ou acesso às residências. Além disso, dada a semelhança com os loteamentos formais, em Três Lagoas não é possível encontrar becos ou vias não carroçáveis, contudo, essa é uma situação recorrente em outras favelas da cidade.

Figura 32: Hierarquia viária segundo classificação do Morar Carioca



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Pedro Yago (2016)

No tocante à Densidade Habitacional (Tema 04) em favelas e demais assentamentos informais, é fundamental compreender a interferência da relação familiar espacializada no traçado urbano. Tal questão tem vínculo direto com os limites entre o público e privado, visto que consolida o semi-público e o semi-privado, já que gerações de uma mesma família interagem nas vias e nos lotes. Contudo, analisar tais questões requer acesso do pesquisador a informações familiares que nem sempre são disponibilizadas, o que dificulta a produção de estatísticas ou mapeamentos⁶⁷. Entretanto, através da observação in loco, ficou clara a presença da trama familiar aliada ao traçado urbano em Beira Molhada. Além disso, observou-se também que embora predomine a ocupação com duas unidades habitacionais por lote, em cada unidade é comum ter apenas um núcleo familiar.

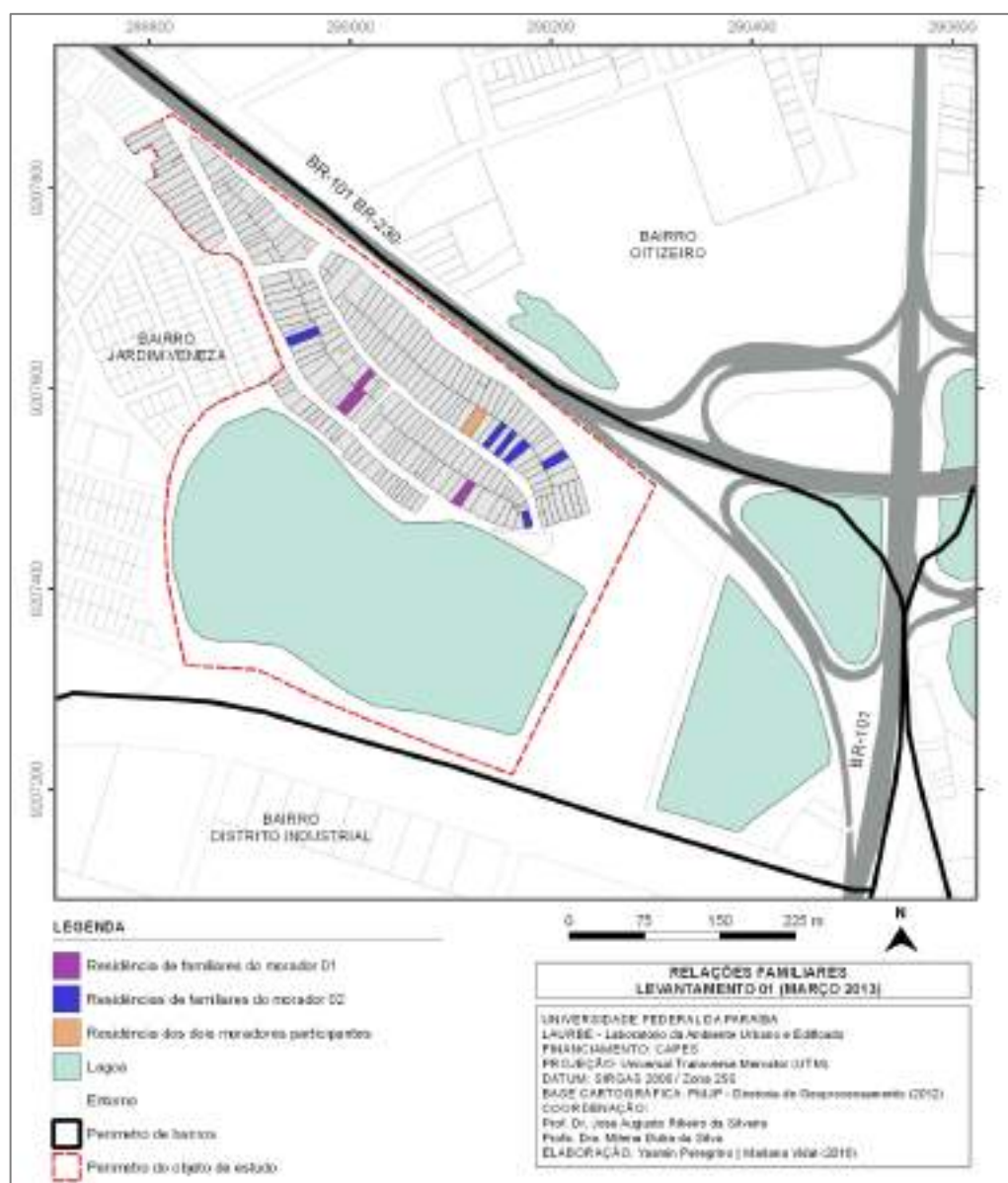
Quanto à trama familiar e sua espacialização no traçado urbano, em Três Lagoas, foi feita uma entrevista informal com dois moradores (Moradora 01 e Morador 02) de um mesmo lote solicitando que sinalizassem em quais lotes da favela havia parentes seus residindo (Figura 33). A moradora 01 e o morador 02, casados, residem com seus filhos na casa dos fundos de um lote, enquanto na outra casa, presente em seu lote, residem os pais e alguns sobrinhos da moradora 01. Além disso, o morador 02 apontou seis outros lotes, internos ao objeto de estudo, nos quais residem em torno de quarenta e cinco parentes seus. A moradora 01, por sua vez, indicou três outros lotes além do seu, que totalizam trinta e dois parentes residentes. Assim, faz-se uma média de sete a dez moradores por lote. Esses dados, embora sejam amostragens, apontam a interferência da relação familiar na ocupação irregular do meio urbano no caso de Três Lagoas, mostrando como a relação de vizinhança e urbanidade se desenvolve entre familiares que residem tão próximas e usam as calçadas como extensão dos lotes nos momentos de reunião familiar.

Em relação a critérios de análise quantitativos da densidade habitacional, são encontradas dificuldades diante da inexistência, desatualização, ou incompatibilidade dos dados oficiais. Diante disso, optou-se por fazer uma média da densidade de habitações através da observação de como se dá a ocupação interna ao lote. Notou-se que predominam duas unidades habitacionais por lote, ocupação a ser melhor detalhada na análise do tema seguinte. Tendo em vista o total de 245 lotes no perímetro estudado, é possível considerar, portanto, uma média de 490 unidades habitacionais (U.H.). Considerando que a área média dos lotes é de 206,02 m², tem-se que a densidade habitacional em Três Lagoas é de aproximadamente 9,7 U.H./Km² e 103,01 m²/U.H.

⁶⁷ Foi o caso da presente pesquisa, que só conseguiu coletar informações acerca disso no primeiro levantamento.

Vale ressaltar que esses 103,01 m² não se referem à área construída, mas sim à área de terreno correspondente à cada unidade habitacional. Esse dado é uma generalização que não atenta para as particularidades de cada lote, mas confere noções acerca da ocupação e parcelamento em Três Lagoas. Entende-se que as residências não ocupem com área construída esses 103,01 m², visto que em todo o perímetro de estudo observa-se a prática de construir deixando áreas livres internas ao lote, para áreas de serviço, coradouro, criação de galinhas, e cultivo de árvores frutíferas. Assim, é notada a relação entre a densidade habitacional, vínculo familiar, e a forma de ocupação dos lotes internos a favela.

Figura 33: Interferência das relações familiares na ocupação



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

No tocante ao padrão tipológico das edificações (Tema 05), entende-se que embora esta seja uma análise socioespacial do meio urbano de Três Lagoas, é preciso compreender a arquitetura como parte integrante e fundamental à cidade. Assim, foi feita uma breve análise de seus padrões, visando compreender sua relação com a produção do espaço urbano. Para isso, foram apontados alguns aspectos construtivos e de organização espacial interna às edificações, mas predominam dados referentes a implantação no lote, fachada e mureta, visto que são aspectos diretamente relacionados ao espaço livre público urbano. Em se tratando das edificações residenciais, a organização interna predominante consiste no seguinte programa de necessidades: salas, dois a três quartos, cozinha e banheiro. Raramente são formados corredores, pois todos os cômodos costumam ter seus acessos voltados diretamente para cozinha ou salas. Todas as edificações possuem coberta em telha cerâmica sobre madeiramento, alternando telhas de vidro em pontos específicos, visando a iluminação natural principalmente nos cômodos sem janelas (Figura 34).

Figura 34: Coberta em telha cerâmica com algumas telhas de vidro



Fonte: Yasmin Peregrino (2013)

As alvenarias de vedação, predominantemente em tijolo cerâmico, não chegam a tocar a coberta, contribuindo para a ventilação natural, mas prejudicando o isolamento acústico entre os cômodos e a consequente privacidade (Figura 35). As esquadrias, em sua maioria, apresentam dimensão reduzida e são em madeira, com folhas de giro em veneziana de tabique fixo. As residências, em sua maioria, não apresentam forro e contam com pé direito subdimensionado, o que, associado às pequenas esquadrias, prejudica a ventilação cruzada.

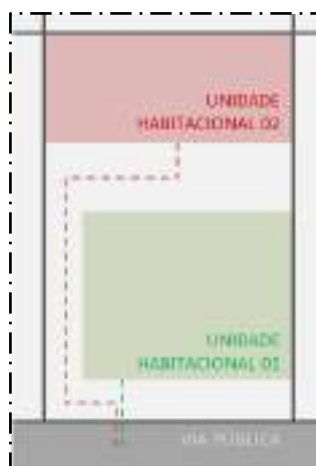
Figura 35: Alvenarias não tocam a estrutura da coberta



Fonte: Yasmin Peregrino (2013)

O fato das paredes não tocarem a coberta e o uso das telhas de vidro são estratégias em busca da ventilação e iluminação natural. Isso porque a implantação no lote se dá sem respeitar os recuos exigidos pela prefeitura, fazendo com que alguns cômodos fiquem sem abertura para a área externa da casa e, conseqüentemente, sem janelas. Além disso, predomina o uso de um lote para duas edificações implantadas separadamente, ambas com acesso pelo mesmo portão (Figura 36).

Figura 36: Forma predominante de implantação no lote

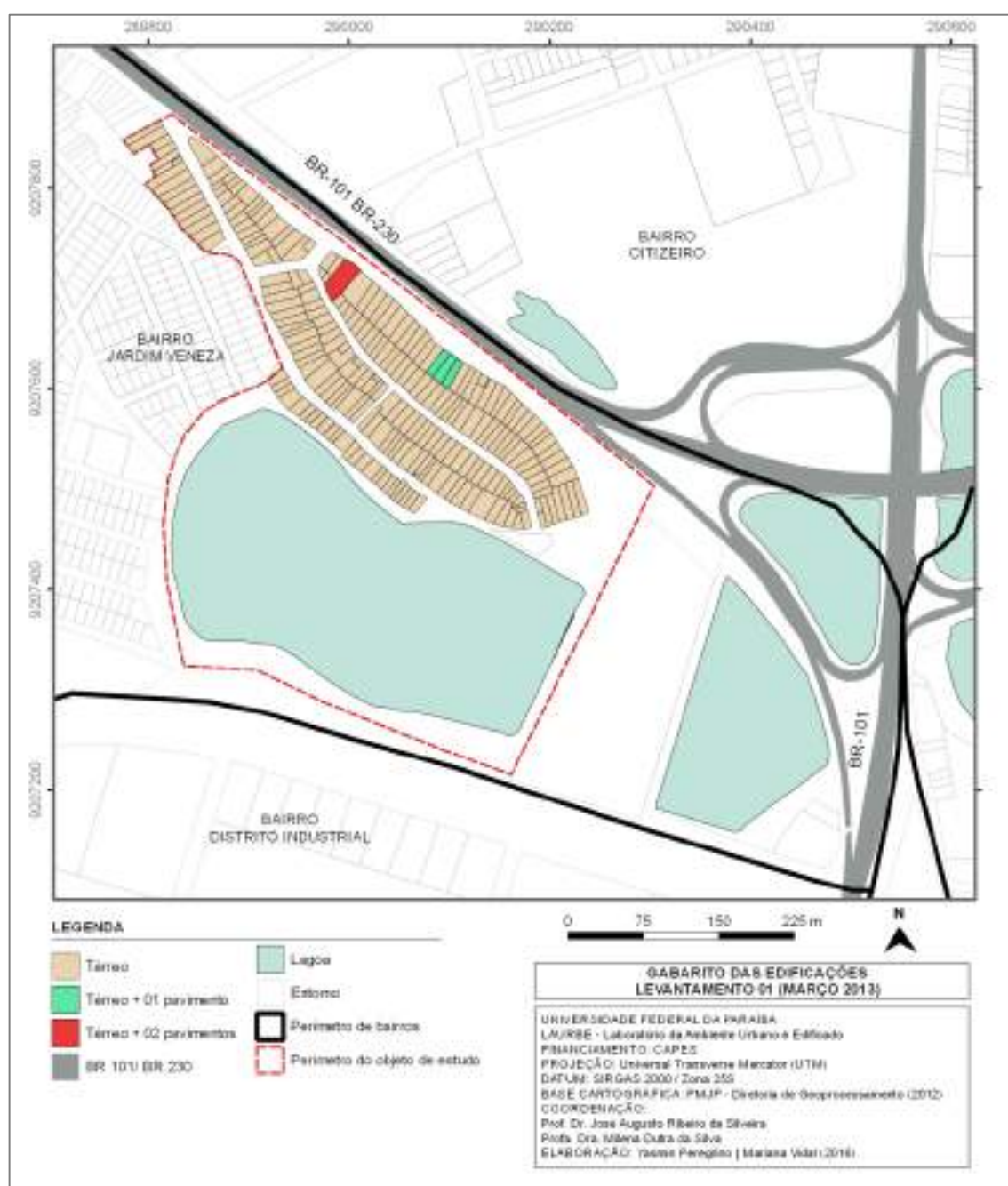


Fonte: Elaboração própria (2015)

Quanto ao gabarito, todas as edificações residenciais são térreas, mas observa-se casos pontuais de uso misto e comercial em edificação de térreo mais um ou dois pavimentos (Figura 37). Contudo, é recorrente a presença de galpões pré-moldados utilizados para comércio e serviço nos lotes voltados para a rodovia. Tais galpões tem pé

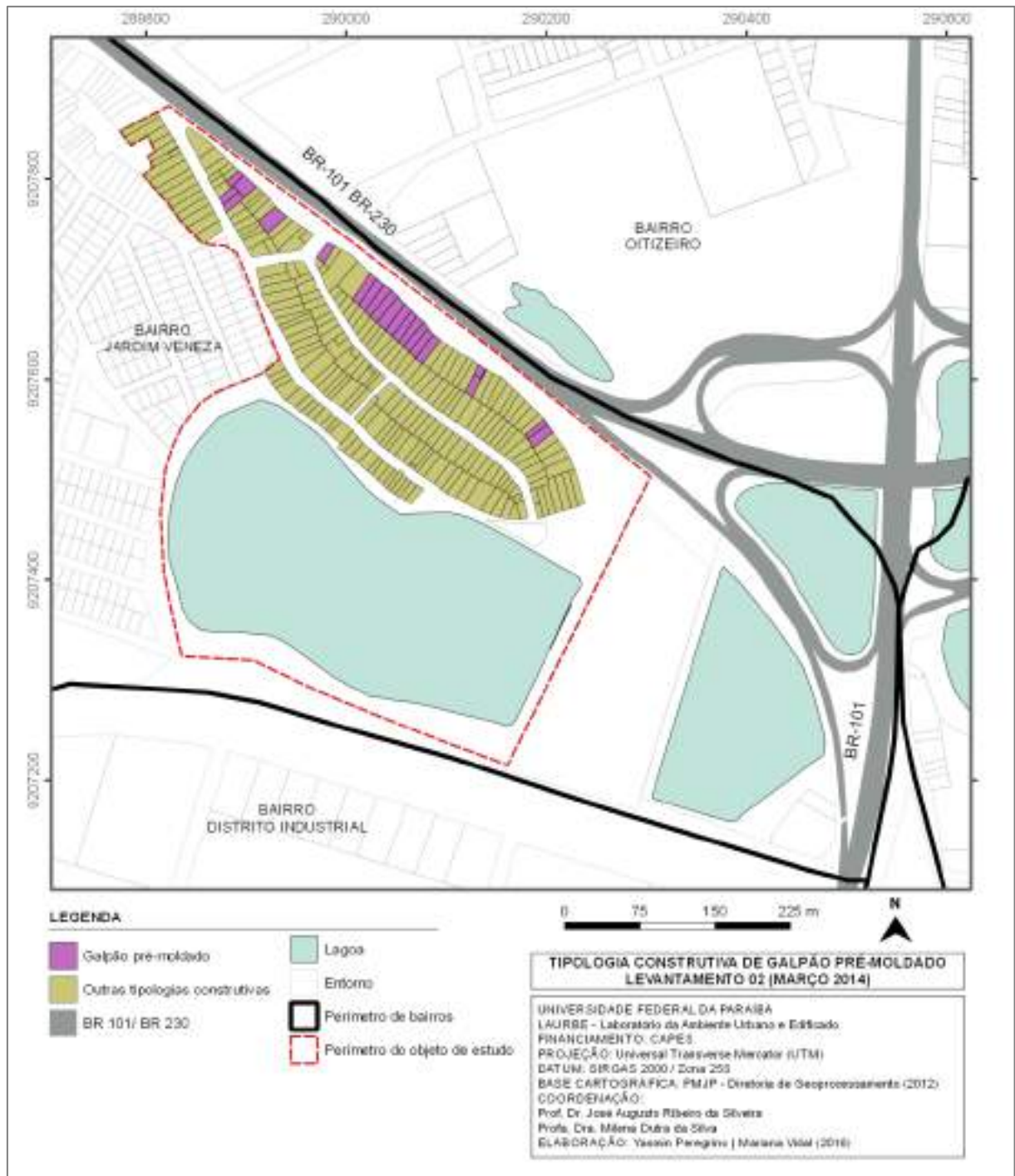
direito alto, chegando a corresponder ao gabarito de uma edificação de térreo mais dois pavimentos, assim, nota-se que Três lagoas tem caráter horizontal, dada a predominância de edificações térreas, mas no trecho da Rua das Domésticas que é voltado para a rodovia, há um indicativo de verticalização devido o pé direito elevado dos galpões pré-moldados (Figura 38).

Figura 37: Gabarito das edificações (L01)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

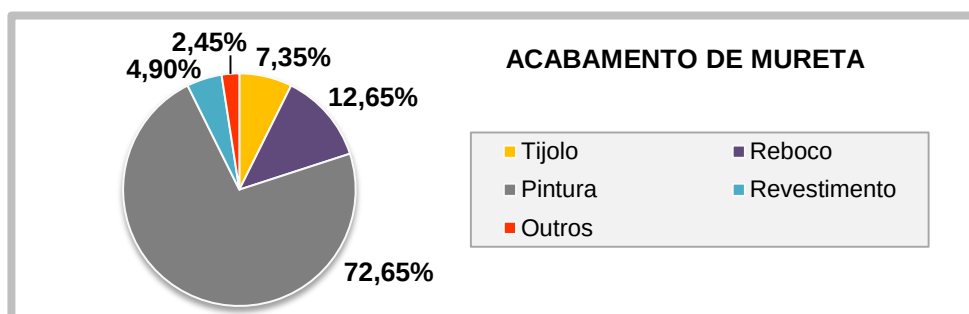
Figura 38: Localização dos galpões pré-moldados (L01, L02, L03 e L04)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

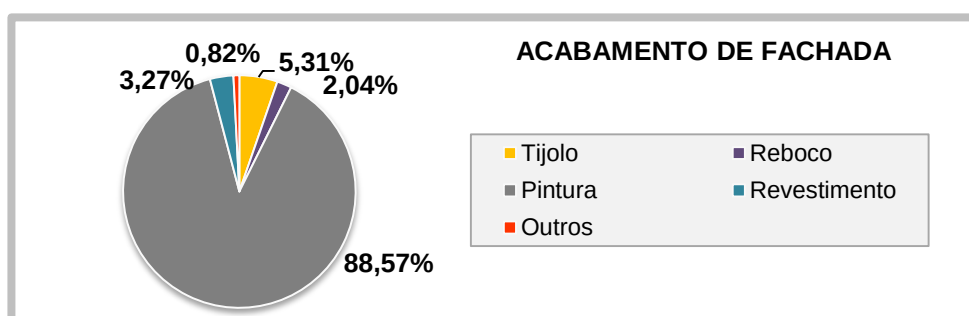
Os acabamentos de mureta e fachada, por sua vez, são variados e explicitam as diferenças de renda internas à favela, visto que o acesso a materiais de acabamentos mais sofisticados podem demandar maior poder aquisitivo (Figura 39 e Figura 40). Nota-se também a bricolagem de acabamentos, que se modificou a cada levantamento. No primeiro levantamento, tanto na fachada como na mureta predomina a pintura com cal tingido nas cores rosa, azul, vermelho, verde e amarelo, gerando diversas soluções estéticas a partir do mesmo material (Gráfico 4 e Gráfico 5). Essa diversidade, por sua vez, atua como ponto positivo para o espaço livre público, contribuindo para impedir a monotonia (Figura 41).

Gráfico 4: Acabamento de mureta (L01)



Fonte: Elaboração própria (2015)

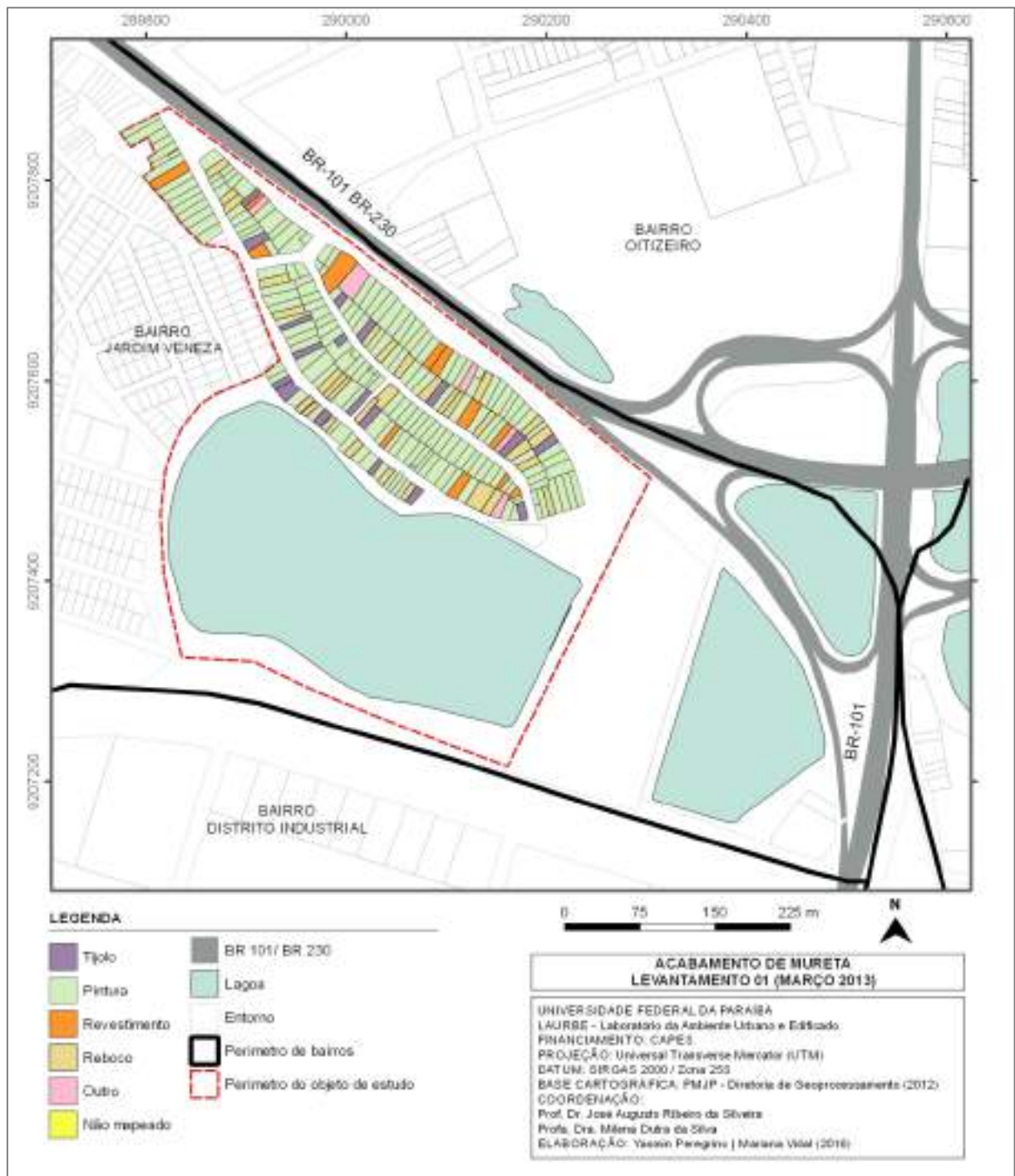
Gráfico 5: Acabamento de fachada (L01)



Fonte: Elaboração própria (2015)

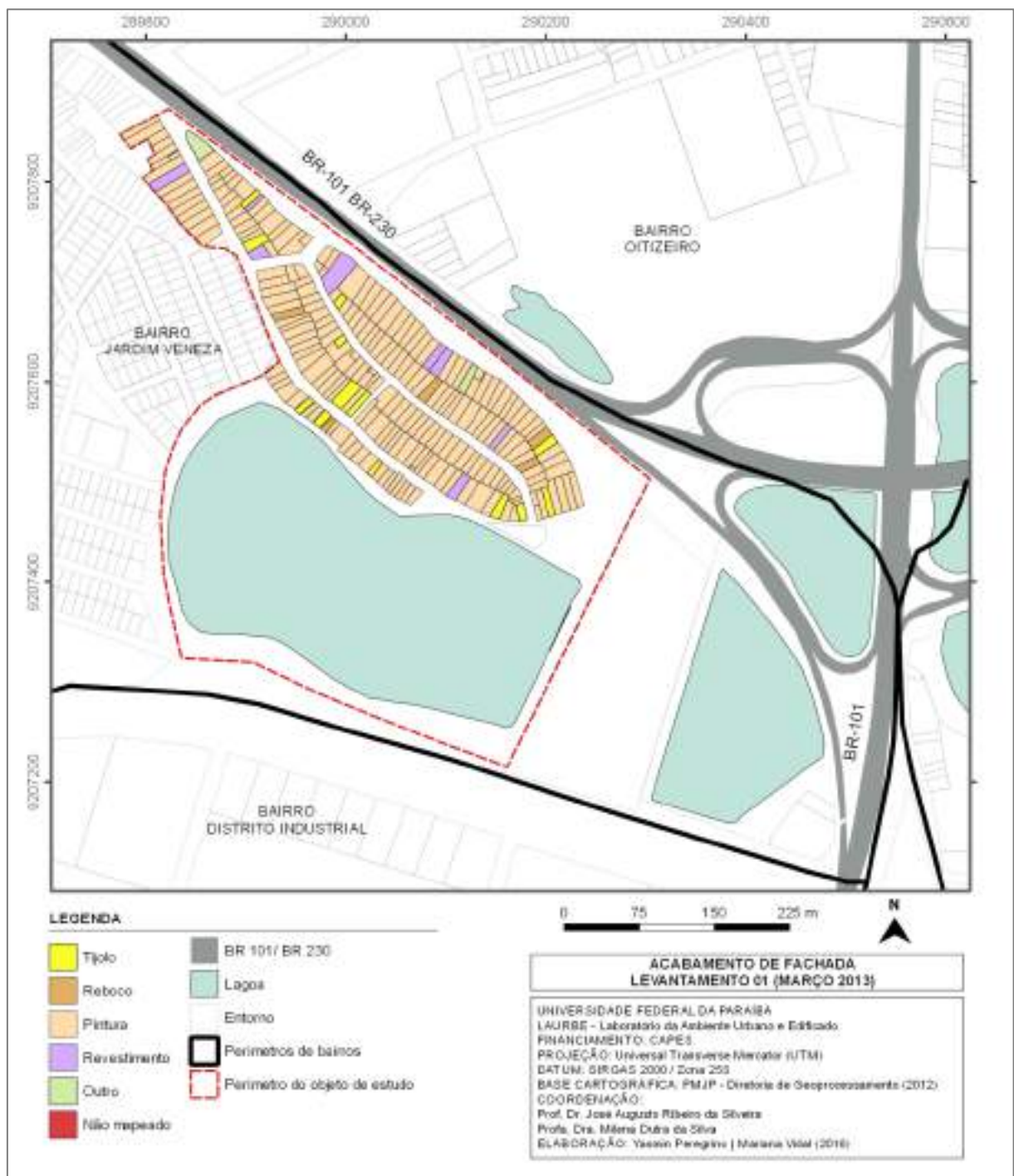
Vale destacar, também, os 5% de lotes que tem revestimento na mureta e os 3% que tem revestimento na fachada. Embora seja um grupo pequeno, é significativo, visto que conta com maior quantidade de cômodos, maior qualidade e quantidade de mobiliários, demonstrando provável maior poder aquisitivo. Assim, é possível observar padrões de tipologias arquitetônicas que vão de casas sem reboco, até casas com revestimentos cerâmicos (Figura 43).

Figura 39: Acabamento de mureta (L01)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

Figura 40: Acabamento de Fachada (L01)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

Figura 41: Residências com fachada e mureta pintadas em cal



Fonte: Yasmin Peregrino (2013)

Figura 42: Residência com tijolo cerâmico exposto



Fonte: Yasmin Peregrino (2013)

Figura 43: Residência com mureta revestida



Fonte: Yasmin Peregrino (2013)

Nas edificações utilizadas para uso comercial, de serviço, ou misto, voltadas para rodovia observa-se que o porte, acabamento, gabarito, e método construtivo remetem aos encontrados na cidade formal, fazendo uso de grades, revestimentos cerâmicos nas fachadas, placas informativas de grande dimensão, estrutura em concreto do tipo galpão pré-moldado, entre outros (Figura 44).

Figura 44: Edificações comerciais voltadas para a rodovia



Fonte: Yasmin Peregrino (2013)

Nota-se, portanto, que há uma necessidade de parecer formal para que haja credibilidade e se transmita segurança para os compradores que vem da cidade formal e que, certamente, não teriam interesse para adentrar na favela para obter determinado serviço. Assim, a fronteira da informalidade, com aparência “formalizada”, lhe parece mais segura! E, por isso, os comércios nessa fronteira alcançam portes maiores chegando a possibilidade de seus proprietários optarem por residir em outro lote, abandonando a miscigenação comércio – serviço - residência, e consolidando um caráter comercial à borda da favela estudada.

Vale também destacar as diferentes tipologias encontradas nas edificações comerciais internas à favela. São observados comércios de pequeno porte, como bares e bancas onde é possível encontrar produtos como guloseimas, refrigerantes, enlatados, mercearia e lanches (Figura 45). Predomina, portanto, o ramo alimentício, pois independente da renda restrita, alimentar-se é uma necessidade primordial, garantindo que mesmo em meses onde os moradores da favela estejam em maior crise financeira, alimentar-se não deixará de ser indispensável.

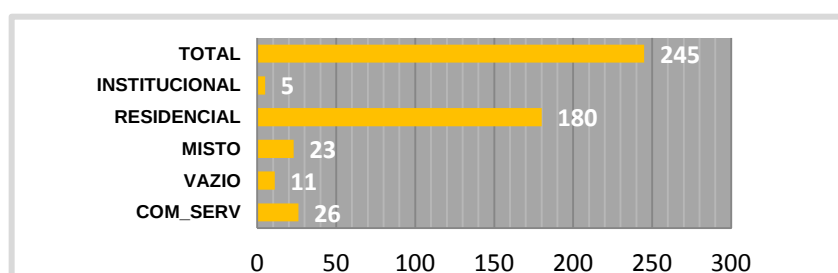
Figura 45: Comércio interno à favela



Fonte: Yasmin Peregrino (2013)

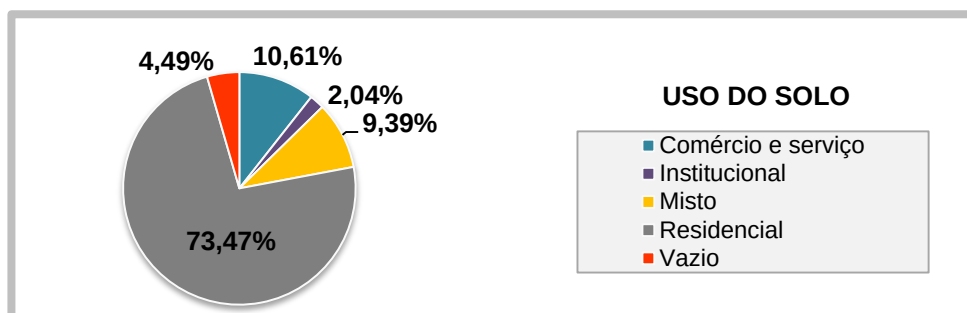
Em Beira Molhada, há relação entre os padrões tipológicos das edificações e o uso do solo (Tema 06). Ressalta-se a predominância do uso residencial e do uso misto que juntos totalizam mais de 80% do total de lotes. O uso para comércio e serviços, por sua vez, chega a representar 10,61 %, mas apenas um dos vinte e seis lotes de comércio e serviço não tem frente para a rodovia, ratificando a relação entre o uso do solo na favela e sua fronteira com a cidade formal (Gráfico 6 e Figura 46).

Gráfico 6: Quantificação dos lotes de Beira Molhada por uso do solo



Fonte: Elaboração própria (2016)

Gráfico 7: Uso do solo (L01)



Fonte: Elaboração própria (2016)

Nota-se também que no contato com a cidade formal através da sua fronteira com as rodovias federais (BR 230 e 101), é possível observar maior concentração de comércio e serviços, principalmente direcionados para borracharia e outros suportes aos usuários das BRs (restaurantes, peças e equipamentos automotivos, etc). Percebe-se, assim, que a procura da cidade formal tem influência determinante sobre a oferta de usos do solo das fronteiras da cidade informal, ratificando o caráter simbólico das periferias da favela enquanto centralidade, como indicado por Jacques (2011).

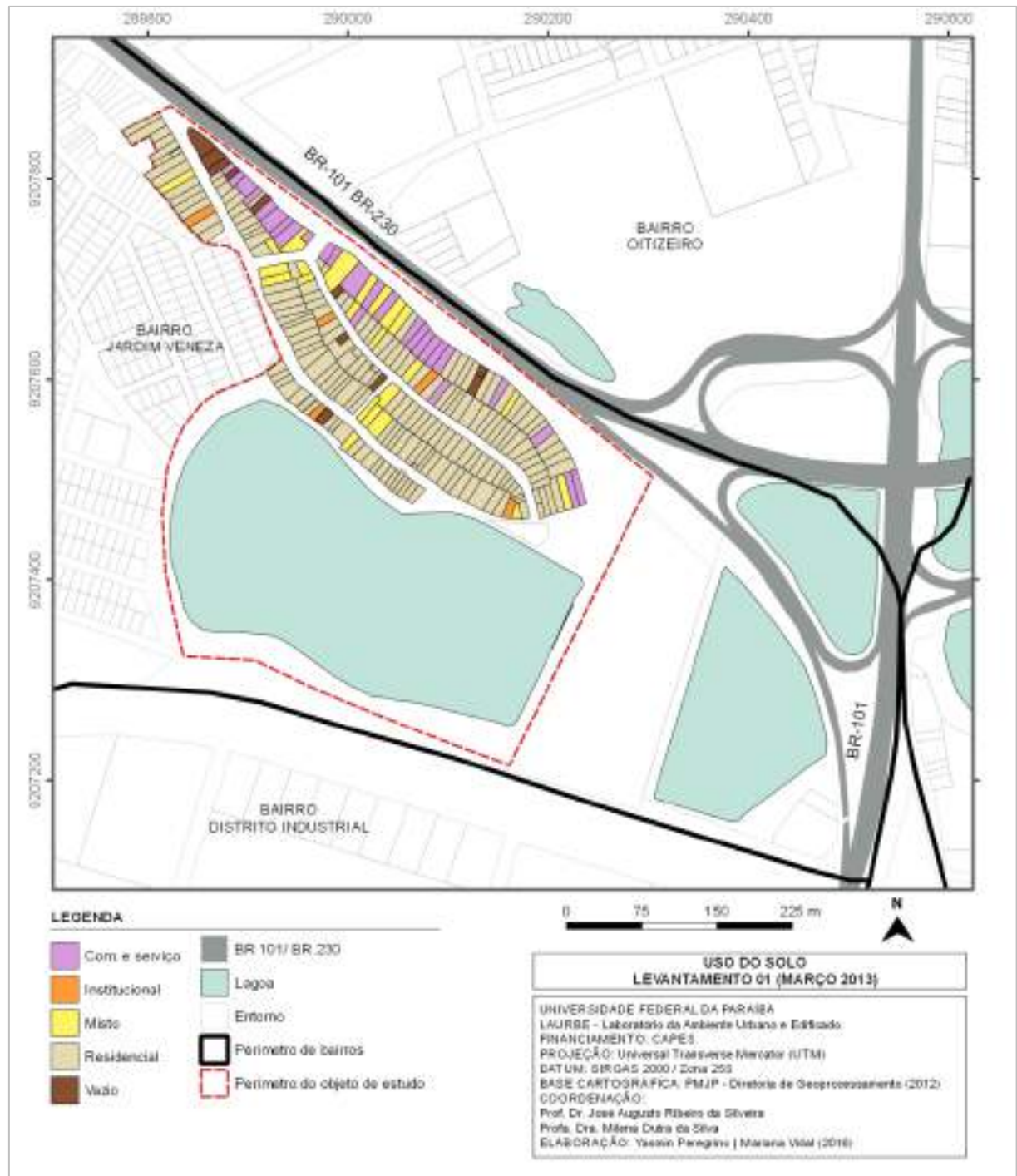
Quanto ao uso misto, foi encontrado em lotes com e sem frente para a rodovia, predominando a associação do residencial com o comercial ou serviço, ratificando que predomina no uso misto de Três Lagoas a busca por habitação, decorrente do déficit habitacional, e do comércio como renda complementar de subsistência e não necessariamente com o objetivo de investimento empresarial. Nesse sentido, ressalta-se que em um dos lotes internos à favela o uso residencial foi substituído por outro (Figura 46).

O uso institucional, por sua vez, é representado por igrejas e associações de moradores. Assim, para ter acesso a escolas, creches, postos de saúde, hospitais e qualquer outro tipo de uso institucional, recorrem a outras áreas do mesmo bairro no qual Três Lagoas está inserida, o bairro Jardim Veneza, ou aos bairros adjacentes, tais como Oitizeiro, Cruz das Armas, Bairro das Indústrias, e Centro.

Vale também ressaltar a presença de sete lotes vazios, internos à Três Lagoas. Tal fato parece imperceptível, visto que representa apenas 2,86% do total de lotes, mas diante da necessidade de moradia, emprego e renda, o esperado seria não encontrar lotes vazios em uma favela. Contudo, sobre essa questão incidem as “leis” internas à ocupação informal, na qual entram em vigor a liderança dos envolvidos com o tráfico de drogas, a reserva de terras para especulação interna à própria favela, entre outros fatores que acabam por

explicar a existência de vazios urbanos dentro de uma ocupação que visa a habitação com urgência (Gráfico 6 e Figura 46).

Figura 46: Uso e ocupação do solo (L01)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

No tocante à infraestrutura, Três Lagoas conta com drenagem de águas pluviais já executada na via pública, mas em épocas de chuva e cheia da lagoa, mostra-se insuficiente. A coleta de lixo é feita regularmente, visto que todas as vias longitudinais da favela tem dimensão suficiente para passagem do caminhão da coleta de lixo. Beira Molhada não apresenta ligação formalizada pela PMJP à rede de esgoto municipal, contudo são encontradas soluções improvisadas pelos moradores, tais como fossas e despejo de resíduos na via pública e até na lagoa (Figura 47).

Figura 47: Soluções improvisadas de esgoto



FONTE: Yasmin Peregrino (2013)

A faixa de rolamento da maioria das vias internas ao objeto de estudo são pavimentadas com calçamento em paralelepípedo, mas nem todas as calçadas o são. O passeio público que contorna a lagoa formando um calçadão para pedestres, foi pavimentado pela prefeitura municipal, mas no levantamento 01, encontrava-se degradado e sem manutenção, o que se intensificou com o uso indevido por parte de automóveis e motocicletas, que degradam ainda mais o pavimento. Questões vinculadas à falta de manutenção são observadas em relação aos mobiliários urbanos, jardins, pavimentação e o descuido com a os muros de sustentação e arrimo da lagoa (Figura 48).

Figura 48: Exemplos de degradação e falta de manutenção dos mobiliários e infraestrutura



FONTE: Yasmin Peregrino (2013)

A distribuição de água encanada e energia elétrica para os lotes também é providenciada pela rede formal da PMJP, contudo não é possível mensurar a existência de ligações irregulares, embora se saiba que existam (Figura 49). A iluminação dos espaços livres públicos é oficial e feita pela prefeitura municipal, mas é insuficiente, contribuindo para conformar espaços pouco visíveis e passíveis de usos para práticas ilícitas. Assim, percebe-se que a ineficiência da infraestrutura urbana implica em questões ambientais e sociais, relacionando-se com os alagamentos, poluição da lagoa e práticas sociais no espaço livre público.

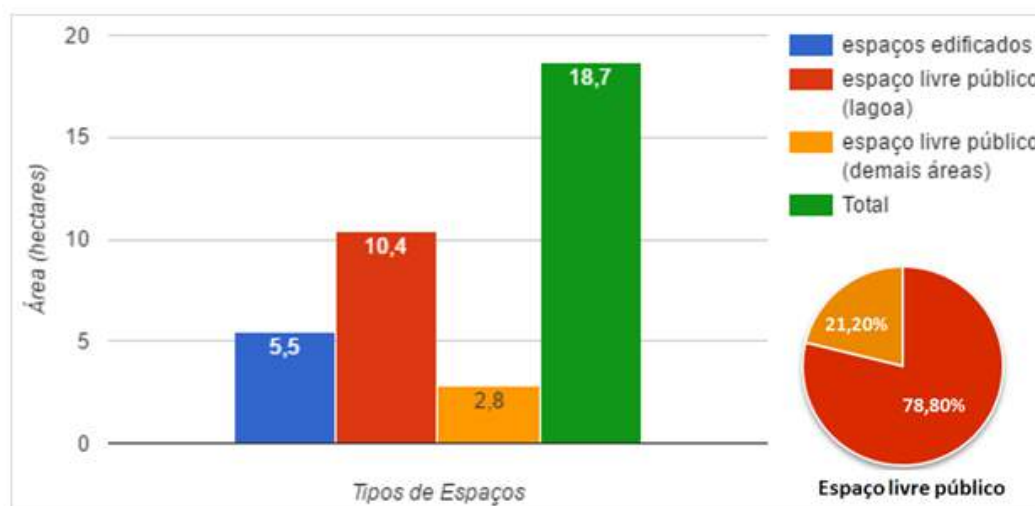
Figura 49: Abastecimento formal de água



FONTE: Yasmin Peregrino (2013)

Quanto ao Espaço livre público (ELP) e apropriação socioespacial (Tema 08), vale ressaltar que o perímetro de estudo totaliza 18,7 ha, dos quais 13,2 ha são espaços livres públicos tratados e/ou acidentais, representando em torno de 70% da área estudada. Tais quantitativos apontam a predominância das áreas livres sobre as edificadas, podendo transmitir uma impressão enganosa sobre a publicização dos espaços livres de Beira Molhada, sugerindo que se encontram atendidas as necessidades de lazer e mobilidade de seus residentes. Contudo, essa predominância de ELP no objeto se justifica pela presença da lagoa e seu anel urbanizado, que juntos somam 10,4ha, ou seja, 78,8% do ELP total, enquanto os 21,2 % restantes são representados pelas vias (Gráfico 8).

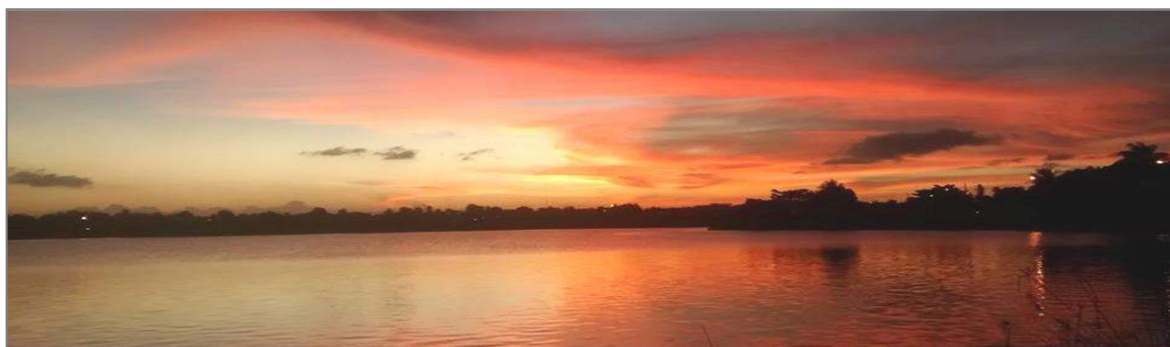
Gráfico 8: Ocupação dos Espaços Livres Públicos e edificadas de Beira Molhada.



Fonte: Elaborado por Yasmin Peregrino e Ana Laura Rosas (2016).

A lagoa em questão pertence ao Açude das Três Lagoas, que tem grande importância ambiental além de tratar-se de uma área de preservação com potencial contemplativo, de onde observa-se o pôr-do-sol (Figura 50). O açude é envolvido por um viaduto que permite o cruzamento da Av. Cruz das Armas com as rodovias BR 101 e 230 e posteriormente contou com obras referentes à drenagem e infraestrutura urbana no entorno da porção da lagoa que fica adjacente à Beira Molhada, a saber: implantação de jardins, iluminação pública e mobiliário urbano, pavimentação do anel da lagoa, e construção de quadras poliesportivas.

Figura 50: Por do sol em Beira Molhada.



Fonte: Cedido por moradores, 2014.

Assim, a lagoa e seu anel urbanizado se caracterizam como um conjunto de grande potencial urbanístico e ambiental, contudo, como o acesso à este ELP se dá através das vias da favela, os residentes da cidade formal ainda fazem pouco uso deste potencial, o que representa uma perda para a cidade como um todo. Além disso, considerando a relação da lagoa com a favela, levantamentos in loco revelam a existência de barreiras que limitam sua publicização, tais como gradis e balizadores. O acesso dos moradores de Beira Molhada à lagoa não é impedido, visto que existem portões, mas nitidamente dificultado pelas grades que circundam este espaço livre público. Assim, embora tenha sido infraestruturada como ELP (calçadas pavimentadas, paisagismo, mobiliário urbano, iluminação pública e quatro quadras esportivas), a lagoa e a configuração urbanística do seu entorno isolam a favela, materializando uma possível exclusão socioespacial. Em contrapartida, os residentes de Três Lagoas abriram passagens em trechos específicos dos gradis, para facilitar os acessos mais utilizados, demonstrando que tal necessidade de ir e vir não foi levada em conta no projeto de urbanização (Figura 51).

Figura 51: (a, b, c) Gradis degradados no entorno da lagoa.



Fonte: Yasmin Peregrino, 2013.

Em contrapartida, a ineficiência quanto à segurança pública contribuiu para que práticas ilícitas vinculadas ao tráfico de drogas degradassem o anel urbanizado da lagoa e restringissem sua apropriação. Nota-se, assim, a restrição na apropriação destes 10,4ha, que se tornam espaços livres “públicos” planejados de modo a excluir a favela, e apropriados por ela de modo a inibir a cidade formal. E assim é retroalimentado um ciclo de exclusão e distanciamento socioespacial, contribuindo para a degradação e consequente desuso do ELP. Além disso, é notado que até mesmo os espaços privados edificadas se fecham para o espaço público, completando seu esvaziamento, excluindo os “olhos da rua” e suprimindo as “zonas híbridas”. A exemplo disso, tem-se o fato de que os lotes imediatamente adjacentes à lagoa, passaram a fechar seus acessos a ela e abrir suas frentes apenas para a rua interna à favela, ratificando a lagoa como um espaço não atrativo e inseguro (Figura 52).

Figura 52: Lotes com acesso à lagoa fechados

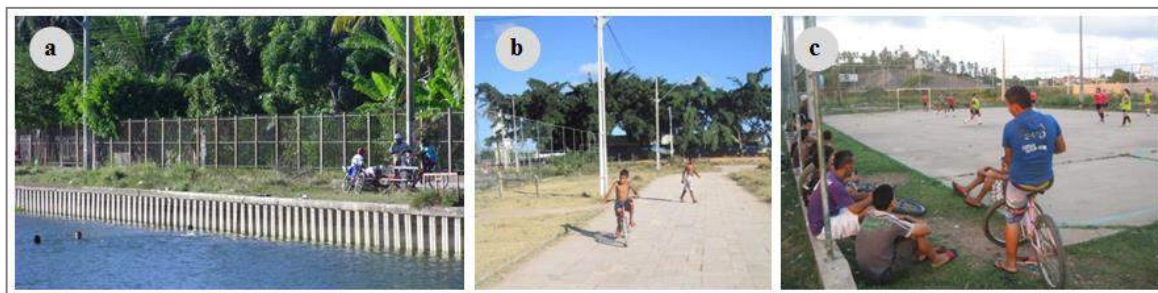


Fonte: Yasmin Peregrino, 2012.

Com a ação do Projeto Social Segunda Chance, à partir de 2010, tem se consolidado um processo de pacificação que se estabelece no âmbito social e se reflete no urbano. Desde 2012 é observada a retomada de práticas sociais positivas no entorno da lagoa que tem cumprido funções de lazer, caminhada, ciclismo, banho e pesca (Figura 53 a e b). Tal retomada também foi constatada nos mapas mentais aplicados com 57 pessoas, incluindo moradores e visitantes de 6 a 39 anos, que retrataram o ELP, seus usos, apropriações e necessidades de manutenção. Inúmeros mapas espacializaram as atividades do Projeto 'Segunda Chance', principalmente as aulas de futsal na quadra pública (Figura 54 b). Um dos mapas mentais apontou a necessidade de manutenção de uma das quadras esportivas ao passo que desenha a outra sendo utilizada, visto ser a adotada e mantida pelo projeto

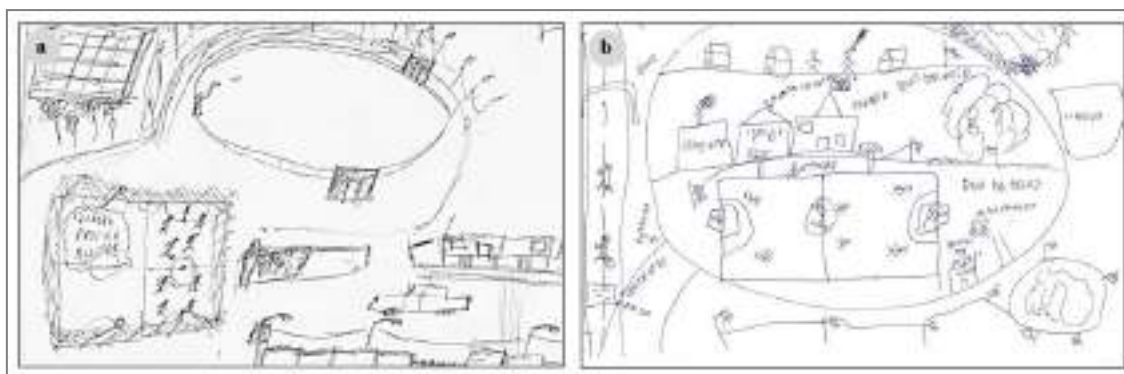
social (Figura 54 a). Nota-se, assim, a importância de agentes sociais para reaver o caráter público dos espaços livres e mediar o contato da comunidade com a gestão pública⁶⁸.

Figura 53: Reapropriação da lagoa (a) banho, (b) lazer e (c) prática de esportes.



FONTE: Yasmin Peregrino, 2012.

Figura 54: Trecho de um mapa mental feito por residente de Beira Molhada, de 14 anos (a) e 12 anos de idade (b).



Fonte: Yasmin Peregrino (2014).

Durante esse processo de retomada das práticas sociais positivas no ELP de Três Lagoas, as deficiências do espaço tornam-se ainda mais perceptíveis, tais como a falta da microacessibilidade, ausência de arquibancadas de suporte à quadra esportiva, sinalização, mobiliário de permanência, iluminação pública, e espaços de suporte às apresentações culturais. Contudo, a criatividade dos usuários deste espaço tem levado a adaptações que anunciam as suas necessidades, a exemplo do recital de balé promovido pelo projeto social, em 2013, na quadra esportiva da favela (Figura 55). Embora com êxito, tal apresentação foi prejudicada pela falta de suporte técnico, lumínico e sonoro, e de acomodação para a plateia, além do piso cimentício da quadra, que não atende as exigências de atrito e aderência, prejudicando a performance e o figurino.

⁶⁸ Os mapas mentais e sua relação com o ELP e com a atuação do projeto social citado serão melhor abordados no item 5.6 do presente capítulo.

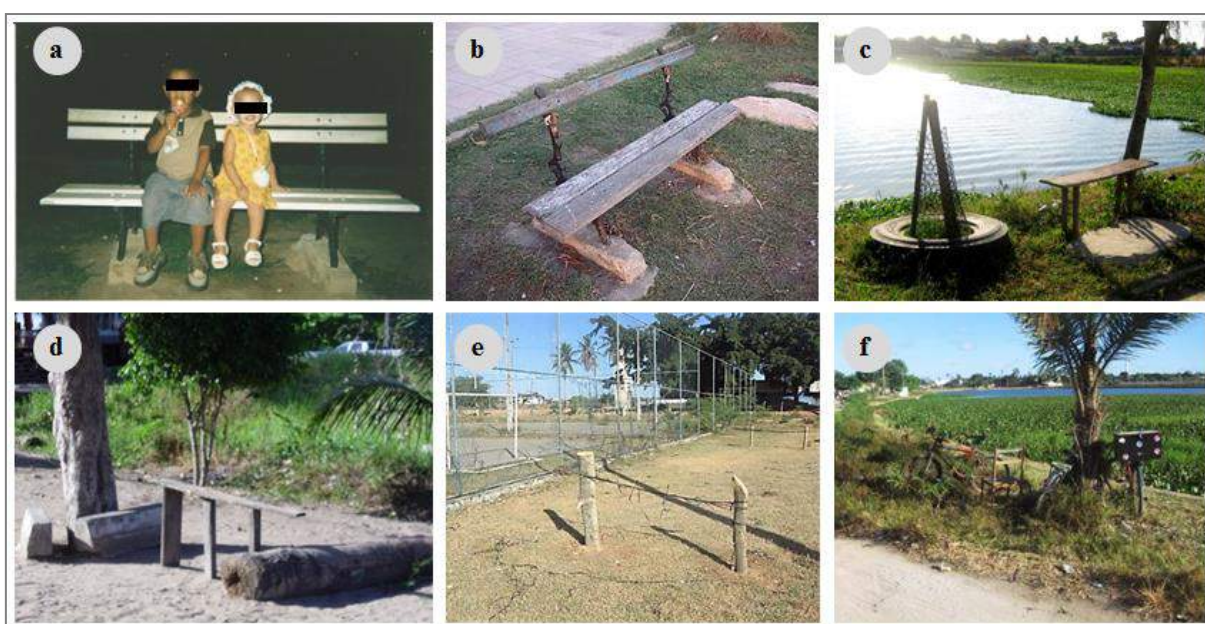
Figura 55: Uso da quadra esportiva para apresentações culturais.



Fonte: Yasmin Peregrino, 2012.

Nessa reapropriação, também fica evidente que os procedimentos de manutenção do ELP, por parte dos órgãos governamentais, são insuficientes, sendo recorrentes: lâmpadas queimadas, bancos quebrados, jardins sem manutenção, pavimentos danificados, etc. Desse modo, com a ausência da atuação do poder público em manter e fiscalizar o espaço, e o insurgente anseio de reapropriação do ELP, os usuários passaram a improvisar soluções para as consequências da degradação. Para isso, se utilizam da bricolagem enquanto “reciclagem arquitetural, sobretudo aleatória, que nasce da fragmentação de antigas arquiteturas” (Jacques, 2011, p. 29), fazendo uso de recursos naturais e resíduos da construção civil formal (Figura 56).

Figura 56: (a) Mobiliário no ano da entrega; (b) Mobiliário original degradado; (c - d) Bancos improvisados pelos moradores através de bricolagem; (e) Traves improvisadas para jogos esportivos; (f) Paraciclo improvisado junto à vegetação.



Fonte: (a) Cedido por residentes, 2005; (b - f) Yasmin Peregrino, 2012/2013.

A falta de assistência técnica na construção dos espaços privados também influencia diretamente na relação ambiental e com o espaço livre público, visto que a limitação dos materiais bricolados e a improvisação dos métodos construtivos e de saneamento, comumente, geram soluções que prejudicam o equilíbrio ambiental. Um exemplo disso é tido na maioria das ligações irregulares de esgotamento sanitário das casas da favela Beira Molhada, que despejam os resíduos sem qualquer tratamento na lagoa (Figura 57). Assim, o ELP de Três Lagoas, e suas possibilidades de apropriação, encontram-se fortemente relacionados com o risco ambiental e o social.

Figura 57: (a) Resíduos poluindo a lagoa; (b) Entulhos acumulados no ELP.



Fonte: Yasmin Peregrino, (a) 2012 e (b) 2014.

Vale ressaltar que a lagoa, segundo a legislação vigente, constitui-se como espaço livre público inserido em área de preservação ambiental. É, portanto, fundamental que as intervenções urbanísticas pautadas em bricolagens improvisadas sejam associadas a soluções técnicas e sustentáveis, que tornem possível a relação benéfica entre a favela e o meio ambiente. Contudo, a falta de assistência técnica na construção dos espaços privados, por sua vez, influencia diretamente nessa relação ambiental e com o espaço livre público. Isso porque, a limitação dos materiais improvisados e a improvisação desses métodos construtivos, comumente gera soluções que prejudicam o equilíbrio ambiental. Um exemplo disso é tido nas ligações irregulares de esgotamento sanitário das casas da favela Beira Molhada, que despejam os resíduos sem qualquer tratamento na lagoa. Assim, o espaço livre público de Três Lagoas, e suas possibilidades de apropriação, encontram-se fortemente relacionados com o risco ambiental e o social.

No que se refere a interferência do aspecto sociocultural, nota-se que são restritas as exigências quanto à privacidade entre as unidades habitacionais. A necessidade de adensamento implica em configurações arquitetônicas e urbanísticas que confrontam a individualidade, a exemplo de casas sem recuo e esquadrias de uma unidade habitacional abrindo em um cômodo da unidade vizinha, ou diretamente na rua. Assim, ao caminhar nas vias internas à favela, o pedestre tem comunicação direta com os moradores dentro de suas casas, que por sua vez, têm a calçada como terraço. A relação entre a via pública e o lote é constante, e contribui nitidamente para a vitalidade do ELP local.

Figura 1: Vitalidade do ELP de Beira Molhada.



Fonte: Yasmin Peregrino, 2013.

Além disso, as deficiências observadas quanto à infraestrutura urbana (falta de saneamento básico, drenagem pluvial insuficiente, etc.) não implicam em desuso ou falta de vitalidade no espaço público. Nas vias se desenvolvem atividades cotidianas que, na cidade formal, são internas ao lote e aos espaços coletivos, tais como: conversas, refeições, jogos, manicure, etc (Figura 58). O reduzido fluxo e baixa velocidade de veículos corroboram para tornar esses espaços mais próximos à escala humana, incentivando o seu uso e apropriação mesmo diante da infraestrutura deficiente.

Figura 58: Reunião para jogos (a) e manicure (b), na calçada e leito carroçável.



Fonte: Yasmin Peregrino, 2012/2013.

Vale ressaltar que a baixa renda dificulta o acesso a outros tipos de espaços para lazer, como praças ou mesmo a orla marítima da cidade de João Pessoa, principalmente pelo alto custo com mobilidade e dificultada macro e mesoacessibilidade. Nesse contexto, é notada a importância do ELP enquanto sistema que possibilita o acesso e uso da cidade formal e informal sem restrições. Desse modo, o espaço livre público interno à favela é visto como oportunidade as alternativas de lazer, contribuindo para a vitalidade e urbanidade (Figura 59).

Figura 59: Vitalidade e diversidade do ELP de Beira Molhada.



Fonte: Yasmin Peregrino, 2013.

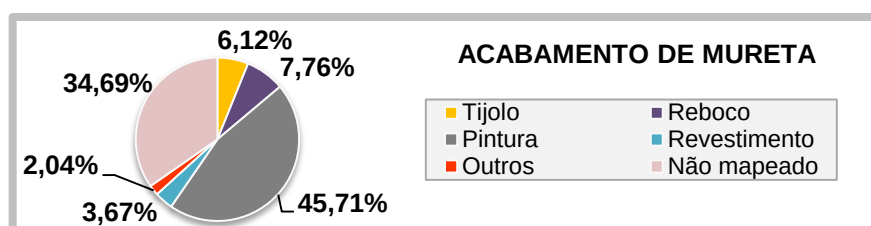
Questões referentes a práticas sociais e espaços públicos e alguns outros temas são ainda abordadas nos itens 5.5 e 5.6 deste capítulo, onde é desenvolvida a análise visual e analisados os mapas mentais aplicados. Optou-se por tratá-los posteriormente e em paralelo com os demais levantamentos visando uma abordagem comparativa que proporcione uma visão do mesmo espaço ao longo do tempo segundo a autora e os residentes de Três Lagoas.

5.2 Levantamento 02 (L02 - Março de 2014)

Em março de 2014 foi realizado o segundo levantamento de campo considerado nesta pesquisa, possibilitando o acesso a dados diversos que dão suporte à análise em questão e contribuem para a consolidação da síntese dimensional. Para isso, foram considerados os oito temas citados anteriormente, a saber: 1) Caracterização do sítio (morfologia e legislação); 2) Parcelamento do solo; 3) Acessibilidade e Mobilidade; 4) Densidade habitacional; 5) Padrão tipológico das edificações; 6) Uso do solo; 7) Infraestrutura e serviços; 8) Espaço livre público (ELP) e apropriação socioespacial. Alguns temas, contudo, não sofreram alterações significativas nesse intervalo de tempo entre o levantamento 01 e 02, são eles os temas 01, 02, 03, 04 e 07.

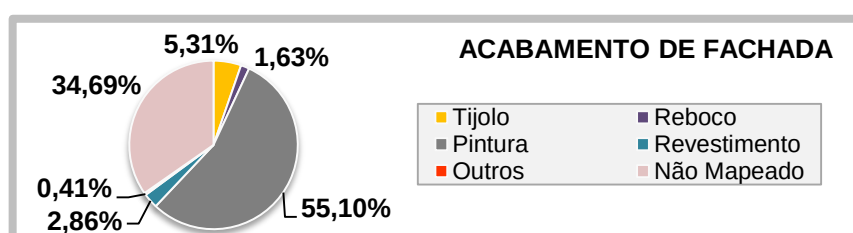
No que se refere ao padrão tipológico das edificações (tema 05) não foram notadas modificações estruturais na forma de construir e ocupar o lote, nem mesmo no gabarito (Figura 60), contudo, são recorrentes as modificações de acabamentos em fachadas e muretas (Figura 61, Figura 62, Gráfico 9, Gráfico 10), trazendo certa dinâmica para as zonas híbridas e para o ELP. Também não ocorreram demolições ou acréscimos de galpões pré-moldados. Uma dificuldade encontrada neste segundo levantamento foi quanto a Rua da Mangueira, pois estava sob influencia de envolvidos com o tráfico de drogas, impossibilitando o levantamento de dados in loco. Contudo, segundo os dados coletados, é possível perceber que a pintura se mantém como material de acabamento predominante nas fachadas e muretas, seguido pelo reboco e o tijolo.

Gráfico 9: Acabamento de mureta (L02)



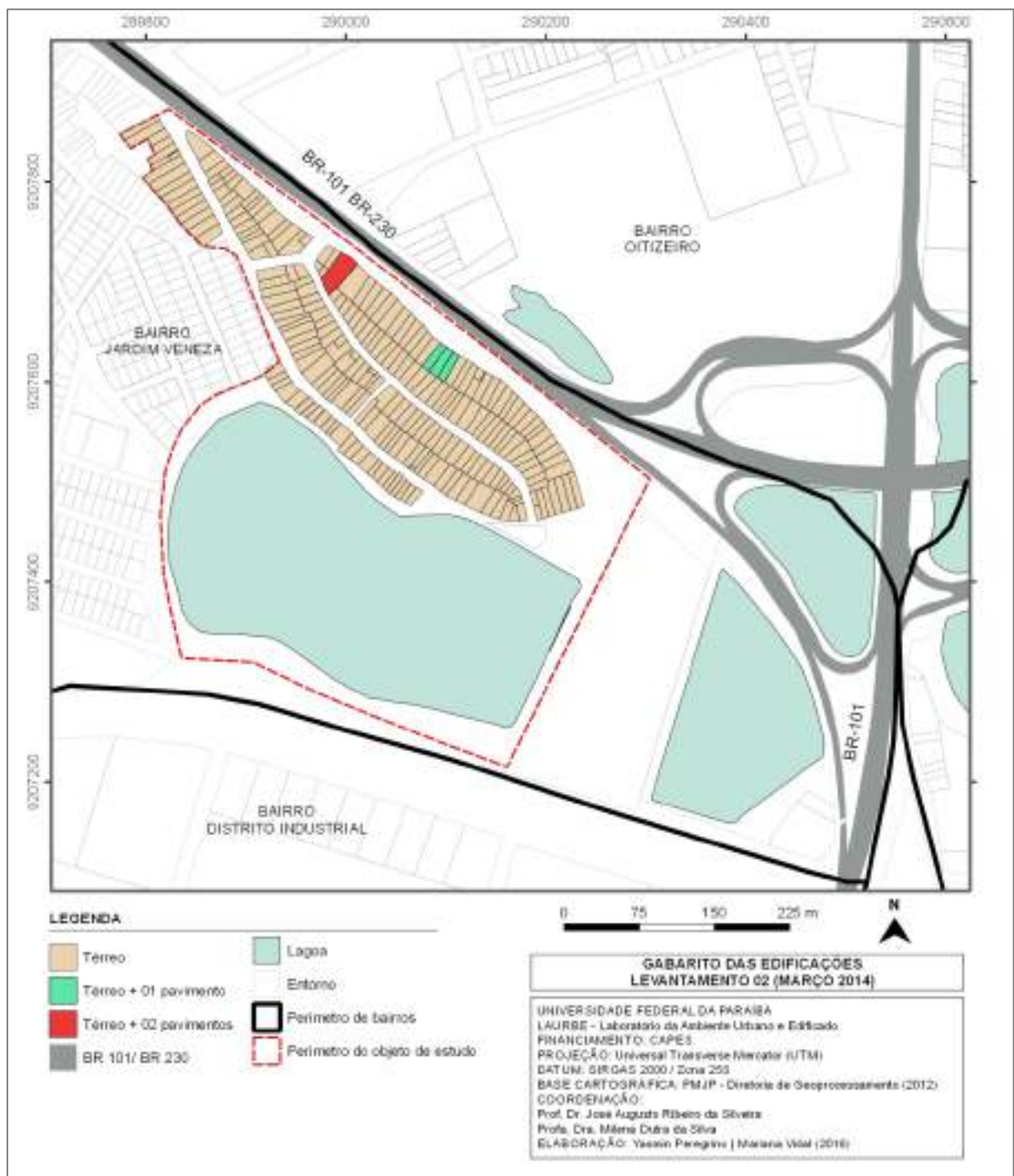
Fonte: Elaboração própria (2016)

Gráfico 10: Acabamento de fachada (L02)



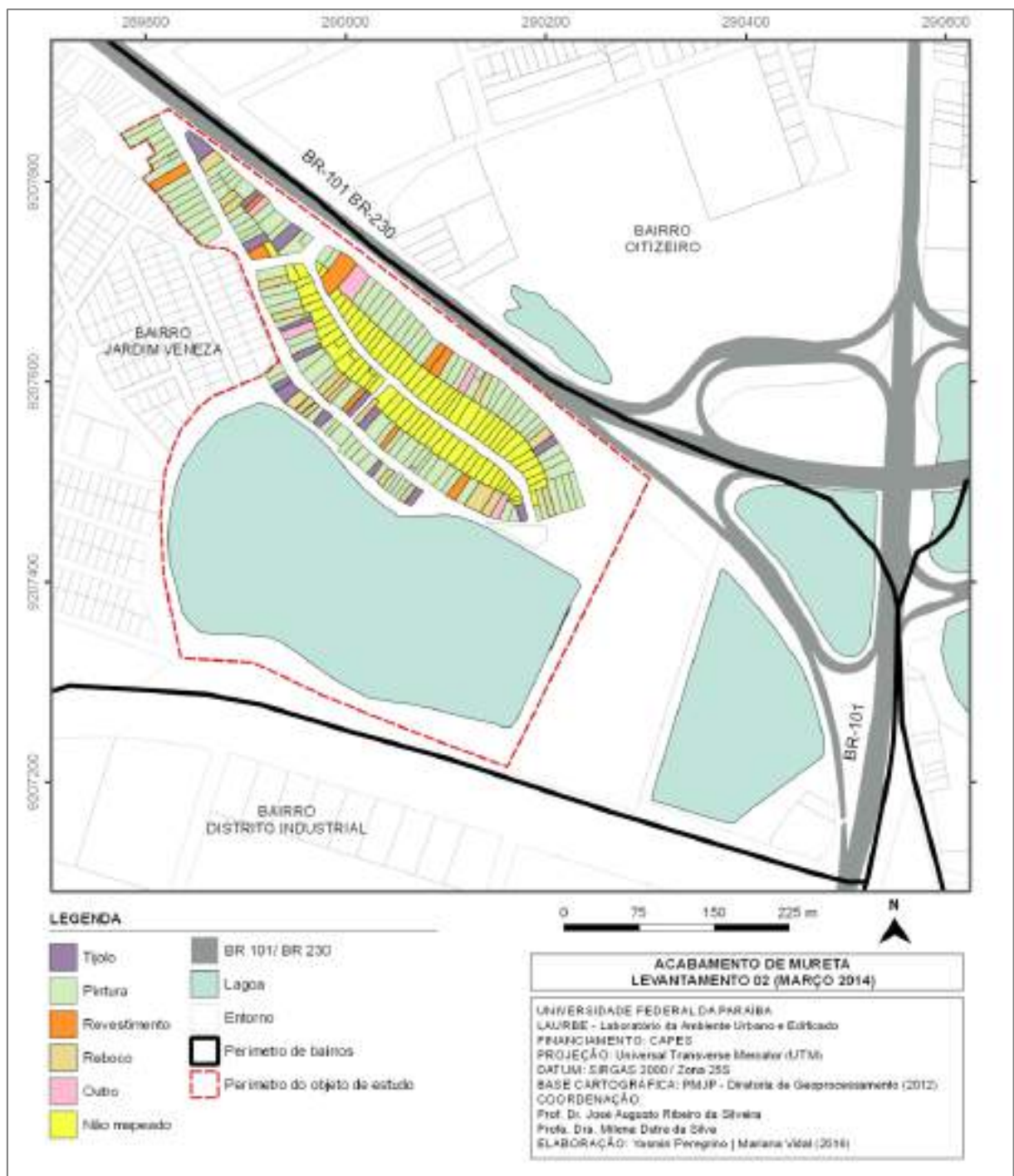
Fonte: Elaboração própria (2016)

Figura 60: Gabarito das edificações (L02)



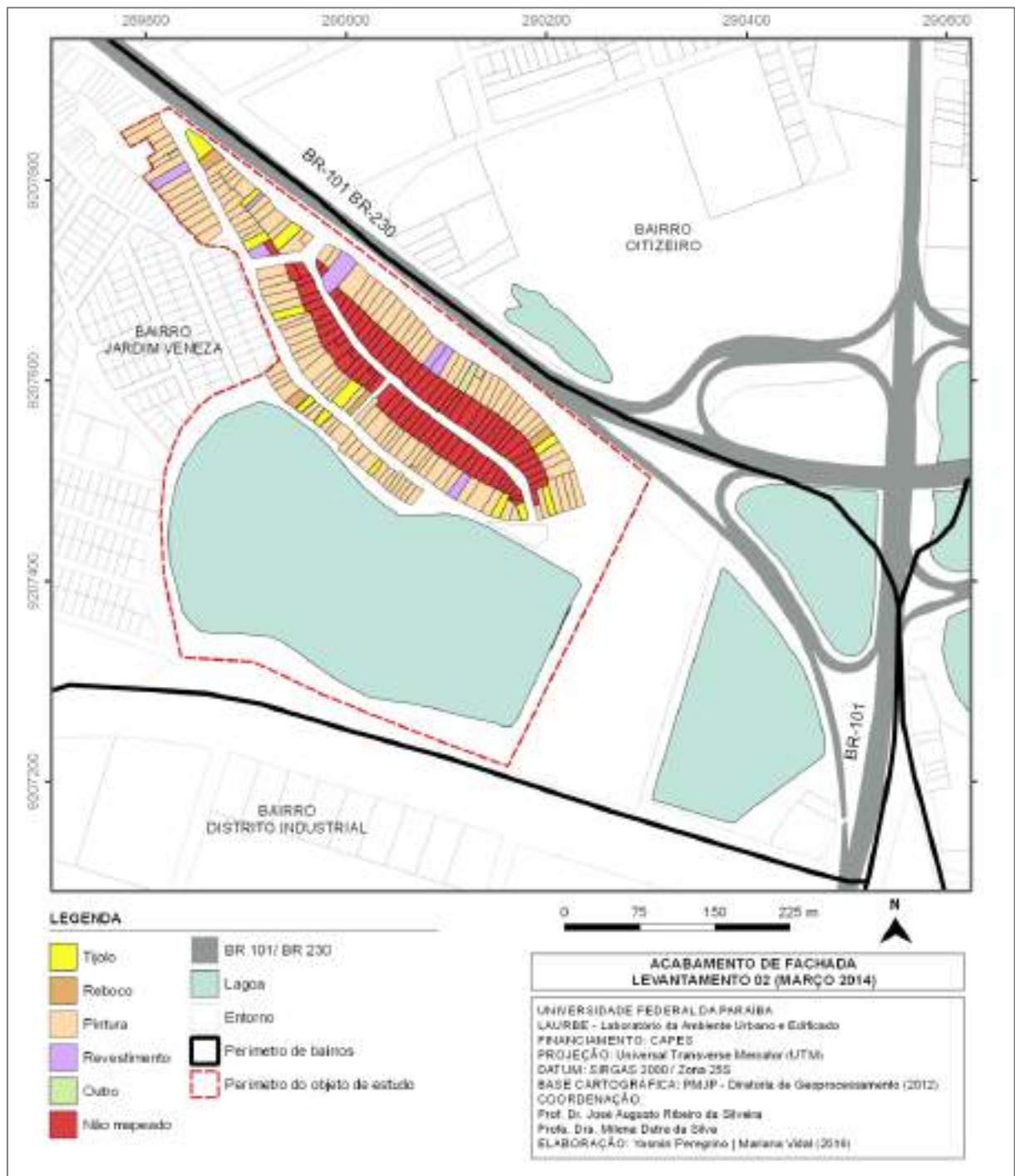
FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

Figura 61: Acabamento de mureta (L02)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

Figura 62: Acabamento de Fachada (L02)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

Quanto ao uso do solo (Tema 06), mantem-se a predominância do uso residencial, mas percebe-se o aumento da quantidade de lotes voltados para atividades de comércio e serviços, e a queda do número de lotes vazios como pode ser observado no Gráfico 11 e no Gráfico 12. Além disso, no mapa de uso do solo do levantamento 02, é possível perceber que, embora os lotes comerciais localizem-se predominantemente voltados para rodovia, em 2014, alguns comércios foram abertos nas vias internas à favela (Figura 63). De modo geral, tais gráficos e quantitativos representam a dinâmica socioespacial interna a favela, que através da mudança de usos confere também diferentes apropriações do ELP.

Gráfico 11: Quantificação dos lotes de Beira Molhada por uso do solo (L02)

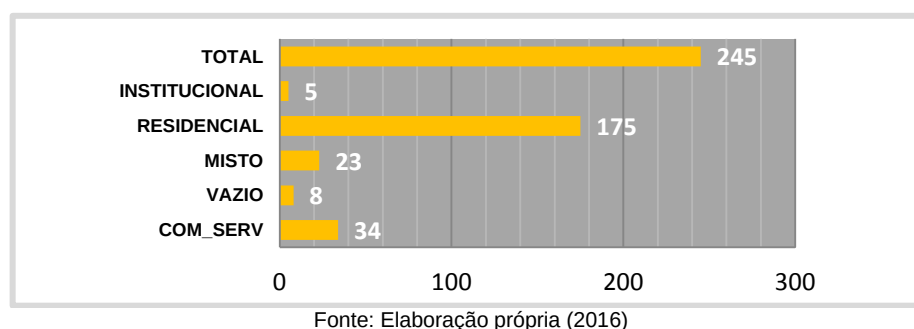


Gráfico 12: Uso do solo (L02)

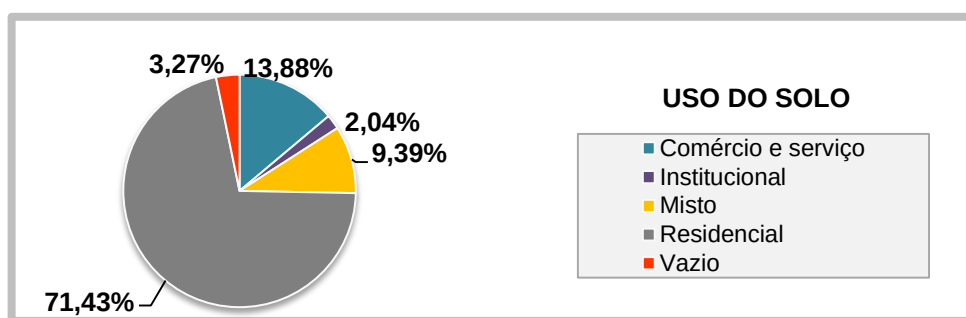
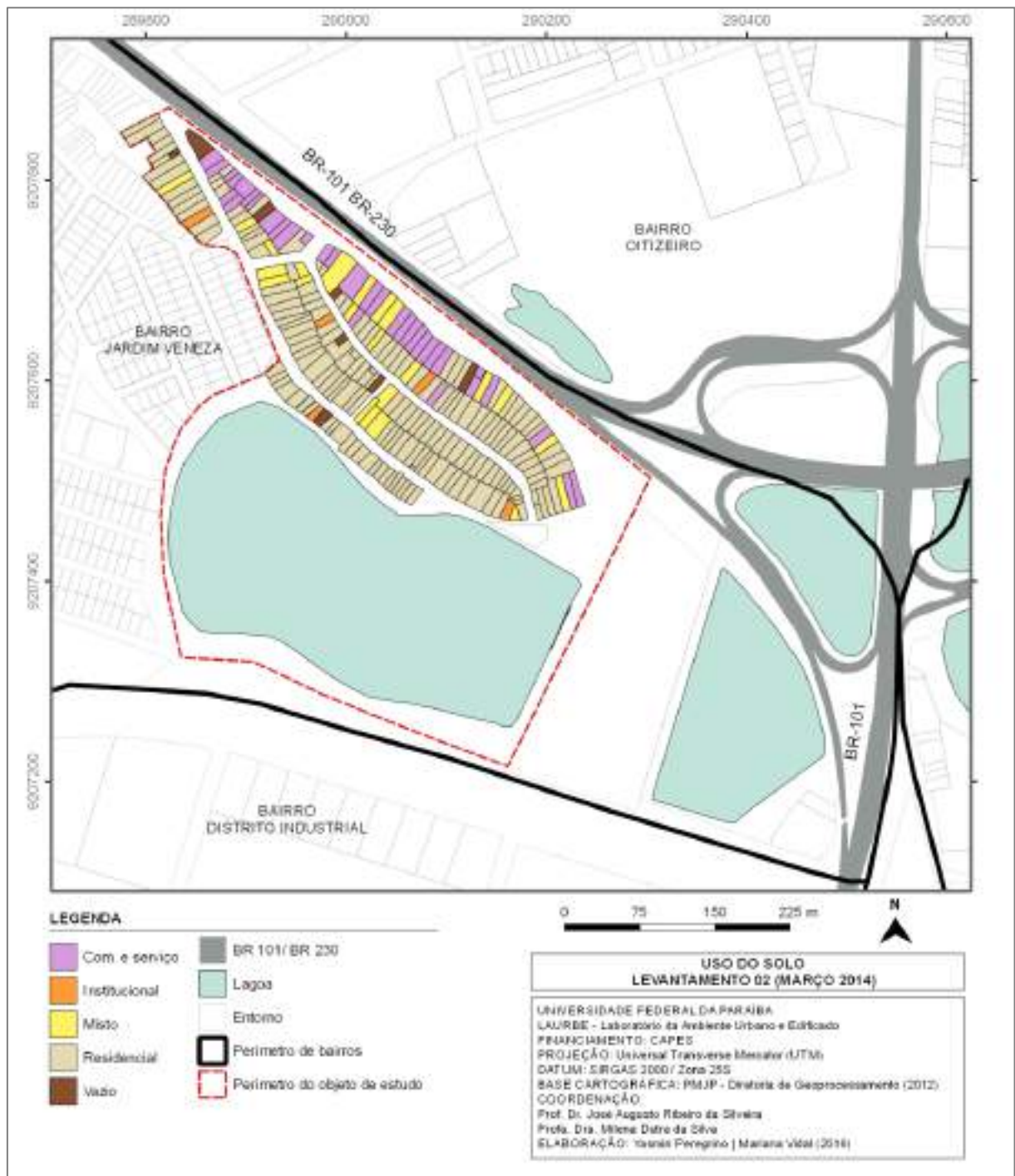


Figura 63: Uso do solo (L02)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

Quanto ao espaço livre público permaneceram as práticas sociais constatadas no primeiro levantamento, apenas havendo alterações na Rua da Mangueira. Isso, porque, na época desse levantamento, nas zonas híbridas haviam agrupamentos de homens envolvidos com o tráfico de drogas, que se reuniam para jogar ou apenas conversar, mas tais grupos indiretamente inibiam a apropriação das demais zonas híbridas da via, diminuindo a vitalidade do espaço e demonstrando que o caráter social é determinante sobre a apropriação do espaço físico.

5.3 Levantamento 03 (L03 - Maio de 2015)

O levantamento 03 foi realizado em maio de 2015, mas enfrentou alguns desafios devido questões de segurança pública, não sendo possível aplicar todos os instrumentos necessários in loco, o que reduziu o número de dados e informações disponíveis acerca desse recorte temporal. Isso porque os envolvidos com o tráfico de drogas citados no levantamento 02, passaram a atuar com maior influência, o que não impediu que a autora transitasse na favela, mas restringiu a possibilidade de fotografar e registrar dados ao longo das caminhadas nas vias públicas, como ocorreu nos demais levantamentos.

Assim, foi possível constatar mudanças e práticas sociais através da observação, mas na maioria dos casos não houve registro fotográfico ou mapeamento⁶⁹. Considera-se que este é um fato digno de nota, pois refere-se ao cotidiano da favela e suas ações sociais lícitas e ilícitas que podem ou não determinar barreiras sociais ao acesso físico e ao convívio no ELP, assim como ocorre nos demais espaços da cidade. Desse modo, tem-se que os temas 01, 02, 04 e 07 permanecem sem maiores modificações, mas os demais apresentam dados importantes a serem explorados.

No tocante à mobilidade e acessibilidade (Tema 03), a alteração no espaço público que se destacou foi a reforma feita no ponto de parada de ônibus junto à BR 230/101. Anteriormente o ponto possuía um abrigo, mas não apresentava qualquer segurança quanto ao fluxo intenso e de alta velocidade presente nas rodovias. Neste levantamento, entretanto, se constatou a colocação de balizadores e sinalização de alerta (Figura 64 e Figura 65). Tendo em vista que tal reforma partiu dos próprios moradores da favela, é possível perceber que através da autoconstrução os mesmos reivindicam um espaço público de qualidade que dê suporte à mobilidade e à acessibilidade.

⁶⁹ Por esta razão não foi feito o mapeamento das alterações de fachada e mureta, nem mesmo a análise visual. No levantamento 04, contudo, tais conflitos já haviam sido amenizados, permitindo a retomada da normalidade nos levantamentos.

Figura 64: Ponto de parada de ônibus antes da reforma



Fonte: Yasmin Peregrino, 2013.

Figura 65: Ponto de parada de ônibus reformado

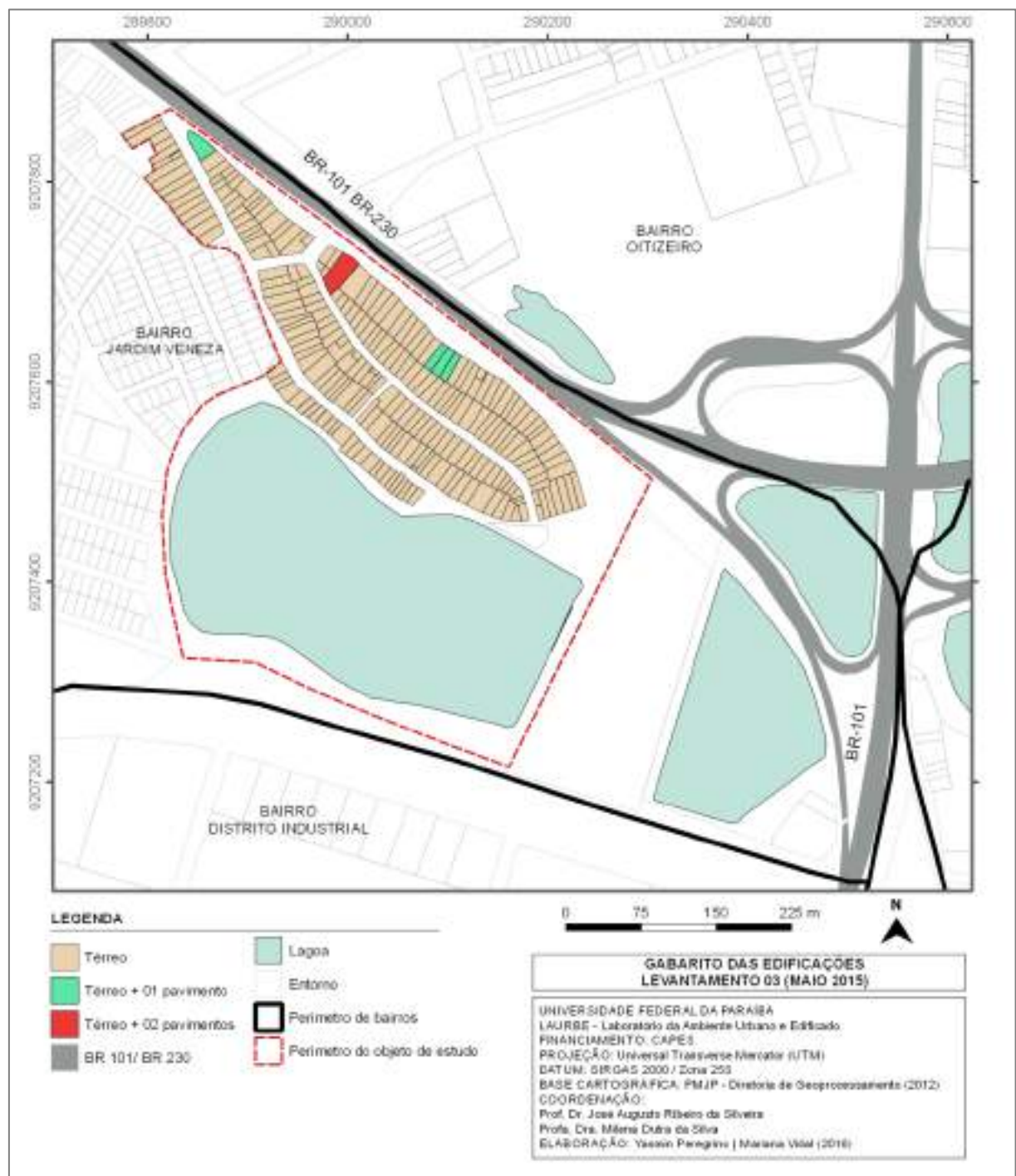


Fonte: Yasmin Peregrino, 2015.

No que se refere ao padrão tipológico das edificações (Tema 05), assim como no segundo levantamento, não foram constatadas mudanças estruturais ou na forma de ocupação do lotes. Quanto a fachadas e muretas, sofreram inúmeras alterações em seus acabamentos, mas não foi possível quantificar ou registrar tal constatação devido os motivos citados. Contudo, acredita-se que nesse recorte temporal foi mantida semelhante dinamicidade das cores e acabamentos das fachadas e muretas enquanto planos verticais

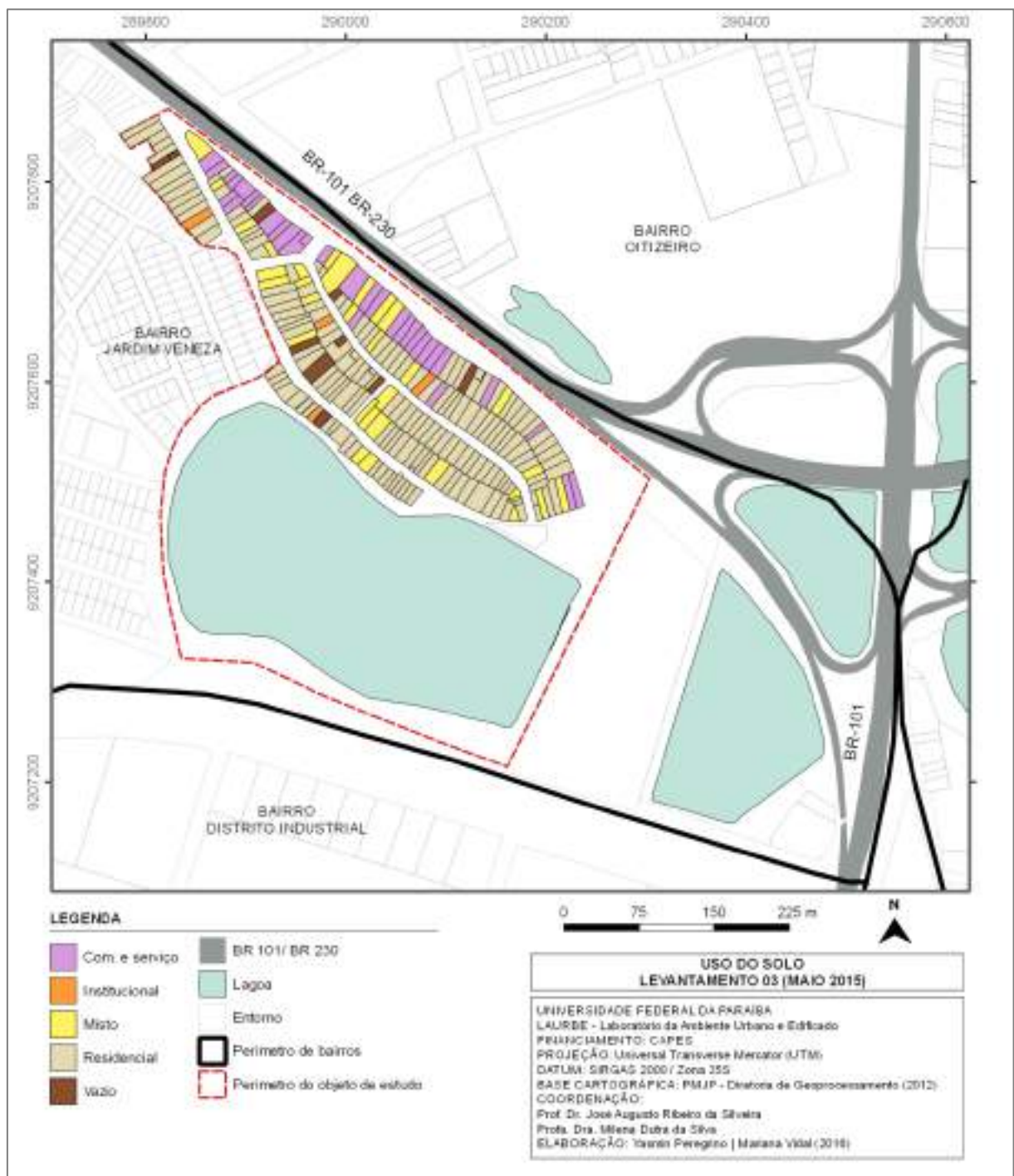
que configuram os limites entre o público e o privado. Quanto ao gabarito, apenas um dos lotes sofreu modificação, passando a ter dois pavimentos, mas também nas proximidades da rodovia, como os demais (Figura 66).

Figura 66: Gabarito das edificações (L03)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

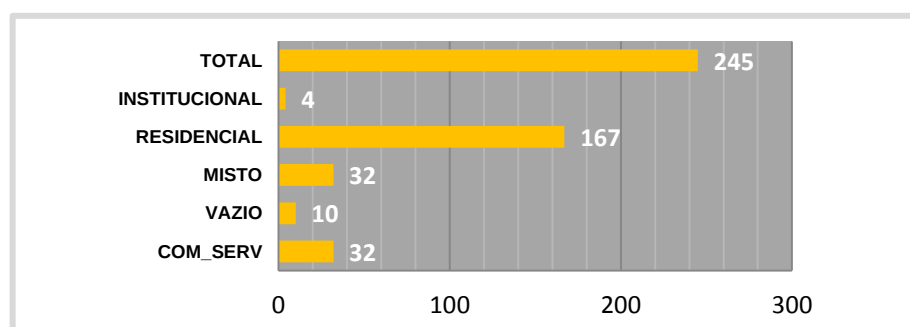
Figura 67: Uso do solo (L03)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

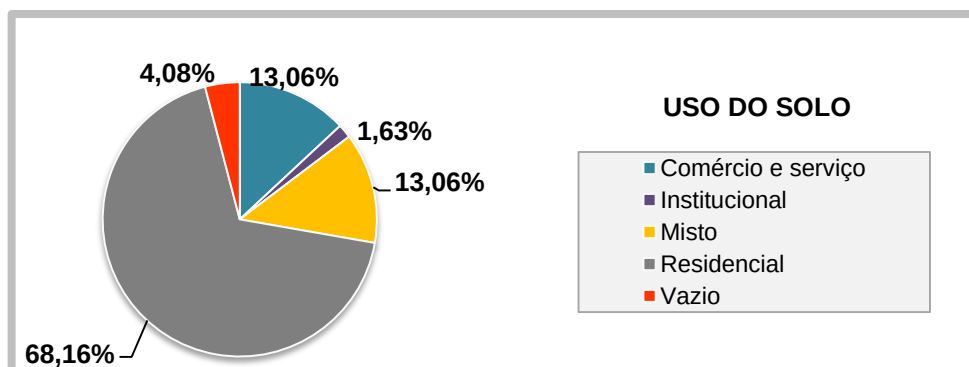
Quanto ao uso do solo (Tema 06) permanece a predominância do uso residencial, mas chama atenção o aumento do número de lotes com uso misto e dos vazios. Essa dinamicidade quanto aos lotes vazios se deve principalmente ao abandono de alguns imóveis que passam a ficar sem uso, ou sem manutenção ruindo por completo, ao passo que outras edificações que se encontravam ruindo passam a ser mantidas e reformadas (Figura 68). Não foi possível constatar causas para tal fato, mas sabe-se que merece atenção, pois em uma ocupação em busca de moradia, lotes sem uso soam como uma incoerência (Figura 67, Gráfico 13 e Gráfico 14).

Gráfico 13: Quantificação dos lotes de Beira Molhada por uso do solo (L03)



Fonte: Elaboração própria (2016)

Gráfico 14: Uso do solo (L03)



Fonte: Elaboração própria (2016)

Figura 68: Casa em processo de manutenção e reforma



Fonte: Elaboração própria (2016)

O espaço livre público (Tema 08), por sua vez, teve as práticas sociais constatadas no primeiro levantamento mantidas, mas em menor intensidade, reduzindo a vitalidade do ELP. Isso, porque, a ineficiência da segurança pública somada às práticas sociais ilícitas vinculadas ao tráfico de drogas gerava normas não declaradas que limitavam do uso do espaço público. Assim, nota-se que mesmo em uma favela pacificada é possível haver recortes temporais conflituosos, nos quais o ELP, a urbanidade e a qualidade de vida são diretamente afetados. Além disso, vale ressaltar que embora interfiram no uso do ELP, questões como a ineficiência da segurança pública e da infraestrutura urbana na favela não são capazes de anular a vitalidade destes espaços que, de modo resiliente, continuam em uso e em processo de apropriação.

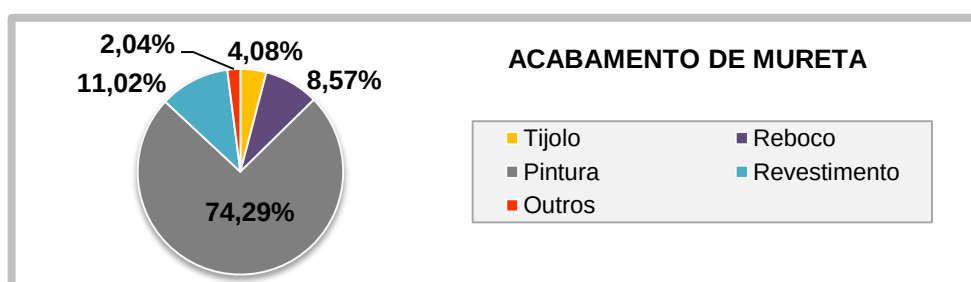
5.4 Levantamento 04 (L04 - Maio de 2016)

O levantamento 04 foi realizado em maio de 2016 e possibilitou a coleta de inúmeros dados, assim como ocorrido no primeiro levantamento, contribuindo para a consolidação da síntese dimensional. Nesse sentido, foram considerados os oito temas que constam na

presente metodologia, contudo os temas 01, 02, 03, 04 e 07 não sofreram alterações significativas no intervalo de tempo entre o levantamento 01 e 04.

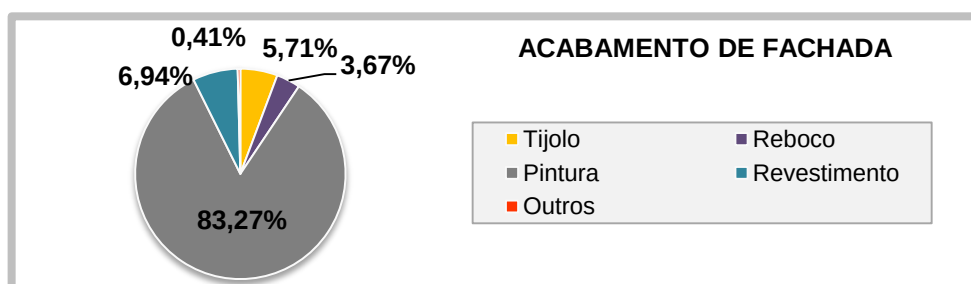
O padrão tipológico das edificações (Tema 05) não sofreu modificações quanto a forma de construir e ocupar o lote. Também não foram registradas demolições ou acréscimos de galpões pré-moldados, ou alterações no gabarito das edificações. Além disso, permaneceram recorrentes as modificações de acabamentos em fachadas e muretas (Gráfico 15; Gráfico 16; Figura 69; Figura 70), conferindo constante dinâmica para as zonas híbridas e para o ELP. A pintura se mantém como material de acabamento predominante, seguido pelo reboco e o tijolo.

Gráfico 15: Acabamento de mureta (L04)



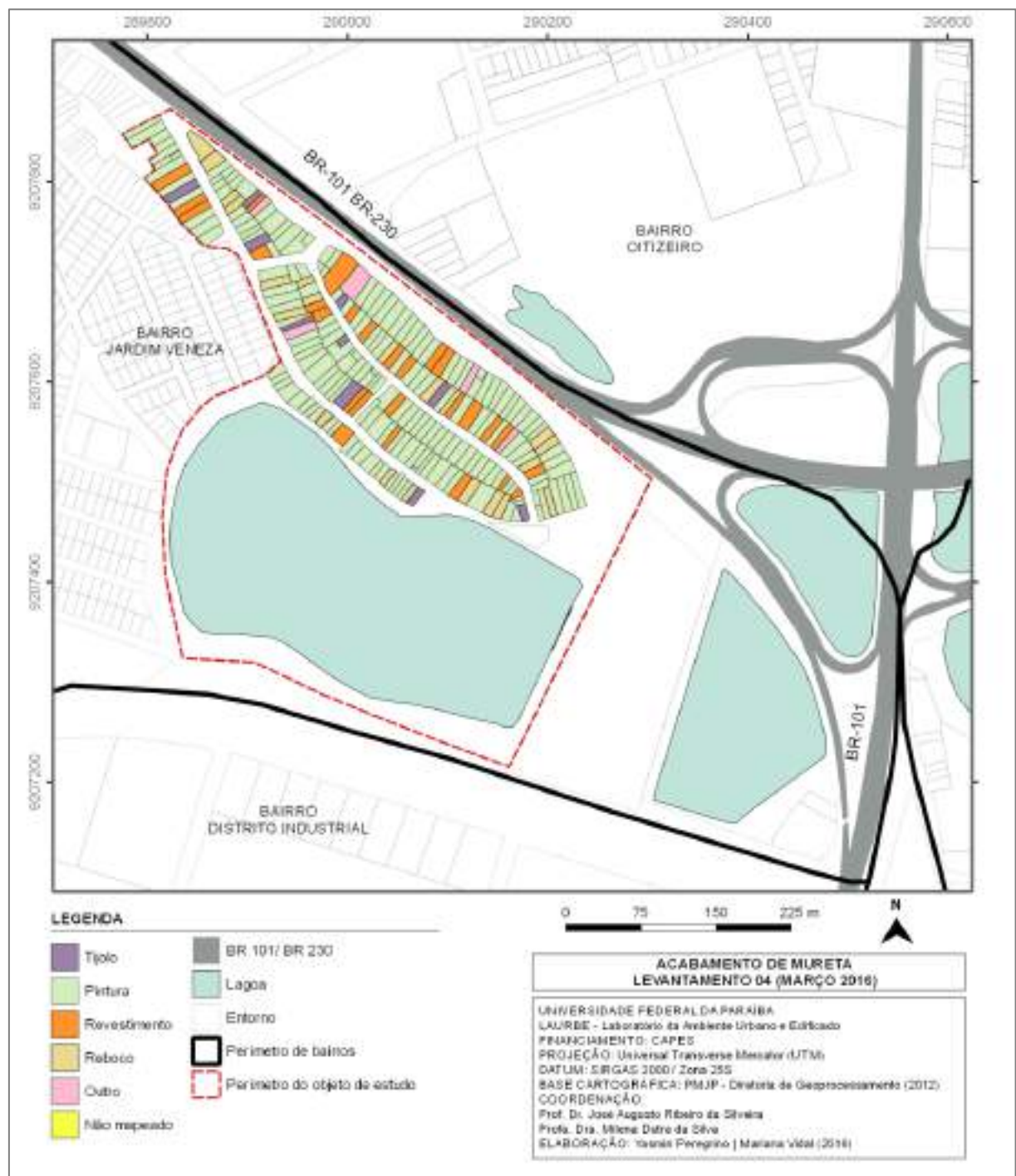
Fonte: Elaboração própria (2016)

Gráfico 16: Acabamento de fachada (L04)



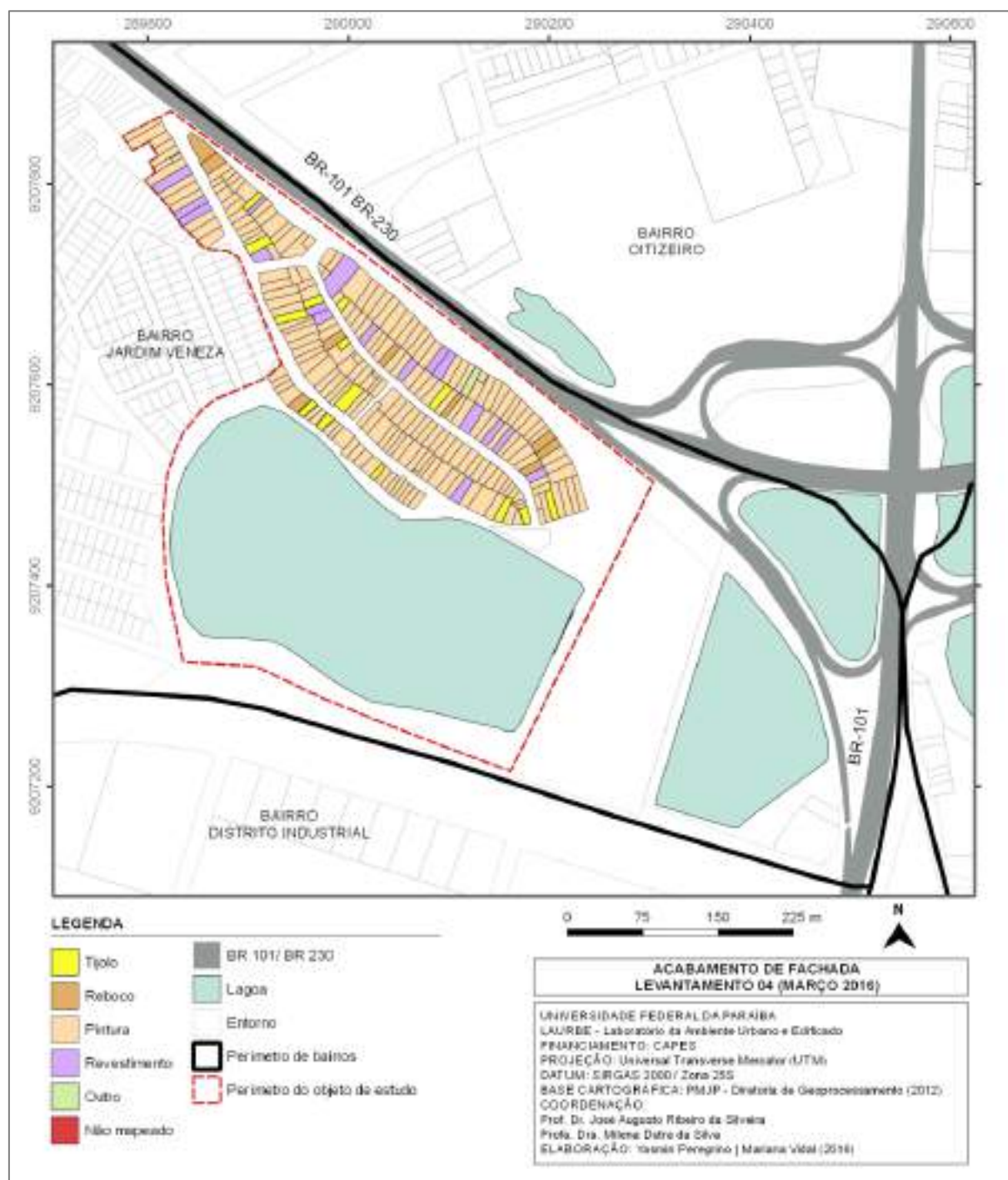
Fonte: Elaboração própria (2016)

Figura 69: Acabamento de mureta (L04)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

Figura 70: Acabamento de fachada (L04)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

Tendo em vista que apenas neste e no primeiro levantamento de campo foi possível mapear e quantificar todos os lotes da área de estudo quanto ao uso, acabamento de fachada e mureta, optou-se por gerar uma análise comparativa destes. Tal decisão não

invalida os dados referentes aos demais levantamentos, que trazem considerável importância do ponto de vista qualitativo.

Quanto ao acabamento de mureta, houve aumento na quantidade de edificações com pintura e revestimento, além da queda no número total de reboco e tijolo. Nota-se, assim, que ao longo desse intervalo de três anos foi ratificada a percepção de Jacques (2011) que afirma que na favela as edificações nunca estão concluídas, visto que não contam com um projeto prévio. Culturalmente, segundo os métodos construtivos predominantes em João Pessoa, tem-se que o tijolo aparente e o reboco são etapas de uma obra, que encontra-se devidamente finalizada quando revestida ou pintada. Nesse sentido, Beira Molhada estaria, portanto, em processo de acabamento, passando a assemelhar-se da porção formal da cidade que lhe circunda. No que se refere à fachada, ganha destaque o aumento da quantidade de edificações com revestimento, em detrimento da queda do número total de pintura, o que mais uma vez ratifica o processo de produção das edificações considerando a ordem tijolo, reboco, pintura e revestimento.

Quadro 11: Análise comparativa do acabamento de mureta e fachada

ANÁLISE COMPARATIVA				
ACABAMENTO DE MURETA				
ACABAMENTO	LEVANTAMENTO 01	LEVANTAMENTO 04	ALTERAÇÃO L01 → L04	
Pintura	72,65%	74,29%	+ 1,64%	Aumento
Reboco	12,65%	8,57%	- 4,08%	Diminuição
Tijolo	7,35%	4,09%	- 3,26%	Diminuição
Revestimento	4,90%	11,02%	+ 6,12%	Aumento
Outros	2,45%	2,04%	- 0,41%	Diminuição
ACABAMENTO DE FACHADA				
ACABAMENTO	LEVANTAMENTO 01	LEVANTAMENTO 04	ALTERAÇÃO L01 → L04	
Pintura	88,57%	83,27%	- 5,30%	Diminuição
Reboco	2,04%	3,67%	+ 0,41%	Aumento
Tijolo	5,31%	5,71%	+ 0,40%	Aumento
Revestimento	3,27%	6,94%	+ 3,67%	Aumento
Outros	0,82%	0,41%	- 0,41%	Diminuição

Fonte: Elaboração própria (2016)

O uso do solo (Tema 06) no quarto levantamento, assim como no primeiro, tem o residencial como predominante, seguido do uso misto, comércio e serviço. Embora tal ordem permaneça a mesma, houveram alterações ao longo desse intervalo de tempo, tais como o aumento do total de uso misto e comércio e serviço, que passaram a apresentar quantidades muito próximas, além da diminuição do total de lotes residenciais.

Gráfico 17: Quantificação dos lotes de Beira Molhada por uso do solo (L04)

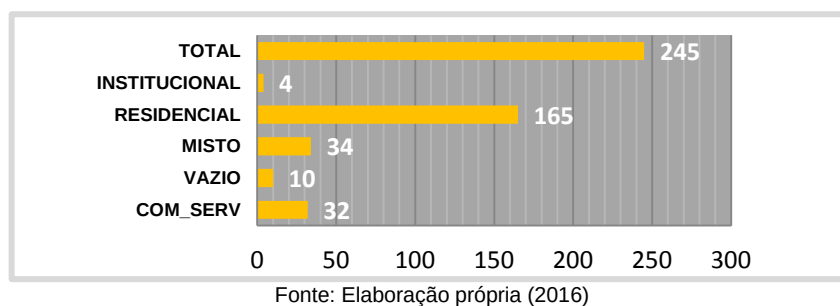
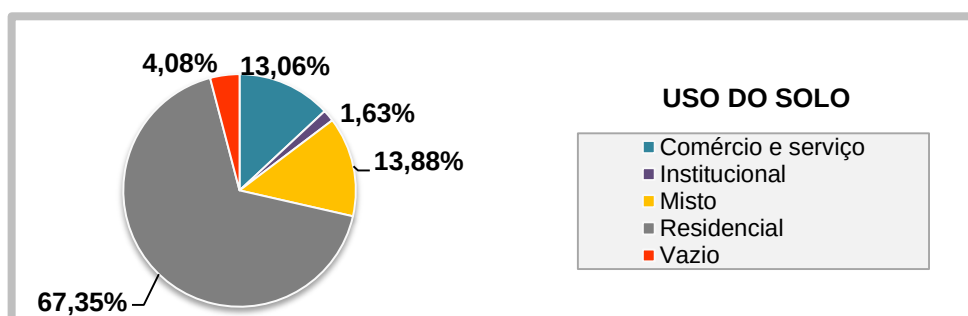


Gráfico 18: Uso do solo (L04)

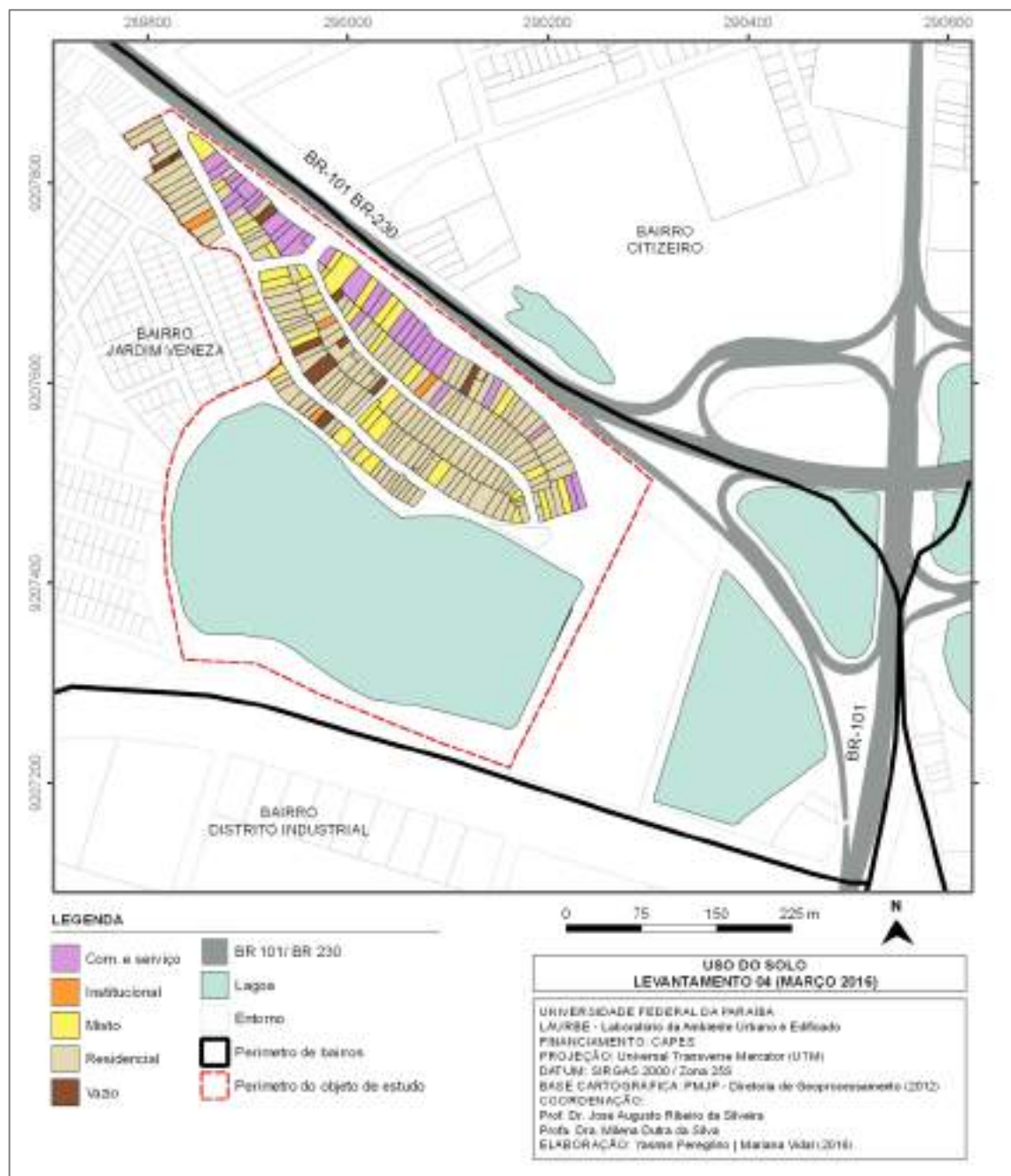


Quadro 12: Análise comparativa do uso do solo

ANÁLISE COMPARATIVA				
USO DO SOLO				
USO	LEVANTAMENTO 01	LEVANTAMENTO 04	ALTERAÇÃO L01 → L04	
Residencial	73,47%	67,35%	- 6,12%	Diminuição
Misto	9,39%	13,88%	+ 4,49%	Aumento
Comércio/serviço	10,61%	13,06%	+ 2,45%	Aumento
Institucional	2,04%	1,63%	- 0,41%	Diminuição
Vazio	4,49%	4,08%	- 0,41%	Diminuição

Fonte: Elaboração própria (2016)

Figura 71: Uso do solo (L04)



FONTE: Elaborado por Yasmin Peregrino e Mariana Vidal (2016)

No que se refere ao ELP (Tema 08), ao passo que as práticas ilícitas no espaço público perdiam influência, percebeu-se a retomada da vitalidade e da urbanidade. Assim, o que se constatou acerca do uso e apropriação do espaço livre público no último levantamento é similar ao observado no primeiro, com apenas uma ressalva: devido à interrupção de atividades do Projeto Segunda Chance, o ELP sofreu certo esvaziamento em relação à quantidade de usuários, mas a vitalidade permaneceu. Nos mapas mentais analisados a seguir, tal constatação é observada em desenhos de diversos moradores que representam práticas sociais, mas não enfatizam o número de usuários no espaço.

5.5 Análise visual dos levantamentos 01, 02 e 04

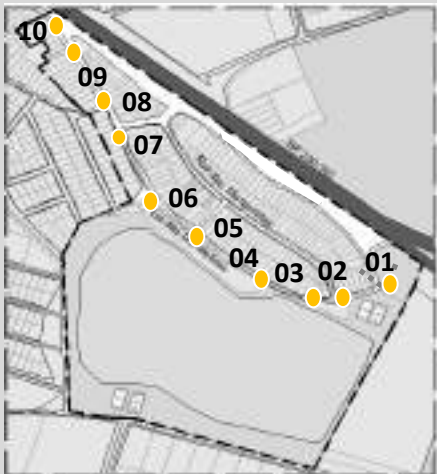
As sínteses temáticas propostas nos itens anteriores resultaram de análises qualitativas através de diferentes técnicas e métodos, gerando um total de 8 sínteses temáticas por levantamento. A análise visual é uma das técnicas presentes nesta pesquisa, contudo não foi desenvolvida separadamente para cada levantamento, pois ao sistematizar os dados notou-se que seria mais eficiente produzi-la já em formato de comparação ao longo do tempo, pois assim é possível constatar nas fotografias sequenciadas as transformações da percepção ao nível dos olhos.

Vale também ressaltar que tal instrumento se insere na presente pesquisa com o intuito de abordar a escala do pedestre no ELP, trazendo informações complementares que comumente não podem ser percebidas nas cartografias de “voo de pássaro”. Assim, através dessa análise é possível constatar questões fundamentais relacionadas a diferentes temas, tais como mobilidade, acessibilidade, práticas sociais, espaço livre público e tipologia das edificações. Acredita-se, portanto, que a análise visual é de suma importância para que o pesquisador consiga avaliar o objeto de estudo com maior precisão, levando-o para uma escala mais próxima e igualmente importante, a escala do observador, ou ainda, o “nível dos olhos” tão indispensável para a humanização das cidades (Quadro 13; Quadro 14; Quadro 15).

ANÁLISE VISUAL

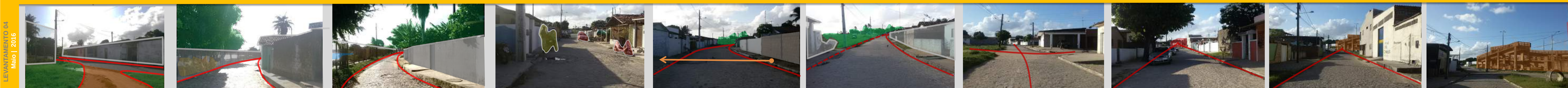
PERCURSO 01

RUA DAS DOMÉSTICAS



FONTE: Todas as imagens utilizadas na análise em questão são de acervo pessoal.

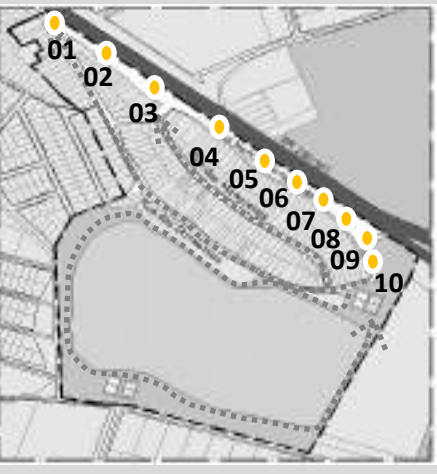
ANÁLISE	VISTA 01	VISTA 02	VISTA 03	VISTA 04	VISTA 05	VISTA 06	VISTA 07	VISTA 08	VISTA 09	VISTA 10
	Mesmo sem pavimentação, a trilha formada no solo natural, direciona o pedestre para a via rumo ao norte. A presença dos muros dos lotes e da estrutura da tela da quadra forma planos que reforçam esta percepção.	A vegetação do "sítio" à esquerda representa uma barreira que distancia o pedestre da água, mas gera sombra e sempre atraiu pessoas ao longo destes três anos. Conhecido como sítio, é também referenciado em diversos mapas mentais. A leve inclinação no direcionamento da via não chega a parecer uma curva, mas impede a visualização do restante desta, ratificando assim a noção de estreitamento.	É possível ter um contato visual com a lagoa, mas restrito pelos gradis. A leve inclinação da direção da via não permite ver seu final, gerando uma sensação de surpresa em seguida. A vegetação ao fundo se destaca. Nos dois primeiros levantamentos, a mureta da direita era feita por bricolagem de madeiras e parecia ter visualmente o mesmo peso que os gradis. No último levantamento passa a ser um muro em alvenaria rebocada, com considerável impacto visual em relação a permeabilidade dos gradis.	Destaca-se a vitalidade do ELP, principalmente no primeiro levantamento. Tal fato se devia a presença de um bar que atraiu muitas pessoas, mas posteriormente fechou. Nota-se que a vegetação e sua consequente sombra contribuíam para gerar um ambiente atrativo, contudo, no último levantamento observa-se a retirada da árvore. Soma-se a isso, as reformas das edificações do lado esquerdo da via, que com o passar do tempo invadiram parte considerável da calçada.	Nos dois primeiros levantamentos observou-se o acúmulo de pallets e outros materiais residuais da construção civil formal, que eram armazenados e vendidos na calçada, prejudicando a mobilidade e gerando um estreitamento na via. Nesse trecho, em frente a uma igreja local, as calçadas em ambos os lados da via são maiores do que a maioria das demais, gerando um alargamento. Tal espaço era utilizado para realizar eventos da igreja, fechando o acesso aos veículos motorizados. No último levantamento o lote do lado direito avançou seu muro sobre a calçada estreitando a via.	Amplidão predominante à esquerda por conta da sequência de lotes não edificados.	O direcionamento da via que é predominantemente único no decorrer do percurso, se subdivide nesse cruzamento.	A via, neste ponto, aparenta ser linear e a perspectiva formada pelo plano das edificações, direciona o observador à passarela de pedestres ao fundo.	No segundo levantamento, a colocação de diversos materiais do ferro velho à esquerda, gerou estreitamento da via e impedindo a visualização gratuita da passarela ao fundo, como ocorre nos demais levantamentos.	O pedestre vai perdendo a escala humana por conta da dimensão dos galpões e da passarela, e da própria amplidão que se dá pela abertura para a rodovia. Nos levantamentos 02 e 04 a vista da passarela é emoldurada pela presença de uma nova edificação do lado direito.



ANÁLISE VISUAL

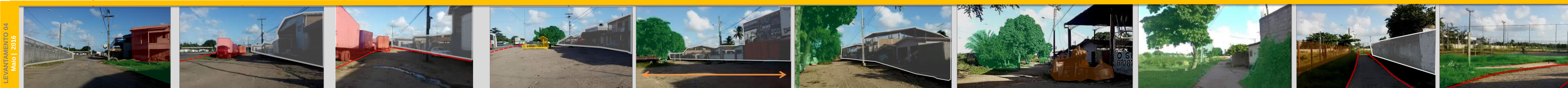
PERCURSO 02

RUA DAS DOMÉSTICAS



FONTE: Todas as imagens utilizadas na análise em questão são de acervo pessoal.

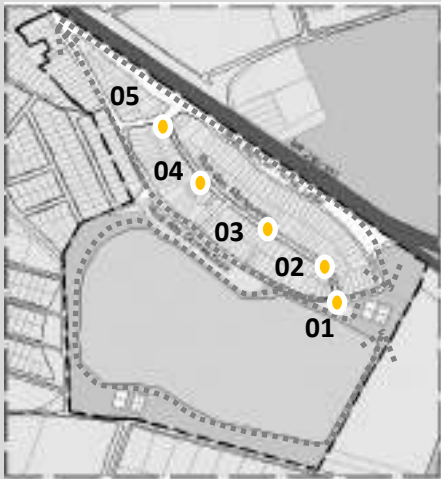
ANÁLISE	VISTA 01	VISTA 02	VISTA 03	VISTA 04	VISTA 05	VISTA 06	VISTA 07	VISTA 08	VISTA 09	VISTA 10
	Passarela como limite à esquerda e distanciando visualmente o pedestre da rodovia. E à direita observa-se um lote vazio que proporciona certa amplidão. Destaca-se que tal lote, no último levantamento, passou a ser edificado, com dois pavimentos, reforçando a ideia de limite da via à direita.	Galpões e residências como limite à direita, enquanto à esquerda a BR visualmente não configura um limite bem demarcado, mas seus ruídos e fluxo intenso inibem a proximidade do pedestre, o que acaba por limitar a via à esquerda. Nota-se, também, o estreitamento da via mais a frente, devido a presença de caminhões como obstáculo.	Caminhões desmontados formam uma barreira à esquerda, distanciando o pedestre da rodovia. Configuram uma barreira pouco permeável e com gabarito maior que o da vizinhança, causando estreitamento, contudo traz sensação de maior segurança por limitar a BR. Não houveram maiores modificações entre os levantamentos, o que ratifica a presença dos caminhões estacionados como algo frequente, devido a presença das oficinas mecânicas.	Ao passar dos caminhões, a paisagem se abre novamente em um espaço mais amplo, enquanto ao fundo um ônibus, no levantamento 01, representa uma nova barreira, agora perpendicular à rodovia. De modo geral, o plano da fachada das edificações delimita a via do lado direito, mas do lado esquerdo o limite se dá pela transição entre a via local e a rodovia, com seu fluxo de alta velocidade. Destaca-se ainda as melhoras sofridas pelo abrigo para parada de ônibus.	Nesse trecho, é possível retomar uma escala mais humanizada predominante nos dois primeiros levantamentos, através da predominância de pequenas casas e não mais de grandes galpões comerciais. No último levantamento uma das residências sofreu alterações e assumiu um caráter comercial gerando grande impacto na paisagem e ratificando a interferência das fachadas na percepção do pedestre no espaço público. Além disso, nesse trecho os obstáculos diminuem e é ratificada a amplidão do espaço. As árvores com grandes copas ao fundo anunciam o canteiro que separa as rodovias da via local.	A vegetação ganha espaço e gera sombra, além de reduzir a calha da via. Nesse trecho é ainda mais reforçada a escala humana, dadas as edificações térreas, com fachadas próximas à via, além do sombreado canteiro que distancia, visualmente e fisicamente o pedestre da rodovia. Como confirmação disso, ao longo dos anos observa-se o agrupamento de pessoas, bancos e demais mobiliários urbanos improvisados sob a sombra das árvores e prática de esportes na via pública.	Nesse trecho há mais um galpão que armazena seus equipamentos na via e interfere na mobilidade, além de estar ainda mais a via. E marcam a presença da vegetação do lado esquerdo.	Nesse trecho há mais uma vez a presença de entulhos na via pública, gerando o estreitamento. A permanência desses materiais na via chega a fazer com que a própria vegetação os minimize, como se observa nos levantamentos 2 e 4.	O perfil se apropria da via e contribui para o estreitamento ainda maior, juntamente com o muro à direita. Tal estreitamento direciona a perspectiva para a quadra. Nota-se a presença de animais ao longo do ELP.	A perspectiva então se abre e surpreende o pedestre observador que sai de uma via estreita e pode consenir certa amplidão através do ELP das quadras e agenciamento da lagoa.



ANÁLISE VISUAL

PERCURSO 03

R. DAS MANGUEIRAS



FONTE: Todas as imagens utilizadas na análise em questão são de acervo pessoal.

	VISTA 01	VISTA 02	VISTA 03	VISTA 04	VISTA 05
ANÁLISE	Os muros das residências, marcam a perspectiva do observador. A curva da via não tem tanta ênfase, dada a sua suavidade.	Nesse trecho é recorrente o convívio de pessoas na via. Esse é um dos pontos em que o ELP se confunde com o privado, criando uma zona híbrida repleta de urbanidade. No primeiro levantamento a presença de entulhos na via prejudicava a mobilidade. No último levantamento, com a ausência de pessoas e obstáculos, é possível perceber que o plano das fachadas nesse trecho é marcante e, devido a curvatura da via, impede a visualização do restante das casas desta mesma rua, gerando certa curiosidade no observador.	Esse é um trecho típico da favela Três Lagoas: predominância de casas térreas pintadas com diferentes cores de cal, calçadas estreitas ou inexistentes, pessoas convivendo nas zonas híbridas que se estendem entre as pequenas casas e as vias com aparência retilínea.	A perspectiva se encerra no cruzamento em “T” fazendo parecer que a via é sem saída. A edificação de térreo mais um pavimento destoa da paisagem predominantemente térrea. Destaca-se também a recorrente mudança das fachadas das edificações.	Chegando no cruzamento, ao olhar em direção à rodovia, o espaço surpreende e mais uma vez se abre, trazendo amplidão e aproximando o pedestre dos ruídos resultantes do alto fluxo da rodovia. Vale ressaltar que a edificação destacada em vermelho nas imagens, inicialmente funcionava como restaurante, sempre atraindo pessoas à zona híbrida e movimentando o espaço público. No último levantamento, tal edificação foi demolida, dando espaço à uma obra de ampliação de um comércio de grande porte, que funcionava apenas no lote vizinho. Com isso, constatou-se perda de vitalidade no ELP.
LEVANTAMENTO 01 Março 2013					
LEVANTAMENTO 04 Maio 2016					

5.6 Análise dos mapas mentais dos levantamentos 01 e 04

Os mapas mentais constituem uma ferramenta válida para coletar informações acerca objetos empíricos espaciais, permitindo constatar como se dá sua percepção à partir do olhar do usuário. A análise de tais mapas gira em torno da forma como o espaço é representado, visto que através do desenho são realçados nós, marcos, percursos, etc. Na presente pesquisa o intuito da aplicação dessa ferramenta foi constatar como se dá a percepção local na tentativa de construir uma imagem pública de Beira Molhada à partir das memórias coletivas e individuais dos residentes e visitantes.

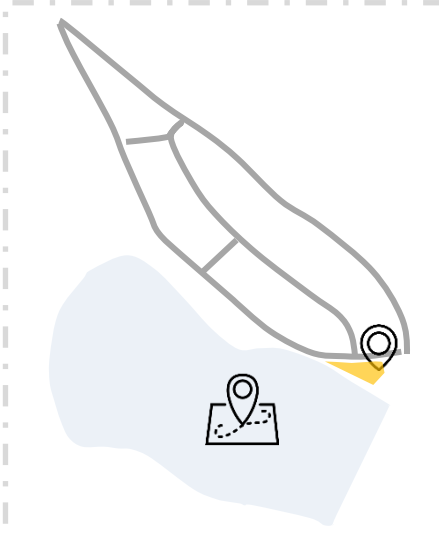
O instrumento foi aplicado no primeiro e último levantamentos visando comparar possíveis transformações na percepção dos usuários do espaço⁷⁰. Assim, no L01 foram aplicados mapas mentais com 57 pessoas, incluindo moradores e visitantes de 6 a 39 anos. No L04, encontrou-se maior dificuldade de viabilizar a aplicação devido à baixa aceitação das pessoas abordadas, mas ainda assim foram aplicados mapas mentais com 33 pessoas, sendo a maioria de moradores de Três Lagoas, entre 5 e 78 anos de idade.

Os mapas foram sistematizados segundo categorias de análise adaptadas à partir da estruturação de Lynch (2011) acerca da imagem pública, resultando em cinco categorias, a saber: marcos, pontos nodais, percursos, limites, setores. No decorrer da análise, percebeu-se a necessidade de avaliar uma sexta categoria que abordasse a ação do projeto social local no espaço físico da favela. Diante disso, esta ultima categoria foi denominada “ação social: uma ação espacial”. À partir desta categorização os mapas foram agrupados e associados à imagens e relatos dos moradores, resultando nos quadros analíticos que seguem (Quadro 16; Quadro 17; Quadro 18; Quadro 19; Quadro 20).

⁷⁰ Por se tratar de uma técnica que demanda considerável logística para viabilizar sua aplicação, optou-se por utilizá-la apenas no primeiro e no último levantamento, pois que assim seria igualmente mantida a ideia da análise comparativa.



MARCOS



Em ambos os levantamentos a lagoa esteve presente na maioria dos mapas mentais com importância à ponto de ser desenhada como centro definidor do traçado do sistema viário, quando na verdade nenhuma das vias parte especificamente dela. Com isso percebe-se que a mesma é tida como um marco na constituição das imagens públicas. Lynch (2011, p.53) destaca que uma das características dos marcos é que os usuários o tem como referência, mas não podem acessá-lo, ou seja, entrar. Na lagoa, embora hajam banhistas que a acessem, são minoria, predominando o fato de que a mesma marca a imagem mental independente do fato do pedestre acessá-la ou não. Destaca-se ainda que seu entorno apresenta grande vitalidade urbana, sendo destinado ao lazer e convívio social, que podem ser observados nos mapas mentais e fotos.

Outro marco, de menor força, mas também observado em diversos mapas mentais e em conversas com os moradores é o "sítio", pequena propriedade cercada e não edificada e muito arborizada. Sua arborização gera um espaço ameno e sombreado junto à quadra, atraindo pessoas e gerando vitalidade. Sua importância fica clara nos mapas mentais do levantamento 01, onde aparece com grandes dimensões e desenhado com detalhes, mas perde força no levantamento 04, embora seu uso e apropriação permaneçam com igual peso.

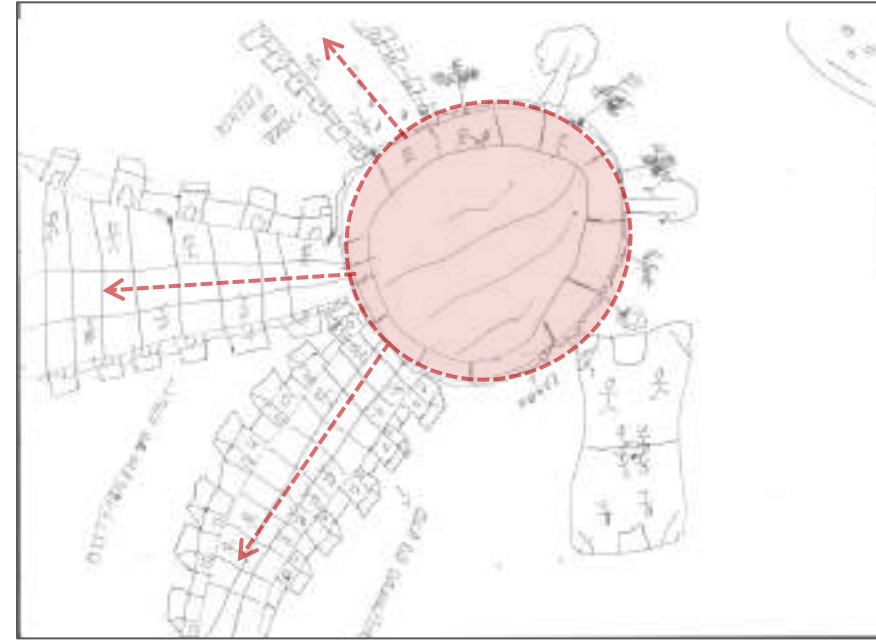


MAPA ESQUEMÁTICO

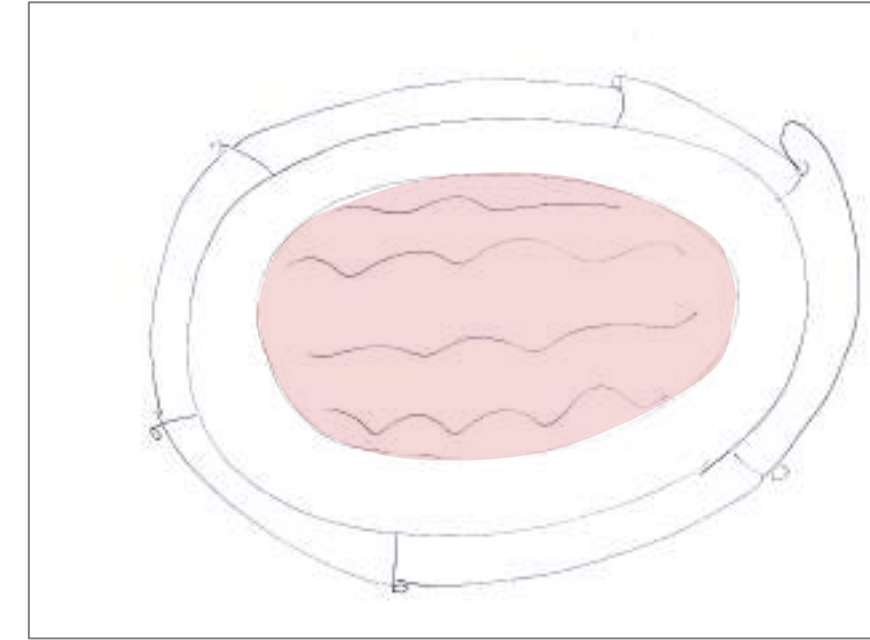
Lagoa
Sítio

Mapa ilustrativo para facilitar a comparação entre o traçado proposto nos mapas mentais e o desenho real.

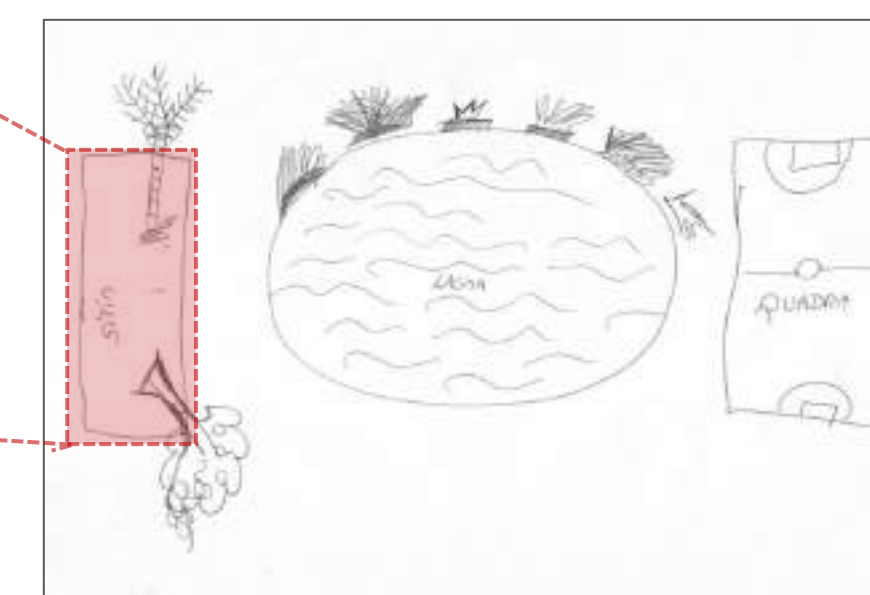
LEVANTAMENTO 01 (Março | 2013)



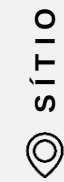
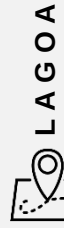
Mapa Mental 01 / Morador - Idade: 12 anos. 2013.



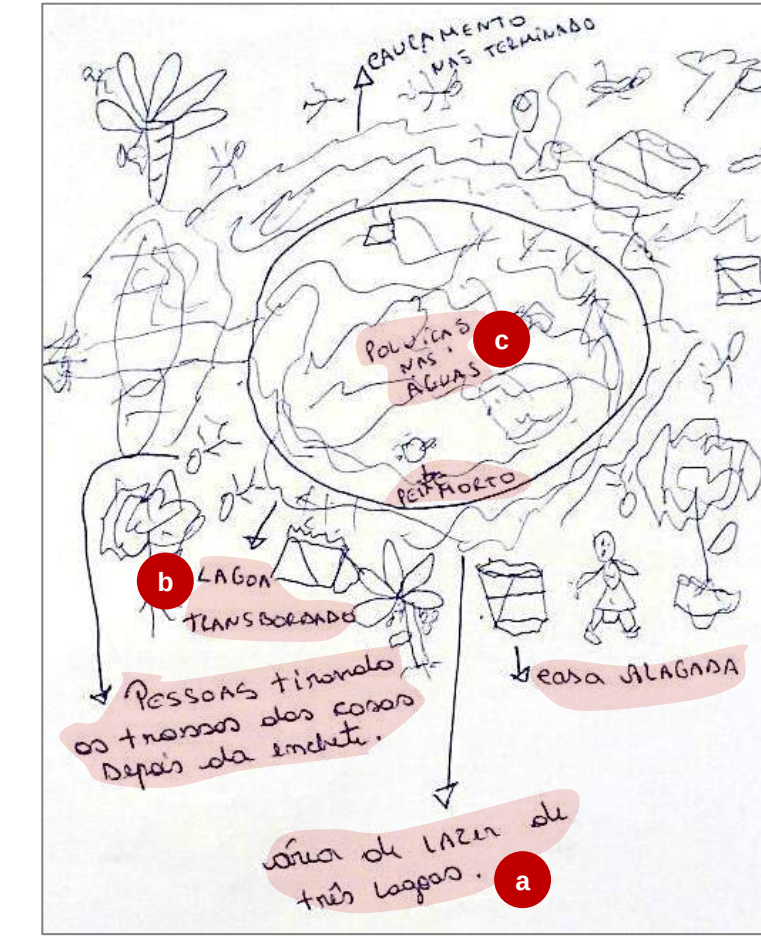
Mapa Mental 02 / Morador - Idade: 35 anos. 2013.



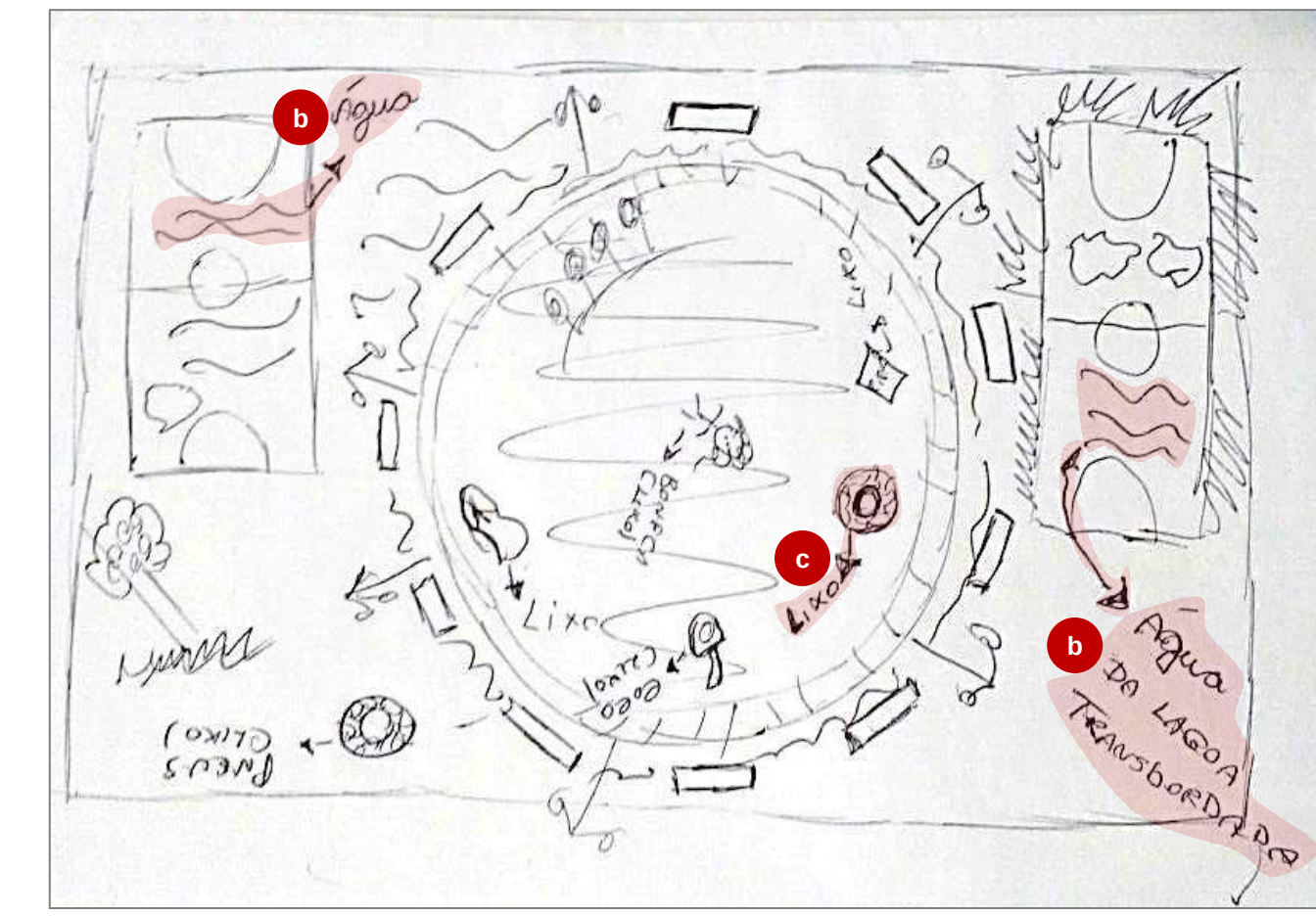
Mapa Mental 03 / Morador - Idade: 35 anos. 2013.



LEVANTAMENTO 04 (Maio | 2016)



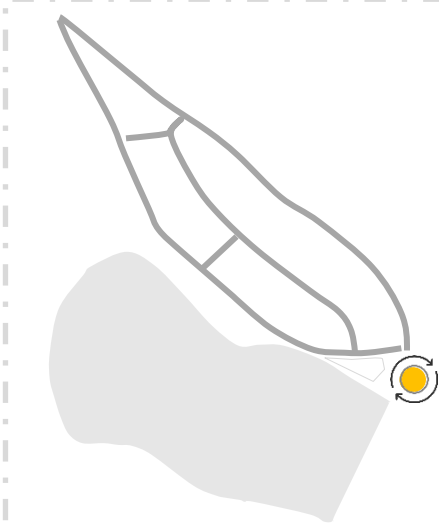
Mapa Mental 04 / Morador - Idade: 48 anos. 2016.



Mapa Mental 05 / Morador - Idade: 17 anos. 2016.



PONTOS NODAIS



Em Beira Molhada, a quadra é tida como uma referência conceitual na qual predominam fluxos e apropriações diversas e constantes por parte de diferentes públicos, como pode ser notado nos mapas mentais e nas imagens ao lado. Por isso, ela foi aqui classificada como um ponto nodal segundo a conceitualização de Lynch (2011). Vale ressaltar que no primeiro levantamento, das duas quadras existentes junto à favela, apenas a que era mantida pelo projeto Segunda Chance foi vista como espaço de vitalidade urbana, refletindo a interferência da ação social no uso do espaço, e demonstrando a falta de manutenção dos espaços da comunidade, por parte do poder público. Nota-se também que no levantamento 4, a quadra sempre está presente nos mapas, mas os desenhos já não enfatizam a presença das pessoas.

Supõe-se que isso se deva ao fato de que os treinos do Projeto Segunda Chance estavam suspensos já há alguns meses quando da época da aplicação dos mapas. Além disso, destaca-se que as quadras presentes na outra margem da lagoa não são devidamente apropriadas pelos residentes de Beira Molhada devido a rixas com comunidades vizinhas e, portanto são lembradas em pouquíssimos mapas, a exemplo do Mapa mental 08.

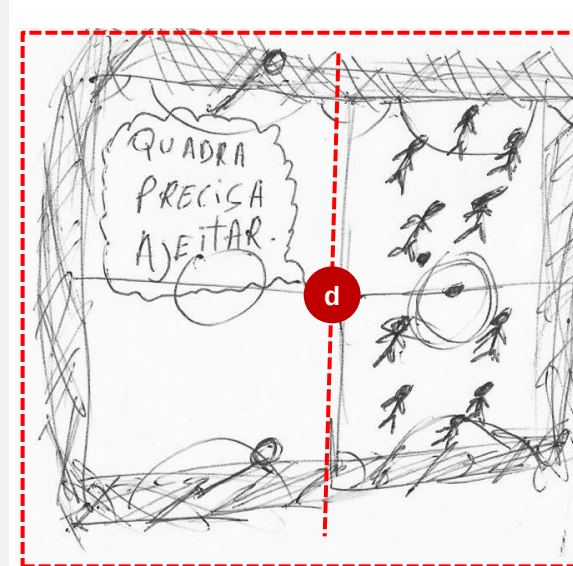


MAPA ESQUEMÁTICO

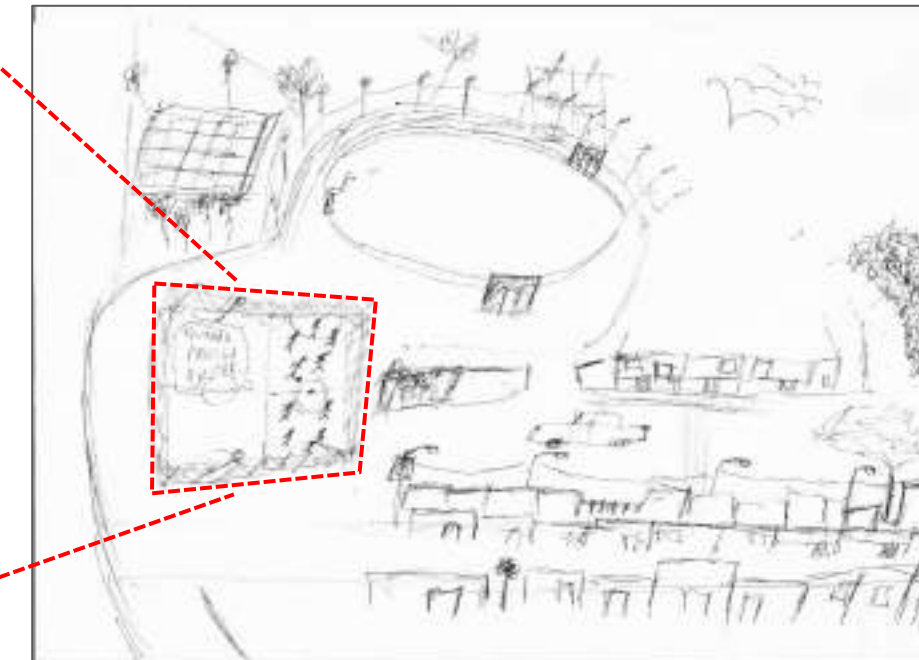
Lagoa
Quadra esportiva

Mapa ilustrativo para facilitar a comparação entre o traçado proposto nos mapas mentais e o desenho real.

LEVANTAMENTO 01 (Março | 2013)



Recorte do Mapa Mental 06



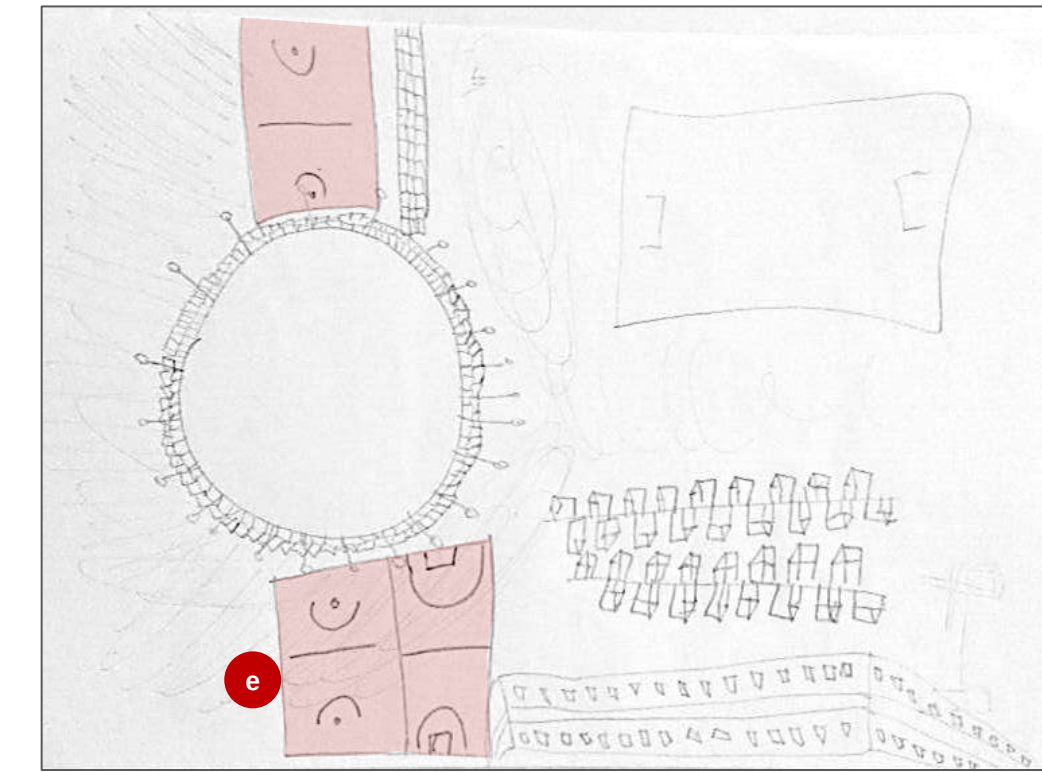
Mapa Mental 06 / Morador - Idade: 14 anos. 2013.



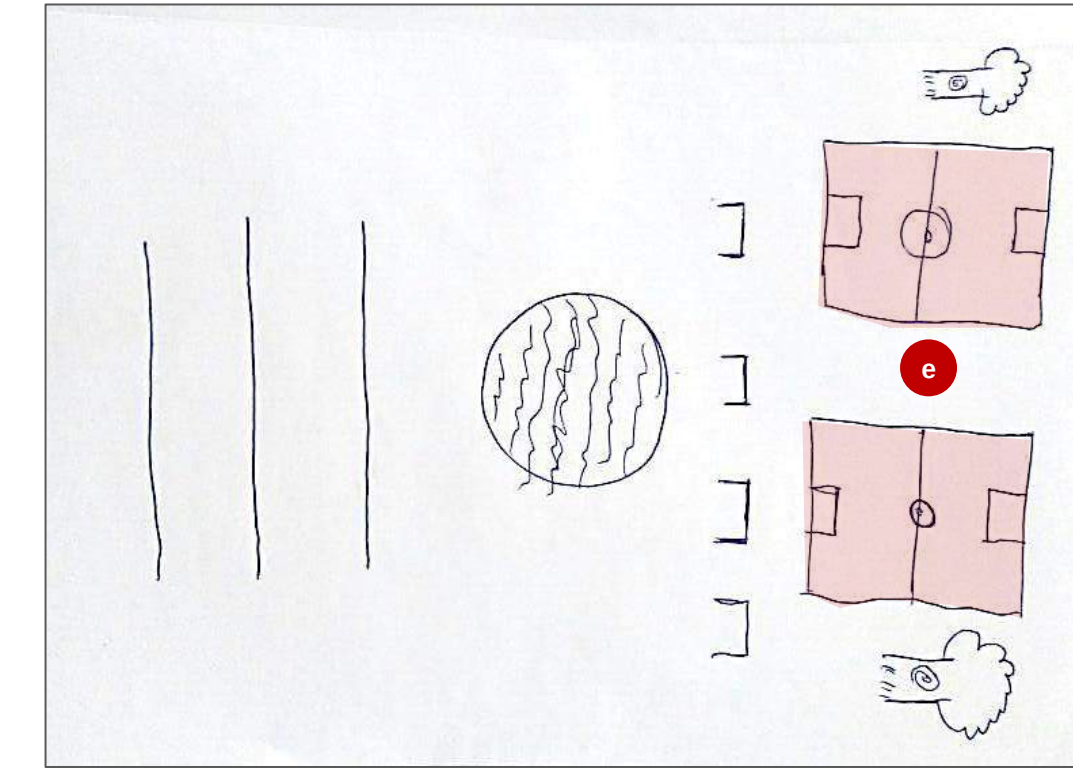
Mapa Mental 07 / Morador - Idade: 13 anos. 2013.



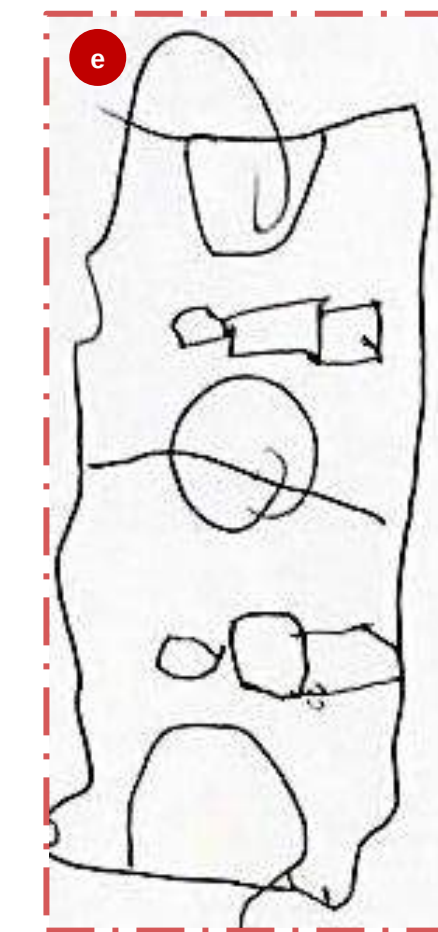
LEVANTAMENTO 04 (Maio | 2016)



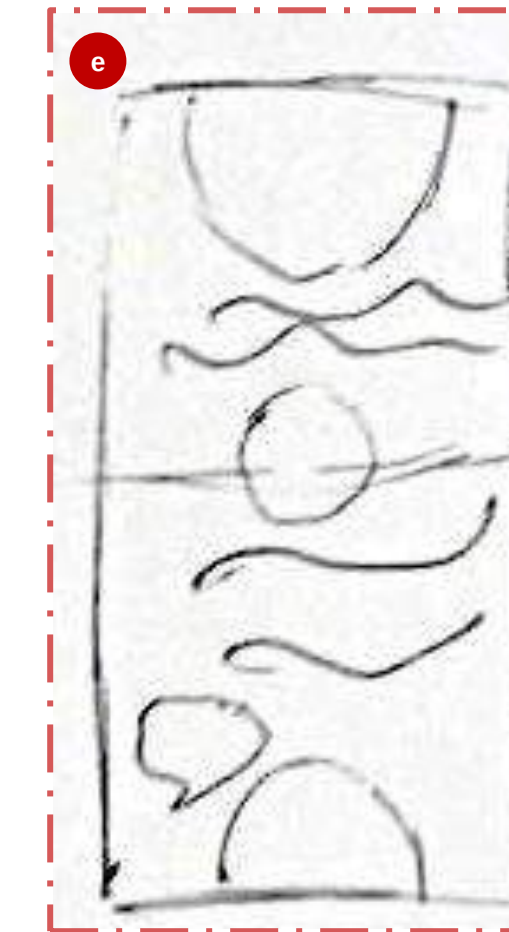
Mapa Mental 08 / Morador - Idade: 17 anos. 2016.



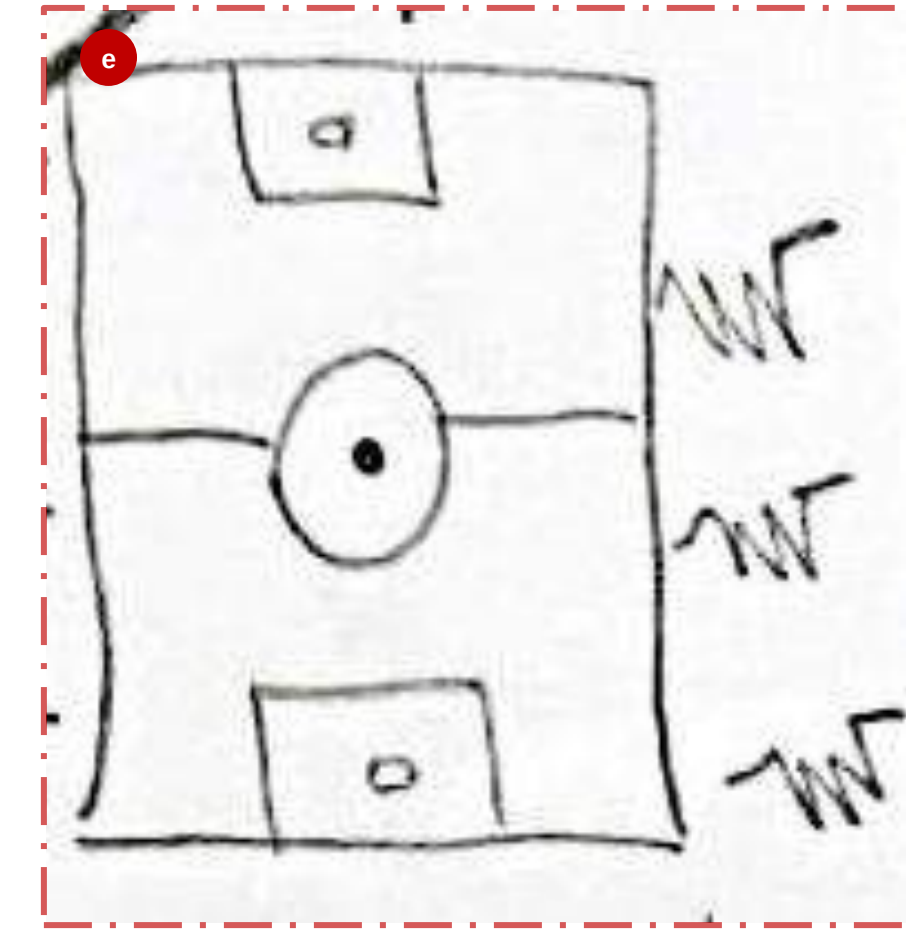
Mapa Mental 09 / Morador - Idade: 28 anos. 2016.



Mapa Mental 10 (Trecho)
Morador - Idade: 5 anos. 2016.



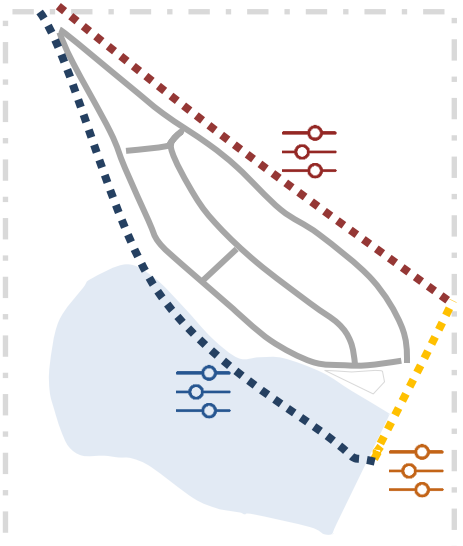
Mapa Mental 11 (Trecho)
Morador - Idade: 17 anos. 2016.



Mapa Mental 12 (Trecho)
Morador - Idade: 18 anos. 2016.



LIMITES



Os principais limites observados na imagem pública presente nos mapas mentais de Beira Molhada de ambos os levantamentos de campo foram: a rodovia (norte), a lagoa (sul) e a quadra (leste). Ao passo que a lagoa e a rodovia representam uma barreira que dificulta o acesso físico, a quadra e seu alambrado representam uma barreira visual de fácil transposição física. No que se refere a rodovia, destaca-se a passarela para pedestres que representa um elemento de permeabilidade pedonal para transportar a rodovia, mas sua opacidade facilita o uso de drogas e outras condutas tidas como práticas antissociais. Contudo, todos esses limites indicados apresentam-se nos mapas como espaços apropriados: a lagoa utilizada para pesca e seu entorno para convívio social; a quadra para convívio e práticas esportivas; e a rodovia para fluxo de veículos motorizados.

Especificamente acerca da lagoa, destaca-se que o gradil que lhe circunda reforça sua identidade também como limite. Além dos limites citados como predominantes na imagem pública, constam também nos mapas mentais o alicive localizado à norte, no bairro de Otizeiro, e o espaço conhecido como "campo", ou seja, um conjunto de lotes vazios adjacente à favela.

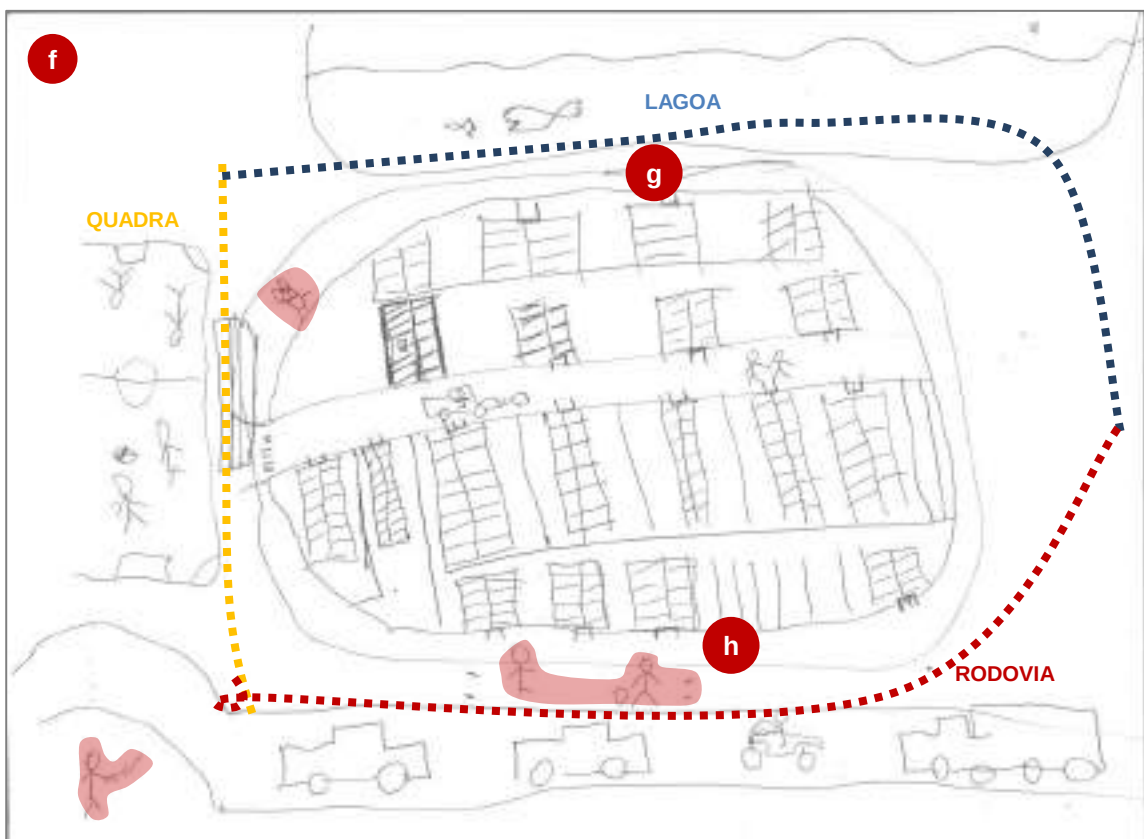


MAPA ESQUEMÁTICO

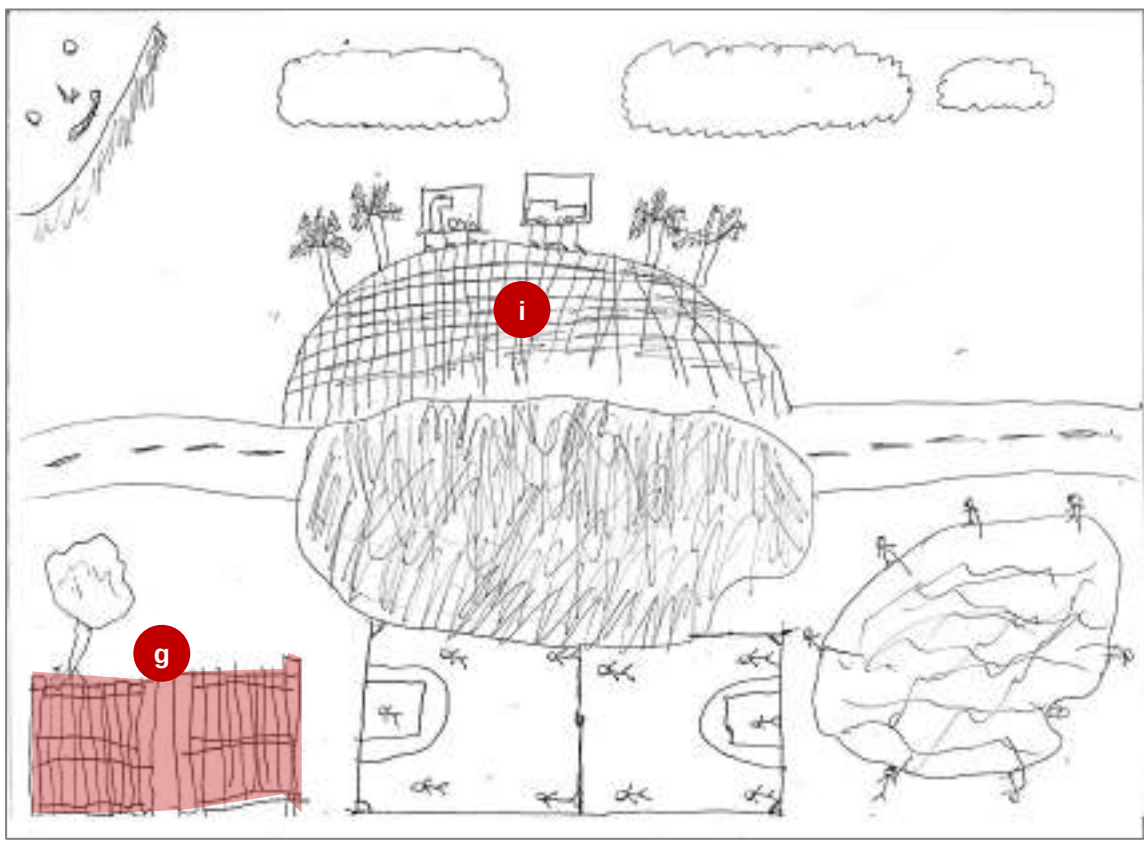
- Lagoa
- Quadra esportiva
- BR 230/101

Mapa ilustrativo para facilitar a comparação entre o traçado proposto nos mapas mentais e o desenho real.

LEVANTAMENTO 01
(Março | 2013)



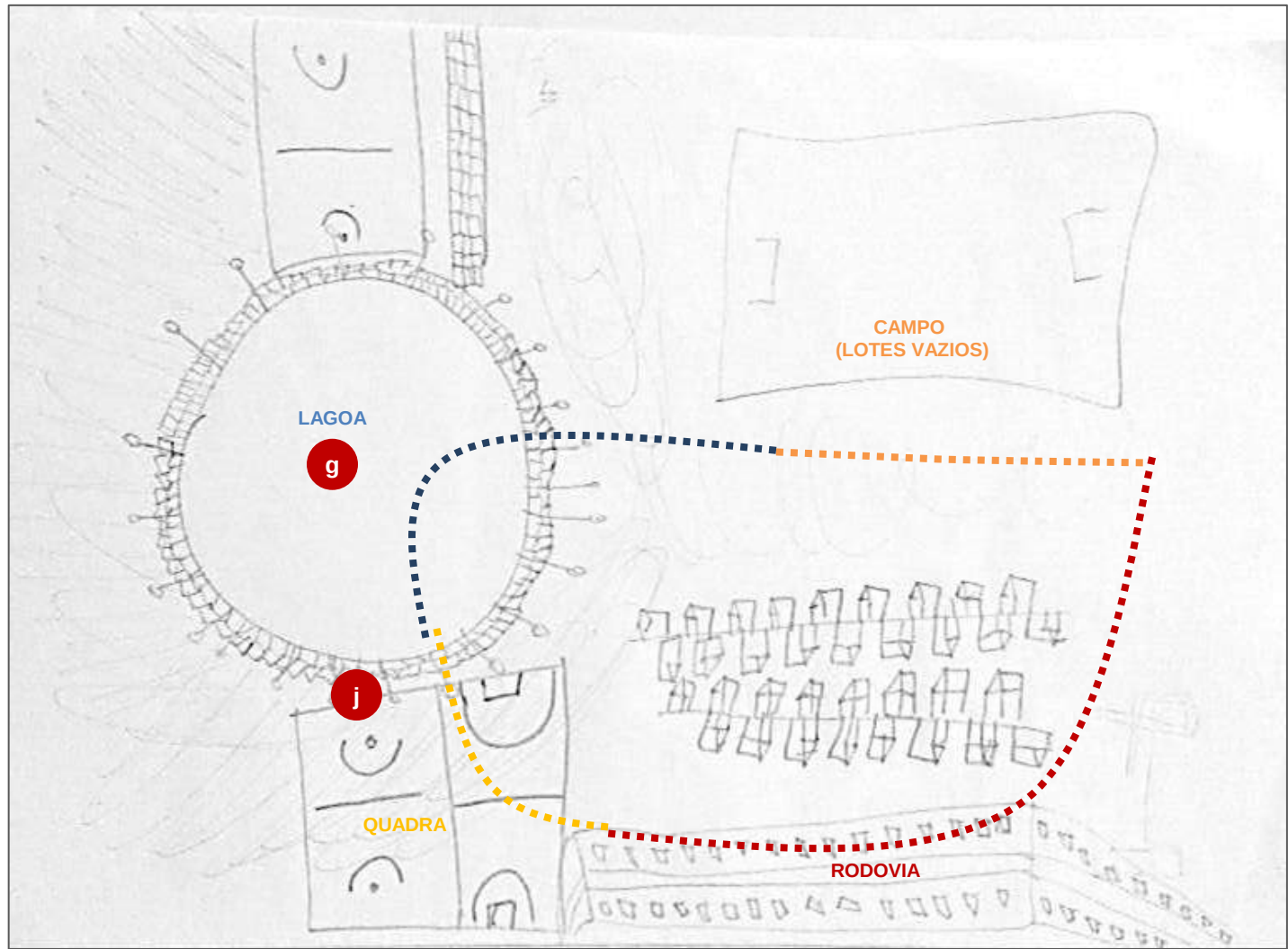
Mapa Mental 08 / Morador – Idade: 13 anos. 2013.



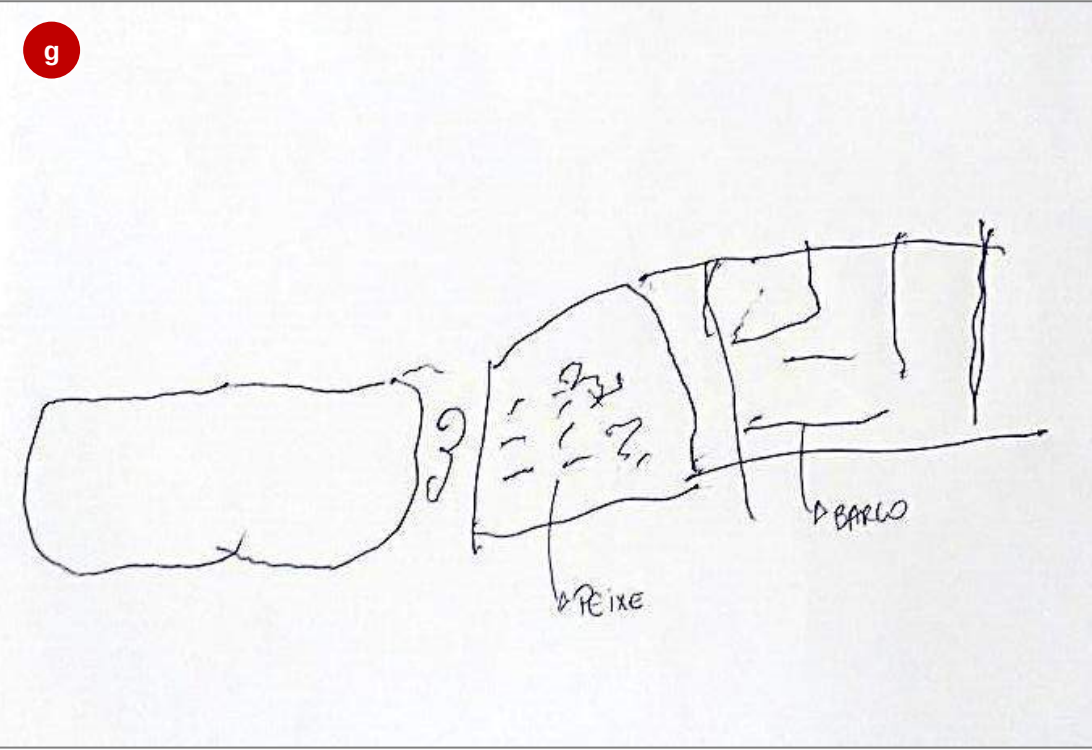
Mapa Mental 08 / Morador – Idade: 12 anos. 2013.



LEVANTAMENTO 04
(Maio | 2016)

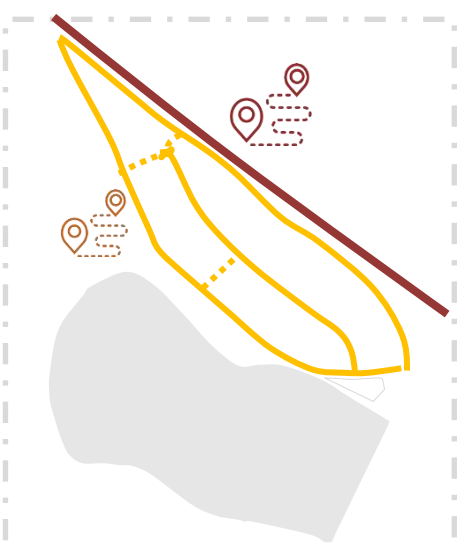


Mapa Mental 09 / Morador – Idade: 17 anos. 2016.



Mapa Mental 10 / Morador – Idade: 76 anos. 2016.

PERCURSOS



Os percursos predominantes na imagem pública presente nos mapas mentais aplicados nos dois levantamentos, coincide com as vias longitudinais da favela e de seu entorno: R. das Mangueiras, BR 230/101 e os dois trechos da Rua das Domésticas. As vias transversais não apresentam força nos desenhos, praticamente não sendo representadas. No percurso da rodovia nota-se um destaque predominante para o fluxo de veículos motorizados, o que reforça a predominância deste tipo de transporte. Além disso, ficou evidente que o traçado viário não é apreendido quanto à sua real morfologia, ou seja, embora seja legível e promova orientabilidade, não apresenta clareza na junção das vias e na diferenciação direcional. Vale ressaltar que em alguns dos mapas é representada a passarela para pedestres como sendo um dos possíveis percursos.

Em alguns dos mapas mentais os participantes destacam Três Lagoas como um bairro e até como uma cidade. Isso decorre, também, da falta de acesso às demais áreas da cidade devido os altos custos com mobilidade. Nota-se, assim, que os percursos realizados por eles não costumam distanciar-se da rotina das vias internas à favela e dos bairros de entorno, uma clara demonstração da exclusão social expressa no espaço físico.

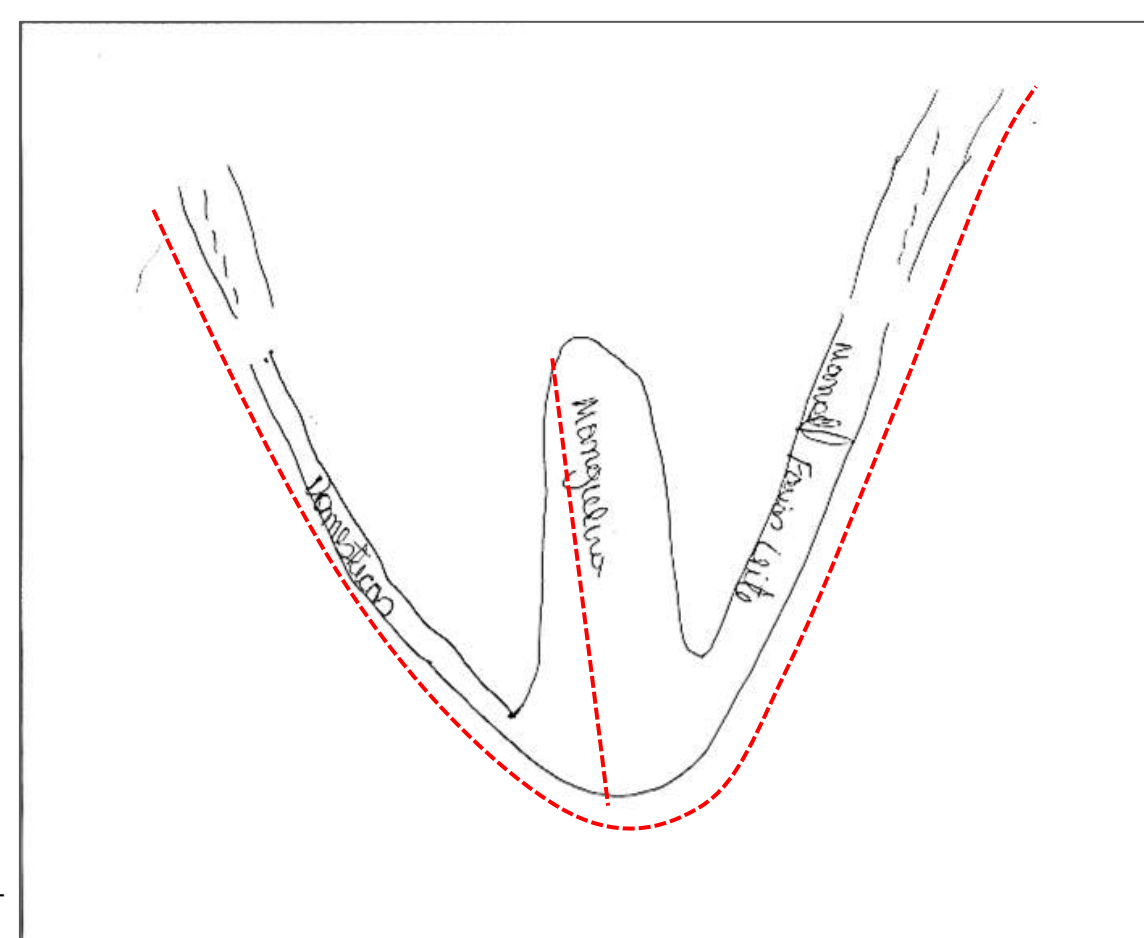
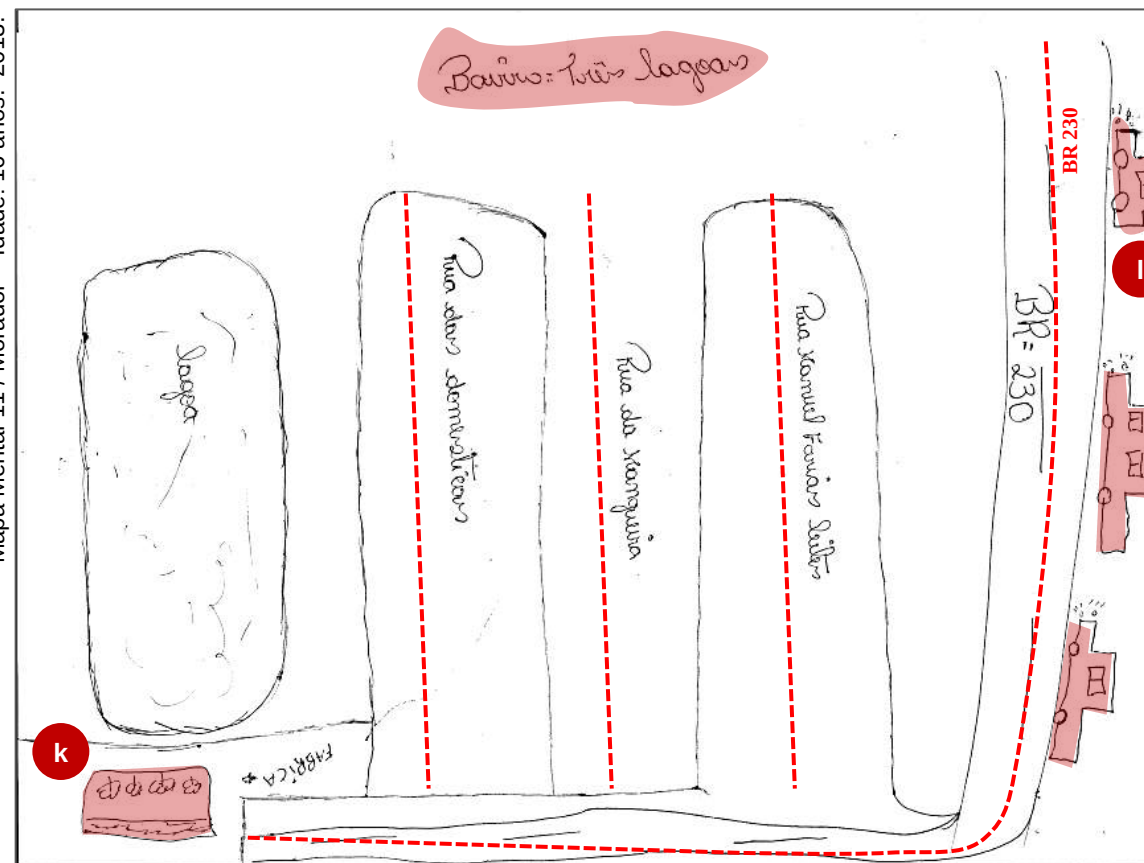


MAPA ESQUEMÁTICO

- Lagoa
- Vias internas
- BR 230/101

Mapa ilustrativo para facilitar a comparação entre o traçado proposto nos mapas mentais e o desenho real.

LEVANTAMENTO 01
(Março | 2013)

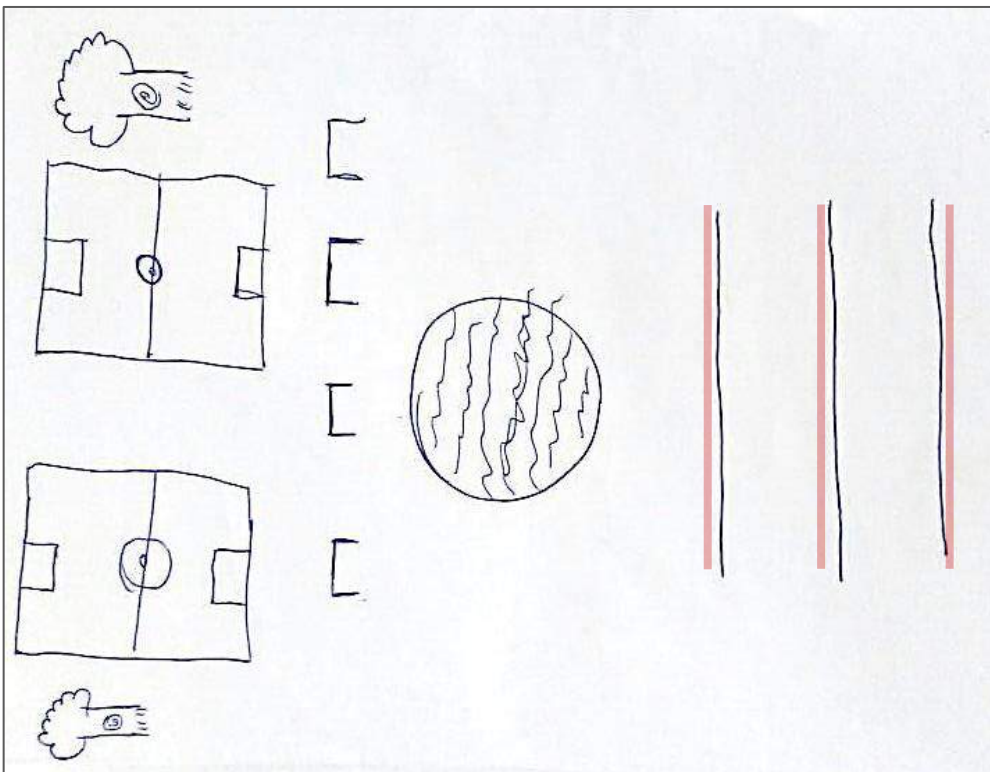


Mapa Mental 11 / Morador – Idade: 16 anos. 2013.

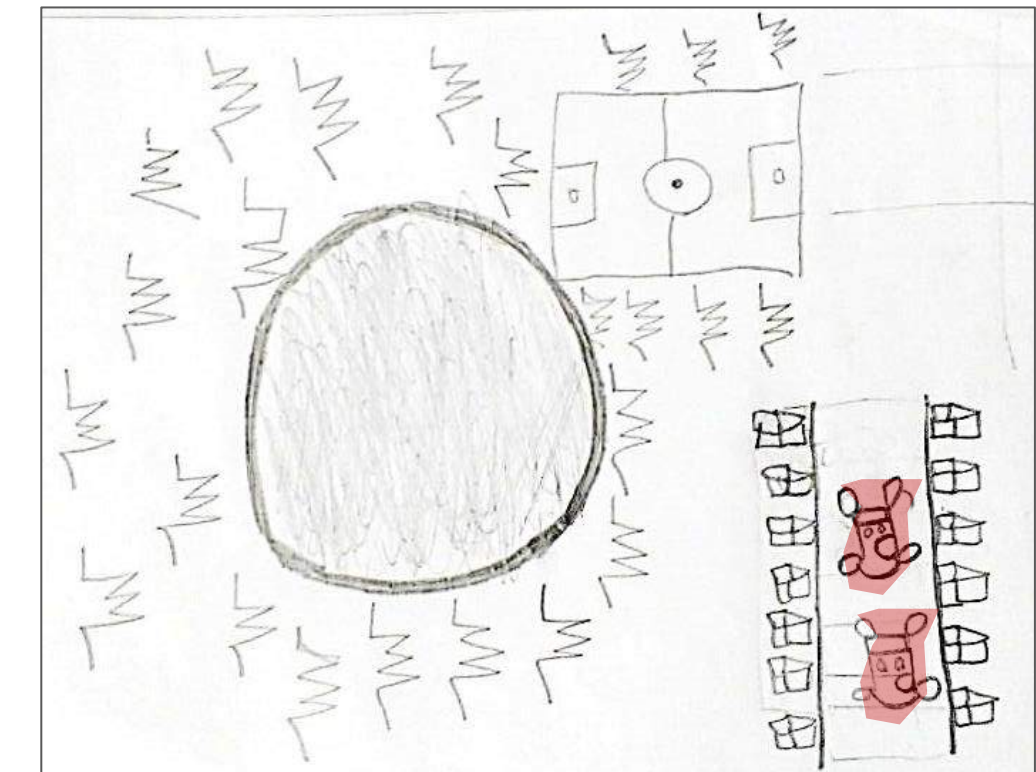
Mapa Mental 12 / Morador – Idade: 25 anos. 2012.



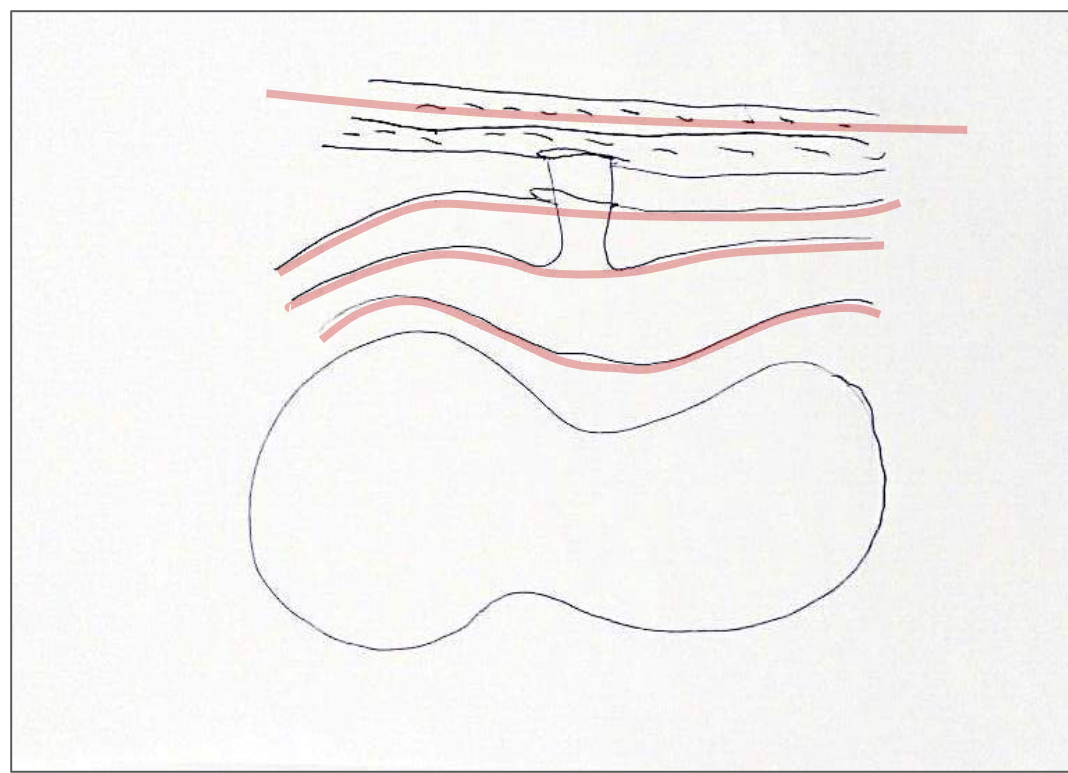
LEVANTAMENTO 04
(Maio | 2016)



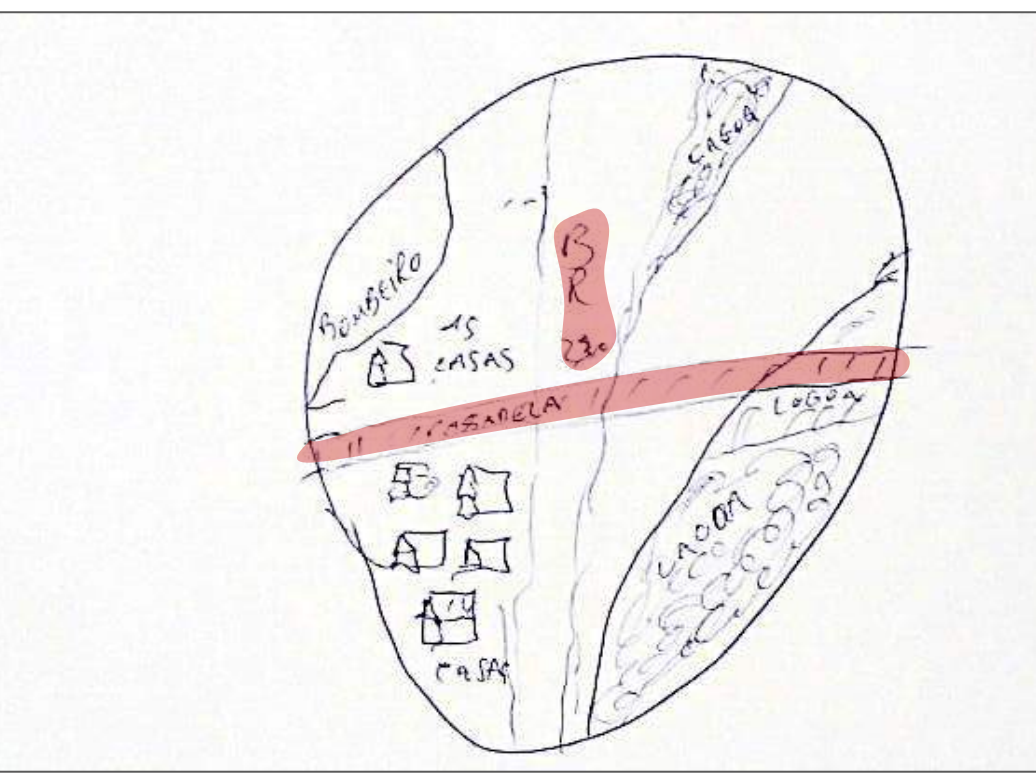
Mapa Mental 13 / Morador – Idade: 28 anos. 2016.



Mapa Mental 14 / Morador – Idade: 18 anos. 2016.

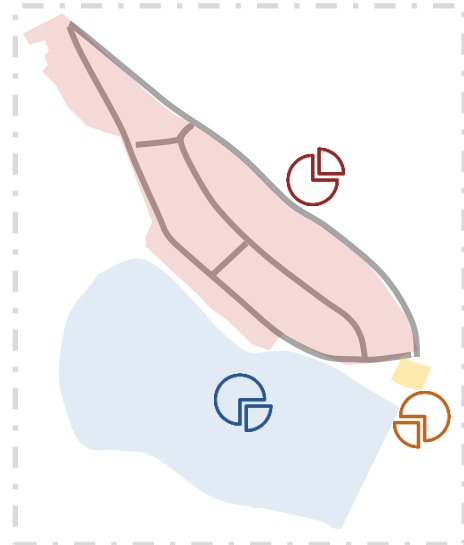


Mapa Mental 15 / Morador – Idade: 22 anos. 2016.



Mapa Mental 16 / Morador – Idade: 28 anos. 2016.

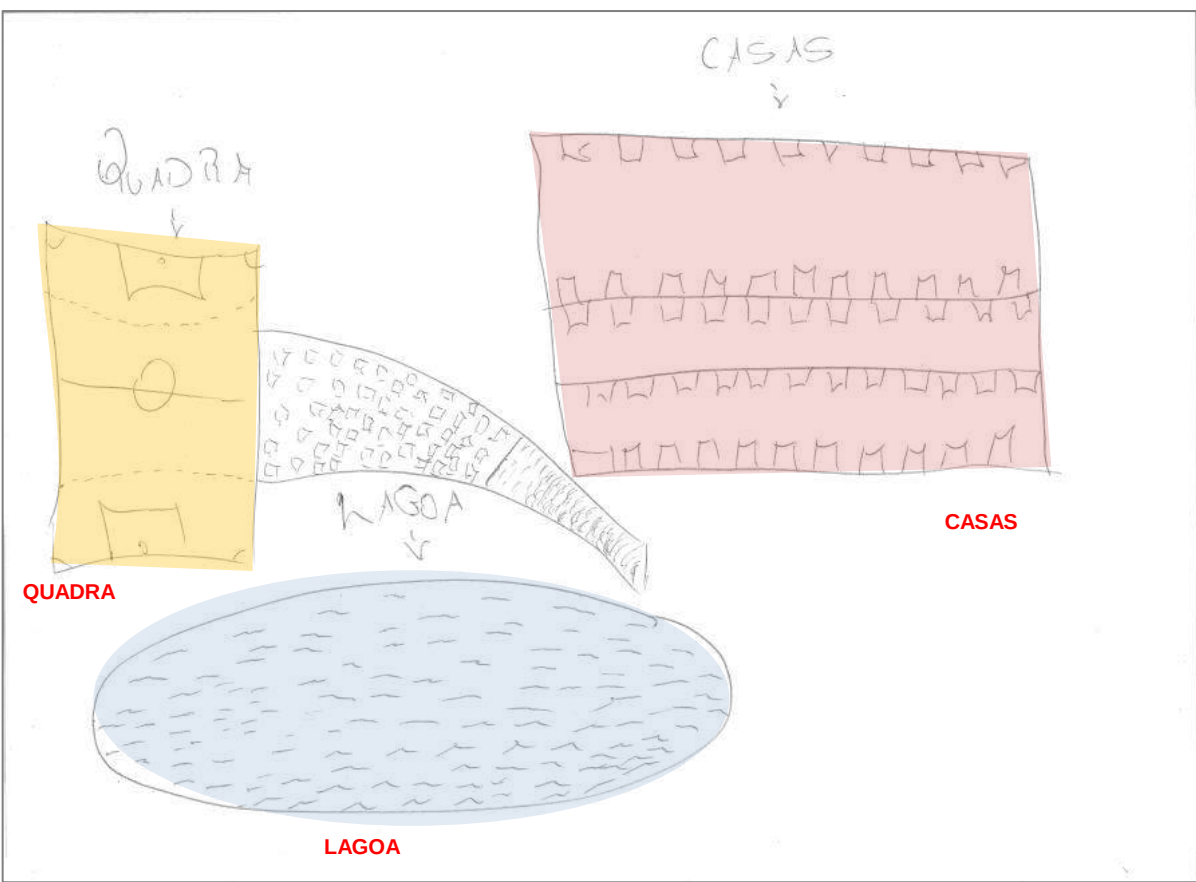
SETORES



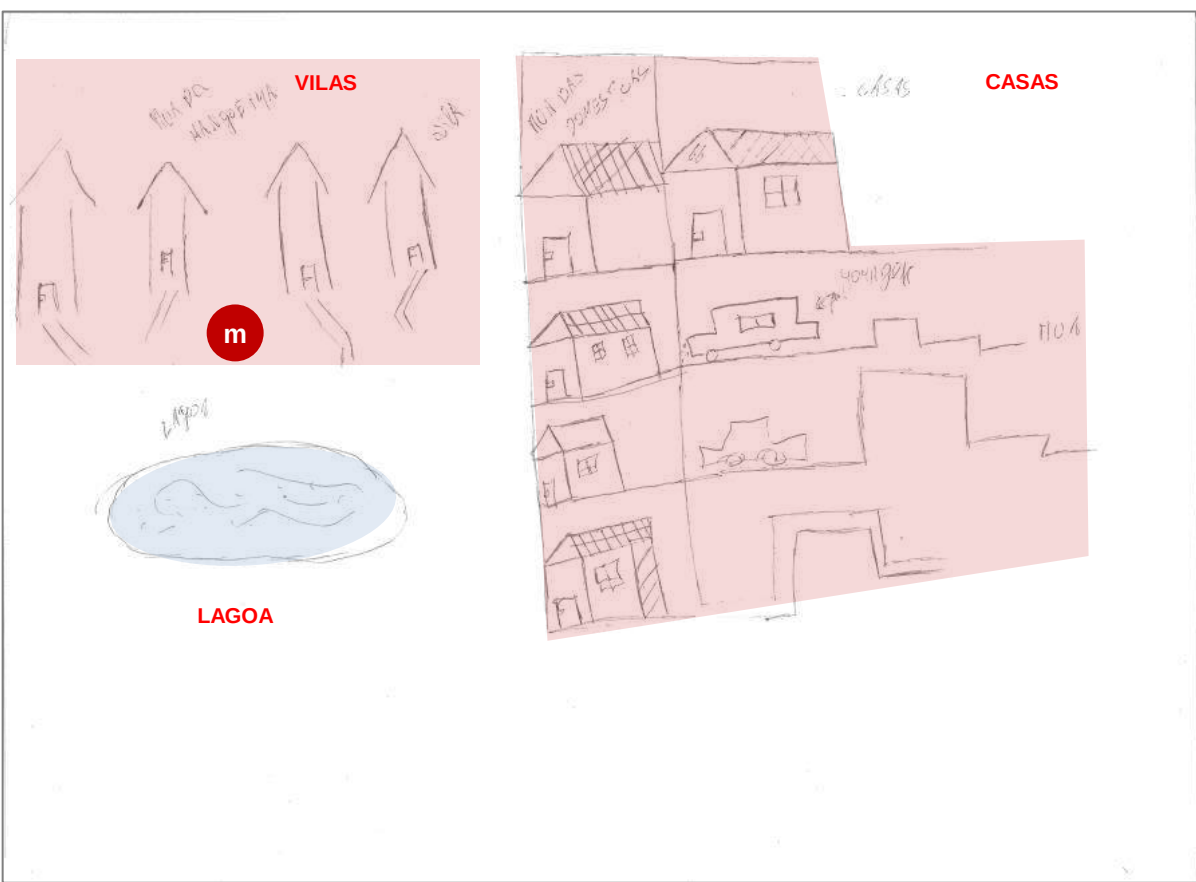
A maioria dos moradores e visitantes que participaram da produção dos mapas mentais em ambos os levantamentos consideraram três setores principais: Casas, Quadra e Lagoa. Isso, embora alguns tenham subdividido o setor residencial em casas e vilas. Tal setorização não se dá necessariamente no espaço físico, sendo apenas uma subdivisão conceitual da imagem mental.



LEVANTAMENTO 01
(Março | 2013)



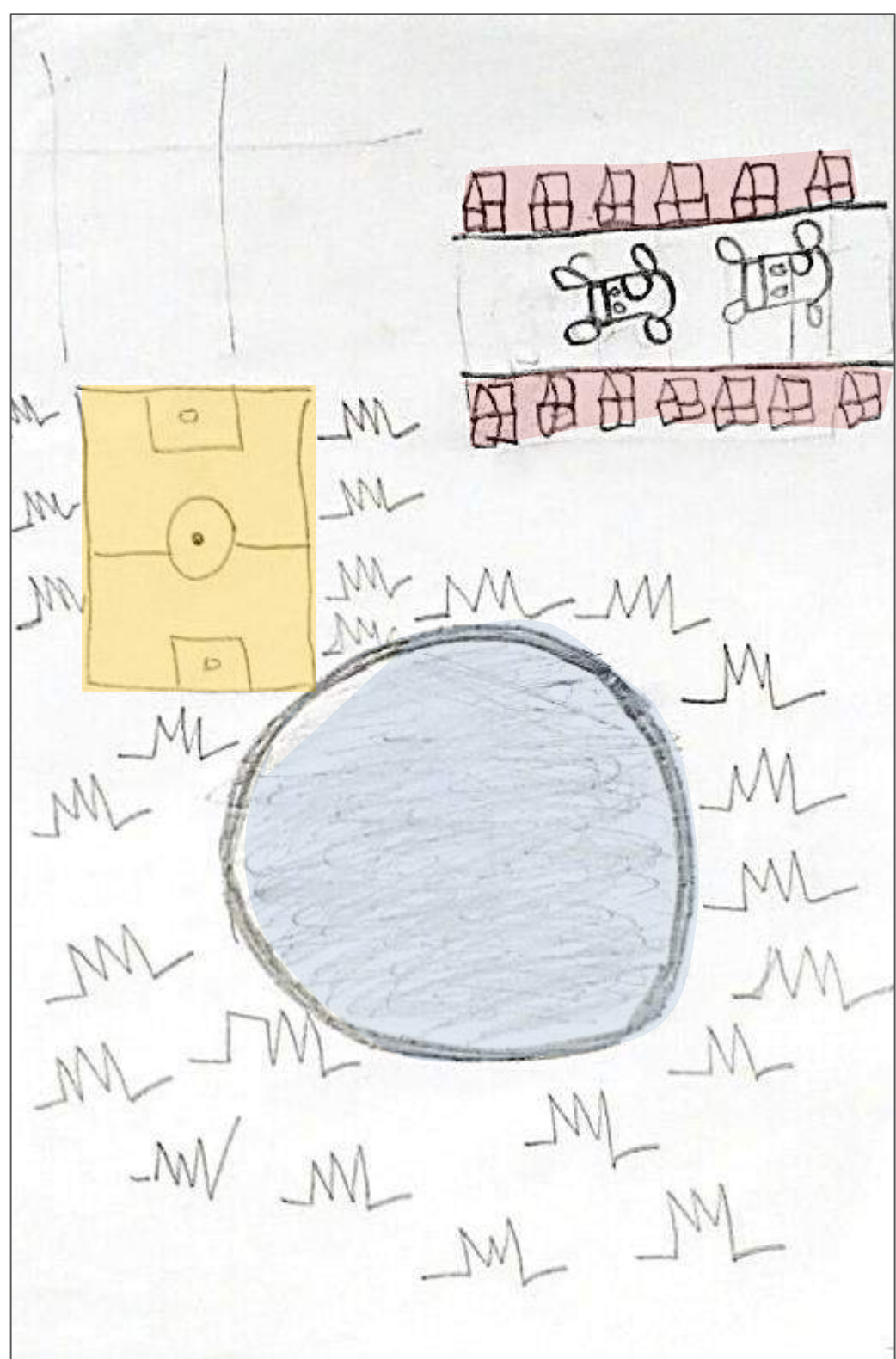
Mapa Mental 17 / Morador – Idade: 15 anos. 2013.



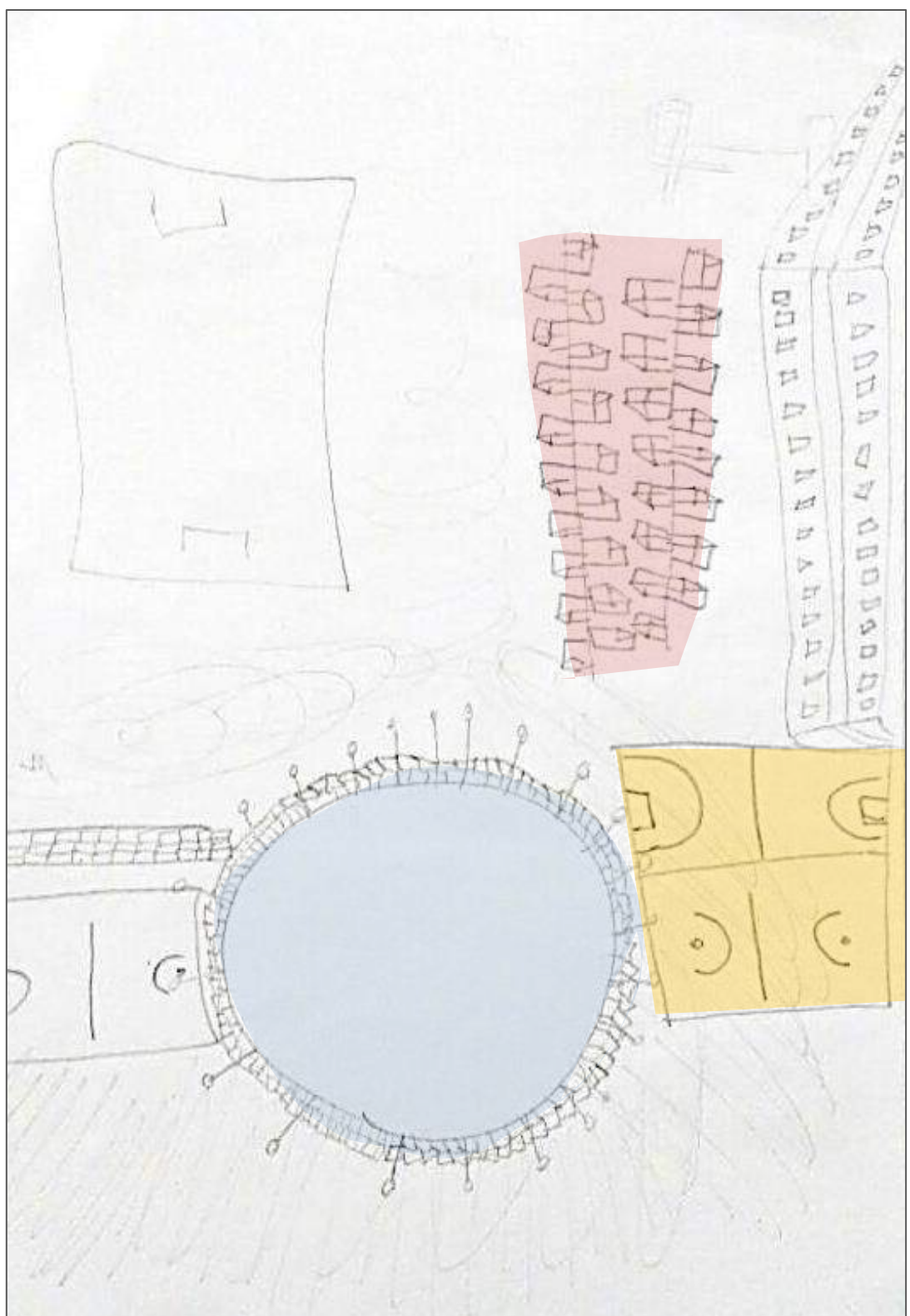
Mapa Mental 18 / Morador – Idade: 10 anos. 2013.



LEVANTAMENTO 04
(Maio | 2016)

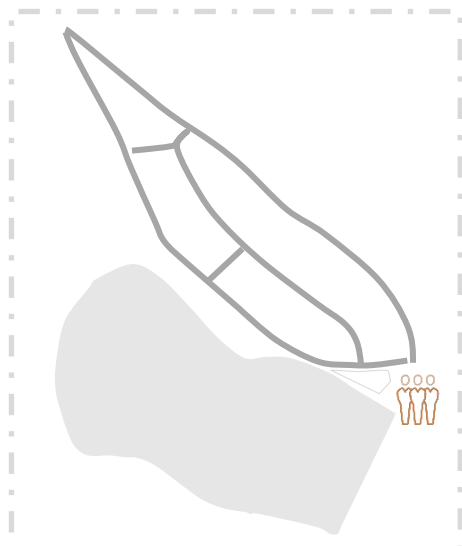


Mapa Mental 19 / Morador – Idade: 18 anos. 2016.



Mapa Mental 20 / Morador – Idade: 17 anos. 2016.

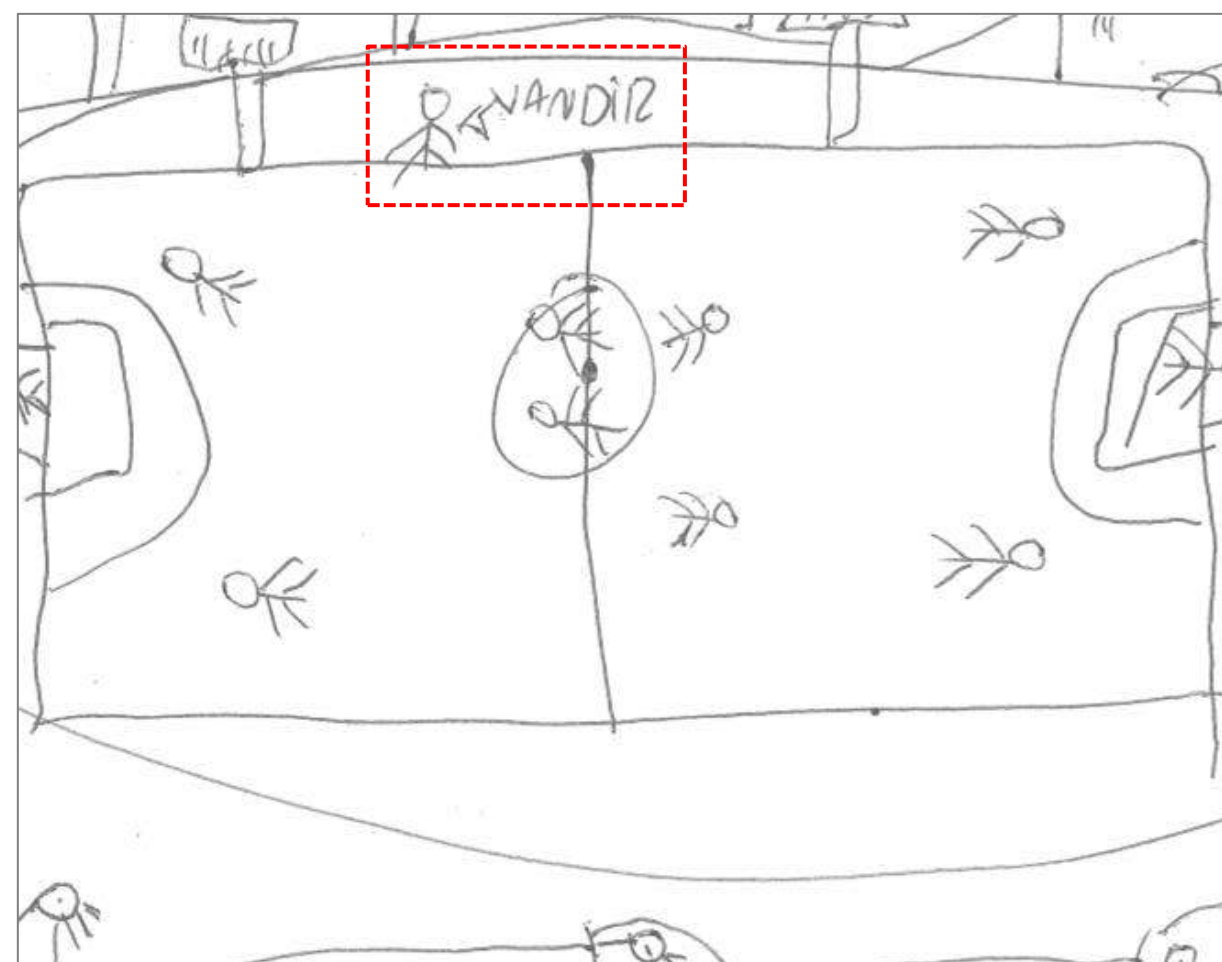
AÇÃO SOCIAL: UMA AÇÃO ESPACIAL



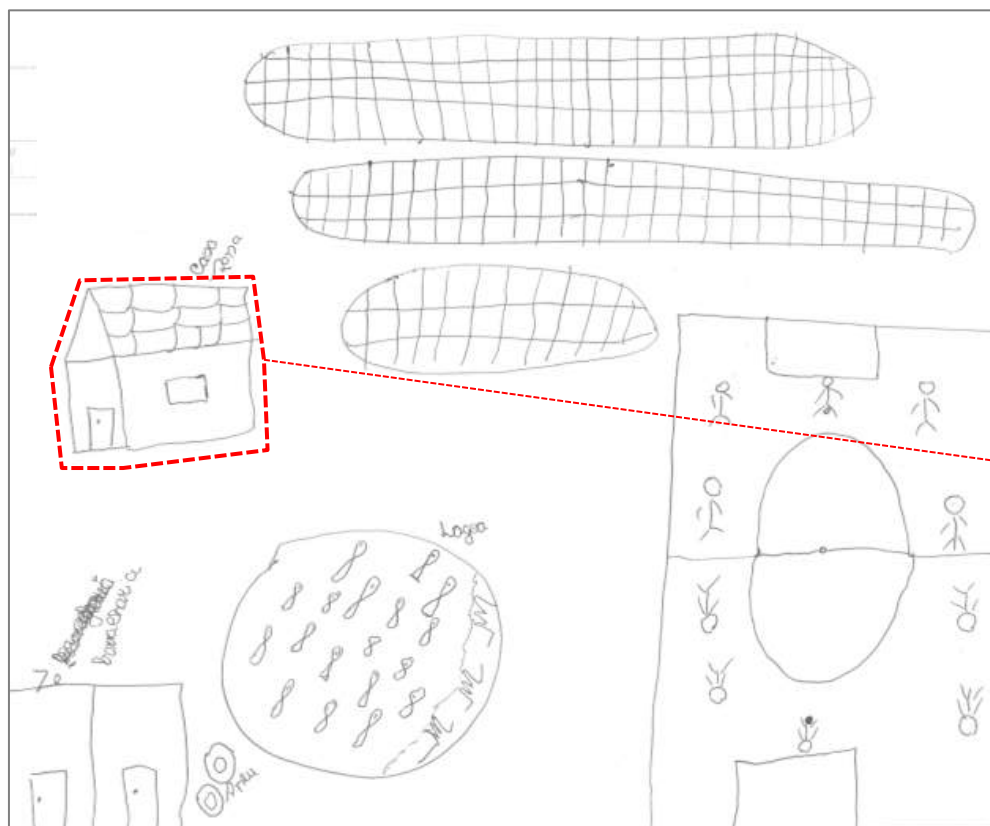
Em todos os mapas nos quais aparece, tal projeto consta como um fator positivo de influência para o uso do espaço público. Sua representação gráfica consiste basicamente em três: Figuras humanas nomeadas referindo-se aos líderes do projeto; destaque tridimensional e/ou textual para a residência sede, denominada “Casa Rosa”; ou mesmo pela ênfase à igreja que dá suporte ao Segunda Chance. Tal representação foi predominantemente encontrada no levantamento 01, mas perdeu força no levantamento 04. Supõe-se que isso se deva à suspensão ou diminuição da frequência de algumas atividades no ELP que anteriormente eram promovidas pelo Projeto Segunda Chance. Nota-se, assim, a efetividade da ação social no uso do espaço público intraurbano.



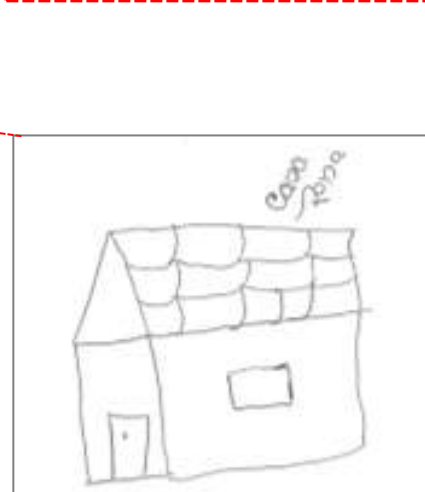
LEVANTAMENTO 01
(Março | 2013)



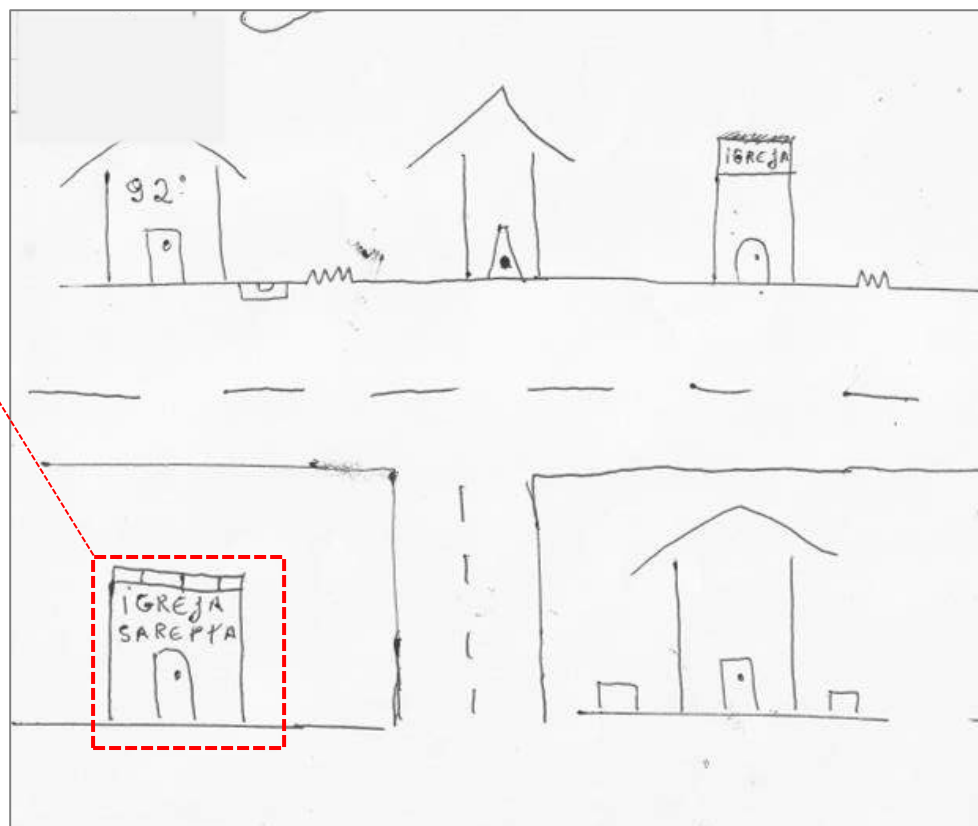
Mapa Mental 21 - recorte
Morador – Idade: 12 anos. 2013.



Mapa Mental 22 – recorte
Morador – Idade: 14 anos. 2013.



Recorte do Mapa Mental 22



Mapa Mental 23 – recorte
Morador – Idade: 17 anos. 2013.

6. SISTEMATIZAÇÃO DOS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

A decomposição do objeto empírico de estudo através das sínteses temáticas contribui enquanto estratégia de análise dos aspectos morfológicos e das práticas sociais e seus consequentes impactos positivos e negativos. Assim, tem-se que a identificação de potencialidades e problemáticas deve considerar a multiplicidade de temas inerentes ao espaço urbano. Na presente pesquisa, a intensão de observar tais impactos é perpassada pela questão temporal, implicando em uma análise comparativa, tal como pode ser observado no quadro que segue (Quadro 21).

ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

IMPACTO	TIPO		LEVANTAMENTOS				TEMAS ENVOLVIDOS								COMENTÁRIO
	+	-	L01	L02	L03	L04	T01	T02	T03	T04	T05	T06	T07	T08	
	POSITIVOS	NEGATIVOS	LEVANTAMENTO 01	LEVANTAMENTO 02	LEVANTAMENTO 03	LEVANTAMENTO 04	CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO	PARCELAMENTO DO SOLO	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	DENSIDADE HABITACIONAL	PADRÃO TIPOLOGICO DAS EDIFICAÇÕES	USO DO SOLO	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	ELP E APROPRIAÇÃO SOCIOESPACIAL	
1. Alagamentos		x	x	x	x	x	x	x	x		x		x	x	Os alagamentos decorrentes da drenagem pluvial ineficiente demonstram que a insuficiência da infraestrutura urbana e a ocupação de áreas de preservação interferem diretamente no uso do ELP, na mobilidade e na forma como se dá a construção das tipologias habitacionais.
2. Insuficiência da infraestrutura urbana		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	A insuficiência da infraestrutura urbana atua, em Beira Molhada, como um impacto negativo direta ou indiretamente relacionado com todos os estudos temáticos desenvolvidos.
3. Insegurança do ponto de parada de ônibus		x	x	x	x	x			x				x	x	A insegurança do ponto de parada de ônibus foi constatada in loco e relatada por usuários. Tal fato constitui um impacto negativo dada sua proporção quando considerada a importância da mobilidade por transporte público. Além disso, interfere diretamente no uso do ELP enquanto local de permanência. No levantamento 03 houve melhoria na segurança quanto à parte física através da colocação de balizadores, mas permanece a questão da segurança pública.
4. Conflitos de fluxo dos diferentes modais		x	x	x	x	x			x				x	x	A falta de sinalização e fiscalização do trânsito interno à favela potencializa conflitos de fluxo de diferentes modais no ELP. Gerando riscos, principalmente à ciclistas e pedestres, na apropriação do espaço livre público.
5. Subdimensionamento das calçadas		x	x	x	x	x		x	x		x	x	x	x	O subdimensionamento das calçadas internas à favela impacta negativamente a maioria dos temas abordados, pois que interfere na mobilidade e na apropriação do ELP e das zonas híbridas.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

IMPACTO	TIPO		LEVANTAMENTOS				TEMAS ENVOLVIDOS								COMENTÁRIO
	+	-	L01	L02	L03	L04	T01	T02	T03	T04	T05	T06	T07	T08	
	POSITIVOS	NEGATIVOS	LEVANTAMENTO 01	LEVANTAMENTO 02	LEVANTAMENTO 03	LEVANTAMENTO 04	CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO	PARCELAMENTO DO SOLO	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	DENSIDADE HABITACIONAL	PADRÃO TIPOLOGICO DAS EDIFICAÇÕES	USO DO SOLO	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	ELP E APROPRIAÇÃO SOCIOESPACIAL	
6. Insegurança da passarela para pedestres sobre a BR 230/101		x	x	x	x	x			x				x	x	Embora a passarela represente um aspecto positivo por contribuir para a acessibilidade, questões de segurança pública implicam em impactos negativos, visto que tal ELP passa a ser um local de risco e não apenas de mobilidade.
7. Gradil da lagoa enquanto barreira segregadora		x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	Os gradis que limitam o acesso à lagoa representam um impacto negativo dado seu potencial de segregar socioespacialmente a favela estudada. Assim, tem-se que na busca por inibir o parcelamento e ocupação do solo destinado para reserva ambiental, a intervenção da PMJP não atinge o objetivo e acaba por segregar a parcela de usuários mais assíduos desse ELP.
8. Lotes fechados para a lagoa		x	x	x	x	x		x			x		x	x	Embora o espaço livre público tenha sido reapropriado ao longo dos levantamentos, nota-se que os lotes com frente para a lagoa permaneceram fechados para esta. Seus acessos se dão pela R. das Domésticas e não mais pelo anel pedestrianizado do açude. Com isso, são reduzidas as “zonas híbridas” e os “olhos das ruas” que poderiam potencializar a apropriação da lagoa enquanto ELP.
9. Influência do tráfico de drogas e demais práticas ilícitas		x		x	x				x					x	Embora o tráfico de drogas e demais práticas ilícitas tenham pouco alcance devido o estado de pacificação de Três Lagoas, percebe-se que existe uma oscilação da sua influência no uso e apropriação do ELP. Nota-se ainda que, tal influencia se dá através de regras implícitas que não anulam por completo a vitalidade local, mas restringe horários de uso e práticas sociais.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

IMPACTO	TIPO		LEVANTAMENTOS				TEMAS ENVOLVIDOS								COMENTÁRIO
	+	-	L01	L02	L03	L04	T01	T02	T03	T04	T05	T06	T07	T08	
	POSITIVOS	NEGATIVOS	LEVANTAMENTO 01	LEVANTAMENTO 02	LEVANTAMENTO 03	LEVANTAMENTO 04	CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO	PARCELAMENTO DO SOLO	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	DENSIDADE HABITACIONAL	PADRÃO TIPOLOGICO DAS EDIFICAÇÕES	USO DO SOLO	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	ELP E APROPRIAÇÃO SOCIOESPACIAL	
10. Influência das zonas híbridas	x		x	x	x	x		x	x		x	x	x	x	As zonas híbridas atuam como impacto positivo, sobretudo na apropriação do ELP, e têm influência sobre diversos temas analisados, pois interferem tanto nos espaços públicos quanto nos privados, contribuindo para a vitalidade.
11. Influência da trama familiar	x		x	x	x	x		x		x	x			x	A trama familiar marcante no parcelamento do solo de Três Lagoas, determina relações de proximidade entre os residentes, que desenvolvem padrões tipológicos das edificações que flexibilizam a transição do espaço público ao privado, contribuindo para a apropriação do ELP e das zonas híbridas
12. Predomínio da alvenaria como método construtivo das edificações	x		x	x	x	x		x			x		x		As edificações são, predominantemente, em alvenaria possibilitando maior segurança aos moradores quanto às intempéries.
13. Gabarito predominantemente térreo	x	x	x	x	x	x				x	x			x	O gabarito térreo configura um impacto negativo considerando sua baixa densidade habitacional. Contudo, impacta positivamente, reforçando a escala humana no ELP, favorecendo o uso e apropriação do espaço.
14. Dinamismo dos acabamentos de mureta e fachada	x		x	x	x	x					x			x	As recorrentes modificações nos acabamentos de fachada e mureta tornam as zonas híbridas dinâmicas e contribuem para que o ELP não seja monótono e repetitivo.
15. Dinamismo do uso do solo	x		x	x	x	x					x	x		x	O dinamismo no uso do solo demonstra que mesmo com as edificações em alvenaria, os espaços privados são flexíveis e acompanham a necessidade de renda complementar dos residentes da favela. Com isso, as zonas híbridas estão sempre em modificação e os ELPs com novos polos atratores de pessoas.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS POSITIVOS (+) E NEGATIVOS (-)

IMPACTO	TIPO		LEVANTAMENTOS				TEMAS ENVOLVIDOS								COMENTÁRIO
	+	-	L01	L02	L03	L04	T01	T02	T03	T04	T05	T06	T07	T08	
	POSITIVOS	NEGATIVOS	LEVANTAMENTO 01	LEVANTAMENTO 02	LEVANTAMENTO 03	LEVANTAMENTO 04	CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO	PARCELAMENTO DO SOLO	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	DENSIDADE HABITACIONAL	PADRÃO TIPOLOGICO DAS EDIFICAÇÕES	USO DO SOLO	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	ELP E APROPRIAÇÃO SOCIOESPACIAL	
16. Predominância do uso para comércio e serviço junto à BR 230/101	x		x	x	x	x					x	x	x	x	A predominância do uso para comércio e serviço é um dos fatores que reforça que, em Beira Molhada, a transição formal - informal se dá através do trecho da rua das domésticas que se volta para rodovia. O padrão tipológico também ratifica tal via como centro atrator de pessoas na favela e nos bairros adjacentes. Com isso, percebe-se que há uma demanda real quanto a infraestrutura dessa via, principalmente, no que se refere aos conflitos de fluxo provenientes da rodovia.
17. Potencial ambiental e contemplativo da lagoa	x		x	x	x	x							x	x	A lagoa enquanto ELP tem potencial contemplativo e ambiental. Se devidamente infraestruturada, pode impactar positivamente Beira Molhada e toda a cidade.
18. Bricolagem no espaço livre público	x	x	x	x	x	x							x	x	A bricolagem de mobiliários e demais soluções no ELP impacta positivamente contribuindo para a vitalidade e apropriação do espaço público. Contudo, a falta de assistência técnica pode gerar soluções indevidas que impactem negativamente o meio ambiente.
19. Lagoa e “sítio” como marco espacial	x		x	x	x	x							x	x	Tais marcos espaciais impactam positivamente, pois remetem a publicização do espaço, à apropriação do ELP e à urbanidade.
20. Quadra esportiva como ponto nodal	x		x	x	x	x			x				x	x	A quadra esportiva ser tida como ponto nodal, contribui positivamente para orientabilidade e mobilidade, além de incentivar a urbanidade no ELP.
21. Projeto Segunda Chance como agente influenciador do uso do espaço	x		x	x	x	x							x	x	O projeto social citado, atua como impacto positivo, principalmente, no ELP, pois incentiva o uso e apropriação através de boas práticas sociais, tais como a prática de esportes, arte e cultura. Além disso, contribui para a manutenção do espaço, consequentemente incentivando a educação patrimonial quanto ao ELP como bem público.

7. CONSOLIDAÇÃO DA SÍNTESE DIMENSIONAL COMPARATIVA

Segundo proposto no roteiro metodológico adaptado, as sínteses temáticas devem culminar na dimensão urbanística do objeto empírico, gerando uma trama permeada pela dimensão social, física e temporal do espaço. Trata-se de uma visão complexa e multifacetada do objeto à partir da interface urbanística. A etapa metodológica que intermedia as sínteses temáticas e a dimensional é a análise comparativa dos impactos positivos e negativos, que foi tomada como referência para a produção do diagrama resultante do presente capítulo.

De modo geral o que se destaca é uma sequência de impactos correlacionados, tais como a insuficiência da infraestrutura urbana que somada à topografia local e a ocupação de área de preservação resulta em alagamentos recorrentes e riscos à mobilidade e à salubridade. Quanto à acessibilidade e mobilidade destaca-se o subdimensionamento das calçadas, insegurança do ponto de parada de ônibus e os conflitos de fluxo de modais, trazendo riscos principalmente aos ciclistas, pedestres e usuários do transporte público. Com isso, percebe-se que a qualidade de vida e a sustentabilidade urbana são diretamente impactadas.

Destaca-se ainda que o subdimensionamento das calçadas não implica em diminuição da vitalidade das zonas híbridas, ao invés disso, tem-se que a transição entre o espaço público e o privado é flexibilizada, e os residentes tratam parte do leito carroçável com extensão da calçada, dado o baixo fluxo de veículos motorizados. Soma-se a isso a trama familiar marcante no parcelamento do solo, e a dinamicidade dos usos e dos acabamentos de mureta e fachada, que contribuem para que as zonas híbridas atuem como impactos positivos na apropriação do ELP e na promoção de urbanidade.

O espaço livre público local é apropriado pelos residentes, mas não costuma contar com visitantes, o que restringe o potencial da lagoa enquanto impacto positivo ambiental e socioespacial para a cidade. O gabarito predominantemente térreo associado aos pontos comerciais que atuam como atratores, reforçam a escala humana e contribuem para a consolidação de uma cidade para pessoas, repleta de práticas sociais ativas e urbanidade. Embora a falta de infraestrutura urbana seja constatada no local, percebe-se que a vitalidade do espaço de Três Lagoas não é diminuída, ao invés disso, é reivindicada através da bricolagem de mobiliários urbanos e demais soluções em busca de apropriar o ELP mesmo diante da ineficiência do poder público em manter e infraestrutura tal espaço.

Além da ineficiência da infraestrutura urbana, destaca-se como impactos negativos: os gradis que limitam o acesso à lagoa, dado seu potencial segregador; a atuação, ainda que amena e pouco frequente do tráfico de drogas e demais práticas ilícitas; os conflitos de fluxo de distintos modais; e a pouca comunicação entre a lagoa e os lotes a ela adjacentes. Sobretudo nota-se que prevalece o estado atual de pacificação de Três Lagoas, a dinamicidade dos acabamentos das tipologias das edificações, e a vitalidade do ELP e das zonas híbridas. No que se refere à relação da favela com seu entorno formal, contata-se que o trecho da R. das domésticas que se volta para a rodovia atua como eixo de transição e trocas sociais através da predominância do uso comercial de maior porte.

Vale ressaltar que a imagem pública acerca de Três Lagoas se dá basicamente através do tripé quadra - lagoa - sistema viário, ou seja marco – ponto nodal - percurso. Destaca-se ainda que tal estrutura é permeada pela ação social do Projeto Segunda Chance enquanto agente de transformação do espaço e incentivador de boas práticas vinculando o ELP à qualidade de vida através do esporte, arte e cultura, contribuindo para a manutenção do espaço e incentivando a cidadania e a educação patrimonial. Partindo dessas constatações aqui listadas, foi gerado o diagrama⁷¹ que segue (Figura 72: Diagrama da síntese dimensionalFigura 72), na busca por consolidar imageticamente a síntese da dimensão urbana da favela Beira Molhada.

⁷¹ Tendo em vista que os fenômenos constatados perduram em todos os levantamentos de campo, o diagrama gerado não considera a questão temporal, mas sim as categorias e localizações dos impactos.

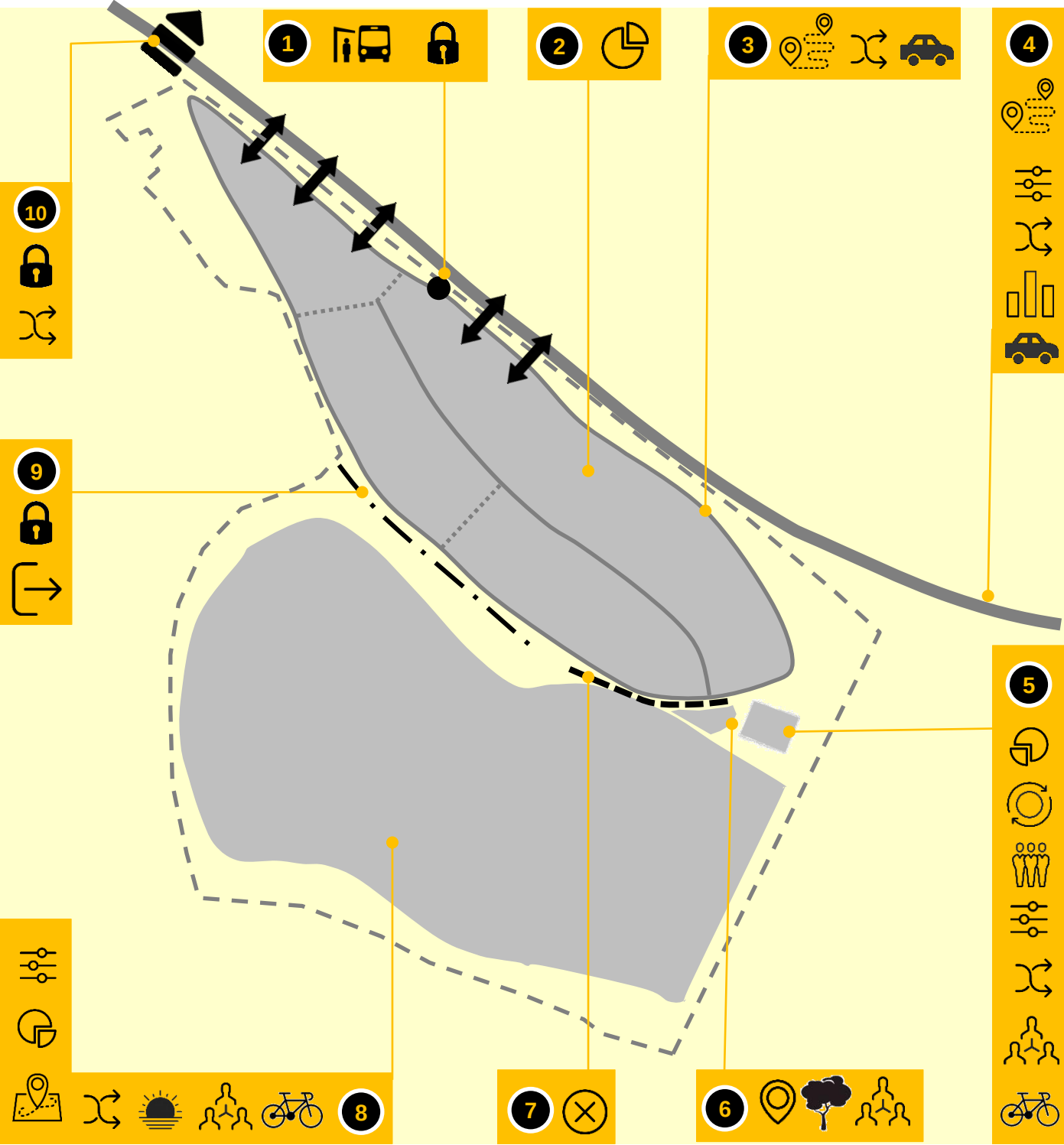


DIAGRAMA | SÍNTESE DIMENSIONAL

- 1

Ponto de parada de ônibus
- 2

Lotes
- 3

Malha viária interna à favela
- 4

Rodovia BR 230/101
- 5

Quadra esportiva
- 6

Lote denominado pelos moradores como “sítio”
- 7

Gradil que contorna a lagoa
- 8

Lagoa e seu anel urbanizado
- 9

Lotes adjacentes à lagoa
- 10

Passarela para pedestres

	Abrigo do ponto de parada de ônibus		Abrigo do ponto de parada de ônibus
	Problemas relativos a segurança		Ponto de atuação do Projeto Social Segunda Chance
	Classificado na análise dos mapas mentais como setor		Ponto atrator de pessoas para convívio social
	Classificado na análise dos mapas mentais como percurso		Presença marcante de vegetação e sombreamento
	Conflito de fluxo entre modais		Classificado na análise dos mapas mentais como marco
	Presença marcante do fluxo motorizado		Classificado na análise dos mapas mentais como marco principal
	Presença marcante do fluxo não motorizado		Ação segregadora e barreira à mobilidade
	Classificado na análise dos mapas mentais como limite		Potencial contemplativo
	Presença de galpões pré-moldados		Lotes que fecham suas frentes para a lagoa

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa decorreu da necessidade de analisar a favela enquanto objeto complexo de estudo, pertencente ao tecido urbano, e dotado de interfaces físicas, sociais e temporais. É fundamental avaliar as diferenças e relações entre a produção formal e informal da cidade para que se consolidem políticas públicas integradoras e condizentes com as reais necessidades espaciais das minorias sociais. Partindo de Três Lagoas enquanto objeto empírico de estudo, foi possível observar como se dá parte dessa dinâmica da teia urbana, apontada por Salingaros (1998), e sua consequente diversidade e vitalidade segundo consta nos debates de Jacobs (2001), Ghell (2011), Lynch (2001) e Lefebvre (2004).

Para isso, considerou-se que a análise urbanística da dinâmica socioespacial de uma favela deve se apoiar na correlação entre as questões físicas, sociais e temporais do espaço para que se alcance uma análise socioespacial integrada, capaz de apontar a realidade local. Com o decorrer da pesquisa, acredita-se que os dados sistematizados alcançaram a integração do caráter social, temporal e físico, e que tal correlação contribui para que seja descrita e avaliada a realidade local. Contudo, vale ressaltar que a integração plena demanda uma abordagem multidisciplinar feita pelo trabalho conjunto de profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Assim, é possível afirmar que, embora soe óbvia, tal hipótese se confirma juntamente com a certeza de que ainda há um longo caminho a ser percorrido a respeito de como viabilizar tal integração multidisciplinar. A prova disso é tida nas recorrentes intervenções urbanas incoerentes que, além de não atender as demandas locais, trazem à luz o descompasso entre a gestão, a academia e as necessidades dos residentes das favelas.

A exemplo disso, após o término dos levantamentos de campo desta pesquisa, a prefeitura municipal da cidade iniciou obras de manutenção no Açude das Três Lagoas renovando a pavimentação, fazendo melhorias na iluminação e implantando bancos equipamentos de ginástica para idosos, playground e manutenção das quadras esportivas. A obra foi entregue no segundo semestre de 2016 e, segundo a PMJP, iria fazer com que tal espaço voltasse a ser “um ambiente destinado à convivência da população, com espaços de permanência, prática esportiva, contemplação e contato com a natureza”⁷². Sabe-se,

⁷² Tais informações acerca da intervenção no Açude das Três Lagoas foram extraídas da reportagem intitulada “Prefeito visita obra de revitalização nas Três Lagoas que vai garantir esporte e lazer à população”, publicada no site da PMJP no dia 23 de março de 2016, disponível em < www.joaopessoa.pb.gov.br >.

contudo, que este já era um ambiente repleto de vitalidade, fazendo parecer que a intervenção não contou com levantamento prévio das práticas sociais locais.

Assim, após quinze anos da inauguração do açude, a prefeitura fez um investimento de cerca de R\$ 480 mil, para viabilizar uma intervenção sem a devida participação popular e prévio diagnóstico urbanístico. Fica explícita a reincidente incoerência do discurso dos gestores em relação à execução das políticas públicas quando o prefeito afirma que “a revitalização desta área é uma reivindicação histórica da população, que havia perdido um espaço de promoção do bem-estar, da cidadania e da qualidade de vida [...]. Com grande esforço e planejamento, vamos devolver este equipamento à população e ampliar a nossa política de reabilitação dos espaços públicos para ocupação popular”.

Aqui não se pretende invalidar a intervenção feita, mas apenas corroborar para a reflexão sobre a necessidade da participação popular e do diagnóstico prévio para a consolidação de políticas públicas que, de fato, atendam as necessidades socioespaciais locais e contribuam para a integração entre a parcela formal e informal da cidade. Isso, porque no contexto de Três Lagoas, repor mobiliário urbano e fazer manutenção em pavimentação não conforma uma intervenção estrutural em termos espaciais e ambientais, mas sim uma questão de manutenção do ELP. Devido ao cronograma da dissertação, não foi possível avaliar com profundidade os impactos de tal intervenção na formação da imagem pública local, nas práticas sociais, na acessibilidade e na produção espacial do entorno, mas foi notado um aumento no uso do espaço público local e intensificação das práticas já consolidadas.

Do ponto de vista metodológico, com a presente pesquisa, notou-se que a decomposição da análise urbanística em sínteses temáticas diversifica os dados a serem coletados em campo, demandando o uso de diferentes ferramentas e formas de sistematização de dados, permitindo considerar diversos aspectos acerca de um mesmo objeto. Contudo, é indispensável que seja feita a síntese dimensional visando a correlação dos temas, caso contrário, corre-se o risco de apresentar dados desconexos e, portanto, inconsistentes. A síntese dos impactos positivos e negativos mostrou-se eficiente para o processo de produção da síntese dimensional, atuando como uma etapa metodológica intermediária entre a análise individual dos temas e sua integração em prol de uma visão multifacetada do objeto empírico de estudo. Além disso, observou-se que essa etapa e seus resultados podem contribuir na produção projetual de intervenções urbanas, visto que aponta conflitos e de potencialidades, fundamentais para a consolidação de um programa de necessidades e consequentes diretrizes projetuais.

No que se refere aos levantamentos de campo e de dados oficiais, notou-se que a irregularidade de posse fundiária e a intermitente ação de práticas ilícitas vinculadas ao tráfico, dificultam o acesso à informação e tornam parte dos residentes da favela resistentes quanto a conceder entrevistas por temer que a pesquisadora tenha qualquer associação com a prefeitura municipal. Em contrapartida, o apoio do Projeto Segunda Chance possibilitou abertura no contato entre pesquisadora e residentes, ratificando a credibilidade do mesmo e reforçando a relação conflituosa e de pouco diálogo entre poder público e a favela.

Quanto à dimensão temporal dos temas e impactos analisado, percebeu-se que a maioria atua em todos os levantamentos, sofrendo apenas alterações nos meios e intensidades. Com isso é possível constatar que, nesse intervalo do ano de 2013 à 2016, embora haja dinamicidade nos aspectos socioespaciais, esta é frequente. Tal constância na dinamicidade ratifica a favela como um tecido urbano vivo, cuja temporalidade é nitidamente diferenciada da parcela formal da cidade.

Quanto ao caráter físico do espaço estudado destaca-se que embora seja classificada como favela pela PMJP, Beira Molhada conta com alvenaria como método construtivo predominante, distanciando-se do estereótipo dos barracos e casebres, tornando as edificações relativamente consolidadas e fazendo com que as reformas frequentes sejam quanto aos materiais de acabamento. Além disso, a espacialização da trama familiar e necessidade de adensamento implicam em tipologias arquitetônicas com pouco ou nenhum recuo lateral, cômodos integrados e baixa demanda de suítes, forro e portas entre os ambientes. Percebe-se que a privacidade por meio de isolamentos acústicos e divisórias, recorrentes na produção formal do espaço, não aparenta ser uma prioridade na concepção e execução das edificações em Três Lagoas.

O uso do solo, por sua vez, atua como integrador entre Três Lagoas e seu entorno formal, através dos estabelecimentos mistos e comerciais no trecho da R. das Domesticas que se volta para a rodovia. Tais edificações remetem a padrões formais de construção, como revestimentos, gradis, entre outros, ratificando que para haver essa integração a favela precisa se mimetizar e parecer formal para transmitir credibilidade e segurança. Esse é um possível um indício da segregação socioespacial brasileira e seus decorrentes (pré)conceitos.

Por sua vez, ações pontuais como a dinamicidade dos acabamentos de fachada, mureta e uso do solo, as bricolagens dos mobiliários urbanos e atuação do Projeto Segunda

Chance, contribuem para que a interface física se relacione diretamente com a social, fazendo com que as zonas híbridas e o espaço público sejam sempre reinventados, evitando espaços monótonos, e corroborando para a urbanidade, mesmo diante dos problemas decorrentes da falta de infraestrutura básica. Assim, como destaca Burdett (2012), diante da insuficiente intervenção e manutenção por parte do poder público, essas ações pontuais atuam como acupunturas urbanas atraindo pessoas ao ELP e, consciente ou inconscientemente, contribuem para a promoção de uma cidade mais humana e integrada.

Contudo, vale ressaltar que tais acupunturas devem ser associadas à conscientização ambiental e ao acesso à assistência técnica gratuita, para que reformas arquitetônicas e urbanas não impliquem em risco ao meio ambiente, principalmente considerando que Três Lagoas está inserida em uma zona de preservação ambiental. No entanto, é necessário romper com o estereótipo de que a produção informal é a principal promotora de impactos socioambientais, visto que, de igual modo, a produção formal também pode implicar em riscos ao meio ambiente ainda que esteja supostamente legalizada.

É fato que a resiliência observável nos residentes das favelas se espacializa também através da dinâmica de autoconstrução e no uso e apropriação do espaço público, podendo ser considerada uma estratégia de direito à cidade, ratificando a necessidade da integração socioespacial, visto que segundo a visão lefebvriana a 'sociedade urbana' deve ser o lócus das diferenças e tolerâncias. Para isso, é preciso interromper o ciclo excludente onde a sociedade formal sustenta barreiras físicas e atitudinais que segregam e conformam espaços conflituosos e vazios de vida. Assim, nota-se que, embora tenha avançado, a discussão sobre as favelas ainda conta com um longo percurso a ser trilhado em favor de como estudá-la, nomeá-la, ou mesmo de como intervir nela. Nesse contexto, um dos maiores desafios é a dificuldade de lidar com um objeto tão dinâmico diante de trâmites legais ainda tão morosos como os referentes à habitação popular e reurbanização de favelas no Brasil. Espera-se, portanto que esta dissertação possa corroborar para pesquisas futuras em diferentes áreas do conhecimento, em prol de uma análise interdisciplinar da complexa produção informal do espaço urbano, que tanto tem a contribuir com o tecido formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Reconstruindo uma história esquecida**: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: Espaço e Debates, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994. Disponível em: http://issuu.com/fernandabasileresstom/docs/historia_favela. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

AGUIAR, Douglas. **Urbanidade e a qualidade da cidade**. (In) AGUIAR, Douglas (org.); NETTO, Vinicius M. (org.). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.

ANDRADE, Luciana. **Onde está a urbanidade: em um bairro central de Berlim ou em uma favela carioca?** (In) AGUIAR, Douglas (org.); NETTO, Vinicius M. (org.). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.

BARROS, Marcelo Paes de Barros; GOUVEIA, Mainara Biazati; WAZLAWICK, Suelen Maísa; SILVA, Valquiria Cristina Gomes da. Uso de métricas de paisagem e sensoriamento remoto para avaliar a relação entre as temperaturas de superfície e os padrões de ocupação dos solos em Cuiabá-MT. (In) Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal, v. 9, n. 3, p. 120-137, jul/set. 2012.

BITOUN, J. (org.); MIRANDA, L. I. B. de (org.); PAIVA, M. das G. D. de (org.). Capitais do nordeste são as mais desiguais. (In) **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**: Democratizando e disseminando Informações — Guia de Utilização do Atlas Municipal. Recife: FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Prefeitura do Recife, 2008. Apoio PNUD, Banco do Nordeste. Disponível em: https://docs.google.com/gview?url=http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_recife/160909_RECIFE_Guia-de-Utiliza-do-Atlas-Municipal.pdf. Acesso em: 19 de junho de 2016.

BONDUKI, Nabil. A produção rentista de habitação e o autoritarismo da ordem sanitária. In: **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998; p. 16 -56.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Ordinária nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm. Acesso em: 25 de junho de 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

_____. **Demanda futura por moradia no Brasil 2003 – 2023:** uma abordagem demográfica. Brasília: Ministério das cidades, 2009a.

_____. **Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social:** ZEIS em Vazios Urbanos. Brasília: Ministério das Cidades. 2009b. 55 p. Disponível em: www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Guia_ZEIS_final.pdf. Acesso em: 26 de março de 2016.

_____. Presidência da República. **Lei Ordinária nº 9.785**, de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9785.htm. Acesso em: 25 de junho de 2016.

_____. Presidência da República. **Lei Ordinária nº 11.977**, de 7 de julho de 2009c. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm. Acesso em: 04 de junho de 2016.

_____. Presidência da República. **Lei Ordinária nº 6.766**, de 19 de julho de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766compilado.htm. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

_____. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários.** Brasília: Ministério das Cidades, 1ª impressão, 2010.

BUENO, Laura Machado Mello. **Projeto e Favela:** Metodologia para projetos de urbanização. 2000. 362 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Contribuição para o conhecimento sobre as favelas no Brasil.** (In) SILVA, Jailson de Souza e (org.); BARBOSA, Jorge Luiz (org.); BITETI, Mariane de Oliveira (org.); FERNANDES, Fernando Lannes. **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade.** Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

CAMPOS, Isabela K. Siqueira; PEREGRINO, Yasmin Ramos. **Análise sociourbana de “beira molhada - três lagoas”:** o início de uma requalificação. João Pessoa, 2012. Estágio

supervisionado (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas**. (In) Cadernos Metrôpole / Observatório das Metrôpoles. Nº 17. São Paulo: EDUC, 2007. P. 219-240. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm/cm17.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2016.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAÚJO, Rosane Lopes de; GHILHARDI, Flávio Henrique. Necessidades habitacionais no Brasil. (In) BRASIL. **Ações integradas de urbanização de assentamentos precários**: Curso à distância. 348 p. Brasília/ São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança de Cidades, 2010. Disponível em: www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH003.pdf. Acesso em: 26 de março de 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico**. (In) CARLOS, A. F. A (org.); SOUZA, M. L. de (org.); SPOSITO, M^a. E. B. (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTELLS, M. **La Cuestión Urbana**. México: Siglo Veintiuno, 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial – classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana. **A cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço**: um texto para discussão. (In) CARLOS, A. F. A (org.); SOUZA, M. L. de (org.); SPOSITO, M^a. E. B. (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, Greciely Cristina da. Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. (In) RUA [online]. 2012, nº 18, vol. 1 – ISSN 1413-2109. Disponível em: < <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/18-1/9-18-1.pdf> >. Acesso em: 29 de maio de 2015.

COSTA, Erico. Favela: retrato da exclusão social. **Arquitextos**, São Paulo, ano 04, n. 045.04, Vitruvius, fev. 2004. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/608>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

COSTA, A. D. L. ; PEREGRINO, Y. R. ; MATIAS, E. B. S. S. E. ; GOMES, Marjorie Maria de Abreu ; COURA, P. V. ; SOUZA, R. A. de ; SARMENTO, B. R. . **Olhares complementares: Escolha de trecho piloto para rota acessível por multitécnicas**. In: ENTAC 2012 - XIV Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2012, Juiz de Fora-MG. XIV Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2012.

COUTO, Paula. Análise factorial aplicada a métricas da paisagem definidas em FRAGSTATS. (In) Investigação Operacional, 24 (2004) 109-137.

CUSTÓDIO et al. Espaços livres públicos nas cidades brasileiras. (In) **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, p. 1-31, 2011.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEÁK, Csaba. **Verbetes de economia política e urbanismo**. São Paulo: Grupo de Disciplinas de Planejamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, s.d.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

DENALDI, Rosana. Aula 7: Diagnóstico do Setor Habitacional. In: ROSA, Júnia Santa (Coord.); DENALDI, Rosana (Coord. e Org.). **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD-PLHIS_publicacao.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2013.

_____. Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipologias de intervenção. (In) BRASIL. **Ações integradas de urbanização de assentamentos precários**: Curso à distância. 348 p. Brasília/ São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança de Cidades, 2010. Disponível em: www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH003.pdf. Acesso em: 26 de março de 2016.

DIXON, Caitlin. **A Importância dos Espaços Públicos**: Uma Introdução. (in) **Rio on watch**. Publicado em 29/03/2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=10766>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. **“Excelentes Lugares Bons”**: A Natureza do Espaço Público nas Favelas. (in) **Rio on watch**. Publicado em 27/04/2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=11195>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

FARRET, Ricardo L. . Impactos das intervenções no sistema de transporte sobre a estrutura urbana. Brasília: EBTU, 1984.

FERRARI, CÉLSON. **Curso de planejamento municipal integrado - URBANISMO**. São Paulo: Livraria Pioneira, 2ª edição, 1979.

FERRAZ, A. C.; TORRES, I. G. **Transporte Público Urbano**. São Carlos: RiMa, 2004.

FERREIRA, João sette Whitaker. O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana. (In) BRASIL. **Ações integradas de urbanização de assentamentos precários: Curso à distância**. 348 p. Brasília/ São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança de Cidades, 2010. Disponível em: www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH003.pdf. Acesso em: 26 de março de 2016.

FONTES, N. ; SHIMBO, I. **Análise de Indicadores para Gestão e Planejamento dos Espaços Livres Públicos de Lazer**: Município de Jaboticabal. (In) X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003.

FREIRE, Luis Mauro. **Encostas e favelas**: deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré. 2006. 185 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-26052010-100056/pt-br.php>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO; FUNDAJ; OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; UFPE; FASE. **Tipologia e caracterização socioeconômica dos assentamentos precários**: Região metropolitana do recife (RMR). Relatório parcial (I e II). Recife, 2009. 199p.

GALENDER, Fany. **Sobre os espaços livres da cidade de São Paulo**. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010.

GEHL, Jan; KAEFER, Lotte Johansen; REIGSTAD, Solvejg. **Encontros imediatos com prédios**. (In) KARSSSENBERG, H. (org.); LAVEN, J. (org.); GLASER, M. (org.); HOFF, M (org.). A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

GONDIM, Linda M. P. **Favela, aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário – “diga lá, o que é, o que é?”**. (In) SILVA, Jailson de Souza e (org.); BARBOSA, Jorge Luiz (org.); BITETI, Mariane de Oliveira (org.); FERNANDES, Fernando Lannes. **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

GONÇALVES, Jorge Augusto Martins; ANDRADE, Gustavo Teixeira de; PORTUGAL, Licínio da Silva. **Fatores intervenientes na relação entre a inclusão social e o trem considerando as favelas e as taxas de embarque observadas nas estações.** (In) Journal of Transport Literature, Vol. 8, n. 3, pp. 37-61, Jul. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-10312014000300003. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

HAM, Sander van der; ULDEN, Eric van. **Zonas híbridas tornam as ruas pessoais.** (In) KARSSSENBERG, H. (org.); LAVEN, J. (org.); GLASER, M. (org.); HOFF, M (org.). **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

HOLANDA, F. **O espaço de exceção.** Brasília: UNB, 2002.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** 1a ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010:** Aglomerados subnormais, informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf >. Acesso em: 31 de maio de 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades.** 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

JOÃO PESSOA. **Plano Diretor:** Decreto N.º 6.499. 20 de março de 2009. Consolida a Lei Complementar n.º 054, de 23 de dezembro de 2008, às disposições da Lei Complementar n.º 03 de 30 de dezembro de 1992. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br> >. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

_____. **Código de Urbanismo de João Pessoa.** Julho de 2001. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br> >. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

_____. **Código de Obras de João Pessoa.** Julho de 2001. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br> >. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

_____. **Decreto Nº 5.900,** de 24 de abril de 2007.

KARSSSENBERG, H. (org.); LAVEN, J. (org.); GLASER, M. (org.); HOFF, M (org.). **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz. **Evolução da Estrutura urbana de João Pessoa (1960 - 1986)**. Textos UFPB – NDHIR. João Pessoa, nº 29, julho, 1992.

LEITÃO, Gerônimo. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. (In) MELLO, M. A. da S.; SILVA, L. A. M. da; FREIRE, L. de L.; SIMÕES, S. S.. **Favelas cariocas: Ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA, Maria Lucia Cavendish Cavalcanti ; SOMEKH, Nadia. Análise urbanística e diagnóstico de assentamentos precários: um roteiro metodológico. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 109-127, jan./mar. 2013.

LIMA, Thiago Almeida de. **Zonas especiais de interesse social: A institucionalização da segregação sócio-espacial em João Pessoa – PB**. 2012. 178 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LIMONAD, Ester. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. (In) GEOgraphia, Vol. 1, No 1 (1999). Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/7>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

LIRA, José Tavares Correia de. **O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)**. (In) Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Nº 1, Maio de 1999.

LUSTOZA, Regina Esteves. **Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço Urbano**. (In) Internacional Conference Virtual City and Territory – 8º Congresso Internacinal Ciudade y Territorio Virtual. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/revistes/handle/2099/13390>>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, Vanderli. **Sistema de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública - considerações preliminares**. São Paulo, IEB, 2009. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/5156_custodio_vanderli.doc>. Acesso em: 06 de set. 2014.

MARICATO, Ermínia. **Erradicar o analfabetismo urbanístico.** (In) Revista da FASE, 2002.

_____. **Conhecer para resolver a cidade ilegal.** (In) Leonardo Basci Castriota (org.). Urbanização Brasileira – Redescobertas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

MASCARÓ, Juan Luis (org.); MASCARÓ, Lúcia; FREITAS, Ruskin Marinho de. **Infra-estrutura da paisagem.** Porto Alegre: Masquatro Editora Ltda, 2008.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela:** a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 2014.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público:** alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007. Disponível em: <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Apropriacoes-do-espaco-C3%A7o-p-C3%BAblico.pdf>>. index.php/anais/article/download/4428/4297>. Acesso em: 16 dez. 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **PlanMob:** Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. Ministério das cidades, 2007. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/LivroPlanoMobilidade.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

MORAES, Demóstenes; MIRANDA, Livia. **O Direito a Cidade e a Regula(riza)ção de Assentamentos Precários no Recife.** In: Cadernos Observatório PE – Políticas Públicas e Gestão Local na Região Metropolitana do Recife. Recife: 2007, p. 74- 81.

MOURA, Ana Clara M. **Estudo exploratório de aplicação de métricas de paisagem na caracterização da dinâmica de transformação regional** – potenciais de transformação das manchas urbanas. Anais VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ENABER, Juiz de Fora, Brasil, 8-10 set 2010, UFJF.

NASCIMENTO, Carol Aires Vieira do. **A construção do informal:** uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa. Dissertação (Programa de Pós-graduação em engenharia urbana e ambiental). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

NETTO, Vinícius M. **Cidade e Sociedade:** As tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Sulina, 2014 (43p). Coleção espaço e urbanidade.

NICHOLAAS, Renee; TROINA, Marat. **A alma encantadora das ruas da Rocinha.** (In) KARSSENBERG, H. (org.); LAVEN, J. (org.); GLASER, M. (org.); HOFF, M (org.). A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

_____. **The challenge of slums**: global report on human settlements. United Nations Human Settlements Programme, 2003. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=1156>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**: Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

_____. **World Urbanization Prospects**: the 2014 revision. Department of Economics and Social Affairs / Population Division, 2015. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

PEREGRINO, Yasmin Ramos. **Diagnóstico sócioespacial de Beira Molhada – Três Lagoas**. João Pessoa, 2014. Trabalho final de graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PIZZOL, Katia Maria Santos de Andrade. **Uso e apropriação dos espaços livres públicos e informais de uma área urbana em João Pessoa – PB**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)/UFPB. João Pessoa, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO; EMBARQ BRASIL. **Manual de Projetos e Programas para Incentivar o Uso de Bicicletas em Comunidades**. Rio de Janeiro: EMBARQ Brasil, 2014. Disponível em: http://thecityfixbrasil.com/files/2014/05/final_rel%C3%B3rio_embarq_maio2014_wireo_site.pdf. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA; TECHNUM CONSULTORIA. **Assentamentos Urbanos informais de João Pessoa**. 2007.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. (in) **RESGATE** - vol. XIX, Nº 21 - jan./jun. 2011 - p. 25-35.

SABOYA, Renato. John Peponis: Espaço, Cultura e Desenho Urbano. (in) **Urbanidades**: Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores. 25 setembro, 2013. Disponível em:

<http://urbanidades.arq.br/2013/09/john-peponis-espaco-cultura-e-desenho-urbano/>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

SANTOS JÚNIOR, Adalberto Duarte; SILVA, Milena Dutra da; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. **Caracterização socioeconômica da borda urbana na cidade de João Pessoa, Paraíba.** (In) SEURB – II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço. 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/santos-junior-adalberto-duarte.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Studio Nobel, 1985.

SAULE JR, Nelson. O Direito à Cidade e a Revisão da Lei de Parcelamento do Solo Urbano. (In) SAULE JR, Nelson (org.). **A Perspectiva do direito à cidade e da reforma urbana na revisão da lei do parcelamento do solo.** São Paulo: Instituto Pólis, 2008. 112p. - (Cadernos Pólis; 10). Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/839/839.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

SALINGAROS, Nikos A. **A Teoria da Teia Urbana.** In: Journal of Urban Design, Volume 3 (1998), paginas 53-71. © Taylor & Francis Limited. Tradução por Livia Salomão Piccinini. Disponível em: <http://zeta.math.utsa.edu/~yxk833/urbanweb-port.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

SILVA, Geovany J. A. da; SILVA, Samira E.; NOME, Carlos A. **Densidade, dispersão e forma urbana: Dimensões e limites da sustentabilidade nas cidades brasileiras.** In: SILVA, G. J. A. da (org.); SILVA, M. D. da (org.); SILVEIRA, J. A. R. da. Lugares e suas interfaces intraurbanas: transformações urbanas e periferização. João Pessoa: Paraíba, 2016.

SILVA, Jailson de Souza e (org.); BARBOSA, Jorge Luiz (org.); BITETI, Mariane de Oliveira (org.); FERNANDES, Fernando Lannes. **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Jailson de Souza e. **Mesa de Abertura.** (In) SILVA, Jailson de Souza e (org.); BARBOSA, Jorge Luiz (org.); BITETI, Mariane de Oliveira (org.); FERNANDES, Fernando Lannes. **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; LAPA, Tomás de Albuquerque ; LEITE RIBEIRO, Edson. **Percursos e processo de evolução urbana: uma análise dos deslocamentos e da segregação na cidade.** , Arqutextos São Paulo, ano 08, n. 090.04, Vitruvius, nov. 2007 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.090/191>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

SILVEIRA, J. A.; RIBEIRO, E. L.. Uma abordagem conceitual sobre a acessibilidade urbana. (In) **Conceitos**, v.06, p. 171 – 176, 2006.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro; CASTRO, Alexandre Augusto Bezerra da Cunha. Mobilidade urbana (e para além dela). (In) **Minha Cidade**, São Paulo, ano 15, n. 171.06, Vitruvius, out. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.171/5325>>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, M. D. da; SILVA, G. J. A. da. Urban sprawl, padrões de dispersão e fragmentação: Notas sobre a periferização e dinâmica das bordas intraurbanas, em cidades de porte médio brasileiras. (In) SILVEIRA, J. A. R. (org.); SILVA, M. D. da (org.); CASTRO, A. A. B. da C (org.). **Dinâmica da cidade e bordas urbanas**. João Pessoa: F & A, 2015.

SOBREIRA, Fabiano José Arcádio. **A Lógica da Diversidade**: Complexidade e Dinâmica em Assentamentos Espontâneos. Recife, 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Semântica urbana e segregação**: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana. A cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2013; p. 127 – 146.

SPOSITO, M^a Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: Escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. (In) CARLOS, A. F. A (org.); SOUZA, M. L. de (org.); SPOSITO, M^a. E. B. (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014.

TERRY, Tatiana; JAVOSKI, D. E. A.; CARVALHO, S. A. de. **Cadernos Técnicos Morar Carioca**: Sistema viário. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2013. Disponível em: http://www.iab.org.br/sites/default/files/publicacoes/cadernos_tecnicos_morar_carioca_-_sistema_viario.pdf. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

TOOREN, Wouter; MEIER, Camilla. **Ingredientes básicos para se achar nas nossas cidades**. (In) KARSSSENBERG, H. (org.); LAVEN, J. (org.); GLASER, M. (org.); HOFF, M (org.). A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

TRIGUEIRO, Marcelle. **Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada** - O caso dos espaços públicos do grand ensemble Les Minguettes, em Lyon. (In) AGUIAR, Douglas (org.); NETTO, Vinicius M. (org.). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. **A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais / ANPOCS, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. (In) **Grupos de Estudos Urbanos**. Presidente Prudente, 2004, v. 1, n. 2, p. 259-274. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/478/508>. Acesso em : 05 de junho de 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; LIncoln Institute, 1998.

_____. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2016.

WORTHINGTON, John. **Virar prédios de dentro para fora, de fora para dentro**. (In) KARSSSENBERG, H. (org.); LAVEN, J. (org.); GLASER, M. (org.); HOFF, M (org.). A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ANEXO 01

Mapa temático dos assentamentos informais de João Pessoa

Fonte: SEMHAB/PMJP

ANEXO 02

Mapa de localização das favelas e ZEIS da cidade de João Pessoa – PB

Fonte: SEMHAB/PMJP



Que o formal e o informal sejam retalhos de um só
TECIDO URBANO.



Que bailarinas, atletas e agentes sociais diversos possam
ser vistos como valiosos tecelões sempre dispostos a dar à
cidade uma **Segunda Chance** de ser mais humana.





TRÊS LAGOAS

MINHA CIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE POSGRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

YASMIN RAMOS PEREGRINO | AUTORA
PROF^º DR. JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DA SILVEIRA | ORIENTADOR
PROF^ª DR^ª MILENA DUTRA DA SILVA | COORIENTADORA

JOÃO PESSOA | PARAÍBA | 2016

